

PAULO ALEXANDRE NEVES MARTINHO NETO

A INTEGRAÇÃO ESPACIAL, ECONOMIAS DE REDE E INOVAÇÃO

(CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE RETICULAR DO
PROCESSO DE UNIÃO EUROPEIA E RELACIONAMENTO
COM O SISTEMA ENVOLVENTE)

Dissertação apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do grau de Doutor em Economia

Évora 1996

A INTEGRAÇÃO ESPACIAL, ECONOMIAS DE REDE E INOVAÇÃO

(CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE RETICULAR DO
PROCESSO DE UNIÃO EUROPEIA E RELACIONAMENTO
COM O SISTEMA ENVOLVENTE)

Paulo Alexandre Neves Martinho Neto



166 367

AGRADECIMENTOS

Assumindo o risco, sempre presente nestas situações, de ser injusto por omissão, gostaria de expressar aqui os meus maiores agradecimentos ao Prof. Doutor Carlos Zorrinho pelo seu incentivo e pela sua orientação desta Dissertação de Doutoramento. Ao Prof. Doutor António Pinheiro e ao Prof. Doutor António Covas pelo seu apoio ao longo da minha carreira académica. Aos meus pais, à Lydia e à minha família por tudo. Aos meus amigos, aos meus colegas, aos meus alunos e a todos aqueles que sempre me apoiaram com sugestões ou palavras de estímulo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I - A Análise Espacial do Processo de Integração Europeia.....	28
1. O Ciclo Espacial do Processo de Integração Europeia ou o Paradigma Territorial da Integração.....	29
1.1. As Políticas de Integração Europeia e o Paradigma Territorial da Integração.....	37
1.2. O Paradigma Territorial da Integração e os Diferentes Espaços Regionais e Urbanos à Escala da União Europeia.....	45
1.3. O Paradigma Territorial da Integração e as Implicações Territoriais da Integração.....	52
1.3.1. A Reorganização dos Espaços e das Actividades Económicas, a Afirmação do Território Rede.....	55
1.3.2. A Política Comunitária /da União Europeia de Cooperação Inter-Regional e Inter-urbana, Novas Implicações para o Relacionamento Inter-territorial.....	66
1.3.3. A Futura Distribuição Territorial dos Investimentos e das Estruturas de Produção à Escala da União. A Alteração das Vantagens Comparativas Inter-territoriais e o Surgimento de Novos Territórios em Declínio ou Ascensão.....	77
1.3.4. A Política Empresarial da Comunidade / União Europeia. Novas Implicações Organizacionais, Novos Relacionamentos Inter-Empresas e a Reorganização Inter-Sectores à Escala do Território da União.....	82
1.3.5. As Implicações Geográficas da União Europeia. Os <i>Territórios Centrais</i> e os <i>Territórios Periféricos</i>	86
1.3.6. Os Efeitos da Integração sobre as Grandes Áreas Metropolitanas à Escala da União, sobre as Capitais Nacionais, Capitais Regionais e Cidades de Pequena e Média Dimensão. A Construção do Sistema Urbano Europeu.....	88
1.3.7. As Exigências da Inter-Articulação Territorial de Primeira Ordem a Importância dos Territórios de Fronteira.....	100

1.3.8. A Política de Ordenamento do Território da União, a Primeira Delimitação Espacial de Territórios Funcionais na União.....	107
1.3.9. As Implicações Espaciais / Territoriais da Criação de uma Política de Sistemas Integrados de Transporte. Os Efeitos Territoriais das Redes Transeuropeias de Transporte.....	113
1.3.10. As Implicações Territoriais dos Objectivos União Económica e União Monetária.....	119
1.3.11. Consequências Demográficas da Integração. Os Novos Destinos das Migrações Transnacionais e Transregionais.....	127
1.3.12. Os Efeitos Territoriais Decorrentes do Desenvolvimento das Redes e Sistemas de Informação.....	130
1.3.13. Os Efeitos Territoriais do Desenvolvimento à Escala Europeia de Sistemas de Informação Geográfica.....	137
1.3.14. Os Diferentes Níveis de Atractividade dos Territórios Subnacionais.....	140
1.3.15. Os Diferentes Tipos de Autonomia dos Territórios Subnacionais da União Europeia.....	145
1.3.16. Do Tratado de Roma à Conferência Intergovernamental de 1996 as Implicações Territoriais dos Tratados e a Sucessiva Adaptação da Política Regional Comunitária / da União Europeia.....	156

CAPÍTULO II - A Reconfiguração Espacial do Território da União Europeia e Critérios Novos de Planeamento Territorial..... 169

1. A Progressiva Afirmção da Economia de Redes à Escala da União Europeia e Respective Implicações na sua Reorganização Espacial.....	170
1.1. O Novo Relacionamento Inter-Territorial no Quadro da União Europeia, a Cooperação Inter-Regional e Inter-Urbana na Prática - Estudo de Casos.....	171
1.1.1. Principais Conclusões dos Estudos de Caso.....	217
1.2. Os Diferentes Sistemas de Cidades e Regiões e os Diferentes Territórios.....	220
1.2.1. A Economia de Redes ou a Economia em Rede.....	222
1.2.2. A Evolução dos Sistemas Urbanos, Regionais e Comportamentos Inter-Sistémicos.....	224

1.2.3. Os Sistemas-Grupos e os Sistemas-Territórios.....	227
1.2.4. A Definição de Unidades Territoriais Viáveis e a Afirmação de Novos Territórios Simbólicos-Fun- cionais.....	232
1.2.5. Ajustamentos Inter-Territoriais , Convergência e Geometria Variável.....	237
1.2.6. A Análise Dinâmica dos Sistemas Espaciais,a Im- portância da Econometria Espacial.....	248
1.2.7. Estados de Equilíbrio do Sistema e Ajustamen- to Estrutural , o Caos e o Carácter Fractal das Unidades Territoriais.....	253
1.2.8. A Emergência de Ciclos de Rotação de Desenvol- vimento e as Temporalidades Regionais e Urbanas.....	256
1.3. O Território-rede e o Sistema-Rede , Novos Critérios Me- todológicos para o Planeamento Territorial da União Eu- ropeia e Proposta de Modelo de Referência para a Avali- ação de Impactos e Reorientação das Políticas.....	257
1.3.1. Os Novos Territórios Analítico-Simbólicos e o seu Impacto em Termos do Ordenamento Espa- cial da União.....	264
1.3.2. O Marketing Territorial e Factores de Diferenci- ação Espacial os Novos Critérios de Definição de Identidade e Imagem para os Espaços Regio- nais e Urbanos.....	267
1.3.3. As Implicações Decorrentes de Progressivos Processos de Planeamento Estratégico de Uni- dades Territoriais.....	271
1.3.4. Informação e Hierarquização de Territórios e a Estimação de Territórios Reais . Os SI / TI e a Nova Gestão dos Sistemas Intra e Inter-Urbanos.....	273
1.3.5. As Cidades e as Regiões Cognitivas e a Formação de Territórios Virtuais.....	277
SÍNTESE E CONCLUSÕES - A Necessidade de Definição de uma Economia Política dos Sistemas Espa- ciais Localizados para a União Europeia.....	282
BIBLIOGRAFIA.....	291

INTRODUÇÃO

O processo de integração europeia, em virtude da complexidade económica e política de que se reveste, e do nível de ambição de objectivos que representa, constituiu para mim, desde sempre, um domínio riquíssimo para investigação económica e, por isso mesmo, também, um desafio em termos de carreira académica.

O estudo de uma grande parte de documentos e publicações de diversos autores, que foram surgindo ,cada vez, com maior frequência sobre a integração europeia, e de muita da documentação oficial, entretanto, produzida pelas Instituições comunitárias, permitia perceber as duas grandes abordagens fundamentais de análise da construção europeia: por um lado, a avaliação das implicações da integração económica das diferentes economias nacionais, e por outro, o estudo da própria evolução das políticas da integração.

Não obstante, um conjunto de autores, no âmbito da integração económica, das relações económicas internacionais, da economia regional, da economia da empresa e da economia do ambiente, foram, gradualmente, em alguns trabalhos publicados, chamando a atenção para um determinado tipo de implicações económicas e territoriais, decorrentes da própria concretização de um mercado alargado, com liberdade de circulação de factores.

Estas implicações a que se referem, decorrem da própria transformação dos relacionamentos económicos internacionais tradicionais, associadas ao desenvolvimento de um modelo em que se pretende recriar a uma escala territorial mais vasta (supra-nacional) , o mesmo tipo de relações económicas que se desenvolviam, até aqui, no interior das fronteiras necessariamente muito rígidas do Estado-nação, e que tendem agora a desenvolver-se à escala do território da União.

Efectivamente, esta nova realidade, vem assumindo, já na União Europeia, uma escala , um grau de mobilidade e de dinâmica, particularmente perceptíveis, não só em termos do relacionamento entre agentes económicos no sentido tradicional.

A própria **internacionalização dos territórios regionais e locais**, decorrente de processos de integração económica e política, implica, por si só, inevitavelmente, a ocorrência de **alterações de ordem estrutural** entre os espaços envolvidos.

A possibilidade de organizações e populações se começarem a distribuir, em termos espaciais / geográficos, de uma forma diferente no território, e a reformularem as suas estratégias de localização (MUR, 1995), implica, com certeza, alterações quer nos territórios onde se instalam, quer nos territórios de onde se retiram.

Neste sentido, pode mesmo admitir-se que, este facto, tenderá a conduzir ao aparecimento de **novas especializações económicas territoriais** e ao início do desenvolvimento de um novo ordenamento espacial, do território da União.

Na medida em que, interconexões de diferentes intensidades e graus de durabilidade diversos (como acordos comerciais, participações entre empresas ou figuras institucionais de cooperação), com configurações espaciais variadas (reformuláveis de uma forma mais ou menos sistemática e que poderão ser pilotadas sobretudo em função de alterações de natureza conjuntural) tenderão, efectivamente, a alterar a lógica nacional das economias locais, regionais e mesmo nacionais.

O desenvolvimento destes novos condicionantes e referenciais de desempenho, para os agentes económicos e respectivos territórios envolvidos, determinou, desde logo, para mim , de forma persistente, a necessidade de desenvolver investigação sobre os efeitos e implicações territoriais / organizacionais gerados pelo processo de integração.

Neste sentido, pareceu-me justificada a necessidade de, associar às duas grandes abordagens principais de avaliação do processo de integração, uma outra, a que chamaria **Análise Espacial do Processo de Integração** e cujo objectivo, consistiria ,exactamente, em tentar apreender os efeitos espaciais / territoriais que resultam, quer dos grandes objectivos da integração (Mercado Interno , União Económica e Monetária e União

Política), quer da aplicação das políticas concretas e específicas de concretização desses objectivos.

Proponho assim, uma nova perspectiva de análise do processo de integração europeia , aproveitando a metodologia diacrónica das cinco etapas de integração económica (BALASSA, 1961) , o estudo das políticas públicas e dos seus ciclos de política (MENY e THOENING, 1989) (as políticas da União Europeia são elas próprias políticas públicas com características especiais que decorrem do carácter transnacional da sua aplicabilidade), associando-as à análise da dimensão territorial dos instrumentos e estratégias de integração - **análise espacial do processo de integração europeia** (NETO, 1993) e **dos diversos sistemas em que se estrutura**.

A implementação de cada uma das políticas, sejam elas de regulamentação ou de liberalização, tem, inevitavelmente, efeitos sobre os sectores e sobre as empresas, e por consequência, sobre cada um dos territórios. Efeitos esses que, em virtude das diferenças existentes entre cada um dos territórios subnacionais que compõem a União, tenderão a ser também diferentes de caso para caso.

Os impactos espaciais que resultam, por exemplo, do processo crescente de internacionalização e interdependência dos circuitos e dos processos produtivos (resultantes de estratégias e figuras de integração cada vez mais complexas e ambiciosas para a União Europeia), tendem a introduzir, cada vez maiores alterações na natureza exclusivamente “ nacional “ dos espaços / territórios (locais, intra-regionais , inter-regionais , supra-regionais , transregionais , nacionais) a diferentes escalas e com intensidades muito distintas, algumas delas, já actualmente, diagnosticáveis:

- i) a um nível macro, assiste-se a uma substituição de sistemas de consumo de massa, de exploração de economias de escala e aglomeração, por sistemas de produção e especialização flexíveis, melhor adaptados à volatilidade dos mercados (PIORE e SABEL, 1984), assentes na exploração de novas tecnologias e novos meios de comunicação;

- i i)** a um nível intermédio, assiste-se à transição de lógicas de actuação nos mercados, quase exclusivamente , locais , regionais , ou nacionais , ‘mercados compatíveis’ (CAPPELLO, 1991) , para uma outra, de natureza oligopolística organizada em acordos ou estruturas de cooperação (CAMAGNI , 1988; CHESNAIS, 1988; RULLANI, 1989 ; VACCA e ZANFEI, 1989);
- i i i)** a um nível micro , os novos processos produtivos implicam , cada vez mais, uma nova organização ‘corporativa’ (AYDALOT e KEEBLE, 1988 ; CAPPELLIN, 1991; RODWIN e SAZAMANI, 1991)determinando novos critérios para vantagens comparativas (CALMETTE, 1994), novos condicionamentos ao planeamento estratégico de empresas e territórios, novos relacionamentos territoriais (JAYET, 1993 ; BONNET, 1995), a uma segmentação de mercados, a diferentes escalas hierarquizáveis.

Os próprios processos de inovação tecnológica, redes de transporte e telecomunicações, sistemas de transporte e gestão da informação, tendem a desempenhar a função de estruturas de suporte ao desenvolvimento económico e instrumentos de reorganização espacial (KIRAT, 1993 ; PERRAT, 1993) :

- i)** a inovação de produtos, de processos de produção, sistemas de distribuição, formas organizacionais;
- i i)** o reforço do papel dos serviços, particularmente do terciário especializado e de apoio à produção;
- i i i)** o desenvolvimento de novas fórmulas de organização empresarial (desenvolvimento das estratégias de cooperação e parceria, densificação ou desenvolvimento de novas fileiras industriais espacialmente reconfiguradas , crescente flexibilização dos processos de produção e organização empresarial);

i v) a afirmação do conceito de economia global que implica a necessidade de um maior conhecimento dos diferentes mercados e a reformulação da sua hierarquização (FERRÃO, 1992).

Por outro lado, o progressivo desenvolvimento de relacionamentos transnacionais privilegiados entre organizações e territórios à escala da União, e a afirmação crescente de uma lógica sistémica no relacionamento supranacional com base em, sistemas-grupos e sistemas-territórios (PERRAT, 1992 ; COLLETIS e PECQUER, 1993), cada vez mais interdependentes e hierarquizáveis, e não exclusivamente resultado de condições de contiguidade geográfica (LUNG e MAIR, 1993).

A afirmação crescente de relações económicas, sociais, culturais, institucionais de natureza reticular e transnacional - **a economia de redes** - introduz, ainda, uma maior complexidade para a avaliação dos efeitos económicos e territoriais de cada uma das políticas da União. Na medida em que estas reforçam o carácter aberto e a interdependência transnacional, entre as diferentes economias nacionais e regionais, difundindo de forma espacial / territorial os efeitos, muitas vezes imprevisíveis, de cada uma das políticas.

Este aspecto, reforça ainda, a necessidade de um melhor conhecimento das inter-relações inter-territoriais e inter-organizacionais, que se vêm desenvolvendo à escala da União, de forma a assegurar uma outra operacionalidade e eficácia na aplicação das políticas económicas comunitárias.

De facto, as diferentes redes de cooperação inter-regionais e inter-urbanas e inter-organizacionais, que se vêm desenvolvendo enquanto novas estruturas relacionais, constituem, só por si, uma nova dimensão territorial e funcional ao relacionamento transnacional (no funcionamento do sistema mundo, e também do sistema União Europeia).

Estas redes, introduzem alterações de natureza dinâmica, no processo de integração, e reformulam / reconfiguram os territórios e as economias às diferentes escalas. **Estas redes** são as que, cada vez mais, **asseguram o controlo do espaço e o controlo no espaço** (RAFFESTIN, 1981). As próprias perspectivas de crescimento económico para cada um dos territórios, estão associadas a estes novos modelos ou ‘arranjos’ organizacionais - *full organizational logic* - entre agentes económicos.

As estratégias de actuação em redes transnacionais estão a ser, entendidas pelos agentes económicos como um meio de penetrar em mercados não nacionais etambém, enquanto forma de **substituição do modelo de divisão internacional do trabalho por um modelo de integração internacional do trabalho e dos processos produtivos** , estruturado em processos de fileira transnacionais e trans-territoriais de cooperação e / ou subcontratação em sentido lato.

A progressiva definição de especializações económicas territoriais, à escala da União, com delimitações geográficas, não necessariamente, coincidentes com as configurações geopolíticas de hoje (por exemplo pela combinação de diferentes delimitações territoriais político-administrativas pertencentes a diferentes Estados-membros e não necessariamente contíguas) determina a evolução **da Europa das regiões à Europa das mega-regiões e das micro-regiões em rede** , e das redes de cidades, regiões, empresas, etc.. A nova hierarquização ou estruturação em mega-redes e micro-redes, é, ela, própria resultado dos novos relacionamentos reticulares.

Sobretudo a partir de 1990, assistiu-se a um desenvolvimento particularmente significativo da maioria das Políticas da Comunidade / União Europeia no sentido de, introduzir uma prioridade de intervenção, assente numa lógica reticular, com um objectivo muito claro de integração e inter-articulação reticular. quer em termos sectoriais, quer em termos territoriais.

A Política Regional (e dentro desta, a Política de cooperação inter-regional e inter-urbana), a Política de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, a Política Empresa-

rial, a Política de Transportes (sistemas integrados de transporte e comunicações), Políticas e Programas de cooperação de âmbito específico ou sectorial e dos chamados instrumentos e figuras de cooperação / integração institucional activa, são alguns exemplos desta reticularização do território da União.

Assim, emergem novos processos dinâmicos e sistemáticos de concorrência espacial entre os territórios, no sentido de, maximizarem as respectivas bases económicas de sustentação, em virtude da concorrência inter-territorial crescente, que impõe a **definição de unidades territoriais viáveis / unidades económicas viáveis / unidades políticas viáveis**, à escala da União Europeia.

Tal, vem só por si , exigir por parte desta , a necessidade de desenvolver uma **Economia Política para os Sistemas Locais e Regionais**.

Alguns dos centros urbanos e territórios regionais, que desempenham hoje no sistema económico internacional, funções de primeira ordem (relevância ou escala continental, intercontinental, global) estabelecem entre si, comparativamente, intensidades e frequências de relacionamento, muito superiores às que desenvolvem com as próprias áreas envolventes (BATTEN e TORNVIST, 1991 ; LABORDE, 1994).

Ao mesmo tempo, outros territórios, à escala das respectivas redes urbanas nacionais e à escala da União, desempenham simultâneamente, funções de âmbito internacional , nacional , regional , local. Noutros, o nível internacional é substituído pelo nível União, enquanto que a grande maioria deles tem apenas influência ou relevância local / regional .

Os territórios, quer num caso quer noutro, vêm-se deste modo, organizando em redes hierarquizáveis (DIAPPI, 1993), ao mesmo tempo que, um processo semelhante se vai desenrolando entre os agentes económicos neles localizados.

Assim, privilegia-se à escala da União, sobretudo a noção de ‘espaço de relações’ (entre cidades, regiões, territórios, empresas) estruturado em redes e nós de articulação de pri-

meira, segunda,... ordem, as *nodal networks* , e redes e nós de inter-articulação entre elas, as *internodal networks*.

Este aspecto determina a necessidade de desenvolver **uma análise tectónica dos territórios** (LACOUR, 1992) que compõem a União Europeia, **uma análise dinâmica dos seus sistemas espaciais** (PUMAIN e SANDERS, 1992) e a **definição dos novos mapas de pilotagem das relações económicas e institucionais**, à escala transnacional.

A história das cidades europeias e a história da Europa são, em larga medida uma única história (BENEVOLO, 1993) . Hoje a inserção de determinada cidade numa ou outra rede, parece ser entendida como uma estratégia para lhe assegurar a preservação da sua base económica e social de sustentação, ou mesmo para, a elevar a um nível superior do *ranking* de redes de cidades e de regiões, ou do *ranking* das cidades europeias. Ao mesmo tempo, a sua exclusão parece condená-la a uma desvalorização progressiva do seu poder de atractividade.

Muitas cidades e regiões encontram-se, por isso, neste momento, num processo dialéctico, entre a perspectiva de degradação e a oportunidade (WILLIAMS e SMITH, 1986). Apenas um número muito reduzido de territórios, em virtude dos seus próprios modelos de especialização territorial, e das respectivas bases económicas de sustentação, possuem uma margem de autonomia real, em termos de definição do seu posicionamento e relacionamento exterior.

A generalização ou proliferação destas estruturas e estratégias de relacionamento reticular e inter-reticular com suportes institucionais , cria, inclusivamente, novos pontos de contacto (conflito ou sinergia) entre os chamados *processos formais e informais de integração europeia*. Os primeiros , resultam dos processos político-institucionais da União, enquanto que, os segundos, consistem na tradução prática nos territórios, nas economias, e nas populações desses mesmos processos (BRESSAND e NICOLAIDIS, 1990; WALLACE, 1990).

Os efeitos espaciais de tal processo, apenas agora começam a ser visíveis , na medida em que, estes relacionamentos são, cada vez mais, significativos entre espaços-territórios locais, regionais ou nacionais , redes de cidades e de regiões (com níveis de complexidade variáveis desde a simples geminação, até à implementação e desenvolvimento de associações ou colectividades inter-regionais transnacionais), como consequência da importância das *untraded interdependences* - a afirmação do **território rede**.

A tendência para o desenvolvimento deste novo tipo de infraestruturas 'institucionais', possibilita a implementação de processos interactivos (RIETVELD,1990) e de contacto, ponto por ponto, entre organizações (administrações públicas ou empresas) localizadas à escala da União e com ligações para fora dela.

Estas redes tendem assim a estruturar, o território , a distribuição dos processos produtivos e dos agentes económicos (CAPELLO e WILLIAMS, 1990 ; FREEMAN et al., 1982 ; GIAOUTZI e NIJKAMP, 1988 ; GILLESPIE e WILLIAMS, 1988 ; WILLINGER e ZUCOTVICH, 1988) das populações, e conduzem à **afirmação progressiva de organizações reticulares públicas, privadas, mistas, transnacionais**.

As redes de cidades e de regiões são sistemas de relações e de fluxos, assentes em princípios de cooperação. Portanto , são de natureza geralmente horizontal e não hierárquica (pelo menos numa primeira fase), desenvolvidos entre cidades e / ou regiões que apresentam características ou afinidades semelhantes (dimensão, características arquitectónicas , localização geográfica , especialização económica, nível de desenvolvimento económico, ou complementaridades em termos das respectivas especializações económicas), e cujo relacionamento em rede lhes permite desenvolver externalidades.

Estes relacionamentos de natureza reticular , constituem uma referência de análise, fundamental para melhor se entenderem os efeitos e os relacionamentos transnacionais e transfronteiriços na União. Da mesma forma que, estes, poderão desempenhar funções de pivot e de **pilotagem para a integração inter-territorial na União**, determinando

novas implicações em termos da forma como se entende o próprio conceito e a concepção da integração.

As redes de cidades e de regiões, inter-ligadas e associadas às redes de informação e de comunicação(as chamadas **redes das redes**), também elas espaços económicos e políticos (ZORRINHO, 1995), vêm assim, alterar significativamente a relação espaço-tempo , contribuindo para a transformação da própria realidade em si , criando-lhe uma nova dimensão - de R para R quadrado (BRESSAND e DISTLER, 1989) e por isso mesmo, tornando estas novas interações inter-espaciais verdadeiramente multidimensionais.

Os sistemas de comunicação, combinados com as tecnologias avançadas de informação, alteraram as relações espaço / tempo / informação (DUPUY, 1991) e são a própria chave da sociedade da informação (na medida em que, os condicionalismos tempo / distância estão a ser eliminados por redes telefónicas, redes de satélites, de cabos que transportam a informação, serviços básicos e aplicações) oferecendo novas oportunidades para os relacionamentos inter-territoriais e inter-organizacionais.

Deste modo, reforça-se o papel das cidades que se configuram, agora, enquanto novos agentes económicos - **os agentes económicos territoriais** - pelo reforço da concentração de mão de obra de qualificação diversificada; pelo seu potencial de inovação; sua posição privilegiada em termos de infraestruturas de telecomunicação e informação; afirmando-se estas, cada vez mais, enquanto **territórios simbólico-analíticos** (REICH , 1993) e **territórios simbólico-funcionais**.

As fronteiras das cidades, das regiões e dos Estados-membro, representam cada vez menos, domínios especiais de interdependência nacional, e cada vez mais, componentes territoriais da economia da União - **territórios económicos no mercado alargado**.

O próprio declínio ou estagnação económica de algumas regiões, parece resultar, precisamente da sua incapacidade de desenvolver ou actualizar 'articulações'(NETO,

1993) neste sistema complexo e hierarquizado de redes de especialização, inovação, cooperação(PUMAIN, SANDERS e SAINT-JULIEN, 1989 ; CAMAGNI , 1992), e de organização reticular de mercados ou de sectores e agentes económicos (KATZ e SHAPIRO, 1994 ; LIEBOWITZ e MARGOLIS, 1994).

A geografia económica da produção do tipo, especialização sectorial regional, da década de 60, está progressivamente a ser complementada, ou parcialmente substituída, por um modelo em que a diferenciação inter-territorial assenta, cada vez menos, nos bens e serviços que se produzem e, cada vez mais, no tipo de funções que desempenham (FIELDING, 1994) e do tipo de relacionamentos inter-territoriais transnacionais em que participam.

A afirmação progressiva, à escala da União, de uma nova política de recentramento das intervenções sobre os centros urbanos - **articulação inter-territorial com base nas cidades e a abordagem da contractualização multisectorial integrada** - associada à intencionalidade crescente, em provocar o relacionamento em rede entre territórios e entre organizações, veio exigir, por parte das cidades e das regiões, um esforço crescente de reinvenção em matéria de tecnologia, capacidade relacional, design urbano e tecnologias de informação, aplicadas às cidades.

Esta nova realidade, cria ainda dificuldades para **a estimação dos territórios reais** , em virtude de, cada um deles, apresentarem configurações muito diferentes como consequência do envolvimento em relacionamentos reticulares. Estas novas formas de interdependência criam problemas de visibilidade e estimulam **o aparecimento de territórios virtuais**.

Este facto exige, por isso mesmo, o desenvolvimento de um novo paradigma analítico económico - espacial que se centre na avaliação e estudo destas novas dimensões relacionais (NETO, 1993).

Esta nova realidade vem por consequência, exigir também, a reformulação de alguns paradigmas de construção territorial do desenvolvimento(PERRIN, 1991), bem como de paradigmas anteriores de desenvolvimento territorial do tipo centro - periferia , estrutural - funcional (HIRSCHMAN , 1958 ; PERROUX, 1955; MYRDAL,1957; TINBERGEN,1954; NERFIN,1977; FRIEDMANN e DOUGLASS, 1978 ; BOUDEVILLE, 1969 ; WEAVER, 1980 ; GUIGOU, 1983 ; PLANQUE, 1983 ; STHOR , 1981 ; AYDALOT, 1985 ; PONSARD, 1955), e uma actualização dos próprios conceitos iniciais, como: pólos, fileiras e o desenvolvimento de paradigmas do tipo rede.

Por outro lado, o próprio desaparecimento progressivo das fronteiras nacionais dos Estados-membros da União Europeia, e o acréscimo significativo do número de Países-membros e das próprias Políticas sectoriais e espaciais / regionais (que promovem e intensificam o contacto directo e os fluxos económicos e sociais entre os diferentes territórios locais / regionais / nacionais / supranacionais / sub-União),vem desenvolvendo hoje à escala da União - **um sistema de funcionamento espacial do tipo cidades-estado** - assente em intervenções do tipo planeamento estratégico e marketing territorial (SOLDATOS, 1991 ; TEXIER, 1993 ; FILIARTRE, 1993 ; BAILLY, 1993 ; KOTLER, 1993).

Tal como no passado, cada momento da história da Europa, ou da história económica da Europa e seu relacionamento com o resto do mundo, determinou, sempre, alterações em termos do posicionamento relativo entre os territórios - da crise das cidades na queda do Império Romano do Ocidente, às cidades marítimas italianas dos séc. IX e X , à Idade Média urbana, às cidades estabilizadas do séc. XIV , às transformações urbanas europeias 1550-1650 e 1650-1750 , às cidades industriais decorrentes das especializações económicas da Revolução Industrial, ou à renovação e requalificação / desqualificação das cidades europeias nos últimos cinquenta anos.

Para cada um destes períodos, um conjunto de cidades e de regiões conheceu períodos de apogeu e domínio económico e / ou demográfico, que viriam a perder, em períodos

subsequentes , restando-lhes hoje , para além da história , apenas a justaposição das provas ou as marcas arquitectónicas desses períodos .Algumas dessas cidades, desapareceram mesmo de todo. Actualmente, enquanto centros urbanos, alguns destes territórios conhecem um tipo de especialização diverso e, em grande parte dos casos, muito menos relevante em termos globais que em períodos anteriores, resultado da evolução do **Ciclo de Vida das Cidades e Regiões**.

O processo de União Europeia e o acréscimo, conseqüente, nas dinâmicas inter-sectoriais e inter-espaciais decorrentes da própria integração territorial e das diversas figuras de cooperação inter-regional e inter-urbana transnacional descentralizada, imprimiram , com uma escala e intensidade nunca antes registada em qualquer outro período da história europeia, **uma volatilidade aos territórios em termos do seu ciclo de vida** (uma maior velocidade na passagem de uma fase a outra, e na alteração das suas posições relativas em cada momento, que importa analisar e ter em conta).

Os imperativos estruturais, subjacentes ao processo de transformação urbana e / ou regional são em todo o caso bastante complexos. Em virtude da necessidade de conjugação das características de especificidade de cada um dos territórios, com a generalidade das influências nacionais e internacionais, constitui, por isso , um dos maiores desafios da investigação comparada (SHURMER-SMITH e BURTENSCHAW, 1994).

Deste modo, torna-se fundamental tentar avaliar qual a configuração global futura das diversas cidades, redes e cidades-rede, e a organização económica espacial da União, decorrente do funcionamento do 'sistema económico europeu' (TSOUKALIS , 1992) - **a avaliação do ciclo territorial de rotação de desenvolvimento** - para o conjunto dos territórios que compõem a União.

O próprio sistema político-institucional da União Europeia assenta num modelo de organização em rede, na medida em que, cada uma das partes é entendida sobretudo em relação ao todo (KEOHANE e HOFFMANN, 1990; QUERMONNE, 1994).

A arquitectura supranacional em que assenta, determina mesmo, um funcionamento de tipo reticular estruturado em *task forces* de natureza sectorial e / ou territorial, de intensidades diferenciadas.

A recessão económica que atingiu a economia europeia, neste início da década de 90, poderá resultar, em grande medida, deste processo de ajustamento estrutural entre territórios, sectores, e economias nacionais, agravado pelas dificuldades que a maioria dos territórios vêm demonstrando, em termos das respectivas capacidades para competir em mercados alargados.

Num cenário em que, o significado de ‘economias nacionais’, começa a ser cada vez mais, apenas, o conjunto de pessoas que trabalham num determinado espaço territorial dentro de fronteiras ‘nacionais’ (em virtude do cruzamento de participações entre empresas de diferentes ‘nacionalidades’, que vem alterando o sentido de empresa nacional, e da própria eliminação de fronteiras nos processos de tomada de decisões, entre mercados, entre empresas e entre instituições). Prosseguindo-se o desenrolar da metamorfose que caracteriza este final de século: **do Estado-nação ao Mega-Estado, das empresas-estado às novas unidades económica territoriais / funcionais.**

A própria União Europeia, também ela em crescente relacionamento com a economia global, que reconhecidamente funciona cada vez mais, também com base em sistemas dinâmicos em rede (institucionais, de cooperação, subcontratação, investigação, distribuição) (WALSH, 1991 ; JOHANSSON, 1989 ; JACOBS, 1984) acresce ainda substancialmente, por via exterior, a complexidade e implicações dos relacionamentos reticulares transnacionais.

A União Europeia , enquanto forma de organização internacional, e em virtude do desenvolvimento institucional que já a caracteriza, tem condições como nenhuma outra, para influenciar indirectamente outros territórios e Estados não membros (decorrendo daqui a necessidade de se equacionar também o seu relacionamento com os sistemas envolventes) e tomar em consideração a **dimensão geográfica indirecta da União.**

Esta dimensão resulta, do posicionamento económico e político que a União ocupa em termos das relações económicas internacionais e a que decorre da própria Política de Relações Exteriores da União Europeia.

A um primeiro nível, *a dimensão externa* que decorre da assinatura do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (JO CE nº L 001, 03/01/94 e JO CE nº L 305, 30/ 11/ 94) com os países da Associação Europeia de Comércio Livre, e que pretendeu alargar a estes países o objectivo Mercado Interno.

A um segundo nível, os Acordos de Associação ou Acordos Europeus (acordos que constituem a fase anterior à fase de adesão) que a União já assinou com Chipre (JO CEE nº L 133, 31/03/75 e JO CEE nº L 397, 31/12/ 87), Malta (JO CEE nº L 081, 23/03/89 e JO CEE nº L 327 , 29/11/91) , Polónia (JO CE nº L 348 , 31/12/93 e JO CE nº L 032 , 05/02/94), Húngria (JO CE nº L 348, 31/12/93 e JO CE nº 032, 05/02/94), República Checa, Eslováquia, Roménia (JO CE nº L 178, 12/07/94) e Bulgária, Lituânia, Turquia (JO CEE nº L 056, 27/02/82), Estónia e Letónia, seguindo-se a Eslovénia, o que prefaz já um conjunto de treze países em fase de adesão (quase tantos quanto os actuais Estados-membros).

A um terceiro nível (com uma intensidade e implicações territoriais, pelo menos teórica-mente, com menos impacto, ou com efeitos mais limitados) os Acordos de Cooperação Económica e Comercial (por exemplo com os países membros do Acordo de Cartagena (JO CEE nº L 153, 08/06/84), os países do Tratado Geral de Integração Económica Centro-Americana (JO CEE nº L 172, 30/06/86), com os países da Carta do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (JO CEE nº L 054, 25/02/90))e os Protocolos de Cooperação Financeira e Técnica, por exemplo, o Protocolo de coope-ração financeira e técnica com os países do Mediterrâneo (JO CEE nº L 181, 01/07/92 e JO CE nº L 182, 16/07/94) e os Sistemas de Associação no âmbito da Política Externa de Desenvolvimento, ajuda aos países em vias de desenvolvimento, associação com os países e territórios ultramarinos (JO CEE nº L 263, 19/09/91) e associação com os países de África, Caraíbas e Pacífico (JO CEE nº L 229, 17/08/91).

A um quarto nível, os Acordos de Cooperação sectorial que a Comunidade / União tem vindo sobre produtos específicos bilateralmente com países de todos os continentes. A um quinto nível, a dimensão que decorre da Política Comercial propriamente dita da União (os regimes preferenciais da Política Comercial, regimes comuns de importação e exportação, garantias e financiamento à exportação e sistema generalizado de preferências).

Um conjunto de relacionamentos transcontinentais a que a União chama “diálogo global estruturado” e que vem progressivamente desenvolvendo em iniciativas como a Conferência Euro-Mediterrânica de Barcelona 1995, a Cimeira União Europeia-ASEAN de Bangucoque em Março de 1996, a Reunião União Europeia-Grupo do Rio (“os quinze e os catorze”) na Bolívia em Abril de 1996, a Conferência dos Países do Báltico na Ilha de Gotland em Maio de 1996, ou o Forum Euro-Latino-Americano em Roma em Maio de 1996.

Tal, determina como tarefa política primordial de cada Estado-membro, o ‘controlo’ das forças centrífugas e centríptas da economia comum, e dos **efeitos de tecno-apartheid** (PETRELLA, 1993) **inter-territorial** dela resultantes.

O processo de integração europeia determina por todas estas razões, o desenrolar de processos de ajustamento estrutural entre economias nacionais , sectores , e territórios , imprimindo alterações de natureza estrutural a cada um destes níveis e **o surgimento de ‘descontinuidades’ e processos recorrentes de adaptação, turbulência , estádios de ordem / desordem , situações de caos e de auto-or-ganização no sistema** (STACEY, 1995 ; LORDON, 1994 ; FRANKHAUSER, 1994).

A integração económica, monetária e política implica pois, o desenvolvimento de processos dinâmicos de ajustamento interdependentes (um processo de convergência de natureza macro, entre economias nacionais; um processo de articulação de natureza mezzo entre territórios; e um processo micro de integração entre agentes económicos ao

nível da produção, do consumo , distribuição, etc), que no fundo constituem o funcionamento da Europa no quotidiano.

A afirmação progressiva do **princípio da geometria variável** , como critério de construção da União Europeia, constitui, por si só também, a constatação dos diferenciais existentes quanto aos níveis e oportunidades de desenvolvimento entre os diferentes agentes económicos e territórios pertencentes à União. Bem como, o reconhecimento político das diferenças; a aceitação das dificuldades reais de convergência e integração; e a aplicação diferencial pelos territórios de poderes e legislação das Instituições da União.

O que reforça ainda o carácter ou **natureza fractal da evolução territorial da União** e do próprio processo de integração.

A própria aceitação do princípio da geometria variável (como definição possível do modo de funcionamento futuro da União , admitindo uma diferenciação espacial do desenvolvimento a partir da qual resulta a co-existência de estádios de integração distintos para determinados territórios ou conjuntos de territórios) (CHANTIEL, 1995), evidencia, em termos da evolução dinâmica dos conteúdos e objectivos programáticos da integração europeia, um decréscimo na ambição dos objectivos, e sobretudo uma ideia diferente para a União Europeia.

Este princípio, não só vem exigir novos desenvolvimentos, em termos da própria **geometria institucional** (WIJLMAN , 1990) da União, como vem, inclusivamente, pôr em causa o próprio princípio fundamental que está na sua origem - o princípio da igualdade entre todos os membros.

Assim, de um modelo de aplicação parcial / sectorial , entendido como medida de excepção e de período temporal limitado daquilo que se entende hoje como princípio de geometria variável (MAILLET, 1995), (já utilizado em alguns momentos e processos de funcionamento da Comunidade Económica Europeia / Comunidade Europeia, o caso do Sistema Monetário Europeu , desde 1979 , e dos períodos transitórios de adesão , à

inscrição dos regimes derogatórios no próprio Tratado da União Europeia), assiste-se a uma generalização progressiva deste Princípio (deste o objectivo União Económica e Monetária à Política Externa e de Segurança Comum).

Este conceito tem, inclusivamente, implícito um carácter mais instável para a definição das configurações espaciais / territoriais da União, pelo que introduz um carácter ainda mais aleatório e de imprevisibilidade quanto aos resultados.

Tanto mais que, este conceito, parece estar a ser encarado pela própria União, como a melhor solução de sempre, para gerir o dualismo *aprofundamento do processo de integração / alargamento a novos Estados-membros* , na medida em que possibilita a **coexistência simultânea de diferentes estádios de integração**.

A própria possibilidade de alargamento da União aos países da Europa Central (Polónia, Hungria, República Checa, Eslováquia, Bulgária e Roménia), a países da Europa do Sul (Malta e Chipre), a um país balcânico (Eslovénia) e a três países bálticos (Letónia, Estónia e Lituânia), poderá provocar um recentramento da Europa mais a norte e mais ao centro, provocando alterações no posicionamento relativo entre os demais territórios e mesmo uma reformulação das prioridades da Política Regional da União.

As preocupações com o desaparecimento dos desequilíbrios regionais de 1988, que deram origem à Reforma dos Fundos Estruturais , e à afirmação com mais força do que nunca do conceito de Europa a duas velocidades (introduzido pelo Relatório Tindemans, 29 de Dezembro de 1975) no início da década de 90, até à ideia de 'Europe à la Carte', ou o princípio de geometria variável, ao modelo 'Europa de círculos concêntricos' de E. Balladur (1994), ao modelo núcleo duro com geometria variável (modelo defendido pela Alemanha em 1994), ao modelo de integração diferenciada (expressão utilizada no início da Conferência Intergovernamental de 1996) , que se perspectiva como uma das possíveis conclusões que poderão resultar da Conferência Intergovernamental de 1996 para a revisão do Tratado de União Europeia.

Nesta medida, o estágio de integração em que já nos encontramos em termos da construção europeia (com a dimensão mercado único, a dimensão económica e monetária, a dimensão cidadania europeia, a dimensão política de defesa e de segurança comum, a dimensão política externa, a comunitarização progressiva de políticas sectoriais e de disposições horizontais , as políticas inter-regionais e inter-urbanas de inter-articulação territorial, e a afirmação progressiva de estruturas reticulares de relacionamento inter-espacial e inter-territorial) assumiu uma expressão em termos dos efeitos para cada um dos territórios locais / regionais / inter-regionais, nunca antes alcançada em outro período da integração europeia.

O objectivo desta dissertação de Doutoramento é exactamente contribuir para o desenvolvimento da análise espacial do processo de integração europeia. Tendo como objecto de estudo o Espaço / Território da União Europeia (espaço real e espaço virtual) e suas características propõe-se identificar , antecipando os seus efeitos espaciais às diferentes escalas sobre os territórios, bem como, as implicações destes mesmos efeitos nos próprios objectivos de integração económica e política na Europa, promovendo uma **análise dinâmica dos próprios sistemas espaciais no território da União** e seu relacionamento com os sistemas envolventes, ou seja desenvolver **um novo paradigma de análise e interpretação para o processo de integração europeia.**

Esta dissertação, propõe um novo paradigma de análise assente no estudo das implicações espaciais / territoriais da integração - **o Paradigma Territorial da Integração** , baseado na análise do processo de integração e dos relacionamentos inter-espaciais e inter-territoriais de natureza reticular que dela vêm resultando. Sobretudo, de uma forma particularmente significativa no período 1989-1999 (período em que as implicações espaciais do processo de integração ganham particular expressão), e por isso mesmo, constitui o período de tempo particularmente privilegiado para esta análise.

Objectivo principal que se pretende concretizar através de oito sub-objectivos:

- i) definição do modelo conceptual (paradigma territorial da integração);



- i i)** testar a aderência deste novo modelo conceptual (o paradigma territorial da integração) à realidade identificando já os seus efeitos e aplicações concretas no espaço da União.

- i i i)** analisar do ponto de vista espacial e territorial o processo de integração europeia;

- i v)** identificar os novos condicionantes ao desenvolvimento e planeamento regional que resultam da integração destes territórios no espaço União Europeia;

- v)** contribuir para a definição de novos critérios metodológicos de análise territorial, neste contexto, e esboçar um modelo de avaliação de impactos espaciais / territoriais e de reorientação das políticas espaciais para o território da União Europeia , e contribuir para a elaboração de um novo referencial de definição de planeamento para territórios em processo de integração;

- v i)** a observação e análise dos efeitos ou implicações destas políticas sobre o território (efeitos em termos de recomposição dos territórios, alterações na posição relativa , em termos de desenvolvimento económico, grau de exposição a cada uma das políticas da União, inovações no relacionamento inter-territorial , análise dos efeitos espaciais do processo de integração, etc);

- v i i)** a formulação de um modelo de análise e de planeamento para territórios em processo de integração como é o caso da União Europeia , e proposta de definição de uma Economia Política para os Espaços Locais e Regionais na União Europeia.

Em termos metodológicos, aplicou-se ao caso União Europeia e Políticas da União, o método de estudo para análise do ciclo de desenvolvimento das políticas públicas (“ policy goals / policy instruments / policy implementation / policy effects “).

Esta análise foi desenvolvida, através da interpretação e identificação dos objectivos de política, a identificação e reconhecimento dos instrumentos e estratégias de política utilizados, e a identificação dos resultados e efeitos de aplicação das políticas utilizadas, tomando sempre como referência de análise, reconhecer , diagnosticar ou avaliar as implicações espaciais / territoriais delas decorrentes.

Naturalmente, uma das políticas mais acompanhada de perto foi a Política Regional da União, e , mais especificamente , um tipo de políticas regionais ou espaciais novas , cuja implementação tem sido feita ao abrigo do artigo 10º do Regulamento FEDER - as políticas de cooperação inter-regional e inter-urbana - e cuja dimensão , consequências futuras e efeitos espaciais da sua aplicação (poderão, pela sua complexidade, e por determinarem à escala da União alterações significativas quanto à forma como se entendiam até aqui os relacionamentos externos, transnacionais, de territórios infranacionais), que as torna ,ainda hoje, difíceis de abarcar em toda a sua expressão.

Para o desenvolvimento deste estudo houve naturalmente de recorrer a uma multiplicidade de documentação bibliográfica , quer no âmbito do corpo teórico da Economia Regional e Urbana, quer no âmbito da Teoria Económica da Integração.

Para a análise da aplicação prática ,das políticas objecto do artigo 10º do Regulamento FEDER ,e melhor apreensão da sua importância e das suas implicações foram desenvolvidos um conjunto de Estudos de Caso , tendo para tal , sido solicitada documentação junto de responsáveis (região / cidade / organização líder) das redes de cooperação inter-regionais e inter-urbanas transnacionais à escala da União Europeia , apresentadas neste Estudo.

CAPÍTULO I

A Análise Espacial do Processo de Integração Europeia

1 . O Ciclo Espacial do Processo de Integração Europeia ou o Paradigma Territorial da Integração

O processo, ou sistema de integração europeia, resulta da inter-articulação e funcionamento de cinco sistemas interdependentes: **i**) um sistema político (1) ; **i i**) um sistema económico (2) ; **i i i**) um sistema monetário ; **i v**) um sistema institucional ; **v**) um sistema informacional (constituído por uma multiplicidade de redes de informação que progressivamente se foram desenvolvendo na União e que a vão estruturando do ponto de vista informacional) ; **v i**) um sistema espacial ou territorial.

A União Europeia é, mesmo, o resultado da interacção entre cada um destes sistemas, cuja importância relativa e geometria variável se vai alterando, em função de se privilegiar a cada momento sobretudo estratégias de cooperação, estratégias de aprofundamento da integração ou estratégias de alargamento a novos Estados-membros.

O Sistema de União (3) enquanto conjunto geral de objectivos , princípios de funcionamento e de regulação , e de instrumentos de política , é um gerador de políticas públicas (algumas de competência “exclusiva” da União, as políticas comuns , outras de competência concorrente ou partilhada, transferidas dos Estados-membros) e que resultam quer do Direito originário (os Tratados) , quer do Direito derivado (regulamentos, directivas, decisões ou recomendações) da própria União.

(1) - Ver QUERMONNE, J-L. (1994) “ Le Système Politique de l’Union Européenne “ , CLEFS Politique , Montchrestien , Paris.

(2) - Ver TSOUKALIS, L. (1992) “ The New European Economy- The Politics and Economics of Integration “ , Oxford University Press, New York.

(3) - Ver COVAS, A. (1996) “ A Revisão do Tratado de União Europeia . Contribuições para a Conferência Intergovernamental de 1996 “ Celta Editora, Oeiras.

O processo de integração europeia assenta, assim, numa produção recorrente e sistemática de políticas sectoriais / horizontais, consubstanciadas em deliberações legislativas por parte da União, sobre matérias no âmbito de cada um dos estádios de integração em que, a cada momento, a União estiver sobretudo posicionada. Diversificando-se e complexificando-se sempre o próprio processo de integração.

As decisões tomadas sobretudo ao nível dos quatro primeiros sistemas (sistema político, sistema económico, sistema monetário e sistema institucional) têm um grande poder de penetração em cada uma das economias nacionais , regionais e locais de cada Estado-membro. Sempre, através dos espaços jurídicos de cada um dos Estados-membros, em virtude do primado do direito da União sobre os direitos nacionais.

O sistema espacial (o território da União e a multiplicidade de territórios infra-nacionais e infra-regionais e respectivas economias que o compõem) é frequentemente o mais esquecido em termos das múltiplas análises que vão sendo desenvolvidas sobre o processo de integração, e no entanto, é sobre ele, que no fundo, incidem e se materializam todas e cada uma das decisões geradas por cada um dos demais sistemas.

O sistema espacial ou territorial é composto por uma multiplicidade de economias regionais e locais com níveis de interdependência variado, caracterizadas por diferentes níveis de desenvolvimento económico, diferenciados níveis de equipamento, e que se encontram cada uma delas , em diferentes estádios do ciclo de desenvolvimento económico.

Sempre que, por uma razão ou outra, se pretende analisar o processo de integração europeia recorda-se a grande ambição em que consiste o projecto europeu; a questão da eliminação das fronteiras nacionais; a ambição de colocar em funcionamento as quatro liberdades de circulação entre um conjunto de países; a ideia daí decorrente da interpenetração entre economias nacionais, entre sectores de actividade económica que

culminará com a implementação de uma moeda única; o novo relacionamento daí resultante entre populações de países-membros diferentes; o princípio de união política, etc.

Raro é, que, conjuntamente com estas considerações de natureza, quase sempre, macro (à escala dos países, e da economia dos países) ou mesmo micro (análises de tipo fileira ou empresarial) sejam incluídas preocupações ou considerações relativas aos efeitos de tais políticas, sobre cada um dos territórios subnacionais que compõem o território da União Europeia (uma análise de natureza mais transversal / territorial). No entanto, são sobretudo os efeitos sobre cada um desses territórios que traduzem o funcionamento da União no quotidiano (FAURÉ, 1988).

Mesmo quando se discute a evolução federal, semi-federal, ou confederal para a União Europeia, implicando, consoante o modelo escolhido, consequências diversas sobre questões relativas à soberania dos povos e dos territórios, ou se pretende analisar o grau de cumprimento dos objectivos e princípios de coesão económica e social, insiste-se ainda muitas vezes em confundir a Europa com o somatório de Estados-membros, e a sua delimitação territorial com as fronteiras entre Estados-membros ou a sua delimitação territorial externa.

No entanto, a União Europeia, compõe-se de uma multiplicidade de territórios subnacionais e sub-regionais com níveis de governo e delimitações territoriais muito distintas e diferenciadas; com níveis de aptidão económica e níveis de desenvolvimento económico absolutamente díspares; dotadas de equipamentos e infraestruturas muito distintos; com graus de atractividade muito diferentes; diferentes bases económicas de sustentação; e diferentes condições ecológicas, ambientais e demográficas, etc.

A própria evolução da configuração espacial da Comunidade / União Europeia, e a complexificação dos seus objectivos, grau de integração das políticas, nível de competências e poderes das suas Instituições , que caracterizou cada um dos períodos (Comunidade Económica Europeia, Comunidade Europeia, Acordo sobre o Espaço Económico Europeu e União Europeia) , imprimem desde logo só por si , **um determi-**

nado tipo de configuração geográfica e efeitos espaciais diferenciados sobre os territórios, em virtude do tipo de relacionamento que cada um destes diferentes níveis de integração exigiam / exigem dos agentes económicos, organizações, instituições e territórios locais, regionais, nacionais.

Ao mesmo tempo que, cria uma alteração da configuração territorial da construção europeia e a grande maioria das suas políticas, quer incluam ou não uma componente regional específica, têm inevitavelmente sempre um impacto considerável na organização do seu território.

Propomos neste Estudo, por isso, um novo referencial de análise para as questões relativas ao processo de integração europeia , que permita interpretá-las sobretudo do ponto de vista dos impactos e efeitos que determina sobre todos e cada um dos diferentes territórios locais / regionais da União Europeia - o **Paradigma Territorial da Integração**.

Paradigma, que resulta desde logo, por um lado, das características dos territórios que constituem a União Europeia, e por outro, dos próprios objectivos da União, do tipo , da sequência e do momento escolhido para a concretização desses mesmos objectivos:

- 1) os territórios pertencentes a cada Estado-membro da União Europeia têm características e potencialidades muito distintas uns dos outros pelo que o processo de União Europeia tenderá a provocar , e exigirá mesmo, o desenvolvimento de um processo de ajustamento estrutural / funcional à escala da União, quer em termos territoriais, quer em termos sectoriais, que importa ter em consideração na definição de políticas sectoriais / regionais nacionais e da União;**
- 2) à medida que se evolui em termos do ciclo da construção europeia, aumentam os impactos e os efeitos espaciais / territoriais do processo de**

integração, evolui por isso também, o **ciclo espacial do processo de integração europeia**, isto é, irá tendo implicações territoriais cada vez maiores;

- 3) o funcionamento do Mercado Interno veio introduzir um **tipo de concorrência inter-territorial e inter-espacial completamente novos**, cujo efeito mais imediato consistiu na alteração das posições relativas entre os territórios.

A progressiva entrada em vigor das chamadas quatro liberdades fundamentais em que assenta o funcionamento do Mercado Interno (liberdade de circulação de pessoas , liberdade de circulação de mercadorias , liberdade de circulação de capitais e liberdade de circulação de serviços) e a progressiva comunitarização das políticas económicas , sociais, e monetárias, veio modificar substancialmente o próprio território europeu.

A sua fronteira exterior, por via dos acordos de associação, de cooperação económica e financeira e do Acordo do Espaço Económico Europeu que a União veio estabelecendo com países terceiros , é uma fronteira que sobre vários aspectos se vai também esbatendo.

Um território em que se vão eliminando todas as fronteiras económico-políticas e que, por essa via se vai transformando quase que num **novo território do tipo cidades / regiões - estado** em que a concorrência inter-territorial é livre, e o poder de cada um dos territórios resulta , cada vez mais, da sua base económica de sustentação e da sua capacidade relacional e de posicionamento no mercado aberto;

- 4) o progressivo relacionamento inter-territorial no grande mercado, tende a provocar **alterações no tipo de relacionamento e posicionamento de cada um dos territórios e das respectivas economias, em relação à economia da União.**

A aplicação do princípio da subsidiariedade e o problema do posicionamento em mercado aberto , vem implicar alterações nos modelos de relaciona-

mento inter-regionais e inter-urbanos introduzindo-lhes uma dimensão trans-fronteiriça ou transnacional;

- 5) a própria União Europeia, por sua iniciativa, vem estimulando o **desenvolvimento de relacionamentos do tipo reticular (em rede)** entre territórios, entre empresas, entre instituições;
- 6) **as estruturas político-administrativas dos diferentes Estados-membros diferem substancialmente umas das outras** o que determina graus de incidência e de exposição diferentes às Políticas e Objectivos da União, por parte de cada um dos territórios sub-nacionais (locais, regionais, inter-regionais);
- 7) **a aplicação das Políticas e a concretização dos grandes Objectivos da integração determinam assim , inevitavelmente a ocorrência de alterações em termos do Ordenamento do Território à escala da União;**
- 8) no quadro da União Europeia vem-se mesmo afirmando , progressivamente a criação de uma Política de Ordenamento Territorial para a União;
- 9) o processo de construção europeia determina assim o surgimento de um conjunto de novas condicionantes, de um novo referencial e um novo enquadramento para a definição de qualquer estratégia de desenvolvimento para territórios sub-nacionais;
- 10) como consequência dos aspectos descritos nos pontos anteriores, o tipo de estratégias de desenvolvimento ou de actuação no mercado alargado a definir por cada um dos territórios sub-nacionais, tendo em conta este novo referencial, terá de ser também necessariamente novo, e exige por parte destes **uma maior inovação e criatividade em termos de marketing territorial e um planeamento do tipo “just in time“ agora aplicado aos territórios.**

Tal, exige ainda por parte da União uma maior compreensão e um melhor conhecimento desta realidade, para a definição de políticas futuras, concretamente, em termos de Política Regional;

- 11) as condições para o planeamento territorial alteraram-se substancialmente, em virtude da progressiva comunitarização das políticas e dos instrumentos de política económica.

No estágio actual de integração , apenas a política orçamental parece ser aquela, de entre as políticas económicas nacionais, menos ‘comunitarizada’, embora, por via da definição dos critérios de convergência de Maastricht esteja também indirectamente condicionada.

O cumprimento da função redistributiva por parte dos Estados nacionais vê-se assim, fortemente condicionado, o que em termos de impactos espaciais, resulta numa menor capacidade, por parte de cada Estado-membro, de desempenhar por via do orçamento nacional, pelo menos como até aqui , uma função reguladora das diferenças de desenvolvimento existentes entre cada um dos territórios e correctora dos desequilíbrios inter-territoriais e dos desequilíbrios conjunturais / estruturais;

- 12) esta comunitarização inclusivamente das políticas orçamentais nacionais é tanto mais problemática, face à impossibilidade de, por via dos Orçamentos de Estado se poder vir a compensar os efeitos perturbadores, decorrentes do funcionamento do grande mercado.

Na medida em que, não só a relação entre o Produto Interno Bruto gerado na União e o valor do seu Orçamento , está muito distante dos 60,0 % que representa em média esta relação dentro das economias nacionais de cada Estado-membro, como também o peso orçamental para a União, da Política Regional, é ainda muito mais insignificante.

O que logo à partida , significa que a União não tem capacidade orçamental, para sob este aspect, poder vir a substituir os Estados nacionais na função que vinham desempenhando;

13) esta comunitarização das políticas orçamentais nacionais , ao mesmo tempo que, exige por parte da União uma reavaliação e um reposicionamento em relação ao tipo de políticas regionais que pretende aplicar no território da União, requer simultâneamente uma avaliação permanente das implicações espaciais que decorrem do processo de integração em si, e de cada uma das políticas que pôs em funcionamento.

1 . 1 - As Políticas da Integração Europeia e o Paradigma Territorial da Integração.

A integração europeia assenta e resulta portanto, de um processo recorrente de definição de políticas horizontais e verticais , redefinidas umas e outras à medida que a própria integração evolui, passando de um estágio a outro, em função dos objectivos e metas a que ela se vai propondo, e respeitando com um grau de flexibilidade relativamente grande, os grandes princípios de organização e funcionamento que estruturam a própria construção europeia: **i)** princípio da concorrência praticável no mercado interno; **i i)** princípio da preferência comunitária; **i i i)** princípio do paralelismo adequado entre a união económica e a união monetária; **i v)** princípio da solidariedade ou equidade inter-regional na coesão económica e social; **v)** princípio da subsidiariedade na repartição de competências entre níveis de governo e de administração; **v i)** princípio da unicidade na união monetária; **v i i)** princípio na descentralização (relativa) na união económica; **v i i i)** princípio da suficiência de meios em matéria orçamental e financeira; **i x)** princípio da cooperação estreita na união política; **x)** princípio do equilíbrio democrático das Instituições da União.

Processo de redefinição sobretudo, em relação ao conjunto de políticas e de objectivos que mais caracterizam cada um dos estádios de integração (União Aduaneira, Mercado Único, União Económica e Monetária, União Económica, Monetária e Política) ou que mais contribuem directa ou indirectamente, para a sua concretização.

O que naturalmente se traduz, num processo sistemático de produção legislativa, sobre matérias no âmbito de cada um dos estádios de integração, com ciclos de desenvolvimento político totalmente distintos, densificando-se e complexificando-se o próprio processo de integração.

Deste modo, ainda que a Comunidade / União Europeia de uma forma global , num determinado momento, esteja posicionada em função do desenvolvimento do “ policy cycle “ de cada uma das suas políticas maioritariamente num deles, em virtude da integração ela própria constitui um processo cumulativo de níveis consecutivos de transferência de competências para as instituições comunitárias, e de normalização, comunitarização e ‘união’ de políticas, em cada estágio de integração, estando sempre ainda por completar políticas e objectivos de estádios anteriores. Da mesma forma, já estão em preparação ou implementação aspectos decisivos dos estádios seguintes.

Naturalmente que, o nível de desenvolvimento de cada uma das políticas depende do seu nível de concretização e, simultâneamente, do nível de integração a que está sujeita.

As Políticas da Integração Europeia, em função das suas interdependências agrupam-se em quatro grandes grupos (Políticas do Mercado Único, Políticas da Coesão Económica e Social, Políticas de Integração Monetária e Políticas de Integração Institucional e Política).

As Políticas do Mercado Único compreendem as: i) políticas de gestão e controle de fronteiras; i i) políticas de harmonização legislativa; i i i) políticas de harmonização e normalização técnica; i v) políticas de estabilidade cambial; v) políticas de harmonização fiscal; v i) políticas de ajuda de Estado ; v i i) políticas do mercado comum agrícola ; v i i i) políticas da concorrência; i x) políticas comerciais externas (1).

As Políticas da Coesão Económica e Social englobam : i) as políticas de harmonização das condições de vida e de trabalho; i i) as políticas de promoção de mobilidade; i i i) as

(1) - Mesmo entre este conjunto de políticas do mercado único existem diferenças fundamentais quanto à fase do ciclo de desenvolvimento de cada uma delas. Por exemplo, as políticas de gestão e controlo de fronteiras , tal como a políticas da concorrência , de ajudas de Estado e as políticas do mercado comum agrícola, estão já em termos do seu ciclo de política bastante mais desenvolvidas do que, por exemplo, as políticas de harmonização e normalização técnica, e muito mais ainda do que as políticas de harmonização fiscal, matéria em que a União Europeia ainda muito pouco avançou.

políticas de promoção do emprego; i v) as políticas de desenvolvimento regional e políticas estruturais ; v) as políticas do ambiente; v i) as políticas de protecção do consumidor; v i i) as políticas de enquadramento e desenvolvimento empresarial; v i i i) as políticas de conexão inter-territorial; i x) as políticas de investigação científica e tecnológica (1).

As Políticas de Integração Monetária incluem: i) as políticas de acompanhamento das taxas de câmbio; i i) as políticas de acompanhamento das taxas de juro; i i i) as políticas de acompanhamento dos movimentos de capitais; i v) as políticas de acompanhamento das finanças públicas; v) as políticas de desenvolvimento dos mercados de capitais; v i) as políticas de coordenação macroeconómica.

As Políticas de Integração Institucional e Política são: i) as políticas relativas às competências; i i) as políticas relativas às competências e poder das instituições não da União ; i i i) as políticas de relações exteriores, de defesa e segurança; i v) as políticas do reforço da cidadania europeia.

(1) - Tal como em relação às políticas do mercado único, também as políticas da coesão económica e social estão a ser concretizadas ou *cumpridas* de uma forma diferenciada e não paralelamente. As políticas de harmonização das condições de vida e do trabalho , as políticas de promoção da mobilidade , as políticas de promoção de emprego, políticas de ambiente, as políticas de ambiente e as políticas de enquadramento e desenvolvimento empresarial ainda que tenham vindo a ser desenvolvidas e promovidas à escala da União através de programas de iniciativa comunitária com suporte financeiro dos Fundos Estruturais, a fraca expressão do seu enquadramento financeiro determina a exiguidade de cumprimento destas políticas. Por outro lado, a concretização destas políticas nas regiões Objectivo da Política Regional da União Europeia tem sido feita de forma indirecta através da inscrição de medidas e acções com esses objectivos nos programas que compõem os Planos de Desenvolvimento Regional ou dos Planos de Reversão. Assim, de entre este conjunto de políticas descritas como as Políticas da Coesão Económica e Social , são as chamadas Políticas Estruturais ou de Desenvolvimento Regional , as únicas que, em termos da União Europeia, têm sido desenvolvidas e prosseguidas de forma intencional e sustentada. Este tipo de desfasamento verifica-se também em relação aos restantes dois grandes grupos de políticas.

Estas Políticas são aquelas que, de uma forma diferenciada, a Comunidade / União Europeia foi desenvolvendo no sentido de dar resposta aos objectivos de integração a que se foi propondo (artigo 3º do Tratado de União Europeia):

- a) A eliminação , entre os Estados-membros, dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas à entrada e à saída de mercadorias, bem como de quaisquer outras medidas de efeito equivalente;
- b) Uma política comercial comum;
- c) Um mercado interno caracterizado pela abolição, entre os Estados-membros, dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, pessoas , serviços e capitais;
- d) Medidas relativas à entrada e à circulação de pessoas no mercado interno de acordo com o disposto no artigo 100º C (pessoas originárias de países terceiros);
- e) Uma política comum no domínio da agricultura e das pescas;
- f) Uma política comum no domínio dos transportes;
- g) Um regime que garanta que a concorrência não seja falseada no mercado interno;
- h) A aproximação das legislações dos Estados-membros na medida do necessário para o funcionamento do mercado interno;
- i) Uma política social que inclui um Fundo Social Europeu;
- j) O reforço da coesão económica e social;
- k) Uma política no domínio do ambiente;
- l) O reforço da capacidade concorrencial da indústria da Comunidade;
- m) A promoção da investigação e do desenvolvimento tecnológico;
- n) O incentivo à criação e ao desenvolvimento de redes transeuropeias;
- o) Uma contribuição para a realização de um elevado nível de protecção da saúde;
- p) Uma contribuição para um ensino e uma formação de qualidade, bem como para o desenvolvimento das culturas dos Estados-membros;

- q) Uma política no domínio da cooperação para o desenvolvimento;
- r) A associação dos países e territórios ultramarinos, tendo por objectivo incrementar as trocas comerciais e prosseguir em comum o esforço de desenvolvimento económico e social;
- s) Uma contribuição para o reforço da defesa dos consumidores;
- t) Medidas nos domínios da energia, da protecção civil e do turismo.

As políticas de integração dos mercados (políticas relativas ao Mercado Único) consistem sobretudo em **políticas do tipo abertura dos territórios** , políticas de levantamento de obstáculos às trocas e de incentivo à mobilidade. As políticas de integração económica e monetária que incluem as políticas de coordenação macroeconómica (políticas de convergência nominal) e as políticas de desenvolvimento e equilíbrio estrutural (políticas de convergência real), são essencialmente **políticas de tipo coesão económica e social** e, simultaneamente, cada vez mais, **políticas do tipo inter-articulação territorial / sectorial** .

As políticas de integração dos mercados têm sobretudo uma vocação de liberalização , uma preocupação em 'juntar' os novos territórios uma vez, progressivamente, eliminadas as fronteiras nacionais, alterando o próprio mapa geográfico europeu - das fronteiras entre Estados-membros, para as delimitações político-administrativas dos diferentes espaços locais / regionais. As políticas de integração económica e monetária têm sobretudo o objectivo de estabelecer limiares mínimos de equilíbrio , de harmonização entre os níveis de desenvolvimento económico, social, de equipamentos, etc.

O que, em termos do **Ciclo da Construção Europeia** , significa progressivamente a passagem para novas fases do processo de integração, a que correspondem novos *policy goals* e *policy instruments* .

Cada uma destas fases de Integração tem implicações territoriais de intensidade e natureza distinta, em função do tipo de políticas que mais as caracterizam. A união aduaneira e as políticas de união aduaneira, têm implicações espaciais muito limitadas, que vão sendo cada vez maiores no caso das políticas do mercado único e nas políticas da união económica e monetária, sendo máximas quando realizados na sua plenitude, os pressupostos de união económica, monetária e política.

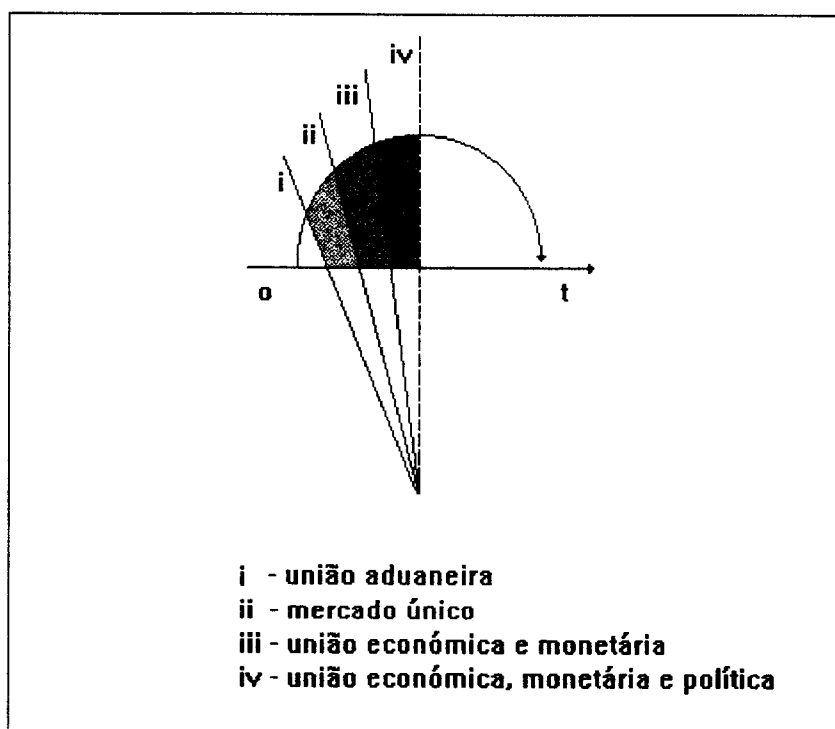
Sendo por isso crucial, de forma a melhor se poder analisar o próprio ciclo de construção europeia e a natureza interactiva que o caracteriza, não só, identificar a **evolução dinâmica do ciclo de política** de cada uma delas como, ainda, reconhecer que, em cada período de tempo, cada uma delas, não se encontra na mesma fase de ciclo, bem como são distintos os níveis de desenvolvimento dos territórios sobre os quais são aplicadas (NETO, 1993).

O próprio processo de integração caracteriza-se, em cada momento, por um conjunto de *policy goals* (objectivos de política) muito superior ao conjunto de *policy instruments* (instrumentos de política) donde decorrem, novas dificuldades de realização dos objectivos em si, e em particular quanto à capacidade da União para gerir a trilogia mercado único / coesão económica e social / união económica e monetária.

Com a assinatura do Tratado de Maastricht, em 7 de Fevereiro de 1992, que foi sendo ratificado pelos parlamentos nacionais dos diferentes Estados-membros da União Europeia durante o ano de 1992, ainda que a União se encontre, como decorre do próprio Tratado, a meio caminho entre a união económica e monetária e a união económica, monetária e política, alguns dos princípios fundamentais da fase anterior (mercado único) não estão ainda realizados.

Tal é o caso, das políticas de harmonização e normalização técnica, das políticas de estabilidade cambial, políticas de harmonização legislativa e fiscal, que comprometem a concretização na prática, das quatro liberdades fundamentais de circulação, que por isso, ainda hoje, não se encontram implementadas na sua plenitude.

Figura nº 1 - O Ciclo Espacial do Processo de Integração Europeia



O modelo de construção europeia que caracterizou os últimos dez anos da integração, consistiu na implementação de uma dinâmica continuada de novos objectivos, programas e políticas, acompanhada de uma reforma correspondente do sistema financeiro e orçamental da Comunidade / União Europeia e de progressivos rearranjos institucionais e constitucionais.

Tal, provocou a sobreposição simultânea de estádios de integração distintos e diferentes períodos de executibilidade (mercado único, união económica e mo-netária e união política) com implicações óbvias quanto aos seus impactos territoriais.

A integração europeia é, ela própria, um processo recorrente e iteractivo de estádios anteriores de integração.

1 . 2 - O Paradigma Territorial da Integração e os Diferentes Espaços Regionais e Urbanos à Escala da União Europeia

A União Europeia dos espaços regionais e urbanos é uma Europa com uma configuração geográfica e uma interpretação económica totalmente distinta. De uma delimitação territorial em quinze espaços territoriais nacionais como é geralmente apresentada , assume a configuração de um rendilhado de territórios regionais que, ultrapassam as duas centenas de territórios NUT II (Nomenclatura de Unidades Territoriais), ou mais de um milhar se analisarmos a Europa do ponto de vista dos territórios NUT III.

Estes territórios dispõem de diferente capacidade de adaptação e de reacção no mercado aberto em função das suas próprias aptidões e respectivos recursos económicos e sociais.

A progressiva implementação, das quatro liberdades de circulação que permitem a concretização do Mercado Interno, criam uma multiplicidade de novas oportunidades, económicas para cada uma das economias nacionais e para cada umas das economias dos diferentes territórios regionais e locais que, no seu conjunto, constituem a economia e o território da União.

Ao mesmo tempo, exigem um rigor cada vez maior na definição das especializações económicas futuras; das fileiras económicas a definir ou a integrar por parte de cada um desses territórios; dos critérios de concorrência inter-territorial; e dos modelos de posicionamento e relacionamento exterior a desenvolver por cada um deles.

Quadro nº 1 - Caracterização Económica dos Territórios Regionais da União

Classi- ficação	Territórios NUT II		PIB per capita PPC	Taxa de Desemp.
			Média (89-90-91) EUR 12 = 100	Média (91-92-93) EUR 12 = 100
1	Thuring	(D)	30,0	139,3
2	Mecklenburg - Vorpommern	(D)	33,0	158,8
3	Sachsen	(D)	33,0	125,9
4	Alentejo	(P)	33,9	85,1
5	Sachsen - Anhalt	(D)	35,0	145,3
6	Vorelo Algalo	(GR)	35,2	100,8
7	Brandenburg	(D)	36,0	129,4
8	Ipeiros	(GR)	36,2	111,1
9	Guadeloupe	(F)	39,0	250,5
10	Centro	(P)	39,6	28,3
11	Dytiki Ellada	(GR)	40,8	98,8
12	Anatoliki Make Thraki	(GR)	43,3	61,1
13	Ionia Nisia	(GR)	43,7	44,7
14	Thessalia	(GR)	43,7	78,6
15	Réunion	(F)	45,0	304,2
16	Kriti	(GR)	45,5	45,3
17	Kentriki Makedonia	(GR)	46,8	70,0
18	Peloponnisos	(GR)	47,3	63,7
19	Algarve	(P)	47,9	39,8
20	Extremadura	(E)	49,5	279,9
21	Dytiki Makedonia	(GR)	50,2	90,5
22	Norte	(P)	50,2	35,0
23	Notio Aigalo	(GR)	52,2	40,7
24	Attiki	(GR)	52,3	112,6
25	Martinique	(F)	53,0	239,9
26	Guyane	(F)	54,0	231,3
27	Andalucia	(E)	57,8	290,5
28	Calabria	(I)	57,9	206,4
29	Stereia Ellada	(GR)	58,0	79,5
30	Galicia	(E)	58,3	160,0
31	Castilla - La Mancha	(E)	63,1	167,2
32	Ceuta Y Mellila	(E)	63,6	271,7
33	Basilicata	(I)	64,5	223,5
34	Castilla - Leon	(E)	66,7	179,6
35	Sicillia	(I)	67,5	230,4
36	Ireland	(IRL)	68,0	183,3
37	Campania	(I)	70,2	224,0
38	Murcia	(E)	71,3	208,8
39	Asturias	(E)	71,5	188,4
40	Puglia	(I)	74,1	157,5
41	Sardegna	(F)	74,2	196,2
42	Cantabria	(E)	74,4	179,3
43	Canarias	(E)	74,5	267,0
44	Northen Ireland	(UK)	75,1	165,8
45	Comunidad Valenciana	(E)	76,0	202,2

Fonte: CCE (1994) "Competitividade e Coesão: Tendências Verificadas nas Regiões. Quinto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade", Políticas Regionais da Comunidade Europeia, SPOCE, Luxemburgo.

Quadro nº 1 (cont.) - Caracterização Económica dos Territórios Regionais da União

Classi- ficação	Territórios NUT II		PIB per capita PPC	Taxa de Desemp.
			Média (89-90-91) EUR 12 = 100	Média (91-92-93) EUR 12 = 100
46	Lisboa e Vale do Tejo	(P)	76,6	53,5
47	Merseyside	(UK)	76,7	152,5
48	Highlands , Islands	(UK)	76,9	114,1
49	South Yorkshire	(UK)	77,5	124,5
50	Hainaut	(B)	77,6	141,8
51	Flevoland	(NL)	78,1	78,3
52	Molise	(I)	78,8	156,5
53	Corse	(F)	79,8	114,7
54	Cornwall, Devon	(UK)	80,2	105,7
55	Northumberland , Tyne , Wear	(UK)	80,4	126,7
56	Clwyd , Dyfed , Gwynedd , Powys	(UK)	81,1	92,7
57	Luneberg	(D)	81,9	49,9
58	Namur	(B)	82,6	107,5
59	Lincolnshire	(UK)	83,1	85,7
60	Friesland	(NL)	83,6	105,5
61	Cleveland , Durham	(UK)	83,8	124,5
62	Gwent , Mid Glamorgan	(UK)	84,5	106,0
63	Rioja	(E)	84,6	125,8
64	Luxembourg	(B)	84,7	63,4
65	Aragón	(E)	84,8	125,4
66	Salop , Staffordshire	(RU)	84,8	82,3
67	Languedoc - Roussillon	(F)	85,1	141,6
68	Trier	(D)	86,5	40,7
69	Limousin	(F)	86,8	88,4
70	Essex	(UK)	86,8	89,0
71	Hereford , Worcs , Warwick	(UK)	87,5	80,0
72	Dumfries - Gall , Strathclyde	(UK)	88,4	125,0
73	Drenthe	(NL)	88,5	92,1
74	Gelderland	(NL)	88,9	75,8
75	Pais Vasco	(E)	89,1	212,5
76	Overijssel	(NL)	89,7	77,2
77	Nord - Pas - de - Calais	(F)	89,8	132,4
78	Ost for Storeblt	(DK)	90,0	111,7
79	Kent	(UK)	90,2	89,3
80	Abruzzi	(I)	90,2	116,1
81	Derbyshire , Nottingham	(UK)	90,3	98,6
82	Poitou - Charentes	(F)	90,5	121,0
83	Lancashire	(UK)	91,1	88,2
84	Bretagne	(F)	91,4	93,0
85	Greater Manchester	(UK)	91,7	109,9
86	Auvergne	(F)	91,7	105,6
87	West Yorkshire	(UK)	92,2	99,9
88	Koblenz	(D)	92,4	36,8
89	Dorset , Somerset	(UK)	92,5	87,2
90	North Yorkshire	(UK)	92,6	62,5

Fonte: CCE (1994) "Competitividade e Coesão: Tendências Verificadas nas Regiões. Quinto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade ", Políticas Regionais da Comunidade Europeia, SPOCE, Luxemburgo.

Quadro nº 1 (cont.) - Caracterização Económica dos Territórios Regionais da União

Classificação	Territórios NUT II		PIB per capita PPC	Taxa de Desemp.
			Média (89-90-91) EUR 12 = 100	Média (91-92-93) EUR 12 = 100
91	Cataluña	(E)	92,7	150,8
92	Lorraine	(F)	93,1	95,6
93	Weser - Ems	(D)	94,0	59,9
94	Bord - Centr - Fife - Lothian - Tay	(UK)	94,3	96,3
95	Madrid	(E)	94,4	143,9
96	Limburg	(NL)	94,8	76,1
97	West Midlands (County)	(UK)	95,0	133,6
98	Picardie	(F)	95,2	107,1
99	Basse - Normandie	(F)	95,2	90,7
100	Midi - Pyrénées	(F)	95,3	91,1
101	Munster	(D)	95,4	60,3
102	Humberside	(UK)	95,4	120,5
103	Oberpfalz	(D)	95,6	44,7
104	Liège	(B)	95,8	116,2
105	Navara	(E)	95,9	118,0
106	Niederbayern	(D)	96,5	34,6
107	Schleswig - Holstein	(D)	96,9	51,3
108	Pays de la Loire	(F)	97,6	103,2
109	Hampshire , Island of Wight	(UK)	97,9	83,1
110	Gieben	(D)	97,9	47,1
111	Balleares	(E)	98,3	123,3
112	Noord - Brabant	(NL)	98,6	74,7
113	Bourgogne	(F)	98,9	100,6
114	Umbria	(I)	98,9	94,7
115	Surrey , East - West Sussex	(UK)	99,4	71,4
116	Vest for Storebit	(DK)	99,4	105,7
117	Unterfranken	(D)	99,6	37,2
118	Oost - Vlaander	(B)	99,7	58,6
119	East Anglia	(UK)	99,8	78,9
120	Provence - Alpes - Côte d' Azur	(F)	101,5	133,6
121	Bedford , Hertfordshire	(UK)	102,6	76,7
122	Centre	(F)	103,0	98,9
123	Cumbria	(UK)	103,3	81,3
124	Limburg	(B)	103,3	84,8
125	Aquitaine	(F)	103,3	120,3
126	Oberfranken	(D)	103,9	39,1
127	Cheshire	(UK)	104,0	84,6
128	Arnsberg	(D)	104,2	66,4
129	Franche - Comté	(F)	104,2	84,3
130	Leicester , Northampton	(UK)	104,6	79,7
131	Marche	(I)	104,7	66,7
132	Detmold	(D)	106,0	49,8
133	West - Vlaanderen	(B)	106,3	47,2
134	Zuid - Holland	(NL)	106,3	75,1
135	Avon , Gloucester , Wiltshire	(UK)	106,6	85,7

Fonte: CCE (1994) " Competitividade e Coesão: Tendências Verificadas nas Regiões. Quinto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade ", Políticas Regionais da Comunidade Europeia, SPOCE, Luxemburgo.

Quadro nº 1 (cont.) - Caracterização Económica dos Territórios Regionais da União

Classificação	Territórios NUT II		PIB per capita PPC	Taxa de Desemp.
			Média (89-90-91) EUR 12 = 100	Média (91-92-93) EUR 12 = 100
136	Utrecht	(NL)	107,1	68,7
137	Kassel	(D)	107,4	53,3
138	Saarland	(D)	107,6	68,4
139	Haute - Normandie	(F)	108,4	124,8
140	Zeeland	(NL)	108,7	75,1
141	Toscana	(I)	109,4	80,7
142	Rhône - Alpes	(D)	109,7	99,5
143	Freiburg	(D)	110,0	34,2
144	Champagne - Ardenne	(F)	110,7	100,6
145	Berks , Bucks , Oxfordshire	(UK)	110,8	63,6
146	Rheinessen - Pfalz	(D)	110,9	44,9
147	Schwaben	(D)	111,1	29,4
148	Braunschweig	(D)	112,3	71,0
149	Koln	(D)	112,8	59,5
150	Tubigen	(D)	112,9	30,4
151	Alsace	(F)	113,7	59,1
152	Noord Holland	(NL)	113,8	81,4
153	Liguria	(I)	115,8	94,9
154	Berlin	(D)	116,3	90,1
155	Hannover	(D)	116,6	59,1
156	Brabant	(B)	116,6	74,4
157	Veneto	(I)	116,6	47,5
158	Lazio	(I)	116,8	108,8
159	Grampian	(UK)	117,3	55,1
160	Piemonte	(I)	119,6	76,4
161	Friuli - Venezia Giulia	(I)	121,6	57,5
162	Trentino - Alto Adige	(I)	122,0	32,7
163	Dusseldorf	(D)	122,8	67,9
164	Karlsruhe	(D)	124,2	36,3
165	Antwerpen	(B)	125,6	71,5
166	Hovedstadsregionen	(DK)	126,7	93,9
167	Mittelfranken	(D)	126,7	36,4
168	Luxembourg	(L)	127,2	20,1
169	Groningen	(NL)	127,4	112,6
170	Emilia - Romana	(I)	127,5	46,2
171	Valle d' Aosta	(I)	129,6	82,8
172	Lombardia	(I)	134,7	41,8
173	Stuttgart	(D)	137,6	30,8
174	Oberbayern	(D)	148,1	27,1
175	Bremen	(D)	149,7	85,8
176	Greater London	(UK)	151,2	131,2
177	Darmstadt	(D)	162,9	35,0
178	Ile de France	(F)	166,8	86,3
179	Hamburg	(D)	194,5	59,4

Fonte: CCE (1994) "Competitividade e Coesão: Tendências Verificadas nas Regiões. Quinto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade", Políticas Regionais da Comunidade Europeia, SPOCE, Luxemburgo.

A análise do Quadro nº 1 (1) evidencia desde logo, como primeiro aspecto, o facto de entre os 179 territórios NUT II (nível administrativo II da Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas) em que se subdivide o território da União, 119 destes territórios, ou seja 66,5 % , registam (os valores apresentados correspondem à média do produto interno bruto por habitante, para o período 1989, 1990 e 1991 expressa em percentagem da média da Comunidade / União Europeia, em paridades de poder de compra) , um PIB per capita ponderado inferior à média da União (EUR 12 = 100), num conjunto de territórios onde residem 196,5 milhões de cidadãos da União.

Por outro lado, com valores inferiores ao índice 75, apresentam-se 43 territórios NUT II, ou seja, 24% destes territórios situam-se abaixo do valor 75% de referência para classificação das regiões menos desenvolvidas - Objectivo 1 - em termos de elegibilidade para intervenção dos Fundos Estruturais, no âmbito da Política Regional da União.

Com valores inferiores ao índice 75 , situam-se todos os territórios gregos e portugueses à excepção de Lisboa e Vale do Tejo (a concretizar-se o processo de regionalização em Portugal, Lisboa e Vale do Tejo deixaria de ser abrangida por inter-venções estruturais Objectivo 1), os novos *Länder* alemães (resultantes do processo de reunificação alemã de 1989) , nove das *Comunidades Autónomas* e o território espanhol de Ceuta e Mellila, todos os territórios da Irlanda, os territórios ultramarinos franceses e cinco regiões italianas.

No intervalo entre os índices 75 e 100 , localizam-se 66 territórios NUT II (cerca de 36,8 %). Aqui se situam as restantes comunidades autónomas espanholas, cerca de metade dos territórios belgas, a grande maioria dos territórios do Reino Unido, e apenas dois condados (*Amt*) dinamarqueses (dos quais,o pior classificado regista o índice 90,0).

(1) - De notar que o Quadro nº 1 não inclui os territórios regionais dos três novos Estados-membros, que aderiram à União em 1 de Janeiro de 1995, em virtude das Estatísticas da União ainda não os terem disponibilizado.

No intervalo entre os índices 100 e 125 , situam-se 64 territórios NUT II (35,8 %). Acima do índice 125 situam-se apenas quinze territórios (1 dinamarquês , 6 alemães , 1 holandês , 1 francês , 1 pertencente ao Reino Unido , o Luxemburgo , e 3 italianos), onde residem 49,5 milhões de habitantes.

De ressaltar também o facto de, os territórios melhor classificados constituírem todos eles grandes áreas metropolitanas o que, neste mercado interno em que os factores vão ganhando cada vez mais mobilidade, demonstra efectivamente a afirmação dos grandes centros urbanos como as novas unidades económicas territoriais.

Para melhor evidenciar a distância a que os territórios regionais portugueses se posicionam em relação aos demais, basta, por exemplo, referir o facto de a região portuguesa melhor posicionada, Lisboa e Vale do Tejo, estar classificada em 133º lugar entre 179 , e por exemplo, a comunidade autónoma da Cataluña, que é responsável por gerar cerca de 33 % do PIB espanhol, e apresenta diferenças abismais quando comparada com Lisboa e Vale do Tejo, estar, ainda assim, classificada ‘apenas’ em 68º lugar.

Bastante preocupante é também o facto de, excepção feita para os novos *Länder* alemães, a região do Alentejo aparecer como a pior classificada de todas, tendo como vizinhas regiões gregas e territórios ultramarinos franceses.

1.3 - O Paradigma Territorial da Integração e as Implicações Territoriais da Integração

O processo de integração europeia gera, um conjunto de efeitos espaciais que decorrem exactamente deste processo de confrontação de diferentes economias locais / regionais / inter-regionais / transregionais.

Por exemplo, os efeitos em termos da reorganização dos espaços / territórios e das actividades económicas, preocupações com o novo **território-rede** que, vai emergindo com a implantação progressiva das quatro liberdades fundamentais do Mercado Único (liberdade de circulação de mercadorias, pessoas, capitais e de serviços) e o consequente esbatimento das fronteiras nacionais.

O território da União é uma malha complexa de sistemas territoriais de produção (MAILLAT, 1995) nacionais / inter-regionais / transnacionais, e as políticas de normalização / harmonização técnicas e regulamentares da Comunidade / União Europeia, tendem a neutralizar o significado das fronteiras nacionais e possibilitam o desenvolvimento à escala da União de novas fileiras económicas (1).

Tal, em termos dos critérios de localização das actividades económicas e sobretudo das empresas, significa especialmente, a passagem **de uma geografia (estática) de custos a uma geografia (dinâmica) das organizações** (VELTZ, 1993). Tradicionalmente, **a atractividade dos territórios era o resultado por uma justaposição histórica de optimizações de localização de unidades económicas e de produção** .

A antiga 'insularidade' dos territórios subnacionais (PINDER, 1990) inseridos nas respectivas economias nacionais deixou de ser decisiva como condição de sobrevivência , o

(1) - Ver também por exemplo KRUGMAN, P. (1990) " Rethinking International Trade " , MIT Press, Cambridge.

estatuto nacional ou internacional da grande maioria das cidades é cada vez mais determinada pelo tipo de concentração e de complexificação das actividades económicas que encerram.

Importa, por isso, encarar hoje os territórios não como *stocks* de recursos e de potencialidades genéricas, mas sobretudo enquanto realidades em processo contínuo de construção de recursos e de vantagens comparativas.

Isso, implica não só considerar a existência das unidades produtivas aí localizadas, mas exige também por outro lado, avaliar a sua interacção com o próprio território onde estão instaladas (organizações produtivas-territoriais de tipo distrito industrial e tecnológico); os níveis de articulação e interligação (interacções verticais e ou horizontais) que as caracterizam; os relacionamentos de natureza reticular em que participam (de forma a reconhecer e evitar as limitações e as fatalidades do *síndrome da filial*), com outras unidades económicas localizadas noutros territórios (AMENDOLA e GAFFARD, 1988).

Esta dimensão relacional introduz mesmo a ideia da **temporalidade na formação das vantagens comparativas inter-territoriais**, associada ao tipo, intensidade e durabilidade dos relacionamentos exteriores de cada território. Ao mesmo tempo, obriga a uma maior aproximação e **interpenetração das perspectivas estruturalista e funcionalista em que se pretendia separar a análise espacial**.

A concretização das liberdades de circulação de mercadorias, serviços e capitais tenderá, ainda, a provocar por um lado, alterações quanto à forma e ao nível do consumo privado em cada um dos territórios, e por outro, alterações na própria propriedade do património edificado, património cultural e da propriedade das empresas que não consigam competir no mercado único, bem como tornará inevitável que outras empresas e territórios procurem novas alternativas que lhes possam permitir reconstruir algumas das suas vantagens comparativas.

O modelo de integração apela mesmo para a valorização de novas fileiras económicas e dos territórios que nelas estiverem envolvidos. Fileiras definidas com base em redes (1) de cooperação institucional, técnica (CAPPELLIN, 1992) , científica, etc, entre empresas (BERTRAND e HAY, 1987; BEVENNUTI, CAVALIERI, RAFAELLI, 1992; ROSENBLAT, 1993 ; OPPENHEIM, 1995), entre cidades, entre regiões (STORH, 1990; BENKO e LIPIETZ, 1992; CREVOISIER e MAILLAT, 1991), no sentido, não só, de evitarem um relacionamento individual em relação à economia global / da União, mas também, enquanto factor de definição de novas vantagens comparativas (2) com base em critérios transnacionais de cooperação / associação.

O resultado será, assim, a coexistência de uma grande variedade de integrações territoriais simétricas e assimétricas, com vários pólos de dominação e de dependência, estruturados, obviamente, em núcleos centrais de poder, económico, cultural e político, com uma base supranacional territorializada ou transnacional ateritorializada (COVAS, 1992) geradoras, em qualquer dos casos, de **alterações no tipo de solidariedades regionais e inter-territoriais.**

A própria globalização e liberalização dos mercados de capitais provoca ou possibilita uma interligação das diferentes economias nacionais / regionais com uma expressão nunca antes possível.

(1) - A própria noção de rede enquanto elemento estruturador e elemento de ligação não é nova , à muito que as redes rodoviárias estruturam a geografia económica.

(2) - Ver por exemplo a propósito BRESSAND, A. e NICOLAÏDIS, K. (1990) " Regional Integration in a Networked World Economy " in WALLACE, W. (ed) " The Dynamics of European Integration " , The Royal Institute of International Affairs, London.

1 . 3 . 1 - A Reorganização dos Espaços e das Actividades Económicas, a Afirmação do Território Rede

Os próprios territórios ficaram assim expostos e sujeitos a enfrentar verdadeiramente processos de internacionalização. Salvaguardada a distinção clássica da Teoria Política da Integração que distingue *Internacionalização* e *Integração* , pelo facto de, no caso deste último existirem no território Instituições (em que os diferentes Estados-membros em processo de Integração estão representados) que têm como função estruturar e coordenar as relações entre os Estados e os territórios, e assegurar processos de harmonização e coerência inter-territorial.

Decorrente, do próprio modelo europeu de integração económica, monetária e política, os diferentes espaços regionais e urbanos à escala da União Europeia têm efectivamente, vindo progressivamente a desenvolver políticas mais ou menos formais de relações exteriores. Políticas que na maior parte dos casos, e em função das competências de que os diferentes territórios regionais estão acometidos, não correspondem em sentido formal a um verdadeiro exercício de actividades do tipo diplomático mas que, na prática, possibilitam atingir objectivos e efeitos muito próximos deste (NETO, 1993).

Tal, permite-lhes desenvolver verdadeiros processos de cooperação inter-regional e inter-urbana descentralizada de características e âmbito transnacional, assentes em modelos institucionais, de intensidade de cooperação / associação, escala e modelo territorial bastante diversos (cooperação inter-regional e inter-urbana transnacional territorial, funcional, exclusivas ou múltiplas, etc).

Este aspecto contribui para, o progressivo desenvolvimento à escala da União de uma multiplicidade de redes de cooperação, todas elas com uma **dimensão: i) económica** (relacionamento entre agentes económicos) ; **ii) cognitiva** (reconhecimento interno

dos parceiros da rede e projecção externa das suas potencialidades; **iii) normativa** (regras de funcionamento e de cooperação em rede) (MAILLAT, CREVOISIER e LECOQ, 1991)

Estas diferentes redes que, progressivamente se vêm afirmando no quadro da União Europeia, assentam mesmo numa multiplicidade de formas e soluções de organização interna, desde estruturas institucionais **formais** ou **informais**, **mono-funcionais** ou **multifuncionais** , a estruturas **contractuais** ou **convencionais** (PLANQUE, 1991).

Em virtude do desenvolvimento progressivo destas redes de cooperação institucional inter-regionais e inter-urbanas, os diferentes territórios deixaram de estar interligados apenas pelos relacionamentos inter e intra-empresariais de natureza transnacional (ROZENBLAT,1993), mas também por acordos entre as respectivas autoridades político-administrativas.

Muitas destas redes de cooperação inter-territorial foram desenvolvidas por intencionalidade e iniciativa da Comunidade Europeia e depois pela União Europeia enquanto acções inovadoras de desenvolvimento territorial da União, criadas no âmbito do artigo 10º do Regulamento FEDER (e que irão ser desenvolvidas no ponto 1. 3. 2. , deste Capítulo e ponto 1.1 , do Capítulo II) e assentam sobretudo numa estrutura relacional de natureza horizontal.

No entanto, muitas outras redes inter-territoriais e inter-organizacionais, já a funcionar no quadro da União Europeia, por iniciativa dos territórios e de empresas que nelas participam (ver ponto 1 . 3 . 6. deste Capítulo), apresentam formas de organização e de cooperação assentes numa multiplicidade de modelos de funcionamento bastante diversificados.

Por um lado, existem redes de cooperação com base organizacional, a que podemos chamar de **cooperação inter-regional e inter-urbana transnacional territorial** , e às

quais, de uma maneira geral, corresponde um modelo de cooperação mais ambicioso quanto aos objetivos, que consiste na maior parte dos casos, em desenvolver estratégias de cooperação multisetoriais, envolvendo não apenas empresas, mas também os sistemas socio-económicos regionais, as instituições e as administrações regionais / locais (MOLLE e CAPPELLIN, 1988; QUEVIT, 1990; VICKERMAN, 1991).

Noutros casos, as redes de cooperação assentam em modelos que têm como base critérios sobretudo funcionais - a **cooperação inter-regional e inter-urbana transnacional funcional** - exigindo, normalmente, em relação aos anteriores, um modelo de cooperação mais alargado quanto ao número de regiões-membro, não necessariamente geograficamente contíguas. Estes modelos resultam sobretudo de acordos de cooperação entre empresas localizadas em cada uma das regiões envolvidas (acordos de I&D, de marketing, etc).

Os modelos de **cooperação inter-regional ou inter-urbana exclusiva ou múltipla** , constituíram também uma outra opção, em que a principal diferença em relação aos anteriores, consiste sobretudo na decisão por parte de cada cidade ou região envolvida, em optar por uma participação num número limitado de organizações ou figuras de cooperação, ou pelo contrário, privilegiar a diversidade de participações e inter-relações.

Noutros casos, ainda, a opção consistiu em desenvolver **redes inter-territoriais ou inter-sectoriais de cooperação inter-regionais e inter-urbanas nacionais**, ou em alternativa, **redes inter-regionais e inter-urbanas ou inter-sectoriais transnacionais** .

A progressiva tomada de consciência de que a competitividade, o papel e a posição que cada uma das regiões e cidades poderá desempenhar, na União Europeia, não depende apenas dos recursos materiais e imateriais de cada uma delas, mas antes dos circuitos, redes e figuras de cooperação transnacionais em que estão envolvidas (NETO, 1993).

Paradoxalmente, a alteração das relações nacionais / internacionais entre os territórios, poderá mesmo fazer surgir a necessidade , para alguns territórios, de promoverem a

cooperação inter-regional descentralizada entre espaços urbanos, regionais ou inter-regionais do mesmo Estado-membro, como forma mais imediata de resolverem um problema, muitas vezes, de escala no relacionamento com os demais territórios da União. Na medida em que, a falta de experiência, ou mesmo a desconfiança, em relação a este novo tipo de relacionamento é naturalmente inferior, **permitindo o desenvolvimento de uma integração territorial progressiva.**

Algumas cidades e regiões pertencentes à União, optaram ainda, entre um **modelo de cooperação inter-regional e inter-urbana descentralizada bilateral e / ou multilateral.** A estratégia multilateral parece, sobretudo, adaptada a regiões economicamente mais fracas e portanto, sem capacidade de concorrer ou de se posicionar individualmente face ao mercado interno.

A experiência de relacionamento em rede desenvolve, com o tempo, **rendimentos crescentes de *interacting*** (PERRIN, 1991) e de ***learning*** (PERRIN ,1995) entre os agentes económicos e os territórios envolvidos.

Por outro lado, o funcionamento dos mecanismos redistributivos, decorrentes das políticas orçamentais nacionais pela fórmula exclusivamente nacional, como até aqui eram desenvolvidas, não tendiam a suscitar a necessidade deste tipo de cooperação territorial descentralizada a uma escala intranacional.

A abertura do mercado interno e a criação, inclusivamente, de apoios financeiros para promoção dos relacionamentos reticulares, por parte da então Comunidade Europeia veio estimular o desenvolvimento de novas estruturas de cooperação.

O desenvolvimento destas formas de cooperação institucional, tenderá mesmo a alterar os modelos de relacionamento entre os territórios subnacionais e as Instituições da União, exigindo, por esta via, **uma reinterpretação do princípio da subsidiariedade.**

O problema da definição do posicionamento relativo entre os territórios, poderá, em todo o caso , estar à partida resolvido apenas para alguns deles , aqueles que pela sua

base económica de sustentação ou pela relevância que reconhecidamente assumem a uma escala internacional (HOYT, 1992), são pontos de referência nos circuitos internacionais (financeiros, científicos, turísticos, comerciais, de património histórico, grandes cidades capitais, etc). Estes, são territórios que já ultrapassaram o processo de internacionalização, e que, por isso mesmo, possuem um estatuto internacional que lhes é atribuído pelo potencial que representam - **processo ou modelo de internacionalização passiva.**

Pelo contrário, outros territórios, concorrem (1) intencionalmente pelo reconhecimento internacional - **processo ou modelo de internacionalização activa** - com base em opções estratégicas de especialização e de posicionamento em processos de fileira.

Naturalmente que, muitos deles não têm escala para poderem ambicionar encetar quaisquer processos de internacionalização e, muitas vezes, não constituem mesmo mercados apetecíveis para a conquista de empresas não nacionais. As suas indústrias, continuarão, dentro das condicionantes sectoriais definidos para a União, a produzir como até aqui, e tendo como mercados de destino sobretudo mercados locais / regionais. Ao mesmo tempo, o âmbito territorial de deslocação das suas populações não é superior à distância até à capital regional mais próxima.

Cada vez mais, a capacidade de acesso ao mercado, depende, naturalmente, não apenas da qualidade das infraestruturas de transporte que articulam os processos de distribuição e a procura, mas também das estruturas institucionais que orientam as relações económicas internacionais.

A nova distribuição à escala comunitária dos investimentos e das estruturas produtivas, poderá, assim, conduzir ao **aparecimento de novos territórios, como consequência de processos crescentes de internacionalização das trocas e transnacionalização dos**

(1) - Ver por exemplo JAYET, H. (1993) " Territoires et Concurrence Territoriale " in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, nº1. E HALL, P. (1993) " Forces Shaping Urban Europe " , in *Urban Studies* , vol. 30 , nº 6 , June. E ainda LEVER, W. (1993) " Competition Within The European Urban System " , in *Urban Studies* , vol. 39 , nº 6.

processos produtivos, baseados em relações verticais / hierarquizáveis ou relações horizontais / solidárias, com uma definição territorial mais ou menos marcada.

Esta nova realidade, exige por parte dos territórios, tal como das empresas, a definição de estratégias de cooperação em rede, e estratégias do tipo “make or buy” (1).

A organização de processos de produção numa estrutura ou organização reticular, inter-regional e ou transnacional, é normalmente acompanhada de uma estruturação semelhante dos circuitos de mercadorias, serviços, pessoas e capitais (CAPPELLIN, 1989 ; GAMON, LIEVRE e MOREAU, 1993).

A cooperação inter-regional deve, portanto, ser entendida não apenas como instrumento privilegiado para resolver os problemas das regiões fronteiriças e das regiões com dificuldades de relacionamento externo, ou para solucionar problemas associados às minorias linguísticas ou étnicas mas, sobretudo, enquanto estratégia de promoção do desenvolvimento de regiões singulares (VICKERMAN, 1991). Por exemplo, em áreas como a articulação aos nós principais das redes de especialização económica hierárquicamente mais importantes, aos principais nós das infraestruturas de transporte , aos principais nós das redes de informação e para promoção de inovação tecnológica.

A própria economia da União Europeia, tenderá a assentar, por isso, cada vez mais numa estrutura de rede, ou conjunto de redes de articulações e interdependências, entre economias locais (cidades e regiões) (2) , fazendo por isso, cada vez mais sentido, falar do próprio sistema económico da União como um conjunto articulado e estratificado de

(1) - Ver por exemplo HINTERHUBER, H. e LEVIN, B. (1994) “ Strategic Networks - The Organisation of the Future “ in *Long Range Planning* , vol. 27 , nº 3.

E também JAQUEMIN, A. e WRIGHT, D. (1993) “ Corporate Strategies and European Challenges Post-1992 “ in *Journal of Common Market Studies* , vol. 31 , nº 4.

E ainda MURRAY, A. e MAHON, J. (1993) “ Strategic Alliances: Gateway to the New Europe ? “ in *Long Range Planning* , vol. 26 , nº 4. E ROBSON, P. (1992) “ Transnational Corporations and Economic Integration “ , Routledge , London.

(2) - Ver a propósito KRESL, P. (1992) “ The Urban Economy and Regional Trade Liberalisation “ , Praeger Publishers, New York. E MEIJER, M. (1993) “ Growth and Decline of European Cities: Changing Positions of Cities in Europe “ , in *Urban Studies* , vol. 30 , nº 6, June.

sistemas de rede e de relações económicas reticulares sociais, culturais, ...entre cidades e entre regiões.

O processo de integração económica do ponto de vista das empresas e dos sectores é sobretudo um conceito estratégico , relacional, não significa a uniformização das produções, dos processos produtivos ou dos mercados, e representa a possibilidade de desenvolvimento de novas diferenciações económicas, empresariais e territoriais.

A cooperação inter-regional transnacional descentralizada, deverá mesmo iniciar-se junto dos cidadãos e ser desenvolvida de acordo com o princípio da subsidiariedade, numa perspectiva de reconhecimento mútuo de vantagens, na repartição de resultados e no desenvolvimento de uma rede de trabalho político, administrativo e organizacional de suporte.

Cada cidade e / ou região tenderá, assim, a sentir a necessidade de afinar a produção óptima de bens e serviços que fornece, por forma a assegurar um determinado tipo de oferta, inclusivamente, funcional (1) e uma dimensão óptima (2), que possa vir a corresponder às necessidades e expectativas das empresas e das populações presentes e potenciais (3), numa perspectiva de médio e longo prazo.

As cidades e os territórios, cada vez mais, têm de tomar decisões e fazer escolhas em relação à forma como , em termos económicos , sociais , culturais, institucionais, ambi-

(1) - A cidade é cada vez mais entendida como um factor produtivo em si mesmo - a *cidade-produto* . Ver por exemplo CORADE, N. (1994) " La Metropolisation ou la Ville Retrouvée " in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* , nº 2.

(2) - Ver a propósito DREWE, P. e ROSEBOOM, H. (1993) " Limites a la Croissance Urbaine en Europe ?" in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* , nº4.

(3) - Ver por exemplo a propósito CAMAGNI, R. (1992) " Organisation Économique et Réseaux de Villes " in DERYCKE, P-H. (ed) " Espace et Dynamiques Territoriales " , Economica , Paris.

(4) - Ver por exemplo CATTAN, N. (1993) " La Dynamique des Echanges Aériens Internationaux Entre Les Grandes Villes Européennes " in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* , nº 4.

entais, etc, pretendem ser reconhecidas e sobressair em relação às demais, utilizando para tal, critérios semelhantes aos usados pelas empresas, quando definem o seu **portefólio de negócios**.

A própria viabilidade futura de cada cidade ou região está, cada vez mais, dependente do tipo de iniciativas que for capaz de desenvolver em alguns dos seguintes domínios fundamentais:

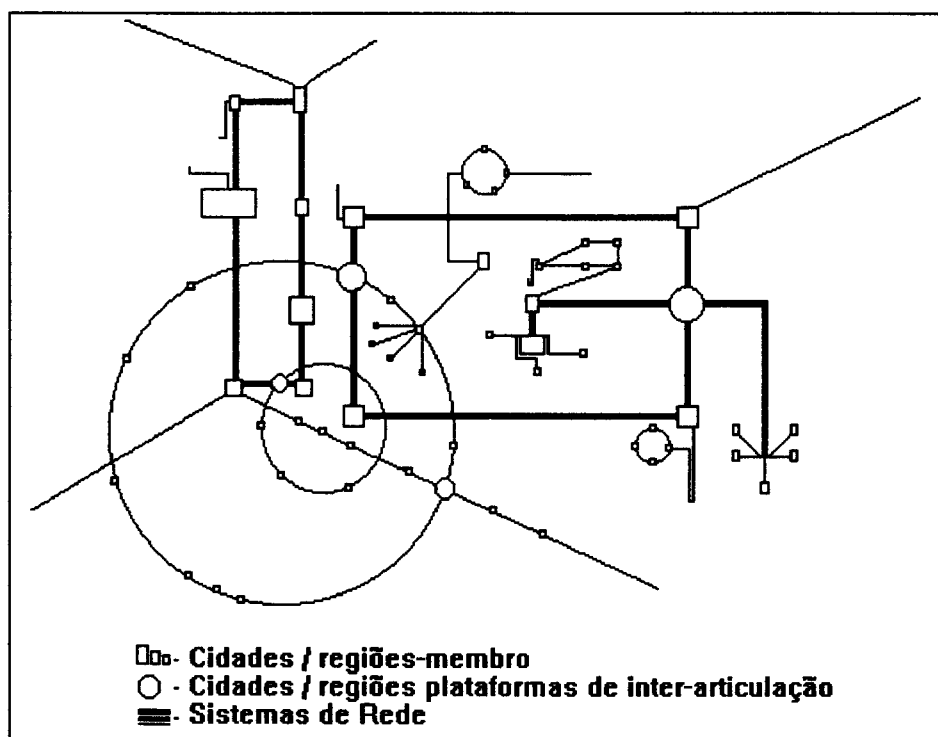
- i) desenvolvimento das tecnologias de informação e das redes de telecomunicação e de comunicação (1);
- i i) expansão de serviços estratégicos para a inovação-modernização organizacional, tecnológica e de produto, locais / regionais;
- i i i) desenvolvimento e requalificação das funções e dos sectores comercialização e distribuição (2);
- i v) internacionalização activa das actividades económicas, numa perspectiva de especialização diversificada (BEAUVIALA-RIPERT e ROUSIER, 1991) (LACOUR, 1993) e (CATIN e DJONDANG, 1992) (3) que a façam emergir como “distrito europeu “;
- v) requalificação ambiental e urbana, valorização funcional do património edificado local / regional;

(1) - Ver por exemplo CATTAN, N. (1993) “ La Dynamique des Echanges Aeriens Internationaux Entre Les Grandes Villes Européennes “ in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, nº 4.

(2) - Ver por exemplo WHITEHAND, J. (1987) “ The Changing Faces of Cities: a Study of Development Cycles and Urban Form “ , Oxford University Press, Oxford.

(3) - Ver por exemplo ainda CATIN, M. (1993) “ Performances a L'Exportation, Structures de Production et Niveaux de Development des Regions “ in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* , nº4 - “...a internacionalização das economias regionais e a territorialização do comércio internacional constituem hoje para a ciência económica um quadro analítico que deve ser interpretado como um novo paradigma. “.

Figura nº 2 - O Território-Rede



Definição de Sistemas de Rede à escala da União:

(reformulando a hierarquização dos espaços, de uma hierarquização de cidades e de regiões a uma hierarquização em redes de cidades, redes de regiões e redes de cidades e de regiões; de um relacionamento entre cidades e entre regiões, a um relacionamento entre redes de cidades, redes de regiões e redes de cidades e de regiões)

- 1) Redes inter-regionais de cooperação / especialização;
- 2) Redes inter-urbanas de cooperação / especialização;
- 3) Redes inter-organizacionais de informação;
- 4) Redes inter-territoriais de informação;
- 5) Redes inter-organizacionais e inter-territoriais de investigação, comercialização, distribuição e estratégia;
- 6) Redes de integração e compatibilização de sistemas de transporte e infraestruturas de comunicação.

v i) qualidade das infraestruturas e dos equipamentos (PORTER, 1995);

v i i) tipo de relacionamento com as regiões envolventes (1);

v i i i) grau de envolvimento em estruturas e organizações reticulares de co-
operação / especialização . As **empresas-rede** e as **redes de empresas**
(LECOQ, 1991).

O progressivo desenvolvimento das mais diferentes formas de concorrência territorial, tendem a alterar, substancialmente, as características dos territórios e dos próprios sistemas urbanos nacionais, pelo menos, quanto à forma como os entendemos hoje.

A proximidade espacial entre agentes económicos e institucionais, constitui com certeza, ainda hoje , uma vantagem qualitativa e potencial em termos de relacionamento entre diferentes agentes económicos e / ou autoridades territoriais (2). No entanto, o novo relacionamento em rede coloca em interacção agentes económicos e institucionais com localizações geográficas distintas (3) , tendendo, por isso , não só a alterar a pró-

(1) - Ver por exemplo CAPPELLIN, R. (1989) “ International Linkages Among Cities: A Network Approach”, Comunicação apresentada ao 29º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA), Cambridge. E ainda CAPPELLIN, R. (1990) “ The Role of Interregional Cooperation in International Relations : The Case of Mittel Europa “ , Comunicação apresentada 30º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA) , Istambul. E também CAPPELLIN, R. (1992) “ Technological Change and Spatial Networks in Economic Lagging Regions “ , Comunicação apresentada ao IV Congresso Mundial da Regional Science Association Internacional (RSAI) , Palma de Mallorca

E ainda CAMAGNI, R. (1989) “ Space , Networks and Technical Change: An Evolutionary Approach “ , Comunicação apresentada no Colóquio Internacional GREMI *Innovative Millieux and Transnational Firm Networks* , Barcelona. E DUPUY, C. e GILLY, J. (1992) “ Industrial Dynamics, Territorial Dynamics and Group Strategies “ , Comunicação apresentada ao IV Congresso Mundial RSAI. E também GAMON, P.; LIEVRE, P.; MOREAU, P. (1993) “ Dynamiques Inter-Urbaines et Institution Régionale: Questions de Reticularité et d’Autonomie “ in *Revue d’Economie Regionale et Urbaine* , nº 2.

(2) - Ver a propósito HANNEQUART, A. e HENNE, B. (1992) “ Developpement Economique et Structuration de l’Espace “ in *Revue d’Economie Regionale et Urbaine* , nº2.

(3) - Ver por exemplo ainda MAY, N. (1993) “ L’Amenagement du Territoire et le Systeme National Urbain: de l’Armature Urbaine aux Réseaux de Villes “ in *Revue d’Economie Regionale et Urbaine* , nº5.

pria geografia económica, como também a reestruturar no espaço, os processos produtivos e de distribuição.

A União Europeia enquanto espaço de mobilidade, não significa necessariamente uma colagem de polarizações ou de homogeneização de territórios. As estratégias de actuação em rede são, antes de mais, estratégias utilitaristas, sobre as quais, importa, cada vez mais, desenvolver um esforço no sentido de avaliar em que medida estas relações reticulares transnacionais irão condicionar no futuro, por exemplo, a organização espacial das grandes empresas multinacionais.

1 . 3 . 2 - A Política Comunitária / da União Europeia de Cooperação Interregional e Interurbana, Novas Implicações para o Relacionamento Interterritorial

Com o objectivo de contribuir para o reforço da coesão económica e social interterritorial, e cumprir um dos objectivos subjacentes ao próprio conceito de integração, que é naturalmente a necessidade de realizar a inter-articulação dos territórios (nacionais, regionais, locais) em processo de integração, levou a Comunidade Europeia a partir de 1991, a criar, intencionalmente, uma política de estímulo ao desenvolvimento de formas ou figuras de cooperação inter-regional e inter-urbana em rede (envolvendo simultâneamente diferentes territórios regionais de diferentes Estados-membros), apoiada em estruturas institucionais com carácter mais ou menos formal (1).

Este novo relacionamento inter-territorial de tipo reticular constituiu mesmo uma inovação em termos da política regional da, então, Comunidade Europeia. Ao mesmo tempo, veio reforçar os processos de relacionamento em rede entre territórios, já então em funcionamento no espaço. Com este objectivo, foram assim criadas à escala da Comunidade Europeia, trinta e oito redes inter-regionais e inter-urbanas de cooperação (ver ponto 1. 1. do Capítulo II).

A partir de 1989, a Comunidade Europeia no quadro da Política Regional, que resultou do Acto Único Europeu e da Reforma dos Fundos Estruturais de 1988, passou a desenvolver um conjunto de iniciativas e acções inovadoras enquanto instrumentos de promoção do nível de desenvolvimento dos territórios subnacionais que a compunham (2).

(1) - Ver por exemplo CCE (1994) “ Interregional and Cross-Border Cooperation in Europe: Regional Development Studies. Proceedings of the Conference on Interregional Cooperation - Regions in Partnership , Brussels, 14 and 15 December 1992 “ , OOPEC , Luxemburg.

(2) - Ver a propósito CCE (1995)“ Guia das Acções Inovadoras do Desenvolvimento Regional. “,Política Regional e Coesão, SPOCE , Luxemburgo.

Conjuntamente com as intervenções desenvolvidas no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), destinadas a subvencionar os programas que executavam as estratégias de desenvolvimento regional, acordadas entre os Estados-membros e a Comissão Europeia, nos quadros comunitários de apoio e nos documentos únicos de programação (programas conduzidos exclusivamente nas zonas e regiões declaradas elegíveis para os objectivos regionais dos fundos estruturais (1)), a Comunidade foi desenvolvendo simultâneamente aquilo a que chamou “**novas acções de desenvolvimento regional**” (2).

Estas novas acções de desenvolvimento regional, surgiram com um outro tipo de preocupações, estratégias e modelo de intervenção, constituindo por isso, uma inovação significativa nas formas de intervenção regional de ‘primeira geração’, que consistiam quase exclusivamente em acções normalmente associadas à criação de infraestruturas e equipamentos, como era o caso da grande maioria das intervenções previstas nos Planos de Desenvolvimento Regional e Planos de Reconversão e respectivos Quadros Comunitários de Apoio no período 1989-1993.

Estas novas acções de desenvolvimento regional, consistiram desde o início, sobretudo, na promoção de acções de tipo estratégico, assentes no desenvolvimento de estudos e projectos-piloto, promovidos com base no artigo 10º do Regulamento (CEE) nº 2052/88 alterado pelo Regulamento (CE) nº 2083/93, em matérias novas, em termos de política regional comunitária, como o ordenamento do território, a cooperação transfronteiriça e a criação de redes transnacionais de cooperação inter-regional e inter-urbana (3).

-
- (1) - Objectivo nº 1 - ajustamento estrutural das regiões com atrasos de desenvolvimento;
Objectivo nº 2 - reconversão económica e social das zonas industriais em declínio;
Objectivo nº 5b - diversificação das zonas rurais vulneráveis;
Objectivo nº 6 - desenvolvimento das regiões árticas muito escassamente povoadas (objectivo criado em 1 de Janeiro de 1995 como resultado da adesão dos três novos Estados-membros).
- (2) - Ver a propósito CCRE (1993) “ Villes et Regions: Ouverture Sur l’Europe “, CCRE, Paris.
- (3) - Foi também com base neste artigo 10º que foram financiados os programas de iniciativa comunitária INTERREG I e II (cooperação transfronteiriça), LEADER I e II (desenvolvimento rural), REGIS I e II (apoio às regiões ultraperiféricas), RECHAR I e II (reconversão de regiões carboníferas), RESIDER I e II (apoio às regiões siderúrgicas) e mais recentemente KONVER (reconversão de regiões com indústria militar), RETEX (reconversão de regiões textéis), PME (apoio a pequenas e médias empresas), PESCA (apoio às regiões pesqueiras) e URBAN (acções piloto e redes de cooperação entre zonas urbanas).

Esta nova intencionalidade, da Comunidade Europeia, em desenvolver e apoiar relacionamentos inter-territoriais transnacionais de natureza reticular surgiu em 1990, tendo permitido criar e desenvolver as diferentes redes de cooperação inter-regional e inter-urbana e de cooperação inter-empresarial referidas nos pontos 1. 3. 4. (deste Capítulo) e 1. 1 (do Capítulo II).

Estas acções de cooperação inter-regional de iniciativa da Comunidade / União Europeia foram organizadas em torno de três Programas comunitários que, em termos orçamentais, representaram cerca de 100 milhões de ecus e envolveram cerca de mil agentes e colectividades territoriais:

1) Programa PACTE (1)(rubrica orçamental B2-600, extra FEDER), criado em 1990 pelo Parlamento Europeu sob a forma de dois programas distintos, agrupados em Janeiro de 1994, e geridos pelo Conselho de Municípios e das Regiões da Europa (CMRE) e pela Assembleia das Regiões da Europa (ARE), permitiram que a grande maioria das colectividades territoriais da Comunidade Europeia se iniciassem na cooperação transnacional através de intercâmbios de experiências que implicavam a participação de pelo menos três colectividades ou organismos pertencentes a diferentes Estados-membros , desenvolvendo cerca de 390 projectos específicos de cooperação no âmbito do conjunto de redes inter-regionais e inter-urbanas de cooperação transnacional já mencionadas;

2) Programa RECITE , financiado no âmbito do artigo 10º do FEDER permitiu a criação da grande maioria das redes de cooperação inter-regional e inter-urbana apresentadas no ponto 1. 1. do Capítulo II . O objectivo principal deste programa consistiu em estimular o tratamento em comum (inter-regional) de questões sectoriais ou de desenvolvimento económico, no

(1) - Ver a propósito CCE (1995) “ PACTE - Cooperation Interregionale. Programme d’Echange d’Experiences “ , Bureau PACTE - ARE , Strasbourg.

sentido de potenciar sinergias e economias de escalas entre os parceiros de cada uma das redes (1).

- 3) Programas OUVERTURE / ECOS** , lançados em 1991 tinham como objectivo principal , apoiar o desenvolvimento de formas de cooperação descentralizada externa (com colectividades territoriais pertencentes a países não membros mas em relação aos quais a Comunidade Europeia assinou acordos de associação e acordos de cooperação técnica e / ou financeira), que se traduziu em cerca de 250 projectos específicos de cooperação.

Em termos globais, foram sete os principais domínios de cooperação desenvolvidos através destes três programas: **i)** Administração pública, organização e gestão de desenvolvimento territorial; **ii)** Transportes; **iii)** Tecnologia e Investigação; **iv)** Ambiente; **v)** Desenvolvimento económico (cerca de 50% do total dos projectos específicos de cooperação desenvolvidos); **vi)** Energia; **vii)** Turismo.

Os objectivos principais que estiveram na origem da criação destes programas foram os seguintes:

- 1)** promover o intercâmbio de experiências, acções inovadoras e a iniciação à internacionalização das colectividades territoriais à escala da Comunidade;
- 2)** contribuir para o reforço da coesão económica e social através da participação activa de cidades e regiões economicamente mais desfavorecidas em redes transacionais de cooperação;

(1) - Ver a propósito RECITE (1995) " Interregional Cooperation Projects. Second Interim Report on the Progress of Article 10 Interregional Cooperation Projects Funded by European Regional Development Fund " RECITE Bureau , Brussels.

- 3) estimular a afirmação à escala comunitária de pólos territoriais e de organizações que pudessem no futuro desempenhar funções *pivot* no território da Comunidade / União Europeia;
- 4) conceder algum protagonismo às colectividades territoriais face ao limitado significado que o princípio da subsidiariedade vinha assumindo em termos comunitários;
- 5) estimular a interpenetração e o inter-relacionamento entre agentes económicos e colectividades territoriais numa perspectiva transnacional, introduzindo formas de relacionamento preferencial entre territórios subnacionais.

O conjunto de experiências de cooperação inter-regional e inter-urbana, desenvolvidas no período 1991-1995 (ver ponto 1.1. do Capítulo II), no âmbito destes programas pode ser subdividido em quatro grandes categorias:

- a) experiências de cooperação transnacional entre regiões desenvolvidas e regiões economicamente menos favorecidas;
- b) experiências de cooperação nacional e transnacional entre regiões geograficamente contíguas;
- c) experiências de cooperação transnacional entre regiões ou agentes económicos em matérias de interesse comum;
- d) experiências de cooperação que constituem uma combinação das três anteriores.

Para o período 1995-1999, nas acções a desenvolver pela União Europeia no âmbito do artigo 10º do Regulamento FEDER (CE) nº 2083/93 (JO CE nº L 193 de 31.07.93), a União irá apoiar a implementação de projectos-piloto de cooperação inter-regional e

inter-urbana a serem desenvolvidos em torno de, nove grandes áreas e , em relação às quais, promovem a criação de redes formais / informais de cooperação transnacional inter-regionais e inter-urbanas (1):

1) Cooperação inter-regional interna (entre colectividades territoriais regionais ou locais da União) em matéria de: **i)** acções de cooperação entre agentes públicos e privados sobre modernização da administração territorial e técnicas de desenvolvimento local; **ii)** instauração de projectos de interesse comum sobre valorização de um potencial endógeno específico, melhoria do acesso das pequenas e médias empresas ao mercado da União, desenvolvimento da parceria inter-regional, melhoria da oferta de serviços comuns de apoio às PME ; **iii)** em domínios de complementaridade com outras políticas da União (1).

2) Cooperação inter-regional externa (entre colectividades territoriais regionais ou locais da União e colectividades territoriais de países terceiros da Europa de Leste e do Mediterrâneo) em matéria de: **i)** acções de cooperação entre agentes públicos e privados sobre modernização da administração territorial e técnicas de desenvolvimento local; **ii)** instauração de projectos de interesse comum sobre valorização de um potencial endógeno específico, melhoria do acesso das pequenas e médias empresas ao mercado da União, desenvolvimento da parceria inter-regional, melhoria da oferta de serviços comuns de apoio às PME ; **iii)** em domínios de complementaridade com outras políticas da União (2).

3) Cooperação destinada a integrar o conceito de sociedade da informação (entre colectividades territoriais regionais ou locais da União) em

(1) - O calendário de publicação de convites à apresentação de propostas decorrerá entre Setembro de 1995 e Maio de 1998.

(2) - Cada rede de cooperação deverá envolver entre três a sete colectividades territoriais (associando os agentes económicos e sociais locais / regionais)pertencentes a pelo menos três Estados-membros e deverá abranger regiões elegíveis para o objectivo nº1 e / ou nº6 e pelo menos uma colectividade territorial (associando os agentes económicos) pertencentes a um Estado não membro.

matéria de : i) definição de estratégias para o desenvolvimento de uma sociedade de informação nas regiões menos desenvolvidas da União através da parceria entre agentes públicos e privados; ii) instalação e desenvolvimento de aplicações inovadoras baseadas nas tecnologias da comunicação e da informação, relativas, nomeadamente, à criação de emprego em novas actividades económicas dando prioridade aos sectores de forte potencial de desenvolvimento económico regional (1).

4) Cooperação destinada a apoiar a inovação e a transferência tecnológica (entre colectividades territoriais regionais da União) em matéria de:

i) elaboração de estratégias de inovação regional através da parceria entre agentes regionais (cooperação entre empresas, apoio a organismos de serviços a empresas, apoio a organismos de investigação e desenvolvimento tecnológico) ; ii) lançamento de projectos-piloto de transferência de tecnologia no sentido de promover a difusão da investigação em empresas susceptíveis de produzirem um impacto positivo nos sectores económicos mais relevantes para o desenvolvimento das regiões economicamente menos desenvolvidas (2).

5) Cooperação baseada nas jazidas de emprego (entre territórios da União com pelo menos 200 000 habitantes e que associem colectividades territoriais regionais e locais, agências de desenvolvimento, fundações e empresas) em matéria de: i) elaboração de estratégias supra-locais e locais asso-

(1) - Cada rede de cooperação deverá envolver entre três a seis colectividades territoriais (associando os agentes económicos e sociais locais / regionais) pertencentes a pelo menos três Estados-membros e deverá abranger regiões elegíveis para o objectivo nº1 e/ou nº6 em percentagem correspondente a um terço do número de colectividades participantes.

(2) - Cada rede de cooperação deverá envolver entre três a seis colectividades territoriais (associando os agentes económicos e sociais locais / regionais) pertencentes a pelo menos três Estados-membros e deverá abranger regiões elegíveis para o objectivo nº1 e/ou nº6 em percentagem correspondente a um terço do número de colectividades participantes.

ciadas à supressão dos obstáculos ao desenvolvimento do emprego de proximidade, com base na solvabilidade da procura, formação profissional e estruturação da oferta (criação de empresas); i i) projectos-piloto que apoiem a instalação de novas estruturas de intermediação e engenharia financeira de apoio a novas actividades.

6) Cooperação de carácter cultural (entre colectividades territoriais regionais e locais da União, associando os agentes económicos públicos / privados locais / regionais) em matéria de: i) património histórico, arquitectónico, industrial e tecnológico, artesanal , musical; i i) desenvolvimento de iniciativas culturais em rede (1).

7) Cooperação em matéria de projectos-piloto de ordenamento do território (entre colectividades territoriais regionais e locais da União) (2) em matéria de : i) desenvolvimento de projectos-piloto de cooperação em zonas específicas tais como zonas costeiras , zonas rurais , zonas de montanha , etc ; i i) desenvolvimento de acções-piloto em grandes espaços transnacionais europeus de ordenamento do território (ver ponto 1. 3. 8. deste Capítulo I) europeu ou, em outros espaços representados por diversos Estados-membros ou por grupos de regiões que desejem cooperar em domínios de prioridade comuns.

(1) - Cada rede de cooperação deverá envolver parceiros de colectividades regionais ou locais pertencentes a entre três e seis regiões diferentes e de pelo menos três Estados-membros.

(2) - A verificação de contiguidade geográfica entre os parceiros da rede é condição fundamental para merecer o financiamento da União. A parceria , observará sempre o elemento comum de vizinhança, mesmo que resulte da localização em comum em grandes espaços, como o Arco Atlântico e outros já referidos. Para além deste aspecto, a cooperação em matéria de ordenamento do território terá naturalmente de ter um âmbito multisectorial , devendo incluir nos objectivos de cooperação aspectos como: i) sistemas urbanos e equipamentos colectivos; i i) infra-estruturas territoriais; i i i) actividades económicas; i v) património natural e histórico; v) aspectos normativos associados ao planeamento e ordenamento territorial, na medida em que variam de um Estado-membro para outro.

- 8) Cooperação em matéria de projectos-piloto urbanos** (entre autoridades locais de cidades da União com, regra geral, pelo menos 100 000 habitantes) em matéria de: i) correcção dos efeitos de crescimento urbano desequilibrado e promoção de uma melhor planificação das zonas periurbanas; i i) ordenamento de espaços verdes e regeneração de zonas urbanas com dificuldades ambientais; i i i) revitalização económica dos centros históricos e valorização de bens culturais em cidades de média dimensão; i v) energias renováveis e tratamento de resíduos.
- 9) Cooperação no âmbito da Convenção DIRECTORIA das colectividades territoriais: bolsa de cooperação para as colectividades regionais e locais** (entre autoridades territoriais regionais e locais, agentes económicos e sociais, públicos e privados e suas organizações representativas) tem como objectivo principal, a organização de encontros entre autoridades territoriais , no sentido de promover parcerias e candidaturas às redes de cooperação anteriores.

Entre 1989 e 1999, estas acções desenvolvidas no âmbito do artigo 10º do Regulamento FEDER, representaram, em termos de financiamento comunitário, cerca de 326 milhões de ecus (100 milhões de ecus para cooperação inter-regional e inter-urbana intra e extra-Comunidade Europeia), e para o período 1995-1999 , o orçamento previsto para este tipo de acções é de cerca de 400 milhões de ecus (180 milhões de ecus para a cooperação inter-regional e inter-urbana).

No entanto , mais do que pelo montante em si que, comparativamente com o total dispendido no âmbito da Política Regional Comunitária nos mesmos períodos representa apenas uma pequena parte, estas acções são sobretudo importantes pelo conhecimento e experiência acumulada que proporcionaram aos territórios e organizações que nelas estiveram envolvidos.

Os montantes disponibilizados, neste caso, não constituem o seu aspecto central , mais importante neste caso é, por um lado, avaliar a intencionalidade com que foram criadas, e por outro, antecipar os seus efeitos, o tipo de resultados que permitiram alcançar e a experiência relacional que possibilitaram (ver ponto 1. 1. do Capítulo II), que já não pode ser invertida e não deve ser desprezada.

Em relação a estas experiências, importa ainda prever o tipo de implicações que poderão determinar, em termos das suas implicações espaciais.

Importa ainda, recordar que, actualmente, quase todas as iniciativas comunitárias / da União Europeia exigem este mesmo modelo de participação reticular (envolver parceiros dos diferentes Estados-membros e ou de diferentes territórios subnacionais pertencentes a diferentes Estados-membros), desde os programas de iniciativa comunitária de âmbito regional ou sectorial, ao programa-quadro de investigação científica e tecnológica da União.

Isto significa que, por vezes, de uma forma directa e outras indirecta , a União está hoje permanentemente, a estimular este tipo de relacionamentos .

Daí, resulta, absolutamente, fundamental proceder à avaliação deste tipo de iniciativas e reconhecer a sua importância enquanto instrumentos de promoção de políticas novas de articulação inter-territorial, e de promoção indirecta de estratégias de desenvolvimento territorial , afirmando-se eventualmente, como o embrião de um novo critério de racionalização das intervenções regionais da União.

Por outro lado, importa também antecipar as suas consequências quanto a implicações futuras, por exemplo, em relação ao tipo de expectativas geradas nas diferentes autoridades político-administrativas regionais e locais à escala da União, bem como, quanto aos efeitos deste tipo de iniciativas na remodelação futura das especializações económicas dos diferentes territórios subnacionais.

Bem como ainda, quanto ao respectivo papel em termos do reforço da transnacionalização dos processos produtivos e das fileiras económicas (que cada vez mais caracteriza a economia da União), e sua avaliação enquanto políticas económicas específicas.

1 . 3 . 3 - A Futura Distribuição Territorial dos Investimentos e das Estruturas de Produção à Escala da União. A Alteração das Vantagens Comparativas Inter-territoriais e o Surgimento de Novos Territórios em Declínio ou Ascensão.

Um dos impactos espaciais, eventualmente mais importantes do processo de integração europeia, prende-se com os efeitos das políticas de integração em termos da alteração progressiva da distribuição territorial dos investimentos e das estruturas de produção à escala da União.

A prosperidade ou sobrevivência futura das cidades e das regiões está fundamentalmente dependente , já o dissemos , **das respectivas capacidades de atrair e reter as populações e as actividades produtivas**, tendo sempre presente que, as características que numa determinada cidade ou região atraem a actividade económica tendem a alterar-se ao longo do tempo, tal como as condições de fixação ou localização das populações, agentes económicos e instituições (1).

Os processos de inovação que possibilitam a reabilitação ou a reinvenção de factores de atractividade, e que permitam perpetuar no tempo as vantagens competitivas de cada território, não se difundem homogeneamente pelo espaço. A capacidade de cada cidade ou região para gerar ou absorver processos de difusão espacial de inovação (PLANQUE, 1983), está, sobretudo, dependente da:

- 1) existência de uma procura local / regional de inovação;

(1) - Ver a propósito CCE (1993) “ New Location Factors for Mobile Investment in Europe “ , Regional Development Studies, OOPEC , Luxemburg. E também CCE (1992) “ The Economic and Social Impact of Reductions in Defence Spending and Military Forces of the Regions of the Community “ Regional Development Studies , OOPEC , Luxemburg.

- 2) existência de uma oferta local / regional de inovação;
- 3) existência de uma capacidade local / regional de remuneração da inovação ;
- 4) existência de capacidade local / regional de inserção técnica e social da inovação.

Cerca de três quartos de todos os contratos públicos de investigação realizados em território da União, incluindo os financiados pela Comunidade / União Europeia, concentram-se num número reduzido de “ ilhas europeias de inovação “ (Great London , Rotterdam / Amsterdam , Île de France, região do Rhur , Frankfurt, Stuttgart, München , Lyon /Grenoble , Torino , Milano), que tendem a trabalhar em conjunto, como parte de uma rede altamente seleccionada. A grande maioria das actividades de inovação de base científica na União, envolvem laboratórios e empresas localizadas nestes núcleos (1).

Em contrapartida, os laboratórios e empresas localizados em regiões periféricas da União, participam em apenas 5 % a 8 % das redes. Quanto maior é a distância geográfica em relação às “ ilhas de inovação “, mais os parceiros tendem a ser laboratórios, em vez de empresas, e mais especializados tendem a ser os projectos (CCE, 1994).

A alteração das vantagens comparativas / competitivas inter-territoriais está também, muitas vezes, associada à modificação do próprio **potencial de exportação de cada território** . Potencial este, que depende sobretudo de (CATIN, 1993) :

- 1) Grau de industrialização regional / local;
- 2) Dimensão e autonomia dos estabelecimentos industriais aí localizados (2);

(1) - Ver a propósito JO CE nº C 013 de 17.01.94 sobre Centros Europeus de Inovação.

(2) - E grau de flexibilidade reactiva, de antecipação e inovação, estratégica e organizacional das empresas aí instaladas.

- 3) Grau de implantação de indústrias ou serviços não nacionais;
- 4) Potencial tecnológico e de inovação;
- 5) Características e interdependência dos serviços de apoio à produção locais / regionais;
- 6) Grau de diversificação da produção.

A assimetria é, geralmente, a regra que preside sempre às relações, ou relacionamentos internacionais (BARTOLI, 1991), mesmo os decorrentes de processos económicos e políticos de integração, signifiquem estes, trocas transnacionais de mercadorias, transferências e deslocções de capitais, e / ou movimentações transnacionais de populações e de populações activas. Estes, realizam-se sempre envolvendo agentes económicos e territórios, com níveis desiguais de desenvolvimento e localizados em espaços distintos do território.

O próprio conceito-objectivo de integração, implica, exactamente, um acréscimo progressivo nesses relacionamentos, de forma a diluir todo o tipo de fronteiras entre os diferentes Estados-membros e respectivas economias , no sentido de, substituir relacionamentos inter-estaduais por relacionamentos inter-territoriais transnacionais. De um modelo de tipo estático, com base, apenas, em fluxos de natureza comercial, a um modelo de natureza dinâmica com base na interpenetração dos territórios, em que os fluxos populacionais, comerciais, de deslocação de infraestruturas, equipamentos , e capitais; as alterações na repartição territorial das especializações e actividades económicas, serão apenas os aspectos exteriores mais visíveis.

Estas alterações são acompanhadas de **modificações de natureza estrutural nas actividades económicas e nos relacionamentos inter-organizacionais nos diversos**

territórios, donde resulta um mosaico de zonas de prosperidade, lado a lado, com zonas de declínio (CCE , 1995).

A distinção e o afastamento, quanto às expectativas e aos resultados esperados ou verificados entre **os processos formais e informais da integração**, faz acrescer a imprevisibilidade do sistema quanto aos seus reais efeitos sectoriais e territoriais.

Os processos informais de integração, consistem em resultados que decorrem, naturalmente, do enquadramento legal definido para o funcionamento dos mercados na União Europeia. Estes, não resultam directamente das decisões políticas em si, mas sim da adaptação que o funcionamento das economias faz dessas decisões, e dos efeitos práticos que decorrem da sua implementação (combinação destas decisões político / institucionais com as dinâmicas dos mercados, o funcionamento das redes inter-territoriais, redes inter-organizacionais e das dinâmicas sociais em desenvolvimento).

Os processos formais de integração, consistem nas alterações regulamentares e legislativas que decorrem das decisões políticas de funcionamento das Instituições da União Europeia, e que, naturalmente, constituem o enquadramento legal ao funcionamento e desenvolvimento da integração.

Os processos formais e informais têm inclusivamente dinâmicas e ciclos de desenvolvimento totalmente distintos. Enquanto, os processos informais têm uma ocorrência de tipo contínuo e uma velocidade de desenvolvimento superior, os processos formais têm uma evolução de natureza mais descontínua, de decisão a decisão , de Tratado a Tratado.

Tal, permite que, por vezes, sejam, sobretudo, os processos informais a influenciar o desenvolvimento dos processos formais subsequentes, e noutros casos, exista uma evidente dissociação entre os processos políticos e as aspirações reais dos agentes e das organizações.

Esta integração económica e política dos Estados-membros, e, conseqüentemente, dos respectivos territórios infranacionais está já a gerar novas regiões em declínio de desenvolvimento económico, como resultado do funcionamento do mercado interno e da nova distribuição geográfica dos investimentos, alterando os estádios em que se encontram, em termos do próprio Ciclo de Vida de cada território (1).

(1) - Ver a propósito por exemplo MIAAL, H. (ed) (1994) “ Redefining Europe: New Patterns of Conflit and Cooperation “ , Pinter Publishers, London.

1 . 3 . 4 - A Política Empresarial da Comunidade / União Europeia . Novas Implicações Organizacionais, Novos Relacionamentos Inter-Empresas e a Reorganização Inter-Sectores à Escala do Território da União

A preocupação em definir ou reforçar estratégias de cooperação inter-regional trans-fronteiriças e transnacionais, está também presente na Política empresarial da União.

Por um lado, através dos artigos 85º, 86º, 92º e 93º , já inscritos no próprio Tratado de Roma (artigos relativos à Política de Concorrência), a União pretende condicionar e regulamentar: i) a definição de estratégias de concentração ou fusão de empresas à escala da União; i i) o desenvolvimento de acordos ou práticas concertadas entre empresas que tenham por objectivo alterar as condições de concorrência de forma a influenciar significativamente as relações comerciais entre os Estados-membros; i i i) evitar situações do tipo abuso da posição dominante por parte das grandes empresas.

Por outro lado, a Comunidade / União Europeia , sobretudo a partir de 1988, vem desenvolvendo um conjunto de programas e instrumentos que têm como objectivo promover formas de cooperação entre pequenas e médias empresas à escala comunitária, por forma a incentivar a inter-articulação empresarial.

Neste sentido, a Comunidade veio estimular o desenvolvimento de redes de apoio a empresas, e de redes empresariais de cooperação (associações de empresas, intercâmbio de informação, promoção de redes transnacionais de subcontratação, cooperação em matéria de inovação e transferência de tecnologia, etc), de graus distintos de intensidade e comprometimento, mas que de uma forma ou de outra, contribuem para reforçar o fenómeno , já referido , da progressiva internacionalização das empresas (1) e transna-

(1) - Ver por exemplo ROOS, J. (1994) “ European Casebook on Cooperative Strategies “ , EAP, European Casebook Series on Management, Prentice Hall, New York.

cionalização dos processos produtivos, com base em estruturas e relacionamentos de tipo reticular:

- 1) Rede EUROGABINETES e Rede EURO-INFO-POINTS** destinam-se a assistir , informar e aconselhar as empresas em matérias relativas à União (constituem as infraestruturas mais básicas de suporte ao relacionamento inter-empresarial à escala da União);

- 2) Rede BUSINESS COOPERATION NETWORK (BC-NET)** rede que reúne cerca de 600 consultores de empresas, repartidos por todo o território da União , e tem como objectivo correlacionar a Oferta e a Procura de co-operação transnacional entre pequenas e médias empresas, em matérias como a distribuição, financiamento, cooperação técnica, tecnológica e sub-contratação;

- 3) Rede BUREAU DE RAPPROCHEMENT DES ENTREPRISES(BRE)** tem como objectivo estabelecer o contacto directo entre empresas que desejem encontrar parceiros de cooperação à escala da União;

- 4) Programa EUROPARTENARIAT** tem como objectivo estimular a co-operação entre empresas localizadas nas regiões mais desfavorecidas da União (regiões Objectivo nº 1) e nas regiões em declínio industrial (regiões Objectivo nº 2) e empresas localizadas nas restantes regiões da União (1);

- 5) Programa de Apoio à Subcontratação Transnacional** , como o próprio nome indica, trata-se de um programa de iniciativa da Comunidade / União Europeia , no sentido de estimular o desenvolvimento transnacional de fileiras de produção , em que , entre outros aspectos, se incluiu a criação de um centro europeu de documentação sobre subcontratação;

(1) - No âmbito do Programa EUROPARTENARIAT , no período 1989-1993 efectuaram-se cerca de 60 000 contactos entre empresas à escala da Comunidade.

- 6) **Rede European Venture Capital** , o objectivo principal deste programa consiste em, fomentar a criação de empresas na União, reforçando as possibilidades de financiamento à disposição das novas empresas e melhorando a qualidade e a viabilidade dos projectos de gestação, através de vinte e quatro fundos de *capital semente* , repartidos pelo território da União.
- 7) **Rede EBN de Centros de Empresas e de Inovação** , trata-se de uma rede de *ninhos de empresas* ;
- 8) **Rede SPRINT** , o programa-rede Sprint tem como objectivo apoiar a transferência de tecnologia entre pequenas e médias empresas, através de pequenas redes de consultores de empresas especializadas, colocando em contacto as empresas interessadas e apoiando o processo de negociação.

Efectivamente, quer através da Política de Cooperação Inter-regional e Inter-urbana , como da própria Política Empresarial, é bem visível a preocupação da União em, por via institucional , ou por intermédio das políticas da União, promover os relacionamentos inter-territoriais e inter-organizacionais reticulares de âmbito transnacional.

Inclusivamente, em termos do Direito da União Europeia **têm vindo progressivamente a aparecer iniciativas legislativas no sentido, exactamente, de facilitar este tipo de relacionamentos organizacionais transnacionais**. A criação do **Agrupamento Europeu de Interesse Económico (AEIE)** enquanto instrumento de cooperação transnacional colocado à disposição das empresas, desde 1 de Julho de 1987 (JO CE nº L 199 de 31.07.85), permitiu-lhes exercer conjuntamente algumas das suas actividades (por exemplo, formação de consórcios multidisciplinares entre empresas).

O AEIE foi mesmo, a primeira entidade jurídica regida, directamente, pelo direito comunitário.

Para além da importância que tem vindo a assumir em termos económicos, (sobretudo em termos de economia industrial), tem permitido mesmo contornar algumas das disposições da Política de Concorrência da Comunidade / União Europeia , especialmente, no que diz respeito às possibilidades de concentração entre grandes empresas. O AEIE é, ainda, a figura jurídica de direito europeu que tem possibilitado a criação da quase totalidade das estruturas formais de cooperação inter-regional e inter-urbana que dão suporte às redes inter-regionais e inter-urbanas de iniciativa comunitária (já referidas em 1. 3. 2. , deste Capítulo , e 1. 1. do Capítulo II) (1) , e também outras tantas figuras inter-territoriais e inter-sectoriais de cooperação que vão sendo constituídas, à escala da União, por iniciativa dos próprios territórios envolvidos (2).

Para além do AEIE , a Comunidade / União Europeia tem vindo progressivamente, também, a desenvolver outras figuras jurídicas de Direito da União Europeia, que possibilitam a criação de organizações de natureza europeia - **os novos instrumentos e figuras de cooperação / integração institucional activa no quadro da União Europeia** - . Este é o caso do Estatuto da Sociedade Anónima Europeia (JO nº C 176 de 8.07.91), do Estatuto da Associação Europeia, Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia e Estatuto da Mutualidade Europeia (COM (91) 273 final , 5 de Março de 1992).

(1) - Por exemplo em 31 de Janeiro de 1991 foi constituído um Agrupamento Económico de Interesse Europeu (AEIE) entre organismos públicos / privados de apoio ao desenvolvimento localizados em regiões pertencentes à rede Arco Atlântico.

(2) - É o caso por exemplo do AEIE criado entre Navarra (E), Pau (F) e Mathieu (F) para cooperação em termos do sector agro-pecuário . E do AEIE ECOM constituído pelas Câmaras de Comércio de Letterkenny (IRL) e de Londonderry (UK), etc.

1.3.5 - As Implicações Geográficas da União Europeia. Os Territórios *Centrais* e os Territórios *Periféricos*.

A natureza periférica de alguns espaços regionais e urbanos (as regiões periféricas e as regiões ultra-periféricas ou insulares), constitui, outro factor de desigualdade em termos de acessibilidade aos mercados da União, representando para essas cidades e regiões um problema de afastamento, em relação ao *centro* das respectivas economias nacionais e, naturalmente também, ao *centro* da União Europeia, quer em termos económicos quer em termos geográficos.

No “Terceiro Relatório Periódico sobre a Situação e Evolução das Regiões” (CCE, 1987), as regiões eram já classificadas como *regiões centrais*, *regiões intermédias* e *regiões periféricas*, em função da sua distância geográfica relativamente a todas as outras regiões da Comunidade, ponderada pelo respectivo Produto Interno Bruto regional .

Esta, constitui assim, a primeira tentativa da Comunidade para dar um conteúdo operacional à noção de perifericidade. Os territórios (NUT II) considerados como centrais, foram naturalmente os territórios pertencentes à, então, Alemanha Ocidental, Holanda, Bélgica, e Luxemburgo. Os territórios (NUT II) considerados mais periféricos foram os pertencentes à Irlanda , Grécia , Espanha e Portugal.

A análise territorial do processo de integração , tendo em conta a noção de território-rede e de afirmação progressiva de economias de rede, poderá constituir, em relação a este aspecto, uma solução institucional para contrariar a perifericidade de alguns territórios , sobretudo no que diz respeito à **perifericidade relacional** , que é outra das características dos territórios regionais economicamente menos desenvolvidos.

Neste sentido, e ainda sobre perifericidade, o “Quinto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade”(CCE, 1994) , desenvolve um Estudo, à escala territorial NUT III (Nomenclatura de Unidades Territoriais nível III) , no sentido de, avaliar o grau de acesso de 194 centros económicos da União, dos países AECL, e da Europa Central, para pessoas que se desloquem a partir de territórios (NUT III) da União.

Os territórios periféricos, caracterizam-se quase sempre por uma baixa densidade demográfica e são , normalmente , regiões que enfrentam processos graves de envelhecimento das respectivas populações e um *deficit* migratório crónico.

Estas regiões, caracterizam-se sobretudo, em termos de especialização económica, por uma particular relevância do sector agrícola e, pela incorporação de elevados custos de transporte para acesso a mercados exteriores, como consequência da sua posição geográfica periférica (UHRICH, 1985; FUSTIER, 1995); caracterizam-se , ainda, por uma forte insuficiência de infraestruturas e elevado custo de oportunidade para os investimentos públicos e privados. Tal, constitui uma herança que muito pouco jogará a seu favor, num momento de crescente concorrência inter-territorial.

Algumas destas características , são comuns também aos territórios rurais, justificando-se, por isso, alguma apreensão quanto ao papel futuro destes territórios.

1 . 3 . 6 - Os Efeitos da Integração sobre as Grandes Áreas Metropolitanas à Escala da União, sobre as Capitais Nacionais, Capitais Regionais e Cidades de Pequena e Média Dimensão. A Construção do Sistema Urbano Europeu.

As grandes áreas metropolitanas da União, bem como, as capitais nacionais dos diferentes Estados-membros , e muitas das cidades de pequena e média dimensão, etc, tenderão também, elas próprias, a ficar sujeitas aos impactos territoriais da integração.

As redes urbanas de cada Estado-membro diferem substancialmente umas das outras , e por isso , o próprio significado e dimensão ou escala relativa de cada um destes conceitos (área metropolitana, capital nacional, cidade de pequena e média dimensão) diferem muito segundo os casos, o que, desde logo, constitui só por si, um novo factor de concorrência inter-espacial entre cada um desses níveis, por um lado, e entre todos os níveis entre si, por outro.

A nova concorrência inter-espacial poderá vir a alterar a posição relativa que cada cidade irá representar , futuramente, na sua rede urbana nacional , e simultâneamente, na própria rede urbana da União, sendo, ainda, previsível o progressivo desaparecimento de algumas das actuais pequenas cidades administrativas, industriais ou de serviços, que se poderão transformar, progressivamente, em *cidades providência* (1).

A União Europeia, constitui a zona mais urbanizada do mundo, cerca de oitenta por cento dos cidadãos da União vivem em cidades, enquanto, cerca de oitenta por cento do seu território é constituído por zonas rurais. Apesar das diferenças, o norte e o sul da União, vêm adquirindo uma característica comum, o aparecimento de um sistema urbano

(1) - Ver a propósito SHURMER-SMITH, L. e BURTENSHAW, D (1994) “ Degradação e Rejuvenescimento Urbano “ in PINDER, D. (org) “ Europa Ocidental. Desafios e Mudanças ” , Celta Lisboa.

mais descentralizado em que as grandes zonas metropolitanas conhecem uma expansão mais lenta, ou perdem mesmo população.

Ao mesmo tempo, regista-se um crescimento de cidades intermédias, com base em critérios de localização vantajosa, melhores comunicações e melhor ambiente (CCE, 1992), o que poderá ainda reforçar o processo referido no parágrafo anterior.

Ainda assim, a intensidade dos processos de urbanização na União diferem bastante entre Estados-membros. Os países do centro e do norte da União, conheceram o grande fenómeno de urbanização, sobretudo durante a década de sessenta, e países como a Grécia, Itália e Espanha apresentam já, também, taxas de urbanização muito próximas da média da União (80%), respectivamente 64% , 69% e 79%. No entanto, outros Estados-membros, registam ainda , taxas de urbanização muito inferiores, como é o caso de Portugal (36%) e da Irlanda (58%) (CCE, 1995) (1) .

Em 1990 a Comunidade Europeia tinha cerca de 3 560 cidades com mais de dez mil habitantes, e 169 com mais de duzentos mil habitantes (CCE, 1995) o que demonstra bem a concentração territorial do mercado europeu e da sua base económica de sustentação. Tendo em conta que, no centro e norte da União, a paisagem se caracteriza, sobretudo, pela existência de uma densa rede de zonas urbanas, em que, um grande número de cidades importantes estão relativamente próximas umas das outras. Tal, significa que, este conjunto de cidades mais importantes, se localizam, maioritariamente, numa mesma zona territorial da União.

Por outro lado, nos 179 territórios NUT II analisados no ponto 1 . 2 deste Capítulo, localizam-se nalguns deles , mais do que uma cidade com estas características

(1) - Ver a propósito LABORDE, P. (1994) " The Spatial Evolution of West European Cities 1950 - 1990" e LEONTIDOU, L. (1994) " Mediterranean Cities: Divergent Trends in a United Europe " ambos incluídos em BLACKSELL, M. e WILLIAMS, A. (ed) *The European Challenge. Geography and Development in the European Community* , Oxford University Press , New York.

Ver ainda CLOUT, H. (1994) " Europe's Cities in the Late Twentieth Century " , Royal Dutch Geographical , Utrecht / Amsterdam.

coincidindo com os territórios que apresentam níveis de desenvolvimento superiores. Em contrapartida, existe um outro conjunto em que, não se localiza nenhuma das grandes cidades, o que reforça, por esta via, as dificuldades desses territórios em alterar o diferencial de desenvolvimento já existente.

O facto de existirem 3 560 cidades da União com pelo menos dez mil habitantes, coloca-lhes também dificuldades quanto à sua capacidade de diferenciação, de especialização económica, e posicionamento no sistema urbano da União, acrescendo-se também por esta via a concorrência inter-territorial. Aspecto tanto mais reforçado, pelo facto da integração territorial tender a gerar como que, uma horizontalização das próprias hierarquias urbanas nacionais.

O modelo ou o tipo de especialização económica ou as características específicas de cada cidade / território, eram até aqui, só por si, factores de reconhecimento e de diferenciação, mais que não fosse, por razões de natureza histórica, de afirmação e reconhecimento do passar do tempo e de desempenho de um determinado papel funcional, de cada uma dessas cidades / territórios dentro do sistema territorial de cada Estado, em cada momento histórico.

O relacionamento em mercado aberto, não só elimina este tipo de hierarquização nacional dos territórios, como, também, banaliza e tem um efeito redutor em relação a este tipo de factores tradicionais de diferenciação territorial (1).

Na medida em que, existe à escala da União, uma multiplicidade de cidades ou territórios agrícolas, territórios industriais, e especializações territoriais com base neste ou naquele sector, tal exigindo por isso, cada vez mais, a definição de um modelo de afirmação / di-

(1) - Ver a propósito LAWTON (1989) "... the rise and fall of great cities..." ; CHESHIRE (1990) "...explaining the recent performance of the european community major urban regions".

ferenciação dos territórios com base em critérios de natureza qualitativamente superior, dando verdadeiro sentido à **necessidade de desenvolver iniciativas de planeamento estratégico e de marketing territorial** (1).

Verifica-se também a necessidade de afirmação progressiva de uma **Economia Política Territorial**, desenvolvida por cada um dos territórios subnacionais enquanto estratégia dirigida e sistemática de reposicionamento face ao mercado aberto, e também, pelas Instituições da União, enquanto objectivo de integração da vertente territorial em todas as políticas sectoriais e horizontais a desenvolver pela União.

Tanto mais que, as próprias políticas regionais e urbanas tendem em assentar cada vez mais em factores de natureza imaterial (imagem, inovação, atractividade), sendo por isso , cada vez mais difíceis de gerir e instrumentalizar por parte de cada um dos territórios. Actualmente, cada solução é em termos de durabilidade e de permanência, cada vez mais volátil, exigindo uma revalorização permanente e um tipo de gestão territorial cada vez mais *just in time*.

Donde, resulta uma tipo de concorrência inter-espacial cada vez mais sofisticada e mais difícil de enfrentar, sobretudo para os territórios que se caracterizam por mode-los de especialização económica ou relacional mais indiferenciada, quer em termos de nível de desenvolvimento económico, de inovação e / ou de valor acrescentado gerado, quer em termos de reconhecimento ou capacidade de relacionamento a um nível transnacional.

Por outro lado, a grande maioria das grandes cidades europeias encontra-se num período de transição, em termos de fase de desenvolvimento urbano (HALL e HAY, 1980 e DER BORG et al., 1982). Isto é, entre um período de desurbanização e de reurbanização (HATEM, 1993) o que, só por si, parece aumentar a turbulência na concorrência espacial pela afirmação, à escala da União, mesmo entre estes centros urbanos de primeiro nível.

(1) - Ver a propósito AYDALOT e CAMAGNI (1986) "...tertiarisation e development des metropoles.."; CAMAGNI(1990); CONTI e SPRIANO(1989); KLASSEN e VAN DER BERG (1989);PLANQUE (1990); KNIGHT (1984) "...the advanced industrial metropolis: a new type of World city..."

Neste contexto, é, cada vez mais, necessário que os responsáveis mais directos pela administração de cada território, tenham a consciência de que, no limite, são sempre as populações, as instituições, as empresas e as organizações em geral que, ao tomarem as suas decisões de localização no espaço, optam pelos territórios que mais vantagens absolutas ou relativas lhes proporcionam.

Apesar das deseconomias de escala (problemas de congestionamento e degradação ambiental), que cada vez mais caracterizam os centros urbanos de maior dimensão, vários factores se continuam a conjugar no sentido de, ainda, favorecer o crescimento das grandes cidades. **A localização metropolitana, na ausência de outras formas institucionais de regulação económica e territorial, constitui, ainda para os agentes económicos a escolha de localização com menor risco.**

Embora, nos últimos anos as cidades de média dimensão (cidades entre 20 000 e 500 000 habitantes) e intermédias no respectivo sistema urbano nacional / transnacional, tenham vindo a merecer uma atenção especial, por parte dos agentes económicos, as cidades com uma população entre quinhentos mil e dois milhões de habitantes continuam a ser aquelas que, em virtude do nível de equipamentos, oportunidades e funções que desempenham, exercem um nível de atractividade mais elevado.

A própria sociedade da informação parece em parte (pelo menos num primeiro momento) favorecer este processo, na medida em que, são este tipo de cidades que, naturalmente, podem assegurar as melhores infraestruturas e localizações mais favoráveis para o acesso à inovação e informação.

As grandes áreas metropolitanas constituem, assim, plataformas de internacionalização das respectivas economias nacionais / locais / regionais . Mesmo as pequenas e médias empresas, de localização mais difusa, mas que pretendam desenvolver a sua actividade económica para além dos mercados locais ou regionais, acabarão, sempre, por sentir necessidade de se localizar em grandes *gateways* de comunicação internacional.

A oportunidade para cidades de menor dimensão, cidades intermédias que, à partida, têm uma estrutura mais adaptável em termos de infraestruturas instaladas, parece, apenas, existir para aquelas que cumulativamente poderem integrar mais do que uma das seguintes categorias:

- 1) terem uma escala suficientemente grande para não sofrerem em termos dos critérios de localização das populações, das empresas e instituições internacionais, uma grande desvantagem significativa em relação às mega-cidades;
- 2) cidades geograficamente muito próximas de grandes aglomerados urbanos;
- 3) cidades com uma especialização económica ou funcional que as diferencie das demais e que lhe atribua uma atractividade própria e diferenciadora;
- 4) cidades com experiências de sucesso em termos de relacionamento e integração em redes transnacionais.

Pela mesma razão, os efeitos previsíveis da integração, para as regiões rurais, que não forem capazes de reconversão económica, ou de requalificação tecnológica e alteração positiva das suas vantagens comparativas, serão com certeza, o agravamento da sua desertificação económica, ecológica e demográfica.

Para outras, pelo contrário, poderá constituir a oportunidade de inversão da tendência actual através da progressiva valorização destes espaços (JOB, 1994; BASLE e PELE, 1994), enquanto alternativa a territórios mais congestionados e ambientalmente mais degradados.

As cidades e os territórios, sendo cada vez mais, livres quanto à possibilidade de relacionamento inclusivamente, institucional entre eles, e exercendo na prática

funções de natureza quase diplomática, até aqui apenas reservadas aos Estados nacionais (sobretudo no caso dos Estados unitários), vão assim ter que actuar e concorrer, simultâneamente, em duas frentes. Por um lado, dentro do seu próprio nível (cidades de primeira, segunda, terceira ordem) a escalas territoriais diversas (regional, nacional, transnacional, território da União), e por outro, entre cidades pertencentes a níveis hierárquicos diferentes.

Cada um dos territórios irá ter que se relacionar individualmente, face ao conjunto de todos os territórios que compõem a União Europeia. Simultâneamente, irá ainda, ter que se reposicionar num território cada vez mais estruturado em redes de cidades / territórios , e desenvolver ao mesmo tempo, relacionamentos de tipo reticular com cidades não pertencentes ao território da União Europeia. Estes relacionamentos, assumem, assim, cada vez mais, uma dimensão intercontinental (1) , como é o caso de algumas das redes seguintes:

- 1) Rede MARE (Rede de Associações Culturais do Mediterrâneo);**
- 2) Rede METROPOLIS (Associação Mundial de Grandes Metropoles);**
- 3) Conferência Europeia de Cidades Saudáveis criada pela Carta de Alborg em 27 de Maio de 1994 , assinada por oitenta representantes de colectividades locais europeias;**
- 4) União das Cidades Ibéro-Americanas (inclui as cidades de Lisboa, Madrid, Montevideo, S. Paulo, Brasília e Buenos Aires);**

(1) - Um exemplo desta intencionalidade em desenvolver relacionamentos inter-regionais e inter-urbanos transcontinentais são os XX Estados Gerais dos Municípios e Regiões da Europa realizado em Tessalónica em Maio de 1996.

5) Carta dos Municípios da Europa (inclui doze cidades europeias e tem como objectivo o intercâmbio de experiências em questões de qualidade do ambiente);

6) Organização das Cidades Património da Humanidade ;

7) Federação Mundial das Cidades Unidas é a maior organização mundial de cidades, envolvendo cerca de duas mil colectividades territoriais, localizadas em mais de oitenta países (cerca de 160 das quais são cidades com mais de 300 000 habitantes), e com relações privilegiadas com numerosas associações e redes internacionais envolvendo colectividades locais (1). Em Janeiro de 1994 a Federação Mundial das Cidades Unidas propôs a criação de uma Assembleia Mundial de Cidades Unidas , como organização no âmbito das Nações Unidas (2);

8) Associação Mundial das Cidades Novas;

9) Circulo de Amizade das Cidades Fortificadas;

(1) - Após a 2ª Guerra Mundial a F.M.C.U. inventou o conceito de cidades geminadas como forma de estimular a cooperação inter-urbana à escala internacional.

(2) - No âmbito da Federação Mundial das Cidades Unidas foi , por exemplo, criada uma iniciativa designada " *As Actividades Internacionais das Cidades de Média Dimensão em Portugal Irlanda e Grécia* ", com uma cidade-piloto por país: Évora (P) , Galway (IRL) e Karatzine (GR) , esta iniciativa tem como objectivo apoiar as cidades médias na definição de estratégias de internacionalização (em Portugal esta iniciativa irá envolver vinte e cinco cidades).

No sentido de apoiar tecnicamente as diferentes formas de cooperação que se vão desenvolvendo no âmbito da F.M.C.U. criou a Agência de Desenvolvimento " Cidades Unidas e Desenvolvimento " que desenvolve redes de trabalho à escala global.

A primeira Assembleia Mundial das Cidades e Autoridades Locais realizou-se em Maio de 1996 em Istambul.

- 10) Rede EUROTOWNS** , rede envolvendo nove vilas e pequenas cidades europeias (Vindone (F) , Cascais (P) , Argos (GR), Donegal (IRL), Gevelsberg (D), Helsingør (DK), Mous (B), Salamanca (E) e Treviso (I)),tem como objectivo promover as relações económicas e a cooperação cultural;
- 11) Conferência das Regiões Periféricas Marítimas** (criada em 1973, envolve cerca de sessenta regiões europeias , incluindo trinta e seis regiões Objectivo nº 1. Sessenta regiões organizadas em torno de quatro Comissões específicas: i) Comissão das Ilhas ; ii) Comissão Arco Atlântico; iii) Comissão Intermediterrânica (1); iv) Comissão Mar do Norte;
- 12) Associação das Regiões Fronteiriças Europeias** , envolvendo cerca de cinquenta e duas regiões (2) de fronteira , e articulando trinta e duas organizações de cooperação inter-regional transfronteiriça estabelecidas entre as suas regiões-membro ;
- 13) Comunidade de Trabalho dos Alpes Ocidentais (ALPES-COTRAO)** , criada em 1984 com base na contiguidade geográfica de territórios fronteiriços inclui regiões italianas, francesas e cantões suíços;
- 14) Comunidade de Trabalho dos Alpes Centrais (ARGE-ALP)** constituída em 1972, envolve os *Länder* austríacos de Vorarlberg, Tyrol e Salzburg, as regiões italianas de Trento, Bolzano e Lombardia, os cantões suíços de Grison, St. Gallen e Ticino , e os *Länder* alemães de Bayern e Baden-Wurt-

(1) - Também com o objectivo de definir estratégias concertadas entre cidades do Mediterrâneo reuniram-se em Março de 1995, em Barcelona , cerca de quarenta cidades europeias, sobre o tema “ Cidades do Mediterrâneo “.

(2) - Regiões entendidas em sentido lato , incluindo províncias, distritos, regiões , *länders*, cantões, associações de condados ,etc. No caso da ARFE foi particularmente importante, a criação do Observatório LACE (Observatory for Cross-Border Cooperation) para análise e promoção da cooperação transfronteiriça à escala da então Comunidade Europeia.

temberg (1). Constitui, também, uma estrutura transnacional de cooperação inter-regional transfronteiriça;

15) Comunidade de Trabalho dos Alpes Orientais (ALPEN-ADRIA), tem como particularidade mais interessante o facto de, mesmo durante o chamado período de *guerra fria*, ter permitido a cooperação entre territórios sub-nacionais pertencentes a dois blocos económico-políticos que formalmente não desenvolviam relações diplomáticas ao nível dos Estados (2);

16) Comunidade de Trabalho dos Pirinéus instituída em 1983, envolve as comunidades autónomas espanholas Aragon, Cataluña, Navarra e País Vasco; as regiões francesas Aquitaine, Midi-Piréenes, Languedoc-Roussillon, e o Principado de Andorra. É também um estrutura transnacional de cooperação inter-regional transfronteiriça;

17) Comunidade de Trabalho do Jura (cantões suíços de Bern, Vaud, Neuchâtel, Jura e a região francesa de Franche-Comté) instituída em 1985 constitui mais um bom exemplo de cooperação inter-regional transfronteiriça que desenvolve a cooperação inter-regional nos seguintes domínios: i) turismo e desporto; ii) transporte e comunicações; iii) ambiente e território (3); iv) economia; v) infraestruturas;

18) Associação das Cidades de Tradição Industrial;

(1) - Ver por exemplo Assemblée des Régions de l'Europe (1988) "Étude Comparée des Activités des Organisations Interrégionales", ARE / CEDRE, Strasbourg.

(2) - Ver por exemplo ALPEN ADRIA (1992) "Organizzazione, Cronologia, Principali Iniziative", ALPEN ADRIA, Klagenfurt.
Sobre a ALPEN ADRIA ver também por exemplo CAPPELLIN, R. (1991) "Interregional Cooperation and the International Role of Regional Economics: the Case of Alpen Adria", Comunicação apresentada ao 31º Congresso Europeu da Regional Science Association, Lisboa.

(3) - Ver por exemplo Communauté de Travail du Jura (1990) "Étude sur l'Armature Urbaine et Economique de l'Espace C.T.J.", CTJ, Genève.

- 19) Conferência Europeia das Regiões Produtoras de Vinho;**
- 20) Comunidade de Trabalho do Danúbio** , criada em 1991 envolve todos os territórios atravessados pelo Rio Danúbio);
- 21) Associação das Regiões Capitais Nacionais** , criada em 1958, com a gemação das cidades de Paris e Bruxelas, tem por objectivo desenvolver relacionamentos de carácter permanente entre as regiões envolvidas, em matérias como o intercâmbio de populações, valorização do património arquitectónico, intercâmbio de funcionários, etc;
- 22) Comissão Inter-regional para os Transportes da Bacia do Mediterrâneo;**
- 23) Rede EURODOME** (rede das regiões ultraperiféricas da União Europeia);
- 24) Associação dos Centros Financeiros Europeus;**
- 25) Rede ESTURIALES** (rede de regiões europeias com estuários);
- 26) Rede EUROYARDS** (rede que reúne as cinco regiões / cidades com os maiores estaleiros navais europeus);
- 27) União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA)** é constituída pelas, seguintes cidades: Bissau (Guiné-Bissau), Brasília (Brasil), Guimarães(P), Macau (P), Lisboa (P), Luanda (Angola), Maputo (Moçambique), Praia (Cabo Verde), Rio de Janeiro (Brasil), S. Tomé (S.Tomé e Príncipe); etc.

É inegável o facto de que, as principais actividades humanas sejam, elas económicas, sociais, de desenvolvimento de processos de inovação, novas tecnologias ou serviços, de controle e gestão dos fluxos comerciais, disponibilidade para investimento, se localizam e desenvolvem sobretudo nas grandes cidades , em **centros urbanos de primeira ordem** (as *megapolis* ou cidades mundiais, CAMAGNI e PIO, 1988) **ou de segunda ordem** (as grandes capitais nacionais ou aquelas que ocupam posições de relevo nas respectivas redes urbanas nacionais).

O progressivo relacionamento em rede cria uma alteração na posição relativa das cidades, pelo menos na forma como se situam hierárquicamente nos respectivos sistemas urbanos nacionais (1). Em todo o caso, os efeitos sobre cada um dos sistemas urbanos nacionais de cada Estado-membro, são também diferenciados, na medida em que, também a própria concepção e características dos diferentes sistemas urbanos nacionais variam substancialmente uns dos outros.

No caso do Reino Unido e da França , Londres e Paris destacam-se bastante em relação aos centros urbanos hierárquicamente inferiores, imediatamente a seguir. Na Holanda , Alemanha e Bélgica, a hierarquização vertical de centros urbanos foi sobretudo substituída por uma lógica de complementaridade.

Em Portugal, o modelo de hierarquização urbana vertical subsiste, bem como as diferenças significativas entre cada um dos níveis, e a multiplicidade de centros urbanos de muito pequena escala. Em Espanha, cada capital de Província tem à volta de trezentos mil habitantes o que está normalmente associado à existência de uma base económica de sustentação bastante significativa.

Estes modelos mais hierarquizados e menos complementares, tenderão a ser aqueles mais facilmente desagregáveis pelo relacionamento no mercado aberto.

(1)-Ver BRONZINI e BEDINI (1991) "...the metaphor of urban networks as neutral networks...".

1.3.7 - As Exigências de Inter-Articulação Territorial de Primeira Ordem, a Importância dos Territórios de Fronteira.

Muito antes de se iniciar o processo de implementação das quatro liberdades de circulação na Comunidade Europeia, já os países do Benelux detinham uma longa experiência e tradição na cooperação inter-regional transfronteiriça. Assim, pelo menos a esta escala transregional, os impactos de funcionamento aberto dos mercados não serão para estas regiões muito diferentes daqueles já vinham experimentando, pelo que as respectivas economias já se encontram bastante integradas.

Este aspecto constitui por si só, outro factor de desigualdade na adaptação à integração por parte da grande maioria dos territórios regionais, sobretudo em relação aos pertencentes aos Estados-membros mais recentes e que, portanto, não tiveram a mesma experiência. Este aspecto é tanto mais importante, em virtude da tendência actual, pois consiste, no desenvolvimento crescente deste tipo de relacionamentos à escala da União.

Os países do Benelux e os países localizados no centro geográfico da União, constituem efectivamente, também sobre este aspecto, casos de excepção em relação aos restantes países-membros (1). A grande maioria das demais regiões fronteiriças internas da União, são, hoje, o resultado de processos históricos longos do chamado **efeito de dupla perifericidade**, sendo geograficamente periféricas em relação às delimitações territoriais dos Estados a que pertencem, e, por consequência, geralmente periféricas em relação às suas economias nacionais.

(1) - Existe nesta zona da União uma grande tradição em termos de experiências de cooperação transfronteiriça inter-regional descentralizada com um suporte institucional bem vincado, de que são exemplo as regiões /associações regionais transfronteiriças: i) Regio Basiliensis; i i) Ems-Dollart; i i i) Euregio Maas-Rhein que envolve as colectividades territoriais de Liège (B), St. Vith (B), Verriers (B), Limbourg (B), Achen (D), Limburg (NL); i v) a Euregio reúne as colectividades territoriais locais seguintes: Bentheim (D), Coesfeld (D), Noordoost-Overijssel (NL), Twente (NL), Borken (D), Achterhoek (NL), Zuidoost-Drenthe (NL), Steinfurt (D); v) a Europole entre a cidade alemã de Herzogenrath e a cidade holandesa Kerkrade; v i) a Euregio Nesse que envolve territórios fronteiriços da Alemanha, Polónia e República Checa; v i i) a Pamina que reúne a Alsace (F), e Baden-Wurtemberg (D); v i i i) a Casa Báltica entre Bornholm (DK) e os três Estados bálticos; etc.

As regiões fronteiriças internas da União, constituem, naturalmente, pelo menos numa fase inicial, os territórios mais sensíveis ou vulneráveis aos efeitos espaciais do processo de integração, na medida em que, se situam geográficamente exactamente nos pontos onde as fronteiras nacionais desapareceram, ou tendem a desaparecer, e os territórios regionais de nacionalidades diferentes se encontram.

Algumas destas regiões poderão vir a constituir, efectivamente, a materialização do próprio objectivo de integração territorial (poderão constituir **novos espaços de confluência de populações e de interarticulação de actividades económicas**), outras regiões tenderão a funcionar, apenas, enquanto **espaços de atravessamento**.

O reequilíbrio do território da União implica, mesmo, a realização de medidas transnacionais deliberadas, em várias direcções, em virtude, da necessidade de se insistir em estratégias de desenvolvimento das formas, já enunciadas, de cooperação transfronteiriça, por outro lado, das medidas de reequilíbrio das diferentes redes urbanas da União. Implica ainda, criar e desenvolver mecanismos que reduzam as situações de perifericidade genérica, como por exemplo, mecanismos de suporte e preservação dos territórios rurais.

A mesma questão se poderá levantar em relação às regiões fronteiriças externas, pois, algumas delas, constituirão as plataformas de ligação da União com os sistemas envolventes (plataformas de interligação intercontinental), e outras, em função da evolução futura da União, e se os respetivos modelos de especialização económica não forem desenvolvidos e orientados em função da economia da União (direccionando preferencialmente os seus relacionamentos económicos no sentido do interior da União), poderão ver reforçado, também, o efeito de dupla perifericidade.

Inclusivamente, à medida que, novos Estados-membros vão aderindo à União Europeia, a geografia da União vai-se alterando, e é exactamente por isso, que nalguns casos a perifericidade, pelo menos geográfica, de algumas das suas regiões se vai acentuando.



À medida que, a União Europeia vai incluindo novos Estados-membros do Centro, Norte e Leste da Europa, os territórios alemães e franceses e alpinos da Itália **vão ficando geograficamente cada vez mais centrais** (aspecto particularmente acentuado pela adesão da Áustria), e, em contrapartida, os territórios mais ocidentais da União, como é o caso de Portugal, vão-se tornando geograficamente cada vez mais periféricos. O próprio Acordo sobre o Espaço Económico Europeu veio, por exemplo, atenuar substancialmente a situação periférica dos territórios dinamarqueses.

No entanto, a entrada de Estados-membros como a Suécia e a Finlândia, à semelhança do que já tinha acontecido com a Grécia e da Dinamarca, veio também introduzir novas discontinuidades territoriais na União. Essa discontinuidade surge no caso grego, em virtude de parte do território turco se localizar entre a Grécia e a Itália, e por isso não ter fronteira comum com nenhum outro Estado-membro, e no caso da Finlândia e da Suécia, em virtude de não disporem de fronteiras terrestres com a União. O Canal da Mancha veio, em contrapartida, pelo menos em parte, solucionar este aspecto em relação ao Reino Unido.

Por outro lado, cada Estado-membro possui um modelo próprio e distinto dos outros, de desconcentração / descentralização político-administrativa (ver ponto 1. 3. 15 deste Capítulo), o que determina , desde logo, a co-existência na União de territórios NUT II com diferentes capacidades de reacção ou adaptabilidade aos efeitos do funcionamento dos mercados e à aplicação das políticas e legislação avulsa produzidas pelas Instituições da União, em função do seu leque de competências e do nível de autonomia política-administrativa-legislativa de que dispõem.

A maior dificuldade à criação de um quadro organizacional, que possa permitir que formas e figuras de cooperação transfronteiriça atinjam uma maior complexidade, resulta ainda do facto de à excepção do Agrupamento Europeu de Interesse Económico , ainda não existirem fórmulas de direito de personalidade jurídica transnacionais em termos do Direito Europeu , e logo, legalmente reconhecidas de um lado e de outro da fronteira nacional de cada Estado-membro (Princípio da Lei Única).

Por questões ligadas à soberania dos Estados, e mais especificamente, em virtude da aplicação do Princípio da Territorialidade, resulta, ainda complicada a transferência de competências nacionais / regionais para um organismo transnacional.

Este último aspecto, é particularmente importante e condicionador, de um maior desenvolvimento de formas de cooperação transnacional pública.

Através dos Programas de iniciativa comunitária INTERREG I e INTERREG II , a Comunidade / União Europeia pretendeu estimular a cooperação e um modelo de relacionamento privilegiado entre as regiões (NUT III) fronteiriças percentes ao território da União.

Isto, pelo facto de, exactamente, à medida que o significado económico e político das fronteiras nacionais dos diferentes Estados-membros se vai esbatendo, as regiões serem as primeiras a enfrentar os efeitos do mercado interno, e as suas economias serem imediatamente confrontadas com as regiões de outro Estado-membro, em relação às quais são geograficamente contíguas.

Para além deste aspecto, a cooperação transfronteiriça tem também um simbolismo e um significado político para a Comunidade / União Europeia, associado ao esbatimento de fronteiras e ao aumento da interdependência e interpenetração de populações e de economias, o que desta forma justificou a implementação destes programas com um âmbito multisectorial.

Ao Programa INTERREG II (1994-1999) são elegíveis medidas de intervenção de âmbito transfronteiriço (1) nas seguintes áreas: i) planos de desenvolvimento para um espaço transfronteiriço integrado (2); i i) criação de redes transfronteiriças de relações

(1) - Cada fronteira interna da União será abrangida por um único programa em que participem dois ou mais Estados-membros.

(2) - Por exemplo, em 1992 , ainda que por diferenças de natureza político-administrativa entre os dois Estados-membros se tenha optado pela criação de um modelo e de uma estrutura informal para a cooperação transfronteiriça, a Comissão de Coordenação da Região Alentejo e o Governo da Comunidade Autónoma da Extremadura, criaram um Gabinete Comum de Iniciativas Transfronteiriças, com este objectivo.

económicas entre pequenas e médias empresas; **i i i**) criação ou desenvolvimento de organizações comerciais, associações profissionais ou grupos de planeamento transfronteiriços (1); **i v**) cooperação transfronteira nos domínios da educação, formação profissional e saúde; **v**) planeamento territorial transfronteiriço; **v i**) medidas especiais para diminuir as dificuldades resultantes da existência de diferentes processos administrativos, diferentes sistemas jurídicos e diferentes línguas; **v i i**) melhoria das infraestruturas; **v i i i**) prevenção da poluição; **i x**) desenvolvimento rural e agrícola, etc (2).

Outro tipo de diferenciação quanto aos impactos territoriais do processo de integração sobre os diferentes territórios regionais da União resulta, ainda, das próprias diferenças a todos os níveis existentes entre as regiões do Sul, Centro e Norte da Europa:

- i**) níveis de desenvolvimento económico e social;
- i i**) condições ambientais (qualidade do ambiente);
- i i i**) níveis de qualificação dos recursos humanos;
- i v**) tipo de ocupação do território;
- v**) níveis de equipamentos e infraestruturas;
- v i**) níveis e tipo de tecnologias utilizadas; etc.

(1) - Sobre este aspecto , em 1992 a CE criou o serviço EURES (European Employment Services) uma rede de informação sobre oferta e procura de emprego e sobre as condições de vida e de trabalho e a situação dos diferentes mercados de emprego em cada Estado-membro, no sentido de estimular a mobilidade de trabalhadores. Este aspecto é particularmente importante em regiões fronteiriças.

(2) - Ver CCE (1994)“Guia para as Iniciativas Comunitárias 1994-1999 “,Fundos Estruturais Comunitários , SPOCE , Luxemburgo.

Em virtude destas diferenças, a Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 1992; CCE, 1994), definiu sub-territórios transregionais de análise para a Comunidade / União Europeia:

- 1) o **Arco Atlântico** (do Norte da Escócia até ao Sul de Portugal, incluindo a Irlanda, a parte ocidental do Reino Unido, o Oeste da França, o Noroeste de Espanha, e todo o território de Portugal continental) (1);
- 2) o **Centro das Capitais** (território onde se localizam seis capitais nacionais da União, e que inclui o Sudeste da Inglaterra, a metade sul da Holanda, todo o território da Bélgica, o Norte e o Nordeste da França incluindo Paris, todo o território do Luxemburgo , e o Centro-Oeste e o Sudoeste da Alemanha);
- 3) a **Região Mediterrânica** (território que se estende desde a Andaluzia incluindo o Este da Espanha, o Sul de França, a maior parte do território da Itália, todo o território da Grécia e as ilhas mediterrânicas da União);
- 4) as **Regiões Ultraperiféricas** (os departamentos ultramarinos franceses, ou seja Guadalupe, Guiana, Martinica e Reunião, e ainda as ilhas das Canárias, os Açores e a Madeira);
- 5) as **Regiões do Mar do Norte** (todo o território Este da Escócia, o Norte, o Centro e Este de Inglaterra, o Norte da Holanda, o Noroeste da Alemanha e todo o território da Dinamarca);

(1) - Em Outubro de 1989 no âmbito da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas , foi criada a Comissão Arco Atlântico , que consiste numa estrutura institucional de cooperação inter-regional reunindo 26 territórios subnacionais localizados na costa atlântica europeia . Assim, o Arco Atlântico significa , por isso, já uma grande região transnacional de cooperação inter-regional. Ver ponto 1. 1. do Capítulo II.

- 6) o **Arco Alpino** (o Centro-Este da França, o Sul da Alemanha, o Norte da Itália, a Suíça e a Áustria);
- 7) a **Diagonal Continental** (as regiões continentais interiores de França e Espanha);
- 8) os **Novos *Länder* Alemães** (o território da ex-RDA);
- 9) os **Países Nórdicos** (os novos Estados-membros: Suécia e Finlândia);
- 10) a **Europa Central e Oriental** ;
- 11) o **Sul e Este do Mediterrâneo.**

1 . 3 . 8 - A Política de Ordenamento do Território da União Europeia, a Primeira Delimitação Espacial de Territórios Funcionais na União.

Desde o documento Europa 2000 e depois Europa 2000+ , que a Comunidade / União Europeia vem ensaiando uma reorganização funcional do território europeu, propondo como critério de análise, a sua subdivisão nas onze grandes zonas descritas no ponto anterior.

Ainda que, os documentos oficiais da Comunidade / União refiram sempre a este respeito , que esta delimitação transnacional não deve ser entendida como uma intenção, por parte da Comissão, de sugerir a criação de novas super-regiões, cada um deles constitui já, efectivamente, um espaço em que os territórios que aí se localizam têm ou vêm desenvolvendo formas de relacionamento preferencial, cada vez mais importantes entre eles.

Nalguns casos, por estímulo da própria União, como por exemplo, no caso do Arco Atlântico (rede de cooperação inter-regional e inter-urbana de iniciativa da Comunidade / União Europeia , ver ponto 1 . 3 . 2 . deste Capítulo e ponto 1. 1. do Capítulo II), noutros casos, como resultado de razões de natureza histórica de política de relações internacionais (como é o caso, por exemplo, dos países do Benelux), ou de critérios de contiguidade territorial, de complementaridade económica ou de níveis semelhantes de desenvolvimento económico, que justificam este agrupamento e o tipo de relações que nele se desenvolvem.

A coerência e o grau de interdependência dentro de cada um destes mega territórios, ainda assim, varia de caso para caso. Se é muito forte no caso do Arco Alpino ou da Diagonal Continental , é menos evidente e menos desenvolvida entre os territórios subnacionais pertencentes à Região Mediterrânica.

Este facto, só por si, determina graus de interdependência interna distintos em cada um destes mega-territórios, imprimindo-lhes por esta via , graus diferentes de exposição aos efeitos da concorrência espacial global.

O **Arco Atlântico** , por exemplo, tem uma estrutura institucional definida , criada em 1989 no âmbito da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas. A Comissão Arco Atlântico reúne vinte e seis territórios subnacionais localizados ao longo dos 2 500 km que constituem a fachada atlântica europeia, do Algarve e da Andaluzia à Escócia.

Uma das características mais particulares das regiões pertencentes ao Arco Atlântico, reside na sua especialização muito marcada em sectores económicos como a pesca, agricultura e a siderurgia (todos eles sectores actualmente em crise na União) , e inclui por isso, muitos dos territórios elegíveis a Objectivo nº 1 , da Política Regional da Comunidade / União Europeia. Os seus principais centros urbanos são Glasgow, Dublin, Cardiff, Bristol, Rennes, Nantes, Poitiers, Bordeaux, Bilbao, Santander, Oviedo, Porto, Lisboa e Sevilla (1).

O sistema urbano do Arco Atlântico, está muito polarizado em torno de cidades de média dimensão . Apenas um pequeno número de cidades ultrapassam os 500 000 mil habitantes, e ainda assim, sofrem de fracos níveis de acessibilidade interna e níveis limitados de acessibilidade aos restantes territórios da União Europeia.

O **Centro das Capitais** , em oposição, constitui ,por excelência, o centro económico e geográfico da União, onde se localizam os seus principais centros urbanos (Londres e Paris), pertencem ao grupo das *capitais mundiais*; os seus principais portos marítimos (Roterdão e Antuérpia); bem como, as suas principais praças financeiras Paris , Londres e Frankfurt. Este mega território dispõe ainda de um fortíssimo conjunto de centros urbanos de primeira importância (Amesterdão, Bruxelas, Colónia, Luxemburgo, Gronigen, Liège, Eindhoven, Lille, etc).

(1) - Ver a propósito CCE (1994) “ Estudo Prospectivo das Regiões Atlânticas “, *Regional Development Studies* , SPOCE, Luxemburgo.

O Centro das Capitais dispõe também das melhores infraestruturas de transporte entre os principais centros urbanos aí localizados, pelo que se caracteriza por uma grande acessibilidade interna e externa. Estes centros urbanos dispõem, ainda, de uma grande experiência e tradição de relacionamento e cooperação transfronteiriça.

Em relação à **Região Mediterrânica** (1), para este efeito, a União subdivide-a ainda em dois subterritórios: o **Arco Latino** e o **Mediterrâneo Central**. Um destes subterritório, o **Arco Latino** (composto pelos territórios subnacionais mediterrânicos da Espanha, França e Itália , desde a Andaluzia ao Lácio incluindo as Baleares, a Córsega e a Sardenha) caracteriza-se por níveis de desenvolvimento económico muito distintos. O Arco Latino (2) inclui , assim , um conjunto de grandes cidades como Barcelona , Roma , Florença , Marselha , Génova.

A Catalunha aparece como o grande motor económico deste subterritório conjuntamente com o Lácio, a Toscana e a Umbria (com um modelo de desenvolvimento assente numa rede urbana muito densa) , sendo os territórios franceses incluídos no Arco Latino, sobretudo, espaços de atravessamento.

O outro subterritório considerado é o **Mediterrâneo Central** (3) (composto pelas sete regiões do Mezzogiorno italiano e as regiões gregas), um território totalmente elegível ao Objectivo nº 1 dos Fundos Estruturais, que inclui, no entanto, importantes centros urbanos de relevância europeia como é o caso de Atenas , Tessalónica , Palermo e Nápoles.

(1) - Ver a propósito CCE (1995) " Development Prospects of the Central Mediterranean Regions (Mezzogiorno-Greece) " European Union, Regional Policy and Cohesion, Regional Development Studies, OOEPEC, Luxemburg. E ainda CCE (1995) " Évolution Prospective des Régions de la Méditerranée-Ouest " , Politiques Régionales de la Communauté Européenne, Études de Développement Régional, OOEPEC, Luxemburg.

(2) - Ver por exemplo BLANC, F.; CENTI, C.; URDY, L. (1994) "Intégration Spatiale et Arc Latin" in *Méditerranée* , vol. 79, nº 1-2.

(3) - Ver por exemplo ALIBONI, (1990) " The Mediterranean Dimension " , in WALLACE, W. (ed) " The Dynamics of European Integration " , The Royal Institut of International Affairs, London. Ver ainda LUDLOW, P. (1994) " Europe and Mediterranean " Brassey's for CEPS, London.

As **Regiões Ultraperiféricas** da União são compostas pelos quatro departamentos ultramarinos franceses (Guadalupe, Guiana, Martinica e Reunião) , pelas Ilhas Canárias (Espanha) e pelos Açores e Madeira (Portugal). São territórios em que o PIB *per capita* é muito inferior à média comunitária , e , portanto, também territórios elegíveis ao Objectivo nº 1. A economia destes territórios assenta sobretudo na exploração dos recursos naturais locais e actividades associadas ao turismo.

As **Regiões do Mar do Norte** são territórios com características muito diferentes uns dos outros, incluindo zonas rurais pouco povoadas da Escócia e nordeste da Holanda, e zonas de forte densidade populacional como Hamburgo ou Copenhaga (1).

As regiões do Mar do Norte são a principal fonte energética da União Europeia em petróleo e gaz natural. Muitas das cidades alemãs e do Reino Unido aqui localizadas, dependem de indústrias tradicionais como a construção naval, têxteis , extracção e transformação do carvão e indústrias pesqueiras (com grande peso em termos de emprego) (2). É também um dos territórios da União com maiores problemas ambientais, resultado de indústrias pesadas aí localizadas e da extracção de carvão (3).

O **Arco Alpino** , abarca os territórios economicamente mais prósperos da União, com uma economia sectorialmente muito diversificada. O triângulo industrial Turim , Milão , Génova, a *terceira Itália* (Emilia-Romana) , o *grande segundo* (Lyon , França) , a Alsácia , Grenoble e Estrasburgo (França). Os *Länder* alemães de Baden -Wurtemberg e da Baviera determinam só por si esta dimensão económica do Arco Alpino.

(1) - Ver por exemplo CCE (1995) “ The Prospective Development of the Northern Seaboard “ , Regional Development Studies , OOEPEC , Luxemburg.

(2) - Sobre cooperação tranregional nas Regiões do Mar do Norte ver por exemplo STALVANT, C. (1990) “Nordic Cooperation “ , in WALLACE, W. (ed) “ The Dynamics of European Integration “ , The Royal Institute of International Affairs, London.

(3) - Ver a propósito CCE COM(92) 23 final - vol. III , 26.05.92 - “ O Estado do Ambiente na Comunidade Europeia “ .

**Quadro nº 2 - Caracterização Económica dos Grandes Territórios Transnacionais da
União Europeia**

Indicador	Centro das Capitais	Arco Alpino	Diagonal Continental	Novos Länder	Arco Latino	Mediterrâneo Central	Arco Atlântico	Mar do Norte	EUR12
Superfície (%EUR12)	11,2	12,6	18,8	4,7	12,9	9,8	21,1	8,4	100
Popul. 1991 (%EUR12)	25,9	15,9	6,0	4,6	11,0	8,4	13,5	13,4	100
Densi. Popul. (199,hab/km2)	337	184	47	242	125	126	94	232	153
PIB per capita (1991 em SPA EUR 12 = 100)	116	122	87	33	91	62	80	99	100
Tax. de Desemp.	7,6	4,6	10,1	14,1	15,3	18,9	10,0	8,6	9,4
Rep. do Empreg. (% 1991 entre)									
- agricultura	2,7	5,6	10,1	8,9	7,9	15,9	16,0	4,6	6,4
- indústria	32,4	39,2	30,1	44,7	28,3	21,9	30,4	29,7	33,2
- serviços	64,7	55,2	59,8	46,4	63,8	62,2	53,6	65,7	60,4
Elegibilidade aos Fundos Estruturais (% pop. 1991)									
Objectivo 1	21,4 2,4	23,7 -	62,7 26,2	100,0 100,0	66,9 35,9	100,0 100,0	72,3 41,4	35,6 3,6	51,6 26,6

Fonte: CCE (1995) " Europa 2000+. Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu " , Políticas Regionais da Comunidade Europeia, SPOCE, Luxemburgo.

Para além desta dimensão económica, tem também uma outra , que resulta do desenvolvimento, particularmente significativo, de relacionamentos e modelos de cooperação transfronteiriça entre os territórios aí localizados, em matérias como transportes e comunicações, desenvolvimento económico, ordenamento do território, ambiente , saúde , ensino e cultura.

A **Diagonal Continental** é composta pelas regiões interiores espanholas e francesas (18,8% do território da União Europeia e 6,0% da sua população).

Os **Novos Länder Alemães** são elegíveis Objectivo nº 1 , e apresentam-se com grandes problemas ambientais e económicos decorrentes de uma integração, sem período de transição, na economia de mercado. Contudo, em virtude das relações económicas crescentes que a União vem desenvolvendo com os países da Europa de Leste, têm ganho uma nova centralidade, em termos territoriais e de acessibilidade. Esta, vem-se traduzindo na localização de novas unidades produtivas europeias e outras, que tendo tido uma localização anterior, foram sendo transferidas para estes territórios.

Esta constituiu a primeira grande delimitação espacial de territórios funcionais no quadro da, então, Comunidade Europeia, a segunda, resultou da alteração da geografia dos territórios regionais europeus, como consequência da emergência dos novos territórios funcionais (que resultam das novas redes institucionais de cooperação inter-territoriais e inter-organizacionais).

1.3.9 - As Implicações Espaciais / Territoriais da Criação de uma Política de Sistemas Integrados de Transporte. Os Efeitos Territoriais das Redes Transeuropeias de Transporte.

Uma condição também fundamental para a concretização do Mercado Interno é, naturalmente, a questão das acessibilidades, um aspecto também com marcadas implicações de natureza espacial.

Perante esta preocupação, e também com objectivos e intenções de ordenamento do território, a Comunidade Europeia decidiu promover a definição e criação de Redes Transeuropeias de transportes, informação, energia, comunicações à escala do território da União.

O projecto de criação destas redes surgiu com o intuito de, permitir aos cidadãos, aos operadores económicos, e às colectividades locais e regionais, retirar o máximo benefício das vantagens resultantes do mercado interno e do espaço sem fronteiras internas, ligando, simultaneamente, os territórios periféricos e o centro (1), bem como assegurar a inter-operabilidade das infraestruturas à escala da União (2).

A definição das redes transeuropeias de transporte e de comunicação resulta, assim, por um lado, de uma preocupação em incentivar o desenvolvimento de um maior equilíbrio entre os diferentes territórios através do acréscimo das acessibilidades, e por outro, o desenvolvimento de combinações optimizadas para as diversas modalidades de transporte (desenvolvimento da multimodalidade, da inter-operacionalidade).

(1) - Ver por exemplo VICKERMAN, R. (1994) "Transport Infrastructure and Region Building in the European Community" in *Journal of Common Market Studies*, vol. 32, nº 1. E ainda BRUINSMA F. e RIETVELD, P. (1993) "Urban Agglomeration in European Infrastructure Networks" in *Urban Studies*, vol. 30, nº 6, June.

(2) - Ver a propósito CCE (1994) "Competitividade e Coesão: Tendências Verificadas nas Regiões. Quinto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade", Políticas Regionais da Comunidade Europeia, SPOCE, Luxemburgo.

Estas redes, resultam ainda, da preocupação por parte da União, em acrescer o grau de abertura do seu território a países terceiros europeus e mediterrânicos do Norte de África (a Conferência Euro-Mediterrânica de Barcelona em 1995, ao propôr a concretização de uma Zona de Comércio Livre até 2010 para toda esta zona, veio reforçar ainda mais este aspecto), o que corresponde, nomeadamente, a um objectivo de desenvolver a parceria económica e estimular as formas e figuras de cooperação com estes territórios contíguos à União (por exemplo, o desenvolvimento das acessibilidades a Marrocos , pelo estreito de Gibraltar, e à Turquia através do estreito do Bósforo e Dardanelles, no sentido de facilitar o acesso a toda a África do Norte e ao Médio Oriente).

Um outro exemplo sobre este aspecto, foi também a Conferência dos Países do Mar do Báltico que teve lugar na Ilha de Gotland na Suécia em Maio de 1996, e que constituiu uma resposta dos países do Norte da União à Conferência Euro-Mediterrânica. Esta Conferência, reuniu os Estados-membros do Norte de Europa e os países da mesma zona, em relação aos quais a União vem assinando acordos de associação como é o caso da Estónia, Letónia e Lituânia. As questões ligadas ao ambiente, economia e infraestruturas constituíram os temas centrais desta Conferência, tendo a União já desenvolvido, a propósito, estudos para a futura implementação de um plano para a construção de infraestruturas, no sentido de criar nesta zona três importantes rotas de comércio: i) uma entre Helsínquia e Varsóvia; i i) outra entre Riga, Gdansk e Bremen; i i i) e uma terceira, um corredor que ligue Helsínquia a Moscovo.

As grandes redes transeuropeias poderão mesmo constituir, a forma mais efectiva de contrariar a tendência para o aumento das situações de perifericidade decorrentes da progressiva entrada de novos Estados-membros para a União.

Uma opção complementar consistirá sem dúvida, em acelerar o processo de adopção das novas tecnologias de tratamento e gestão da informação , telecomunicações e o reforço do desenvolvimento de redes *transeuropeias* secundárias.

Inclusivamente, é neste sentido que, os projectos de inter-articulação previstos em termos de redes transeuropeias de transporte e de comunicação, têm já igualmente prevista a possibilidade da concepção das redes transeuropeias com ligação aos países da Europa Central e Oriental.

A necessidade de inter-articulação com países da Europa Central e Oriental resulta, também, da importância das funções de trânsito que os países terceiros representam para a União. Por um lado, os grandes trajectos alpinos exercem um papel determinante nas relações norte-sul; por outro, o facto da Grécia não ter uma contiguidade geográfica com o resto do território da União; e ainda pelo facto de a acessibilidade entre regiões da União, nalguns casos, estar muito condicionada pelo estado das infraestruturas de transporte em países como a República Checa ou a Eslovénia.

Assim, importa também por isso, não desprezar a possibilidade de ocorrência, por esta via, de impactos negativos em relação às regiões periféricas. A implementação das redes transeuropeias de transporte, em virtude de constituírem uma *malha larga* que proporcione grandes índices de acessibilidade a um conjunto, relativamente limitado, de pontos do território europeu, poderá também vir a reforçar a possibilidade de aparecimento de espaços vazios entre os pontos e os corredores de concentração, reforçando o papel dos territórios, já com maiores níveis de atractividade.

A definição espacial das redes transeuropeias, conjuntamente com a delimitação anterior do território da União em onze espaços transregionais funcionais, e a definição das regiões Objectivo para aplicação dos fundos estruturais, constituem, mesmo, os primeiros efeitos de afirmação de uma Política de Ordenamento do Território para a União Europeia.

O Relatório “ Europa 2000: As Perspectivas de Desenvolvimento do Território Comunitário “, publicado pela Comissão das Comunidades Europeias (a presidência francesa da Comunidade, organizou em Nantes, o primeiro de um conjunto de reuniões informais de ministros dos Estados-membros, sobre o ordenamento do território a nível

européu, que se foram sucedendo entre 1989 e 1994), na sequência da Reforma dos Fundos Estruturais de 1988, apontava já para a necessidade de ser definida em termos da Comunidade Europeia, uma acção comum em matéria espacial.

Este documento, aprovado em Haia, durante a presidência holandesa em 1991, incluía a proposta de criação na Comissão, de um Comité de Desenvolvimento Espacial. A reunião de Lisboa, em Maio de 1992, durante a presidência portuguesa, deu particular destaque aos efeitos das Redes Transeuropeias no desenvolvimento regional e na estrutura do território europeu. No encontro informal de Liège, em Novembro de 1993, durante a Presidência belga, foi defendida a elaboração no âmbito do Comité de Desenvolvimento Espacial, de um documento estratégico (ainda que não vinculativo) integrador dos aspectos territoriais das diversas políticas sectoriais comunitárias, intitulado “ Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário “ (1).

Em Setembro de 1994, em Leipzig, por ocasião do encontro informal de ministros, durante a Presidência alemã, a Comissão apresentou o documento “ Europa 2000+:Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu “ , tendo sido também apresentado pelo Comité de Desenvolvimento Espacial, o documento “ Princípios para uma Política de Ordenamento do Território Europeu”.

O simples reconhecimento de determinadas regiões funcionais potenciais, do tipo Arco Atlântico, Arco Mediterrânico, Arco Continental, etc, que se enquadram no objectivo de inter-articulação dos territórios pertencentes à União, possibilita ou favorece, o desenvolvimento de novas especializações económicas territoriais associadas às diversas figuras institucionais de cooperação inter-regional descentralizadas entretanto criadas.

No entanto, pode também constituir um novo factor estigma para o ressurgimento de terreno fértil para movimentos do tipo novos regionalismos / nacionalismos políticos, étnicos ou mesmo económicos à escala da União.

(1) - Ver a propósito CCE (1994) “ Trans-European Networks. Interim Report of the Group of Personal Representatives of the Head of State or Government (Christophersen Group) “ , Bull EU, sup. nº2.

Assim , as figuras de cooperação inter-regional descentralizada, funcional e territorial, bilateral ou multilateral, exclusiva ou múltipla, poderão neste momento, funcionar também como estabilizadores de conflitos económicos políticos e sociais e diluir regionalismos exarcebados, ajudando a retomar o projecto comum.

Ao longo das últimas décadas do processo de integração, a ideia de prosperidade económica foi sempre associada à ideia de democracia política e de cooperação entre os povos. Pela primeira vez , a construção europeia, está neste momento, a ser feita no quadro de uma recessão económica e sob os efeitos de um processo de ajustamento do tipo estrutural (BENKO e DUNFORD, 1992) entre as economias destes diferentes territórios , o que poderá uma vez mais despolotar o aparecimento de novos e antigos regionalismos / nacionalismos .

Quadro nº 3 - A Evolução da Economia da União Europeia

(variação anual real em %)

	1986-1990	1991-1992	1993	1994	1995 (1)	1996 (1)
Consumo Privado	3,7	1,8	-0,1	1,5	2,0	2,5
Consumo Público	2,0	1,6	0,7	0,7	0,8	1,0
Formação Bruta Capit. Fixo	5,8	-0,8	-5,5	2,4	5,7	6,3
Procura Interna	3,9	1,0	-1,8	2,0	2,8	3,1
Exportações de Bens e Serv.	0,3	5,0	7,5	10,0	7,0	6,8
Importações de Bens e Serv.	6,0	3,0	-0,5	4,5	6,0	6,0
Produto Interno Bruto	3,3	1,2	-0,4	2,6	2,9	3,2

(1) - Previsões de Novembro de 1994.

Fonte: CCE (1995) " Rapport Économique Annuel pour 1995 " in *Economie Européenne* , nº 59.

A construção de redes transeuropeias de transporte e de energia, inclui a construção de troços de ligação, actualmente inexistentes e que irão permitir ligar as redes nacionais entre si. A criação de um conjunto de redes, cujo traçado foi elaborado ao nível da União, poderá, só por si, determinar alterações significativas na posição relativa entre as diferentes redes urbanas nacionais dos diferentes Estados-membros, e mesmo entre os centros urbanos de nível diferente dentro das respectivas redes urbanas nacionais, e em relação às redes urbanas dos demais Estados-membros.

As novas redes transeuropeias de transporte, ao determinarem novos pontos e graus de acessibilidade, poderão alterar as posições relativas actuais dos diferentes territórios sub-nacionais. A maior ou menor proximidade ao traçado destas novas redes, pode constituir factor de valorização ou desvalorização relativa.

1 . 3 . 10 - As Implicações Territoriais dos Objectivos União Económica e União Monetária

A criação da União Económica e Monetária tem como principais vantagens, em termos económicos (1):

- 1) eliminar o risco associado à variação das taxas de câmbio;
- 2) redução dos custos de conversão de moeda e de outros custos de transacção;
- 3) criar uma maior visibilidade ou transparência dos preços por eliminar a ilusão cambial;
- 4) como consequência da implementação de uma política monetária comum, por uma Autoridade monetária única, resulta uma maior credibilidade da política monetária , que se tenderá a traduzir-se num maior controlo sobre os mercados monetários e numa maior estabilidade dos preços e nível das taxas de juro;
- 5) aumento de credibilidade das próprias políticas económicas com efeitos positivos sobre as expectativas dos agentes económicos (2);
- 6) redução dos *ganhos de senhoriagem* , pois, a substituição das moedas nacionais por uma moeda única elimina os proveitos obtidos, pelos Bancos Centrais nacionais , com a emissão de notas e os depósitos das instituições bancárias correspondentes à sua reserva legal;

(1) - Ver por exemplo TAYLOR, C. (1995) “ EMU 2000 ? Prospects for European Monetary Union “ , Chatam House Papers, The Royal Institute of International Affairs, Pinter, London.

(2) - Ver por exemplo DE GRAUWE, P. (1992) “ The Economics of Monetary Integration “ , Oxford University Press, Oxford.

- 7) progressiva afirmação da moeda comum como meio internacional de pagamentos no mercado financeiro global.

A Teoria tradicional das zonas monetárias ótimas (1) indicava quatro critérios em função dos quais os diferentes territórios , deveriam , ou não, integrá-las : i) mobilidade de factores de produção; i i) flexibilização dos preços e salários; i i i) grau de abertura ao comércio; i v) grau de diversificação da produção. Os territórios com economias relativamente fechadas, com grande rigidez de preços e salários, baixa mobilidade de circulação de capital e de trabalhadores não deveriam participar em zonas monetárias, pelo contrário, segundo a teoria tradicional, deveriam manter regimes cambiais flexíveis.

A desvantagem em criar um regime cambial fixo com criação de uma moeda única, está, sobretudo, associada à perda da taxa de câmbio enquanto instrumento de política económica nacional. A disciplina orçamental, que resulta da definição de critérios de convergência comuns para e dentro da União monetária, condiciona em absoluto a autonomia nacional quanto à possibilidade de compensar efeitos negativos, do processo de ajustamento económico, através das respectivas políticas orçamentais.

Por outro lado, no caso da União Europeia e quanto às suas implicações espaciais algumas reticências resultam ainda do facto de :

- i) as condições de desenvolvimento económico de partida entre Estados-membros serem muito diferentes;
- i i) as economias da União , sobretudo as mais periféricas , se caracterizarem por uma grande rigidez de preços e de salários e portanto com poucas possibilidades de ajustamento relativo dos preços (2);

(1) - Ver por exemplo MUNDELL, R. (1961) " A Theory of Optimal Currency Areas " in *American Economic Review* , 60 (4) , September.

(2) - Ver por exemplo KRUGMAN, P. (1992) " Policy Problems of Monetary Unions " in KRUGMAN, P. (ed) "Currencies and Crisis " , MIT Press, Cambridge.

- i i i)** em termos infrancionais as diferenças de nível de desenvolvimento são ainda mais significativas e portanto, se territórios vizinhos, numa situação de livre mobilidade de factores, mercadorias e serviços, têm diferentes características económicas, logo, choques externos ou internos afectam-nos também de uma forma diferenciada;
- i v)** os choques simétricos, por definição , afectam diferentes economias da mesma maneira , os choques assimétricos afectam economias diferentes de forma distinta. Deste modo, os impactos sobre os Estados-membros iniciais serão bastante mais uniformes do que em relação aos Estados-membros mais recentes, sobretudo para os economicamente menos desenvolvidos (1);
- v)** a susceptibilidade dos Estados-membros mais antigos quanto a choques do lado da oferta e a choques do lado da procura é distinta em relação aos novos Estados-membros (os países do Benelux quase desde o início que partilhavam entre eles praticamente um mercado comum e por isso mesmo as suas economias já estão hoje ajustadas umas às outras) bem como também a respectiva velocidade de reacção a estes choques;
- v i)** importa ainda reflectir sobre, se os movimentos migratórios transterritoriais na União, poderão ser encarados como um mecanismo *aceitável* de ajustamento na União Económica e Monetária;
- v i i)** por outro lado, a própria integração dos mercados pode gerar, em termos de União Europeia, uma maior susceptibilidade em relação a choques mo-

(1) - BAYOUMI, T. e EICHENGREEN, B. (1992) “ Shocking Aspects of European Monetary Union “ , Centre for Economic Policy Research, Discussion Paper nº 643 , London. Ver ainda também por exemplo SANTOS, P. (1993) “ The Spatial Implications of Economic and Monetary Union “ in CCE “ The Economics of Community Public Finance “ , *European Economie, Reports ans Studies*, nº 5.

netários , na medida em que , a integração monetária não tem correspondência em termos da economia real (1);

v i i i) a progressiva integração económica tende a estimular, como já foi referido, determinados tipos de especialização económica transnacionais, o que, só por si, tende a gerar uma maior uniformidade quanto aos efeitos dos choques económicos. No entanto , um novo tipo de choques assimétricos pode resultar em situação de União Económica e Monetária com uma política monetária comum, em virtude das diferenças existente entre Estados-membros, em termos de mecanismos e instrumentos monetários (2) resultado de diferentes práticas e das distintas estruturas financeiras dos Estados-membros;

i x) a política monetária mesmo em condições de elevada mobilidade dos movimentos de capitais , continua a ser um importante instrumento de gestão da procura , que ao ser transferido quase exclusivamente para uma Instituição da União, tenderá a ser utilizada uniformemente no território da União (caracterizado pela rigidez de preços e salários) inviabilizando decisões económicas específicas nacionais;

x) será ainda de esperar que , a UEM tenderá a provocar uma harmonização fiscal , em virtude de permitir acelerar a velocidade de ajustamento de salários e de preços . Contudo , na ausência de um Orçamento da União com dimensão suficiente para apoiar essa harmonização , poderão resultar novas dificuldades . A combinação actual de , grande autonomia fiscal nacional , baixa harmonização fiscal na União e progressiva subordinação orçamental nacional por via dos critérios de convergência , tende a gerar novas desigualdades quanto às potencialidades dos efeitos redistributivos regionais

(1) - Ver por exemplo BOFINGER, P. (1994) " Is Europe an Optimum Currency Area ? " in STEINHERR , A. (ed) " 30 Years of European Monetary Integration: From the Werner Plan to EMU " , Longman, London.

(2) - Ver por exemplo CROCKETT, A. (1994) " The Role of Convergence in the Process of EMU " in STEINHERR , A. (ed) " 30 Years of European Monetary Integration: From the Werner Plan to EMU " , Longman, London.

nacionais . Em virtude da disciplina orçamental, as políticas fiscais nacionais têm dificuldade em funcionar como estabilizador. Assim, se a UEM poderá permitir atingir efeitos positivos em termos da estabilidade dos preços , dos salários , das taxas de juro e da própria fiscalidade , já algumas dúvidas se colocam também em relação à respectiva capacidade de cumprimento ou desempenho da função redistributiva;

x i) mesmo que, no longo prazo, seja de esperar um maior equilíbrio quanto às próprias taxas de crescimento económico regionais dentro da UEM, no curto prazo, elas tenderão a divergir em virtude da incapacidade das economias regionais, mais débeis de contrariar as forças centrífugas dos territórios economicamente mais fortes.

Os sistemas económicos e político-administrativos de tipo federal existentes têm todos como característica comum (MUET, 1995):

- 1) a existência de um orçamento federal com uma dimensão próxima daquela que teria cada Estado individualmente em termos da sua relação percentual em relação do produto interno bruto nacional, isto é, próximo dos 60% do Produto federal);
- 2) um progressivo equilíbrio dos orçamentos estaduais de forma a que as políticas de estabilização macroeconómica monetária e orçamental possam efectivamente ser desenvolvidas pelo poder federal (1);
- 3) e a existência de importantes mecanismos de redistribuição e de solidariedade inter-territorial provenientes do orçamento federal, mecanismos que

(1) - O objectivo união monetária fez ressurgir de novo o interesse dos economistas por dois temas de teoria económica, já com algum tempo, como é o caso das zonas monetárias óptimas e do federalismo orçamental. Em todo o caso, pelo menos em termos de flexibilidade dos salários e grau de mobilidade do factor trabalho a União Europeia está ainda muito longe de se poder considerar uma zona monetária óptima.

constituem, inclusivamente, um dos aspectos mais importantes do próprio compromisso federal, uma das contrapartidas fundamentais pelo facto de se pertencer a uma mesma zona monetária, desempenham um papel fundamental de estabilização face aos choques assimétricos (1).

O caso da União Europeia (organização supranacional já com bastantes características de tipo federal, quer quanto ao tipo de políticas que já prossegue, quer em relação a algumas características do seu processo institucional e decisional, quer ainda em relação ao tipo de objectivos últimos que se propõe alcançar como é o caso da união monetária e da união política) apresenta no entanto grandes limitações do ponto de vista orçamental de decorrem, não só do pouco peso relativo que o Orçamento da União tem em relação ao Produto Nacional Bruto gerado pelo conjunto dos Estados-membros, como também pela regra de obrigatoriedade de equilíbrio orçamental a que está sujeito o processo orçamental da União Europeia.

A regra de exigência de equilíbrio orçamental, determina e condiciona de sobremaneira o tipo de intervenção económica por via do Orçamento, que a União pode desempenhar em termos da economia da União. A exiguidade da dimensão financeira do Orçamento, inviabiliza a possibilidade da União desenvolver uma política orçamental de características efectivamente redistributivas, para além da que é desenvolvida por via dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão.

(1) - A maioria dos autores que recentemente têm escrito sobre zonas monetárias óptimas consideram como sobretudo assimétricos o tipo de choques que mais podem afectar as zonas monetárias óptimas. Ver por exemplo BAYOUMI, T. e EICHENGREEN, B. (1993) " Shocking Aspects of European Monetary Unification " in TORRES, F. e GIAVAZZI, F. (eds) " Adjustment and Growth in the European Monetary Union " , Cambridge University Press, Cambridge; DEHESA, G. e KRUGMAN, P. (1993) " Monetary Union , Regional Coesion and regional Shocks " , in DEHESA et al. (eds) " Monetary Future of Europe " , CEPR ; e VON HAGEN, J. e HAMMOND, G. (1995) " Regional Insurance Against Asymmetric Shocks: an Empirical Study for the European Community " , CEPR Discussion Paper nº 1170.

Sobre União Monetária ver ainda TORRES, F. (dir) (1996) " Monetary Reform in Europe - An Analysis of the Issues and Proposals for the Intergovernmental Conference " , Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

O tipo de evolução futura prevista para as perspectivas financeiras para a União, em termos de Orçamento, estabelecendo como limite ao montante total dos recursos próprios para cada ano do período de 1995 a 1999, as seguintes percentagens do total do PNB dos Estados-membros no que se refere ao ano em causa: 1,21% em 1995 , 1,22% em 1996 , 1,24% em 1997 , 1,26% em 1998 e 1,27% em 1999, demonstra bem a exiguidade do Orçamento da União face ao tipo de responsabilidades que poderá vir a ter que assumir.

A manter-se a estrutura da despesa do Orçamento da União , que no Orçamento de 1996, atribui ao Fundo Europeu de Orientação e garantia Agrícola, Secção “ Garantia “ cerca de 47,9 % do total do montante das Autorizações para pagamentos inscritas no Orçamento, isto é, o funcionamento da Política Agrícola Comum absorve quase 50, 0% do Orçamento.

Tal, demonstra a sua incapacidade real em poder ter uma maior intervenção em relação a outro tipo de políticas, mais concretamente as políticas da coesão económica e social (ver ponto 1. 1. deste Capítulo) como também em desenvolver e assegurar mecanismos de estabilização, para choques assimétricos resultantes do funcionamento do mercado interno (com liberdade de circulação de factores que caracteriza a união económica) e paridades cambiais fixas de um para um (que caracteriza a união monetária) (1).

Daqui parece poder-se subentender que, no estágio de integração União Económica e Monetária , as competências e instrumentos de política orçamental continuarão a estar “localizadas” nos Estados-membros, o que, determina, só por si, **o primado de uma lógica nacional no cumprimento das intervenções económicas no âmbito da política orçamental**, criando por esta via novas desigualdades territoriais e nacionais, quanto aos efeitos do funcionamento do mercado interno, consoante a “nacionalidade” de cada um dos territórios subnacionais (2).

(1) - Ver por exemplo LASKAR, D. (1993) “ Union Monétaire: Différences Structurelles et Asymétrie des Chocs “ in *Revue Économique* , nº6 , novembre.

(2) - O cumprimento e o exercício do princípio da subsidiariedade está cada vez mais limitado à execução da política orçamental.

Nesta fase, anterior à concretização da união monetária, cada um dos Estados-membros que no Tratado de Maastricht se comprometeram a participar na União Monetária, está obrigado ao cumprimento dos critérios de convergência, e estão, todos eles, a passar por um processo de contracção da despesa pública, o que determina, desde logo, vários tipos de implicações territoriais:

- 1) uma menor disponibilidade orçamental para transferências para as colectividades territoriais no sentido, também, de as apoiar nesta fase extremamente competitiva, em termos de concorrência inter-territorial transnacional;
- 2) uma menor capacidade em corrigir desequilíbrios estruturais / conjunturais nacionais decorrentes dos ajustamentos inter-sectoriais que resultam do funcionamento do mercado interno (evolução do emprego e do desemprego, implicações económicas para as empresas, etc);
- 3) uma redução da despesa e do investimento público particularmente importantes num momento económico com características recessivas;
- 4) uma menor disponibilidade e capacidade de fazer aumentar o Orçamento da União (nomeadamente por via do recurso próprio - taxa uniforme aplicada à matéria colectável IVA);
- 5) dificuldades em cumprir os Programas de Desenvolvimento Regional / Quadros Comunitários de Apoio e todos os programas de iniciativa comunitária (PIC) ou programas nacionais de interesse comunitário (PNIC) específicos ou sectoriais, em virtude de exigirem o cumprimento da simultaneidade da comparticipação nacional (na maioria dos casos por via pública) e da comparticipação da União (aspecto particularmente importante para os territórios Objectivo nº 1, nº 2 , nº 5b e nº 6).

1 . 3 . 11 - Consequências Demográficos da Integração. Os Novos Destinos das Migrações Transnacionais e Transregionais.

Uma das condições necessárias à concretização do Mercado Interno é naturalmente a liberdade de circulação de pessoas, promovendo a mobilidade e o acesso a novos mercados de emprego. Em todo o caso, a possibilidade de livre circulação de pessoas, por um lado, e, por outro, a sistemática criação de programas de incentivo à mobilidade das populações por parte da União (1), irá naturalmente determinar o aparecimento de fenómenos modernos de migração (STEINER, 1990; ILLERIS, 1991) e alterações na posição relativa dos territórios (GABRIEL, SHACK-MARQUEZ e WASCHER, 1993), enquanto regiões de emigração ou de imigração (o surgimento de novas regiões de emigração / imigração) e uma repartição territorial das populações e dos mercados de emprego (2), distinta da inicial.

A implementação da liberdade de circulação de pessoas tenderá, a favorecer o aparecimento de novos surtos de emigração e por consequência também novos surtos de imigração. Na razão directa das dificuldades que se vierem a sentir em relação aos sectores económicos, com maior peso, em cada uma das economias regionais, na sequência de processos de ajustamento estrutural e de reconversão, determinados por uma concorrência mais forte.

(1) - É o caso por exemplo do Programa TEMPUS - Sistema Europeu de Cooperação Transeuropeia para Estudos Universitários (JO nº L112 , 06.05.93), ou do Programa KAROLUS - Plano de Acção para o Intercâmbio entre as Administrações dos Estados-membros de funcionários nacionais envolvidos na aplicação da legislação comunitária necessária à realização do mercado único (JOnºL008, 14.01.93),etc.

(2) - Ver por exemplo:
CCE (1991) “ The Socio-Economic Consequences of the Completion of the Internal Market for Regions whose Deveplopment is Lagging Behind “ , GREMI.

ABRAHAM, F. (1996) “ Regional Adjustment and Wage Flexibility in European Union “ in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 26 , nº 1.

DECRESSIN, J. e FATÁS, A.(1995) “ Regional Labor Market Dynamics in Europe “ in *European Economic Review* , vol. 39, nº 9.

A progressiva transnacionalização dos processos produtivos tenderá mesmo a determinar a emergência de novas formas de divisão inter-regional de trabalho. Não é também de excluir, o surgimento de uma maior flexibilidade e um incremento de movimentos migratórios transregionais transnacionais de carácter pendular, com partidas e regressos sucessivos, em função de oportunidades de emprego encontradas nos diferentes territórios da União, e das próprias estratégias individuais dos migrantes , **levando a um reforço de formas já existentes de pluri-rendimento de tipo transnacional e de pluri-actividade de tipo aterritorial.**

Ao mesmo tempo, os territórios e as economias dos territórios de origem desses emigrantes, poderão-se-ão progressivamente transformar em **regiões ou territórios de reserva em termos do processo produtivo.**

A liberdade de circulação de pessoas gera, ainda, a possibilidade de ocorrência de rearranjos étnicos territoriais e de processos do tipo concentração geográfica de minorias (1).

Por outro lado, o próprio desenvolvimento das redes transeuropeias de transporte, vem determinar uma maior facilidade para uma diferente repartição futura das populações e das actividades económicas no território da União.

Ainda numa altura em que, a liberdade de circulação de pessoas não está a funcionar em pleno, é difícil avaliar já os movimentos que tal possibilidade vai induzir. Actualmente, a mobilidade intracomunitária de pessoas com carácter duradouro é de apenas cerca de 2,0 % do total da população da União (CCE , 1995).

Os únicos dados harmonizados a nível europeu sobre mobilidade inter-regional são os saldos migratórios regionais, o que por um lado são pouco significativos na medida em

(1) - Ver a propósito ATALIK, G. e ÇIRACI, H. (1991) " Interregional Migration Pattern as a Product of Regional Differentiation " , Comunicação apresentada ao 31º Congresso da Regional Science Association (RSA) , Lisboa.

que, como, foi referido no parágrafo anterior, a liberdade de mobilidade quase completa é ainda muito recente e os dados disponíveis mais recentes reportam-se apenas até 1990, e por outro, enquanto indicador, são também pouco expressivos. Um saldo migratório nulo pode corresponder a trocas de população consideráveis em que sejam simultaneamente altas, a emigração e a imigração, para um mesmo território.

Em todo o caso, tal como no passado, os movimentos de pessoas resultam, quase sempre, da procura de melhores condições de vida, sejam elas a procura de melhores oportunidades de trabalho, ou o acesso a bens ou equipamentos de ordem superior.

Neste caso, tendo o processo de liberalização da circulação de pessoas à escala da União precedido o processo de harmonização inter-territorial dos níveis de rendimento, e persistindo as diferenças muito significativas entre os níveis de remuneração do factor trabalho entre muitos territórios da União, será de se esperar um acréscimo dos movimentos populacionais à escala da União.

Naturalmente, os territórios com níveis de desenvolvimento mais altos (identificados no ponto 1. 2. deste Capítulo), serão, para este tipo de migração, aqueles que exercerão naturalmente um maior grau de atracção.

Deste modo, poderemos vir a assistir, ao desenvolvimento, à escala europeia, de verdadeiros movimentos de transumância humana de um tipo de mão de obra não qualificada, percorrendo circuitos mais ou menos erráticos ou organizados, para realizar actividades de carácter temporário ou sazonal (1).

Numa primeira fase, enquanto possibilidade mais imediata, poderemos vir a assistir ao desenvolvimento de movimentos transfronteiros de populações de carácter pendular ou permanente.

(1) - A maior ou menor amplitude destes fenómenos está dependente das estratégias e conclusões que forem definidas durante a Conferência Intergovernamental (CIG 96) sobre o desenvolvimento de uma política de emprego para a União, e da concretização do Pacto de Estabilidade.

1 . 3 . 12 - Os Efeitos Territoriais Decorrentes do Desenvolvimento das Redes e Sistemas de Informação.

Em Dezembro de 1993, data da publicação pela Comissão do Livro Branco sobre o Crescimento, a Competitividade e o Emprego, coloca-se, pela primeira vez, à escala europeia de uma forma integrada, o posicionamento da Europa na sociedade global da informação.

Desde a década de oitenta, que a Comunidade Europeia vinha lançando acções e programas de iniciativa comunitária, programas parcelares ou sectoriais de apoio ao desenvolvimento de redes europeias de informação e de serviços (como por exemplo, o Programa RACE 1987-1994, ou o Programa ESPIRIT 1984-1994 sobre tecnologias de informação, o Programa STAR 1986-1993 e que o Programa TELEMATIQUE 1991-1993 veio substituir), com o objectivo de equipar as regiões menos desenvolvidas da Comunidade de redes e serviços de telecomunicações avançados.

Em 1992, a Comunidade criou o Programa ENS (European Nervous System) , programa de investigação aplicada para desenvolvimento de soluções telemáticas para os serviços públicos europeus.

Outra contribuição importante para o desenvolvimento da sociedade da informação na União , foi o Programa IMPACT 1989-1995 (programa de apoio ao desenvolvimento de um mercado europeu de informação), bem como um conjunto de outros programas de apoio à criação de serviços telemáticos em rede, aplicados a questões como a saúde, ensino à distância, transportes rodoviários, intercâmbio de informações entre Administrações Públicas dos diferentes Estados-membros, etc, com o objectivo de promover o crescimento das trocas imateriais à escala global dentro do território da União, e possibilitar o desenvolvimento de alterações estruturais , qualitativas nos processos produtivos, organizacionais, relacionais e reticulares.

No fundo, a Comunidade, pretendia assim, assegurar, também por esta via (através dos sistemas e tecnologias da informação) o desenvolvimento do processo de integração territorial e funcional da União.

Na Cimeira Europeia de Corfu, em 24 e 25 de Junho de 1994, a Comissão apresentou o documento “A Europa e a Sociedade Global da Informação. Recomendações ao Conselho Europeu “ (COM (94) 347 final, 19 / 07 / 94) , onde propunha um plano de acção, com iniciativas concretas baseadas num processo de parceria, entre os sectores público e privado, destinadas a fazer avançar a Europa para a sociedade de informação.

Para além dos aspectos relativos, às políticas de concorrência e de protecção electrónica, jurídica e segurança para o sector, a Comissão apresentava ainda um conjunto de, iniciativas e aplicações (1) a desenvolver no âmbito do Programa ENS e do Programa Quadro sobre Aplicações Telemáticas (1994-1998) da União Europeia, em vários domínios, por forma a promover a progressiva concretização na União da chamada sociedade da informação (e em relação às quais já foram sendo desenvolvidos uma multiplicidade de estudos e aplicações piloto):

- 1) **Teletrabalho** - apoio à criação de novos empregos com base nas comunicações móveis;
- 2) **Ensino à distância** - promover a criação de centros de ensino à distância que ofereçam suportes lógicos e serviços de formação e ensino destinados a empresas , administrações públicas e a todos os potenciais interessados em beneficiar de ensinamentos especializados à distância (ex: videoconferência, tele-ensino, etc);

(1) - Para tal foi particularmente importante como primeiro passo, a criação em 1993 da rede transeuropeia Rede Digital com Integração de Serviços - EURO-RDIS. Ver a propósito o Documento elaborado em 1994 pelo Grupo de Alto Nível da Sociedade de Informação para o Conselho Europeu de Corfu , Junho de 1994 - “ A Europa e a Sociedade Global da Informação . Recomendações ao Conselho Europeu “ .

- 3) Projecto RTD Partners - Uma rede para desenvolvimento da parceria em projectos de investigação aplicada** - desenvolvimento de uma rede transeuropeia avançada (grande largura de banda, alta definição, transporte de serviços multimédia interactivos) que permita a interligação entre universidades, centros de investigação europeus e empresas;
- 4) Gestão do tráfego rodoviário** - criação de sistemas avançados de gestão do tráfego rodoviário e outros serviços de transporte, e a afirmação de estradas electrónicas;
- 5) Projecto EBR (European Business Register) - Serviços telemáticos de informação para e sobre as pequenas e médias empresas** - incentivar a mais ampla utilização possível de serviços telemáticos pelas PME europeias, com ligação às autoridades públicas, associações comerciais, clientes e fornecedores;
- 6) Controlo do tráfego aéreo** - uma via aérea electrónica para a Europa, um sistema transeuropeu unificado e em rede de controlo de tráfego aéreo ;
- 7) Projecto CARE Telematics (Rede para os cuidados de saúde)** - criar uma rede piloto de redes de comunicações directas e de permuta de informação, baseadas em normas comuns, que ligue hospitais e centros sociais à escala europeia;
- 8) Informatização dos concursos públicos** - criação de uma rede electrónica para os contratos públicos entre as administrações públicas e seus fornecedores , na Europa;
- 9) Projecto IDA (Interchange of Documentation Between Administrations) - Rede Transeuropeia de Intercâmbio de Informação entre**

Administrações Públicas- instalação de redes inter-conectadas entre redes de administrações públicas da Europa para intercâmbio de informação;

10) Auto-estradas da informação nas cidades europeias - instalar redes que dotem as habitações localizadas em centros urbanos , de um sistema de acesso à rede e dos meios de utilização de serviços directos multimédia e de lazer, numa base local, regional, nacional e internacional (sistemas urbanos de telesegurança, *telebanking* , telecompras, telecentros comerciais, etc (1));

11) Projectos RADIO (Rural Areas Delivery of Information and Organisation) , BIRD (Better Infrastructures for Rural Development) , MITRE (Market Implementation of Teleworking in Rural Environments) , RUTOTEL (Telematics Applications for Tourism and Leisure in Rural Areas) , DIAMMS (Distributed Inter-Regional Agritourism Multimedia Management System) , RUDA (Rural Telematics Systems Database and Management) , ANA-GO e ARTISAN (Evaluation of On-Going Development Projects Involving Telematics Systems Use) , SABRE e SARBA (Services and Applications for Rural Business Activities) , RUNES (Rural Networking for European SME's) sobre identificação e criação de aplicações telemáticas em meio rural ,integrando por via telemática os territórios com menor nível de infra-estruturas e de acessibilidade na rede telemática global europeia;

(1) - Ver a propósito EFILWC (1993) “ *Telelifestyles and the Flexicity. A European Study* “ , European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions , Dublin.

Ver ainda por exemplo CCE (1994) “ *Livro Verde sobre uma Abordagem Comum no Domínio das Comunicações Móveis e Pessoais na União Europeia* “ , COM (94) 145 final , 27.04.94.

Ver ainda também CURWEN, P. (1995) “ *Telecommunications Policy in the European Union: Developing the Information Superhighway* “ in *Journal of Common Market Studies* , vol. 33 , nº 3.

- 12) Projecto CAPE (Correio Europeu Informatizado) - Rede de tratamento e monitoragem do correio intracomunitário e desenvolvimento de sistemas de correio electrónico, tendo como objectivo desenvolver um *gateway europeu* artirculando cada um dos sistemas postais nacionais;**
- 13) Projecto EWTIS (European Water Traffic Information System) , tem como objectivo promover o desenho e a implementação de um sistema de informação sobre a circulação de navios que transportem cargas perigosas entre portos da União;**
- 14) Projecto TECN (Transplant European Computer Network) é um sistema de comunicação transeuropeu para interligação permanente entre organizações nacionais(de cada Estado-membro) de intercâmbio de órgãos entre responsáveis pela organização da transplantação na Europa;**
- 15) Projecto CERTCENTRE** uma rede europeia de certificação e ensaio;
- 16) Projecto SOSENET** destina-se a permitir criar um sistema telemático de intercâmbio de informação no domínio da segurança social;
- 17) Sistemas Telemáticos para a interligação de bibliotecas e bases de dados à escala europeia;**
- 18) Sistemas Telemáticos em Rede aplicados à gestão do ambiente;**
- 19) Desenvolvimento de tecnologias e linguagens para sistemas de informação;**
- 20) Projecto SAPIENS , tem como objectivo articular e coordenar os projectos telemáticos de iniciativa da União Europeia.**

21) Projecto MEDORA (Typological Mapping & Telematics Demand Analysis of European Areas), um projecto sobre intercâmbio de informação geográfica;

22) Projecto SYNERGY (Synergetic Network for Development of the European Telework Forum) ;

23) Desenvolvimento dos Teleserviços em centros urbanos.

O desenvolvimento deste tipo de redes, associadas às diferentes redes empresariais, inter-regionais, inter-urbanas, inter-organizacionais e inter-indivíduos , determina uma alteração profunda na forma, como até aqui, se entendia a própria geografia europeia.

Um sistema, cada vez mais, assente em estruturas e organizações reticulares com suporte informatizado / telemático, em que, dois pontos que a geografia natural colocou lado a lado, podem pertencer a duas secções totalmente distintas e afastadas neste novo espaço.

A criação deste tipo de sistemas, ao mesmo tempo homogéneos, multidimensionais e estruturados numa multiplicidade de redes especializadas, reforça a importância do “local” , na medida em que apenas alguns *pontos* (territórios específicos e geograficamente bem identificáveis) do território da União pertencerão a estas redes e constituirão *pontos de utilização*. Ao mesmo tempo, todos os restantes *pontos* ficarão excluídos , gerando-se por esta via uma reformulação das vantagens comparativas entre

territórios (RICHÉ-MAGNIER e METTHEY, 1995) em função agora das infraestruturas telemáticas ou cibernéticas de que dispõem (1) .

No Conselho de Ministros de 20 de Maio de 1996, foi aprovado mais um novo programa para a União, no domínio das tecnologias da informação e dos “ conteúdos multimédia ” , o Programa INFO 2000. Este programa, definido para funcionar no período 1996 - 1999 , destina-se a apoiar a indústria europeia de conteúdos multimédia (“ industria de conteúdos “), sobretudo ao nível do universo das pequenas e médias empresas, e a encorajar a utilização deste tipo de produtos pelo público em geral (2) , privilegiando sempre iniciativas de carácter transectorial transnacionais.

(1) - Aspecto tanto mais importante na medida em que, de acordo com a documentação oficial os sistemas de informação e as redes transeuropeias constituem uma das políticas fundamentais de desenvolvimento futuro para a União Europeia. Ver a propósito CE (1994) “ Livro Branco - Crescimento, Competitividade, Emprego. Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI “ , SPOCE, Luxemburgo.

No âmbito do programa de investigação de iniciativa da União - ACTS (Advanced Communications Technologies Services) que envolve a União, e as principais estações de televisão, e os principais operadores de televisão por cabo, foram definidos como grandes objectivos: i) 1996-2000 - implementação de serviços integrados de banda larga IBC (Integrated Broadband Communications) ; i i) 2000-2005 - extensão da rede IBC com aumento do acesso em fibra óptica; i i i) 2005-2010- implementação da rede ‘transparente’ semelhante ao que hoje existe em termos da rede eléctrica: pode ligar-se lá tudo.

(2) - A primeira fase de candidaturas a financiamento no âmbito do Programa INFO 2000 decorreu em Junho de 1996 e privilegiou : i) a criação de uma Rede de Informação, Demonstração e Suporte Multimédia (MIDAS-NET); i i) apoio a projectos de fomento da produção europeia de conteúdos multimédia (exploração económica da herança cultural europeia, serviços de informação para as empresas, informação geográfica e informação científica e técnica).

1 . 3 . 13 - Os Efeitos Territoriais do Desenvolvimento à Escala Europeia de Sistemas de Informação Geográfica

A necessidade de estabelecer opções de organização espacial e de ordenamento do território, à escala da União, no sentido de, consubstanciar progressivamente o ideal de coesão económica e social, bem com, as próprias exigências de aplicação da Política Regional da União, vêm, progressivamente, suscitando a necessidade de desenvolver sistemas de informação geográfica (SIG ou GIS) enquanto, estruturas e ‘mapas’ de suporte, ao planeamento territorial e económico da União.

Inclusivamente, alguns aspectos processuais em termos da União, obrigam já, ao desenvolvimento deste tipo de sistemas. Vejamos alguns exemplos:

- 1) o princípio de elaboração dos Quadros Comunitários de Apoio a Programas de Desenvolvimento Regional e Programas de Reconversão, para os diferentes territórios NUT II e NUT III , segundo os casos, em virtude do processo de negociação que exige entre a Comissão e as diferentes autoridades nacionais e regionais dos diferentes Estados-membros, permite à Comissão em particular ou às instituições da União em geral, um conhecimento profundo sobre as características específicas de cada um desses territórios, bem como das estratégias económicas, sociais, ambientais, etc, que estão a ser aplicadas em cada um deles;

- 2) a classificação e identificação geográfica das regiões ou territórios subnacionais nas chamadas *regiões objectivo* (Objectivo nº 1- regiões com atrasos de desenvolvimento, Objectivo nº 2 - zonas industriais em declínio, Objectivo nº 5b - zonas rurais , Objectivo nº 6 - regiões de densidades populacional muito baixa) é, ela própria, um critério de classificação de territórios;

- 3) a criação de programas de iniciativa comunitária de apoio a territórios com características específicas, como é caso do INTERREG e INTERREG II (regiões transfronteiriças); LEADER e LEADER II (regiões rurais); RESIDER e RESIDER II (zonas siderúrgicas, com uma delimitação territorial inferior a NUT III) ; RETEX (zonas fortemente dependentes do sector textil); URBAN (subvenção para zonas urbanas com mais de 100 000 habitantes e localizadas prioritariamente em regiões Objectivo nº 1 e enfrentando fortes problemas económicos e sociais); PESCA (zonas dependentes da pesca localizadas em regiões Objectivo nº 1, nº 2 e nº 5b);ou a Rede NATURA 2000 sobre cooperação transfronteiriça em matéria de acções combinadas de gestão de espaços abertos comuns; constituem, também, tipologias de organização e especialização territorial;
- 4) a aplicação de programas de iniciativa comunitária, precisamente com objectivos de recolha de informação, como é o caso do Programa CORINE - Projecto Land Cover (inventário cartográfico de zonas de interesse biológico , ecológico e geológico à escala europeia). A partir de imagem satélite, o Projecto Land Cover permitiu constituir uma base de dados sobre formas de utilização do solo, em cada um dos diferentes territórios pertencentes à União numa perspectiva transnacional, constituindo outro exemplo. Os programas estruturais de ordenamento do território tenderão a ter em conta este tipo de informação.
- 5) a determinação geográfica dos traçados a concretizar com as grandes redes transeuropeias de transportes (rodoviários, ferroviários, de energia, comunicações, sistemas de transporte intermodais, ligações fluviais internas, etc);
- 6) por outro lado, um conjunto de Universidades e centros de investigação europeus vêm desenvolvendo, às respectivas escalas nacionais, e à escala da União, sistemas de informação geográfica (informações sectoriais e de especialização económica ou outra , informação cartográfica de intensidades

relacionais, informação geográfica de intensidades de interdependência ou funcionais);

- 7) a rede de cooperação inter-regional e inter-urbana RESIGMUR , tem precisamente como objectivo a criação de uma rede inter-urbana e inter-regional europeia de sistemas de informação geográfica aplicada ao ordenamento do território, (ver ponto 1. 1. do Capítulo II) etc.

Este facto, vem criar novas possibilidades e perspectivas para o ordenamento territorial da União (inclusivamente numa perspectiva de definir novas especializações territoriais) e uma análise mais rigorosa no estudo e inventário das vantagens comparativas efectivas e potenciais, de cada um dos territórios.

1 . 3. 14 - Os Diferentes Níveis de Atractividade dos Territórios Subnacionais.

Os diferentes territórios regionais, urbanos, inter-regionais, inter-regionais transnacionais que compõem a União diferem também bastante, uns dos outros, quanto ao nível de atractividade que lhes está associada.

A *atractividade* de cada espaço regional e urbano, está intimamente relacionada com a sua capacidade de seduzir pela aparência, de se afirmar pelo seu poder e de se impôr pela sua audiência (DOMERGUES e GARDIN, 1989).

O poder de atractividade de cada cidade ou região está cada vez mais dependente do facto de cada uma delas dispor ou não de :

- i) uma base económica de sustentação atractiva e dinâmica;
- ii) um forte potencial de formação local / regional;
- iii) elevado nível de instrução e capacidade de investigação disponível;
- iv) grande potencial de serviços, de produção e de mudança;
- v) elevado grau de diversidade de oportunidade de emprego;
- vi) elevado potencial de realização de negócios;
- vii) desenvolvimento da articulação entre serviços públicos / privados e gestão pública / privada - **a cidade ou região enquanto nova unidade económica territorial;**

v i i i) empenhamento e envolvimento na vida da cidade ou da região das instituições públicas e privadas nela localizadas, no sentido em que seja possível desenvolver toda a engenharia de relações públicas / privadas / mistas no sentido de potenciar as oportunidades internas e de relacionamento exterior - a **afirmação de modelos e instrumentos de planeamento estratégico territorial** (1).

i x) significativo grau tecnológico e de inovação disponíveis (2);

x) elevado grau de utilização de novas tecnologias de gestão urbana / regional (3);

x i) redes de comunicação formal e informal de condução e desenvolvimento das comunicações internas / externas e de promoção local / regional exterior (BAILLY, 1993);

x i i) nível superior de qualidade e eficiência nos núcleos urbanos centrais e periféricos intra-regionais;

x i i i) localização de organizações internacionais (empresas, instituições financeiras, organizações não governamentais, sedes de organizações internacionais);

(1) - Ver a propósito CAMAGNI, R. e GIBELLI, M. (1993) " Strategic Planning and Urban Marketing as Instruments of Competition Between Cities " , Comunicação apresentada no *VIII Workshop on Urban Strategic Planning of The Joint Programme on Regional Science Studies in Southern Europe*, Évora. Ainda, enquanto exemplo de aplicação, ver por exemplo CCRE (1994) " Guide Pour la Réalisation des Plans Stratégiques de Développement des Villes Moyennes " , Oficina de Arquitectura e Câmara Municipal de Évora, Lisboa.

(2) - Ver por exemplo EFILWC (1993) " Innovations for the Improvement of the Urban Environment. An European Overview " , European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions , Dublin. E também EFILWC (1994) " European Conference on Urban Innovations. Seville, 6-8 October 1993 " , European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Dublin.

(3) - Ver a propósito PAQUETTE, G. (1992) " La Ville Cognitive de l'An 2000: Chantiers Éducatifs et Culturels " in OCDE " Villes et Technologies Nouvelles " , Urba 2000, Paris.

x i v) elevado nível de acessibilidade (1);

x v) multilinguismo da sua população.

A análise comparativa da atractividade dos núcleos urbanos, e em particular a atractividade dos territórios, à escala europeia, só muito recentemente começou a interessar os economistas regionais e urbanos.

De entre estes, são particularmente significativos os seguintes:

i) ERLANDSSON (1977) analisou, por um lado, o potencial de relacionamento entre noventa e oito cidades europeias, em função do nível de infraestruturas, de comunicação e de transporte das diferentes cidades entre si, e por outro, a intensidade de contactos entre as populações de cada uma das cidades. Identificando como zona privilegiada de interacção Paris-Hamburgo - Munique-Milão-Lion-Paris;

i i) O Nederlands Economkish Institut (1987) analisou o nível de atractividade de sete grandes áreas metropolitanas (Randstat, Londres, Munique, Paris, Hamburgo, Frankfurt, Bruxelas, Antuérpia), em termos da sua capacidade de atrair a localização de grandes empresas multinacionais. Londres foi apresentada como a localização mais apetecível;

i i i) CHESHIRE (1988) definiu o *ranking* das cidades da, então, Comunidade Europeia, com base na intensidade dos seus problemas urbanos;

i v) CONTI e SPRIANO (1989) estudaram quarenta e sete cidades em função do seu potencial de produção de informação e de inovação, classificando-as

em quatro categorias: a) cidades globais ; b) cidades em processo de transição industrial e tecnológica positiva; c) cidades em processo de transição industrial e tecnológica negativa ; d) cidades em crise estrutural;

- v) A DATAR (1989) analisou a *performance socio-económica* de cento e sessenta e cinco cidades europeias com uma população acima dos duzentos mil habitantes , com base em dezasseis indicadores de *performance agregada* (dimensão da população;nível de infraestruturas;nível de especialização económica; grau de intercâmbio de informação;intensidade dos relacionamentos internacionais e localização de sedes de organizações de relevância global; indicadores de promoção e criação de cultura). As três cidades melhores classificadas foram respectivamente Londres , Paris e Milão;

- v i) O NECTAR Report(1990) analisou o nível de compatibilidade entre os sistemas europeus de informação e de transporte (sistemas de processamento de informação, compatibilidade, standartização de sistemas de tráfego, compatibilidade de infraestruturas de transporte,nível de interligação de bases de dados);

- v i i) BATTEN e JOHANSSON (1991) relacionaram os índices de criatividade científica e de capacidades de transporte aéreo, daquilo a que chamaram um conjunto de *cidades-rede* , tendo identificado Londres-Cambridge-Oxford como a que apresentava os dois indices mais elevados;

- v i i i) HARRIS, HEALEY & BAKER, desenvolvem anualmente um inquérito junto de quinhentas e trinta grandes empresas mundiais, sobre as vinte e oito cidades europeias com melhores condições para desenvolver negócios;

- i x) KRESL (1992) em cujo estudo , propõe uma tipologia de análise também aplicada ao caso europeu assente em cinco critérios: a) cidades em crescimento de importância ; b) cidades periféricas ; c) cidades do sul ; d) cidades

esforçando-se por desempenhar novas funções ; e) capacidade de resposta das cidades face a processos de concorrência.

Apenas alguns destes estudos , de uma forma mais ou menos explícita, recorrem a uma análise do tipo relacional, evidenciando relacionamentos do tipo reticular.

1 . 3 . 15 - Os Diferentes Tipos de Autonomia dos Territórios Subnacionais da União Europeia.

Um outro aspecto absolutamente decisivo quanto ao tipo de incidência do processo de integração, sobre cada um dos territórios regionais, resulta das diferenças existentes entre eles, em termos das respectivas competências político-administrativas de que dispõem.

Em termos da estrutura político-administrativa de cada um dos Estados-membros, não existem, na União Europeia, dois modelos iguais (por estrutura do Estado entende-se a divisão deste em parcelas territoriais, o posicionamento relativo dessas parcelas e as suas relações com os órgãos superiores do Estado e da Administração Pública, e por último, os chamados “apêndices materiais do Estado”, como é o caso das polícias e das forças militarizadas).

No que diz respeito à repartição do poder político entre os Estados e as respectivas colectividades territoriais, estes podem ser unitários (simples ou complexos), federais (o Estado é ele próprio composto por um conjunto de Estados com poderes políticos e legislativos próprios, que partilham algumas das suas competências e criam órgãos com jurisdição em todo o território), ou ainda, Estados confederais (conjunto de Estados que partilham em comum apenas a prossecução de determinados objectivos, sem porem em causa a sua independência a não ser em matérias que constem do pacto ou Tratado de confederação).

A repartição territorial de poderes ou de funções, consiste na repartição de atribuições, competências e funções entre os órgãos de soberania, administração central do Estado, e outros órgãos com actuação no conjunto do território e os diferentes níveis político-administrativos autárquicos, que têm como competência o exercício de funções específicas num determinado espaço geográfico do território do Estado.

Neste sentido, a forma diferenciada como os diferentes Estados-membros da União Europeia estão politicamente constituídos (Estados Unitários, Estados Unitários Descentralizados e Estados Federais; Repúblicas Parlamentares, Monarquias Parlamentares; Parlamentos Unicamerais e Parlamentos Bicamerais; e diferentes combinações de cada um destes modelos) e estruturados político-administrativamente (Estados federais, Estados unitários, Estados unitários descentralizados) e as diferenças que daí decorrem, por exemplo, quanto à diversidade de regimes jurídicos das políticas sectoriais e, de uma forma geral, quanto aos níveis e tipo de autonomia entre cada um dos níveis político-administrativos autárquicos deles (1) (diferenças efectivas no que diz respeito ao exercício das competências exclusivas, delegadas, concorrentes por parte das colectividades territoriais) implica desde logo **a existência de potencialidades distintas para o exercício do princípio da subsidiariedade** (inscrito no artigo B do Tratado da União Europeia), e por consequência em termos da aplicação da política regional da União e das restantes políticas globais, sectoriais ou específicas com implicações territoriais mais ou menos indirectas.

Tal, determina a existência de novas desigualdades territoriais, na medida em que, é também distinta a capacidade de cada um dos territórios regionais para reagirem ou amortecerem, influenciarem ou serem influenciados pelos efeitos perturbadores ou catalizadores do funcionamento dos mercados, bem como os efeitos da aplicação das Políticas da União.

Deste modo, coexistem, na União Europeia, modelos de descentralização legislativa e administrativa totalmente distintos na sua concepção, e desiguais quanto à própria intensidade da descentralização e âmbito das matérias envolvidas.

Tais distinções vão desde modelos como o português, o irlandês ou o do Reino Unido, caracterizados por uma quase total ausência de descentralização político-administrativa, a modelos intermédios como o holandês e o dinamarquês, aos modelos já bastante des-

(1) - Ver a propósito PE (1993) “ L’Organisation de l’Administration Locale et Regionale dans la Communauté Européenne “ , Direction Général des Études, Luxemburg.

centralizados como o modelo espanhol, ou o francês e o italiano, até aos modelos de tipo federal da Bélgica, Áustria e Alemanha.

Estas diferenças existentes, colocam mesmo novas dificuldades para o relacionamento e cooperação inter-territorial transnacional, vedando por esta via, uma maior participação e envolvimento nestas redes, aos territórios pertencentes a Estados-membros com menor grau de descentralização político-administrativa.

O funcionamento de modelos de descentralização legislativa e administrativa, mais ou menos evoluídos, têm em princípio, por um lado, a possibilidade de melhor ter em consideração as particularidades ou especificidades de cada território subnacional e de melhor agir em conformidade, e por outro, o de representar de outra forma cada um dos territórios subnacionais junto dos próprios órgãos institucionais da União, mais concretamente no Comité das Regiões.

As diferenças existentes entre os modelos de repartição territorial de poderes dos diferentes Estados-membros, vieram mesmo, de algum modo, confundir a utilização da expressão “região” na União. Na medida, em que, nalguns casos elas apenas existem por força da criação da Nomenclatura das Unidades Territoriais, coexistindo com outras que dispõem de autonomia político-administrativa e com territórios que são Estados federados.

Por outro lado ainda, em virtude de alguns Estados-membros não terem internamente possibilitado o desenvolvimento de níveis político-administrativos autárquicos de âmbito regional, procederam, ainda assim, a alguma desconcentração e descentralização de competências para níveis territoriais de ordem inferior (municipal), o que nalguns casos, entre Estados-membros faz corresponder, em termos de competências de intervenção, os níveis municipal e regional, criando-se, também por esta via, novas incertezas e imprecisões para a aplicação da Política Regional da União.

Esta diferenciação tão acentuada na organização e competências da administração local e regional que caracteriza todo o território da União Europeia, determina, inclusivamente,

a coexistência de graus de permeabilidade ou influência distintos entre territórios quanto aos efeitos e intensidades de aplicação das próprias políticas da União (1).

Nesta medida, os níveis de competência para a execução das diferentes políticas da União estão sediadas em cada Estado-membro em níveis político-administrativos não coincidentes entre si, e possuem cada um deles, modelos totalmente distintos de relação e localização de competências exclusivas, partilhadas, concorrentes e de concepção de mecanismos de tutela.

Digamos que, a grande maioria das políticas da União (macroeconómicas e sectoriais) são definidas com o objectivo de serem aplicadas de forma 'homogénea' em todo o território, e no entanto, o próprio território não é de todo homogéneo, quer em relação aos níveis de desenvolvimento e de especialização económica, quer nos níveis de equipamentos, recursos e qualificação de recursos disponíveis, escalas e funções dos centros urbanos instalados e nível de ordenamento do território, e também não é homogéneo quanto à repartição territorial de poderes (2).

Tal, permite a coexistência de uma aplicação diferenciada entre territórios, das políticas regionais da União / políticas regionais supranacionais / políticas regionais nacionais / políticas regionais regionais (COVAS e NETO, 1992), criando novas condições de desigualdade ou de desequilíbrios territoriais.

Estas diferenças de natureza político-administrativa entre territórios regionais concretizam-se, em termos práticos numa multiplicidade de soluções distintas quanto a :

- 1) sistemas, instrumentos e políticas nacionais de ordenamento espacial em cada um dos Estados-membros;**

(1) - Ver a propósito ARCHER, R. e MALABOU, D. (1995) " Epargne Regionale et Flux Nationaux de Capitaux " in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, nº 5.

(2) - Ver a propósito CONSEIL DE L'EUROPE (1990) " Les Effets de l'Achèvement du Marché Intérieur sur l'Autonomie Locale et Régionale " , Conférence Permanente des Pouvoirs Locaux et Régionaux de l'Europe, Strasbourg.

- 2) diferentes níveis de sensibilidade dos diferentes territórios, face à progressiva *integração* nos territórios e nos sistemas de planeamento das políticas comunitárias;
- 3) impacto territorial das finanças públicas em cada Estado-membro;
- 4) sistemas político-administrativos territoriais de cada Estado-membro.

A assimilação das políticas da União por cada um dos sistemas de planeamento territorial de cada Estado-membro, tanto do ponto de vista dos financiamentos (Fundos Estruturais) como das disposições legislativas, difere, exactamente, em função do nível de desenvolvimento do seu sistema de planeamento espacial (1).

Por outro lado, em virtude das limitações da União, já referidas, quanto à sua capacidade e interesse em, para além do conjunto de políticas que já prossegue (enquanto mecanismo de ajustamento entre as economias nacionais), cumprir também uma função redistributiva, para além daquela, que já desenvolve através dos Fundos Estruturais e das Políticas de Coesão Económica e Social (ver ponto 1 . 1. deste Capítulo), acentue as diferenças existentes entre cada um dos Estados-membros, quanto à forma como cada um deles, desenvolve a sua própria política redistributiva territorial.

Este aspecto gera diferentes capacidades de amortecimento de efeitos perturbadores, para cada uma das economias regionais decorrentes do funcionamento do mercado interno.

A amplitude dos fluxos e efeitos redistributivos dos sistemas de segurança social, dos sistemas fiscais , dos sistemas de ajudas regionais , dos investimentos públicos, dos

(1) - Ver a propósito CCE (1993) “ Administrative Structures for Environmental Management in the European Community “ , OOPEC , Luxembourg.

mecanismos de perequação inter-territoriais, são instrumentos de política económica que ainda estão *centrados* nos Estados-membros o que, pela mesma razão, ainda reforça mais as desigualdades inter-territoriais à escala da União (1).

O modelo actual de descentralização político-administrativo espanhol, resultou do disposto na Constituição Espanhola de 1978, o modelo francês decorre da Lei de 5 de Julho de 1972, modificada pela Lei nº 82-213 de 2 de Março de 1982 e Leis sobre competências de 7 de Janeiro de 1983, 22 de Julho de 1983 e 25 de Janeiro de 1985.

A reforma político-administrativa dinamarquesa data de 1970. O modelo belga, inicialmente semi-federal e depois federal, resultou das revisões constitucionais de 1970, 1980 e 1993. O modelo de descentralização grego, ainda em fase de execução, resulta da Constituição grega de 1975, e demais legislação relativa de 1982, 1984, 1986 e 1990.

Ainda que, previstas pela Constituição de 1947, as regiões italianas só em meados da década de setenta se implantaram. Em Portugal, a descentralização político-administrativa regional, ainda não implementada, foi prevista na Constituição da República de 1976, e nas revisões constitucionais de 1982 e 1988, e Lei-Quadro nº 56 / 91 de 13 de Agosto de 1991.

A Alemanha por exemplo, está territorialmente subdividida em dezasseis *Länder* (Estados Federados) e *Selbstverwaltungskorperschaften* (autoridades locais), subdivididos em quatrocentos e cinquenta e dois *Kreise* (Círculos) e dezasseis mil e sessenta e oito *Städte und Gemeiden* (cidades e comunas). Em matéria legislativa e administrativa, as competências da Federação são muito limitadas em benefício dos *Länder*.

As competências legislativas dividem-se em domínios (muito restritos) de competência exclusiva da Federação, domínios de competência conjunta ou partilhada entre a Fede-

(1) - Sobre os diferentes sistemas nacionais de finanças públicas locais, ver por exemplo CCE (1994) "Financial Engineering Techniques in Regions Covered by Objectives 1, 2 and 5b of the Community Regional Policies", Regional Development Studies, OOEPEC, Luxemburg.

ração, domínios de competência conjunta ou partilhada entre a Federação e os Estados Federados (direito civil, direito penal, direito económico, direito do trabalho e segurança social), e todos os restantes domínios constituem competência legislativa exclusiva dos *Länder* (exercício do princípio da subsidiariedade). As competências administrativas e de aplicação e execução da legislação federal cabem em princípio, totalmente aos *Länder*.

Neste como noutros aspectos, o Reino Unido constitui, também, um caso singular na Europa: contém dentro de si quatro nações e não dispõe de um sistema de descentralização territorial de poder. O Reino Unido é, assim, um Estado não regionalizado, e as quatro nações que o compõem (Escócia , País de Gales, Inglaterra e Irlanda do Norte) têm a sua própria repartição territorial. Das quatro nações , é a Escócia aquela que está mais perto da autonomia regional, o caso oposto é a Irlanda do Norte em que todas as funções administrativas estão sob a responsabilidade directa do Secretário de Estado para a Irlanda do Norte.

A Inglaterra e o País de Gales têm três níveis de desconcentração administrativa (*Counties* , *Districts* (metropolitanos e não metropolitanos) e *Parishes*). Os Condados são administrados por um Conselho de Condado e as suas competências abrangem domínios como o planeamento, a educação e serviços sociais. Os Distritos têm a seu cargo o urbanismo, alguns aspectos ligados ao desporto e à habitação. Administrativamente a Escócia é governada pelo *Scottish Office* , e apresenta dois níveis territoriais de desconcentração administrativa (Regiões e Regiões Insulares e Distritos).

A Irlanda do Norte, tem apenas um nível territorial de desconcentração administrativa, os Distritos, e a maior parte das suas actividades são controladas por órgãos desconcentrados do Estado.

A Constituição Irlandesa de 1937, não contém qualquer disposição relativa aos poderes locais. A Irlanda , é portanto, um Estado unitário não descentralizado , existindo no entanto Colectividades Locais, representativas da população, encarregadas de gerir os

diversos serviços locais. A Irlanda tem assim, dois níveis de administração territorial: os *Counties* e *Counties Boroughs* ; e os *Boroughs* , *Urban Districts* e *Towns*.

As competências das Colectividades territoriais irlandesas resumem-se à educação e tratamento de águas, ambiente, transportes rodoviários e segurança, habitação, desporto e tempos livres. Desde a extinção, em 1987, das nove *regional development agencies* , em que estava subdividida, a Irlanda não dispõe de estruturas político-administrativas regionais. Mesmo as quatro regiões históricas irlandesas (Ulster, Munster, Connaught e Leinster) não têm qualquer tipo de poder.

A Irlanda do Norte, pressionada pelas necessidades de aplicação decorrentes da política regional comunitária, definiu sete unidades territoriais , para as quais nomeou um Grupo de Trabalho e um Grupo Consultivo.

A reforma político-administrativa francesa, que se iniciou em 1982, foi desenvolvida em duas etapas fundamentais, institucional por um lado (que correspondeu à estruturação dos novos poderes regionais), e funcional por outro (durante a qual foram distribuídas as novas competências e os meios legislativos, financeiros e executivos, postos à disposição dos novos poderes).

Um conjunto de razões objectivas como características insulares ou a existência de grandes áreas metropolitanas, ou razões políticas, determinam a aplicação de Estatutos Especiais a alguns territórios franceses, como é o caso da Córsega, da Guiana francesa, da Martinica, Guadalupe e Reunião.

A França é um Estado unitário descentralizado, estruturado em três níveis de Colectividades Territoriais: as *Régions* (regiões), os *Départements* (departamentos) e as *Comunes* (municípios). Quanto a competências, as Regiões francesas participam na elaboração e na aplicação do plano nacional através da sua representação na Comissão Nacional de Planificação.

Para além desta participação na elaboração do Plano Nacional, os órgãos regionais eleitos, definem os respectivos planos regionais, cuja única condicionante é a sua compatibilidade com o plano nacional. As regiões têm, assim, competências exclusivas e ou partilhadas em matéria de desenvolvimento económico, educação, formação profissional e aprendizagem, ordenamento e planeamento territorial, investigação científica, qualidade de vida e ambiente.

A Espanha é também um Estado unitário descentralizado com os seguintes níveis político-administrativos : *Comunidades Autónomas, Provincias e Municipalidades e Comunas*. As Comunidades Autónomas, têm autonomia política, poderes legislativos, e autonomia financeira.

Assim, cada Comunidade Autónoma constitui uma colectividade territorial regional dotada de autonomia política, poder legislativo e de órgãos próprios de governo. Nem todas as Comunidades, no entanto, levam ao limite as competências previstas na Constituição espanhola, aquelas que o fazem, são as chamadas Comunidades de autonomia plena (actualmente são seis as Comunidades nestas condições: a Andaluzia, a Catalunha, País Basco, Galiza, Canárias e Valência).

A Constituição espanhola, lista como competências da Comunidades Autónomas de autonomia plena: a organização das instituições próprias de governo; alterações relativas aos municípios localizados na delimitação territorial da Comunidade Autónoma, e de uma maneira geral a tutela das funções correspondentes à administração do Estado sobre as colectividades locais; o ordenamento do território e urbanismo (competência exclusiva em termos legislativos e de execução); obras públicas de interesse geral no território sob administração da Comunidade (competência exclusiva); portos e aeroportos não comerciais (competência exclusiva); política agrícola, gestão do ambiente (competência partilhada); política de montanha e florestas, instalações hidráulicas e hidroeléctricas, pesca e aquacultura de água doce (competência exclusiva); desenvolvimento económico articulado com a política económica para o conjunto do

Estado espanhol; saúde e assistência social, património, investigação (competência partilhada); etc.

A Dinamarca constitui por seu turno, um dos modelos mais bem sucedidos de descentralização económica no espaço, conseguida através da constituição de redes multipolares de decisão, aproximando as responsabilidades e competências de decisão daqueles que melhor as poderão exercer. O modelo dinamarquês, assenta no objectivo último de, criar condições para que, as colectividades territoriais locais pudessem exercer todas as funções do Estado, que implicassem o contacto directo com as populações. Ao Governo central cabem apenas funções legislativas e de planeamento nacional.

O próprio modelo de planeamento económico e de ordenamento nacional dinamarquês é orientado de baixo para cima: os Planos Comunsais (*Kommuneplaner*) elaborados pela Associação Nacional de Governos Locais, são o somatório dos Planos Locais (*Lokalplaner*), da mesma forma que os Planos dos Condados (ou planos regionais) elaborados pela Associação Nacional de Governos de Condado são o somatório dos Planos Municipais, sendo depois submetidos para aprovação e inclusão no Plano Nacional, pelo Governo Central. Os níveis político-administrativos territoriais do Estado dinamarquês são assim os *Amt* (condados) os municípios e as comunas.

A Itália é também um Estado unitário descentralizado, em que existem 20 regiões, cinco delas com Estatuto Especial (Sicília, Sardenha, Trentino Alto Adige, Valle d'Aosta, e Friuli-Venezia-Giulia), cujas competências quer legislativas, quer administrativas são mais extensas. Cada região constitui uma entidade territorial autónoma, e as competências legislativas das regiões italianas permitem-lhes desenvolver verdadeiras políticas regionais próprias. A competência administrativa das regiões estende-se a todas as áreas passíveis de legislação regional.

Enquanto Estado Federal, a Áustria possui uma estrutura político-administrativa bastante semelhante à da Alemanha. Com nove *Länder* criados após a Primeira Guerra Mundial, cada um tem o seu próprio Governo e Parlamento.

Os poderes e competências dos *Länder* austríacos não são vastas como no caso dos *Länder* alemães e em termos populacionais correspondem , apenas , a um quinto da população destes.

Em termos administrativos, a Áustria está, ainda, dividida em oitenta e quatro *Landberirke* , quinze autoridades urbanas, e cerca de dois mil trezentos e cinquenta municípios. Os governos federais dos *Länder* e os demais níveis político-administrativos locais, participam ainda em todo o processo de definição da Política Regional, sendo as suas actividades coordenadas pela Conferência Austríaca sobre o Planeamento Territorial (OROK).

A estrutura político-administrativa da Finlândia foi objecto de reforma em 1992, mantiveram-se doze condados (organismos que executam as políticas da competência do Governo central) e criaram-se dezanove regiões que agrupam os diferentes municípios , as quais têm como responsabilidade, contribuir para a definição da Política Regional e de Ordenamento do Território a aplicar e desenvolver no conjunto do Estado finlandês. A um nível inferior existem ainda cerca de oitenta e oito juntas inter-municipais com competências em matéria de ordenamento do território a nível local.

**1 . 3 . 16 - Do Tratado de Roma à Conferência Intergovernamental de 1996
as Implicações Territoriais dos Tratados e a Sucessiva Adaptação da Política
Regional Comunitária / da União Europeia.**

A própria evolução das preocupações com os territórios subnacionais, com as estratégias territoriais de inter-articulação - **a construção territorial da integração**, e a forma como as referências aos espaços regionais surgem em cada um dos textos ‘constitucionais’ da União, demonstra este crescendo na componente territorial do processo de integração.

Desde as preocupações iniciais, sobretudo ou exclusivamente, sectoriais e relativas apenas ao funcionamento dos mercados, até às questões de cidadania europeia de hoje, que implicam uma interligação máxima entre os territórios e as respectivas populações, a inclusão nos Tratados de referências territoriais tem vindo a crescer.

Esta preocupação crescente com a componente territorial decorre, por um lado, dos sucessivos alargamentos a novos Estados-membros, verificados em cada uma das fases de integração, durante a Comunidade Económica Europeia, na Comunidade Europeia e já na União Europeia, e por outro lado, do próprio aprofundamento crescente das metas e objectivos da integração, traduzindo-se, financeiramente, em duas duplicações sucessivas dos montantes dos Fundos Estruturais destinados a promover a Política Regional, da Comunidade e depois União Europeia.

No artigo 2º TCEE (**Tratado de Roma -Tratado Comunidade Económica Europeia**) (Parte I - Os Princípios) estavam estabelecidos os objectivos da Comunidade Económica Europeia, a “ Comunidade tem como missão promover , pelo estabelecimento de um mercado comum e pela aproximação progressiva das políticas económicas dos Estados-membros, um desenvolvimento harmonioso das actividades económicas no seio da

Comunidade , uma expansão económica contínua e equilibrada , um maior grau de estabilidade, um aumento acelerado do nível de vida e relações mais estreitas entre os Estados que as integram “, não incluindo qualquer referência directa aos espaços regionais.

Este aspecto justifica-se, tendo em conta o equilíbrio de níveis de desenvolvimento entre os países que incluíam a CEE, e o atraso com que a própria Economia Regional tendia a afirmar-se enquanto especialidade autónoma. Bem como ainda, pelo facto de, a CEE ter, inicialmente, como objectivo principal, sobretudo, o desenvolvimento do comércio internacional.

O artigo 39º , nº 2 TCEE (Parte II / Título II - A Agricultura) relativo à Política Agrícola Comum, previa no seu enunciado, que se tomaria em consideração a “ natureza particular da actividade agrícola decorrente da estrutura social da agricultura e das disparidades estruturais e naturais entre as diversas regiões agrícolas “, uma das poucas referências *regionais / espaciais* existentes no Tratado.

O mesmo se pode dizer em relação ao artigo 75º TCEE (Parte II / Título IV - Os Transportes), previa a criação de “ Regras comuns aplicáveis aos transportes...efectuados a partir de, ou com destino ao território de um Estado-membro, ou que atravessem o território de um ou de vários Estados-membros...aplicação seja susceptível de afectar gravemente quer o nível de vida quer o nível de emprego em certas regiões...”.

Por seu turno, o artigo 80º , nº 2 TCEE (Parte II / Título IV - Os Transportes) - o Tratado dispunha que a “ A Comissão...analisará os preços e condições...tomando designadamente em consideração...as exigências de uma política económica regional, adequada às necessidades das regiões subdesenvolvidas... “. Ainda sobre a possibilidade de serem prestados auxílios sectoriais / regionais de Estado, de forma a corrigir internamente fenómenos de mercado perturbadores para algumas economias nacionais, o artigo 92º , nº 3 TCEE (Parte III / Título I / Capítulo I / Secção III - Os auxílios

concedidos pelos Estados) dispõe que “ Podem ser considerados compatíveis com o mercado comum: a) os auxílios destinados a promover o desenvolvimento económico de regiões em que o nível de vida seja anormalmente baixo ou em que exista grave situação de desemprego; ...c) os auxílios destinados a facilitar o desenvolvimento de certas actividades ou regiões económicas, quando não alterem as condições das trocas comerciais” .

O artigo 130º TCEE (Parte III / Título IV - O Banco Europeu de Investimento) dispunha que o BEI “ facilitará, mediante a concessão de empréstimos e de garantias sem prosseguir qualquer fim lucrativo, o financiamento de... projectos para a valorização das regiões menos desenvolvidas “ e encerra as referências espaciais / regionais / territoriais inscritas no Tratado.

A assinatura do **Acto Único Europeu** em 1986, altura em que após a adesão da Irlanda em 1 de Janeiro de 1973, e da Grécia em 1 de Janeiro de 1981, e de Espanha e Portugal em 1 de janeiro de 1986, e a existência de disparidades regionais / nacionais em termos de níveis de desenvolvimento era já uma evidência. Por outro lado, os próprios objectivos e aspirações de integração da CEE já tinham sido substancialmente acrescidos, e alguns dos objectivos iniciais, como a realização do Mercado Único pareciam finalmente ser possíveis de concretizar.

O Acto Único Europeu, enquanto espécie de revisão constitucional do Tratado de Roma constitui uma alteração substancial na forma como progressivamente a ideia de território comum ou comunitário da Comunidade Económica Europeia começava cada vez mais a fazer sentido.

Mais do que o modelo de integração União Aduaneira, que tem sobretudo implícito o primado do mercado, das relações económicas internacionais preferenciais com um nível de integração económica quase exclusivamente aduaneiro, foi-se progressivamente entendendo que a Pauta Exterior Comum definia, ela própria, uma fronteira, delimitando conseqüentemente um território interior.

O AUE estabelecendo como objectivo a alcançar, as quatro liberdades de circulação, definindo novas áreas de cooperação para os Estados-membros (investigação científica, ambiente), e introduzindo os Objectivos Coesão Económica e Social e União Económica e Monetária, pôs em evidência os territórios subnacionais, e veio consagrar a necessidade da definição e estruturação de uma Política Regional para Comunidade.

A Reforma dos Fundos Estruturais de 1988 (FEDER, FSE, FEOGA que foram sendo criados e aplicados até aqui de forma desarticulada e pontual), assente em cinco grandes princípios: i) concentração das intervenções em cinco objectivos prioritários; i i) concertação e associação estreita entre a Comissão, o Estado-membro e as autoridades competentes designadas por este aos níveis nacional, regional, local ou outro; i i i) coerência com a política económica dos Estados-membros, i v) uma melhor gestão dos Fundos; v) programação; v i) adicionalidade; resultou ela própria do objectivo Coesão Económica e Social inscrito no AUE e veio possibilitar o desenrolar de processos inter-territoriais e inter-sectoriais de ajustamento estrutural, dando ainda um novo significado ao Território da Comunidade.

Assim, o artigo 8º A AUE (Acto Único Europeu) (Título II / Capítulo II / Secção I I - Disposições relativas aos fundamentos e à política da Comunidade / Subsecção I - Mercado Interno) - estabelecia já que a “ Comunidade adoptará as medidas destinadas a estabelecer progressivamente o mercado interno...” , que “ ...compreende a um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada de acordo com as disposições do presente Tratado “.

Ao anterior, acrescenta ainda o objectivo União Económica e Monetária que surge no artigo 102º A AUE (Título II / Capítulo II / Secção II / Subsecção II - A capacidade monetária / Capítulo I - A cooperação no domínio da Política Económica e Monetária).

Deste modo a Comunidade apresenta-se, assim , disposta a desenvolver um esforço legislativo ou constitucional no sentido de possibilitar o desenvolvimento de um processo

sequencial de eliminação progressiva dos obstáculos ao funcionamento dos mercados e que possa promover, o mais possível, o crescimento económico dos países-membros.

Sobre política social, no Acto Único Europeu, no artigo 118º B AUE (Título II / Capítulo II / Secção II / Subsecção III - A política social) ficou disposto que “ A Comissão esforça-se por desenvolver o diálogo entre parceiros sociais, a nível europeu, que pode conduzir, se estes últimos o entenderem desejável, a relações convencionais “, que pouco mais constituiu que um simples enunciado de intenções.

No artigo 130º A AUE (Título II / Capítulo II / Secção II / Subsecção IV - A Coesão Económica e Social) , surge pela primeira vez no Tratado a expressão e o objectivo coesão económica e social , ficando disposto que , “ A fim de promover o desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, esta desenvolve e prossegue a sua acção tendente ao reforço da sua coesão económica e social...procura reduzir as diferenças entre as diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas ”.

O artigo 130º B AUE (Título II / Capítulo II / Secção II / Subsecção IV) - enuncia a necessidade de coordenação das Políticas e dos Instrumentos Estruturais (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola , secção orientação, Fundo Social Europeu, Banco Europeu de Investimentos, etc).

O artigo 130º C AUE (Título II / Capítulo II / Secção II / Subsecção IV)- insere o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), no Tratado CEE e define, como suas funções, a correcção dos principais desequilíbrios regionais, participação no desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas e reconversão das regiões industriais em declínio.

O artigo 130º F AUE (Título II / Capítulo II / Secção II / Subsecção V - A investigação e o desenvolvimento tecnológico) , introduz uma nova dimensão e um novo objectivo comunitário - a investigação e desenvolvimento tecnológico - prevendo incentivar os esforços de cooperação em matéria de investigação e desenvolvimento tecnológico entre empresas, incluindo pequenas e médias empresas, centros de investigação e

universidades (com critérios de natureza territorial), no sentido de explorarem, plenamente , as potencialidades no Mercado Interno, através da abertura dos mercados públicos nacionais, definição de normas comuns, eliminação dos obstáculos jurídicos e fiscais a esta cooperação.

Neste sentido, começa a ser cada vez mais visível no próprio Tratado, a preocupação de interligação dos territórios e das instituições , com o objectivo de progressivamente **diluir os conceitos de territórios e de economias nacionais, substituindo-os pelo de territórios e economias ou economia da Comunidade Europeia.**

O artigo 130º R , nº 3 AUE (Título II / Capítulo II / Secção II / Subsecção VI - O Ambiente) - introduz, ainda, outra dimensão no processo de integração europeia, alargado ou complexificando, mais ainda os campos de intervenção comunitários, “ ...a Comunidade terá em conta...as condições do ambiente nas diversas regiões...e o desenvolvimento económico e social da Comunidade e o desenvolvimento equilibrado das suas regiões “.

O Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (AEEE - Acordo do Porto) assinado entre a Comunidade Europeia e a Associação Europeia de Comércio Livre, em 2 de Maio de 1992 , constituiu outro marco bastante importante em termos da nova construção territorial do objectivo Comunidade / União Europeia.

O artigo 1º AEEE (Parte I) estabelece como objectivo “ ...promover um reforço permanente e equilibrado das relações comerciais e económicas entre as Partes Contratantes, em iguais condições de concorrência e no respeito por normas idênticas, com vista a criar um Espaço Económico Europeu homogéneo....,a associação implica, de acordo com o disposto no presente Acordo: a) A livre circulação de mercadorias; b) A livre circulação de pessoas; c) A livre circulação de serviços; d) A liberdade dos movimentos de capitais; e) O estabelecimento de um sistema que assegure a não distorção da concorrência e o respeito das respectivas regras; f) Uma colaboração mais

estreita noutros domínios, tais como, por exemplo, a investigação e o desenvolvimento, o ambiente, a educação e a política social.”

Este Acordo, inclui assim, todo o *acquis* comunitário em matéria de livre circulação de mercadorias (Parte II / Capítulos I a V / artigos 8º a 27º), liberdade de circulação de pessoas, de serviços e de capitais (Parte III / Capítulos I a VI / artigos 28º a 52º), regras de concorrência e outras regras comuns (Parte IV / Capítulo I a III / artigos 53º a 65º), disposições horizontais relativas às quatro liberdades (Parte V / Capítulo I a V / artigos 66º a 77º), cooperação em domínios não abrangidos pelas quatro liberdades (Parte VI).

O AEEE veio, assim, possibilitar, em termos do relacionamento entre a Comunidade Europeia e os países AECL, ultrapassar a fase dos acordos bilaterais de livre comércio, e constituir, com efeitos a partir de 1 de Janeiro 1993 , a criação de um mercado interno a dezanove países.

O próprio Acordo EEE, é composto, essencialmente, por duas vertentes, uma vertente puramente económica, no sentido de facilitar as trocas comerciais, e uma vertente mais política e de aprofundamento e alargamento da cooperação no quadro das políticas horizontais, como o ambiente (artigos 73º e seguintes), investigação e desenvolvimento tecnológico, protecção dos consumidores, política social (artigos 66º e seguintes), direito das sociedades.

O artigo B TUE (**Tratado de Maastricht - Tratado de União Europeia**) (Título I - Disposições Comuns) , sistematiza os objectivos e os princípios de uma forma ou de outra já enunciados pelo TCEE, acrescentado ou revisto pelo AUE, e evidencia a necessidade do processo de integração ser construído com base no princípio da subsidiariedade.

Assim, “ A União atribui-se os seguintes objectivos: - a promoção de um progresso económico e social equilibrado e sustentável, nomeadamente mediante a criação de um espa-

ço sem fronteiras internas, o reforço da coesão económica e social e o estabelecimento de uma União Económica e Monetária...”. “ Os objectivos da União serão alcançados de acordo com as disposições do presente Tratado e nas condições e segundo o calendário nele previstos, respeitando o princípio da subsidiariedade... “.

O artigo 128º TUE (Título II - Disposições que alteram o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia tendo em vista a instituição da Comunidade Europeia / Parte III / Título IX - A Cultura) , vem estender mais ainda as áreas em que a Comunidade / União Europeia, pretende vir a intervir, dispondo que a União “ contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional...“, “ ...deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 189º B, e após consulta do Comité das Regiões...”.

O artigo 129º TUE (Título II / Parte III / Título X - A Saúde Pública) - introduz a política de saúde pública no Tratado e determina a necessidade de, para deliberação consultar o Comité Económico e Social e o Comité das Regiões.

Um dos objectivos, mais marcadamente com vocação de articulação inter-territorial, em sentido estrito, resulta do enunciado nos artigos 129º B a 129º D TUE (Título II / Parte III / Título XII - As Redes Transeuropeias) , “ A fim de permitir que os cidadãos da União, os operadores económicos e as colectividades regionais e locais beneficiem plenamente das vantagens decorrentes da criação de um espaço sem fronteiras internas, a Comunidade contribuirá para a criação e o desenvolvimento de redes Transeuropeias nos sectores das infraestruturas dos transportes, das telecomunicações e da energia.”

“ No âmbito de um sistema de mercados abertos e concorrênciais, a acção da Comunidade terá por objectivo fomentar a inter-conexão e a inter-operabilidade das redes nacionais, bem como o acesso a essas redes. Terá em conta, em especial, a necessidade de ligar as regiões insulares, sem litoral e periféricas às regiões centrais da Comunidade.“

“ ...deliberando, de acordo com o procedimento previsto no artigo 189º C , e após consulta do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões...”.

Os artigos 130° A a 130° E TUE (Título II / Parte III / Título XIV- A Coesão Económica e Social) acrescentam ao disposto no Acto Único Europeu, sobre o objectivo Coesão Económica e Social , sobretudo a possibilidade de “ Se se verificar a necessidade de acções específicas não inseridas no âmbito dos fundos, e sem prejuízo das medidas decididas no âmbito das outras políticas da União, essas acções podem ser aprovadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta do Parlamento Europeu, do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões”. A criação do Fundo de Coesão , teve como objectivo contribuir financeiramente para a realização de projectos nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infraestruturas de transportes .

O Tratado da União nos artigo 198° A a 198° C TUE (Título II / Parte V - As Instituições da Comunidade / Capítulo IV - O Comité das Regiões) vem tentar legitimar, junto das Instituições já existentes, a exigência histórica de incluir no processo de tomada de decisão, os representantes dos níveis político-administrativos autárquicos.

Estes, até aqui quase exclusivamente representados pelo Conselho Consultivo das Autoridades Locais e Regionais, e por via indirecta através da Assembleia das Regiões da Europa (no âmbito do Conselho da Europa) constituem este novo Comité para a União, “ um comité de natureza consultiva composto por representantes das colectividades regionais e locais,...Comité das Regiões ”.

“ O Comité das Regiões será consultado pelo Conselho ou pela Comissão nos casos previstos no presente Tratado, e em todos os outros casos em que uma destas Instituições o considere oportuno .” E que “ sempre que o julgar oportuno, o Comité das Regiões pode emitir parecer por sua própria iniciativa .”

A criação deste Comité , embora como órgão consultivo, constituiu um passo muito importante no sentido de, por um lado, reconhecer a necessidade de corrigir em termos territoriais , o generalizado princípio intergovernamental de decisão (ainda que o próprio Tratado tenha preservado o seu primado), e por outro, a constatação da existência de

um outro mapa da Europa constituído por cerca de 200 pequenos e diferenciados territórios.

A importância crescente, das preocupações com as disparidades verificadas nos níveis de desenvolvimento entre os diferentes territórios (dentro de cada um dos espaços nacionais dos países europeus), conduziu no final da década de setenta e início da década de oitenta a implementar ou aperfeiçoar processos de descentralização político-administrativa, e em quase todos eles, tendeu, naturalmente, a estender-se ao próprio processo de integração.

A própria **dinâmica territorial da integração**, provocando alterações na hierarquização relativa dos espaços regionais (em termos da evolução registada em cada um deles, quanto aos respectivos níveis de desenvolvimento económico) , demonstrou a necessidade de se reforçarem as preocupações e os mecanismos de intervenção, no sentido de corrigir os efeitos perturbadores do funcionamento dos mercados sobre os diferentes espaços territoriais.

Sobretudo, durante os estádios de integração: Comunidade Económica Europeia e Comunidade Europeia , as Instituições Comunitárias e os próprios governos nacionais dos Estados-membros, pareceram acreditar que o funcionamento do mercado e das relações comerciais entre os Estados, constituíam os factores determinantes de aproximação entre eles, insistindo-se num modelo de integração económica e, mesmo política, com base e a partir do comércio.

As relações comerciais entre Estados-membros, tendiam a ser consideradas como o termómetro com que se avaliava **o estado da integração**, assim como, as respectivas balanças comerciais, tendiam a ser tomadas como os aferidores preferenciais do estado das economias nacionais - **o mito da integração pelo comércio**.

Actualmente, prefere-se em termos de análise, o estudo do binómio recessão económica / ajusta-mento estrutural, e a avaliação das próprias implicações e efeitos territoriais e inter-territoriais no quadro da União Europeia.

Embora o próprio artigo 3º do Tratado de União Europeia (Título II / Parte I - Os Princípios) relativo à acção da União, ainda demonstre verificar-se o primado do mercado no processo de integração, bem patente nas diferenças existentes quanto aos âmbitos e lógicas de intervenção entre as chamadas políticas da União e as políticas comuns da União, e mesmo na própria forma como algumas delas estão enunciadas no Tratado.

A partir de 1993 (com a nova reforma da Política Regional) o novo Regulamento FEDER reforçou sobretudo os seguintes grandes princípios de intervenção: i) concentração; i i) partenariado; i i i) programação; i v) adicionalidade , aumentando ainda, o esforço de organização das intervenções regionais da União.

A indefinição, quanto a uma delimitação territorial definitiva da própria União Europeia, decorrente do próprio Tratado de Maastricht, da assinatura do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, e da afirmação progressiva do princípio da geometria variável enquanto princípio de integração, vem determinando já a existência, em simultâneo, de pelo menos três modelos de territoriais integração, com delimitações territoriais precisas e distintos graus de integração (os Estados-membros que ratificaram globalmente o Tratado de União Europeia; os Estados-membros que em protocolo anexo ao Tratado se exluíram do objectivo União Monetária; e os países ainda não Estados-membros e que assinaram com a União o Acordo sobre o Espaço Económico Europeu).

Este aspecto constitui também uma nova dificuldade, quanto à definição dos objectivos últimos do processo de integração, quanto à forma de distribuição dos investimentos

(1) - Ver a propósito GASPARINI e GUIDISCINI (1990) "...Technoports, Teleports...". E ainda por exemplo MATHIS, P.(1993)" Urban Planning and Transport Networks and Planning ", Comunicação apresentada ao *VIII Workshop on Urban Strategic Planning of the Joint Programme on Regional Science Studies in Southern Europe*, Évora.

pelo território da União (1), e quanto ao tipo de incidência territorial das políticas da União.

Por outro lado, a integração da Áustria, Finlândia e Suécia provocou o aumento de cerca de trinta por cento do território da União, a integração de regiões árticas e subárticas, com características totalmente distintas daquelas que já pertenciam à União, e o consequente surgimento de novas zonas fronteiriças internas e externas.

Não só o número de Estados-membros parece estar longe de estabilizar, como também o âmbito territorial a que se aplicam as próprias políticas definidas no seio das Instituições da União, depende do estágio de integração em que se encontra cada um dos Estados-membros, gerando-se assim novas zonas de incerteza quanto aos respectivos impactos territoriais do processo de integração.

As próprias políticas de integração europeia que foram sendo estabelecidas, têm uma intencionalidade e carácter territorial muito diferenciado e que como já vimos, têm vindo a crescer com o próprio processo de integração.

A Conferência Intergovernamental de 1996 teve início em 29 de Março em Torino e algumas das principais questões em discussão parecem ser, por um lado, a necessidade de definição de um Pacto de Estabilidade entre Estados-membros, em torno da concretização da União Económica e Monetária, e por outro, da criação de uma Política de Emprego para a União. A concretizar-se, esta Política, constituiria um passo mais, na responsabilização por parte da União, e dos diferentes Estados-membros no seu conjunto, pelos efeitos e implicações decorrentes do funcionamento da economia da União, avançando-se em direcção a estádios e ambições qualitativamente superiores em termos de integração.

(1) - Ver por exemplo CCE (1993) "Trade and Foreign Investment in the Community's Regions: The Impact of Economic Reform in Central and Eastern Europe", Regional Development Studies, OOEPEC, Luxemburg.

Em todo o caso, a concretização de uma Política Comum ou mesmo ‘comunitária’ de Emprego , poderá, de algum modo, vir a retirar peso ou pelo menos rivalizar com a Política Regional da União, quer em termos de repartição dos recursos orçamentais , quer em virtude da recessão económica que afecta a Europa . O objectivo ‘correção dos desequilíbrios regionais’ parece estar, cada vez mais, a ser substituído pelos objectivos ‘criação de emprego’ e ‘recuperação das economias nacionais e da economia europeia’, numa altura de alguma desconfiança na opinião pública, quanto aos benefícios da União e quanto à sua capacidade para eliminar as disparidades inter-territoriais.

A situação económica da União poderá mesmo vir a constituir argumento para o início de um processo de racionalização futura, da actual Política Regional.

CAPÍTULO II

A Reconfiguração Espacial do Território da União Europeia e Critérios Novos de Planeamento Territorial

1 . A Progressiva Afirmação da Economia de Redes à Escala da União Europeia e Respectivas Implicações na sua Reorganização Espacial

O progressivo desenvolvimento de estratégias inter-territoriais de cooperação transnacional, envolvem já, uma multiplicidade de territórios regionais e locais localizados no território da União Europeia e que, constituem uma parte significativa do seu sistema territorial . Mesmo, territórios regionais e locais fora dela, pertencentes a países em relação aos quais a União vem desenvolvendo formas diversas de cooperação e nalguns casos de pré-adesão , e que por isso mesmo, constituem o sistema territorial envolvente. De uns e de outros irá ser apresentado um conjunto de Estudos de Caso no ponto 1. 1. deste Capítulo.

O desenvolvimento destas redes de cooperação, determina a emergência de um espaço transnacional reticular e hierarquizado, em relação ao qual, importa desde logo, ter a consciência de que, nem todas as cidades ou regiões poderão vir a desempenhar o mesmo papel ou a deter o mesmo poder em cada uma ou em várias redes.

Ainda que, muitas vezes, com o objectivo de o tentar alcançar, cada vez um conjunto maior de territórios se externalizam, quebrando muitas das relações económicas tradicionais com os seus espaços locais envolventes, desenvolvendo um esforço de internacionalização onde muitas vezes parece existir muito pouco lugar para as complementaridades ao nível regional local.

1 . 1 - O Novo Relacionamento Inter-territorial no Quadro da União Europeia, a Cooperação Inter-regional e Inter-urbana na Prática - Estudo de Casos.

Analisemos, então, pormenorizadamente, algumas destas redes de cooperação inter-regional e / ou inter-urbana transnacionais de iniciativa da Comunidade, e depois União Europeia (ver ponto 1 . 3 . 2 do Capítulo anterior), sobretudo, quanto ao âmbito e tipo de projectos de cooperação que desenvolvem, de forma a, melhor se poder visualizar as suas implicações em termos da futura reorganização do sistema territorial da União, e dos próprios modelos de especialização e desenvolvimento económico de cada uma das suas parcelas.

No período 1991-1994 , foram as seguintes, as redes de cooperação inter-territorial transnacionais criadas e promovidas pela Comunidade Europeia (algumas delas perduraram mesmo para além do período previsto de financiamento (1) da Comunidade, e continuaram autónomamente o seu funcionamento):

1 - A Rede ATLANTIC ARC (Cooperation Between The Atlantic Regions) 1991-1995

O Arco Atlântico é uma rede de cooperação inter-regional entre regiões europeias localizadas na costa atlântica (2), em matérias como o melhor aproveitamento dos recursos

(1) - O período de tempo referido, junto à designação de cada uma das redes que se seguem , refere-se exactamente ao período inicialmente definido pela Comunidade Europeia , como o período de duração do financiamento comunitário a cada uma delas.

(2) - No âmbito do ARCO ATLÂNTICO foram criadas outras redes parcelares de cooperação inter-regional e inter-urbanas como é o caso da rede SUL EUROPA ATLÂNTICA , bem como da rede EIXO ATLÂNTICO (composta pelos municípios do Norte de Portugal e da Galiza) e da rede CENTRO ATLÂNTICO (constituída em 19.09.92 pelas regiões seguintes: Poitou-Charentes (F), Centre (F) e Castilla y Leon (E). A rede SUL EUROPA ATLÂNTICA é constituída pelas seguintes regiões-membro : Aquitaine (F) , Asturias (E) , Cantabria (E) , Castilla y Leon (E) , Centre (F), Região Centro (P), País Vasco (E), Galicia (E), Navarra (E), Região Norte (P) e Poitou-Charentes (F). A Rede SUL EUROPA ATLÂNTICA foi criada em 15.01.92 no Porto.

do Oceano Atlântico, cooperação entre *centros de excelência*, cooperação económica, desenvolvimento das comunicações entre os portos marítimos. Esta rede foi criada no âmbito da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM), que lidera a própria rede.

O Arco Atlântico é, assim, composto pelas seguintes regiões-membro: Highland (UK), Dumfries and Galloway (UK), Cheshire (UK), Wales-Cymru (UK), Avon (UK), Somerset (UK), Dorset (UK), Devon (UK), Cornwall (UK), Donegal (IRL), Basse-Normandie (F), Bretagne (F), Pays de la Loire (F), Poitou-Charentes (F), Centre (F), Aquitaine (F), Pais Vasco (E), Cantabria (E), Asturias (E), Galicia (E), Norte (P), Centro (P), Lisboa e Vale do Tejo (P), Alentejo (P), Algarve (P), Andalucia (E).

A cooperação desenvolvida entre estas 26 regiões que compõem a Comunidade Arco Atlântico, tem vindo a ser desenvolvida em torno de quatro grandes prioridades:

A) Desenvolvimento das ligações marítimas inter-regionais na fachada atlântica :

i) Projecto ARCANTEL visa, essencialmente, o desenvolvimento da comunicação, em tempo real, entre os portos atlânticos (*arcanportos*) sobre tráfego portuário, disponibilidades de frete, movimentos de navios, identificação de navios, carregamentos e descarregamentos, etc, constituindo, um instrumento de gestão em rede das capacidades desses portos. Este projecto foi desenvolvido a partir de seis portos piloto: Bordéus (F), Viana do Castelo (P), Santander (E), Plymouth (UK), Lisboa (P), Malaga (E);

ii) Projecto PAGIE sobre Troca de Dados Informatizados entre os portos e embarcações, com base no desenvolvimento das telecomunicações numéricas por satélite (permitiu por exemplo, informatizar a cartografia marítima da fachada atlântica e criar instrumentos de apoio à navegação como a optimização de rotas, acompanhamento do consumo de combustível, etc);

i i i) Projecto ARCANTEL DATABASE criação e disponibilização em rede de uma base de dados, sobre os cerca de trinta mil navios que cruzam a facha-da atlântica;

i v) Projecto CESO TRACKING VESSEL sistema de avaliação do posicionamento de navios em tempo real;

v) Projecto CENTRO DE CONTROLO DOS MOVIMENTOS DOS NAVIOS ;

v i) Projecto NUMERIS sobre inter-conexão das redes com valor acrescentado , utilização e integração de serviços entre portos com uma aplicação aos sistemas de informação geográfica (SIG ou GIS) - **projecto EDIREGION;**

v i i) Projecto ESTUDO DAS LIGAÇÕES MARÍTIMAS visa entre outros objectivos, elaborar uma rede rodo - ferroviária - marítima atlântica, para estas regiões, com o mesmo objectivo das redes transeuropeias (1) (incluindo a rede transeuropeia de transportes combinados);

B) Cooperação em matéria de engenharia financeira entre as várias regiões do Arco Atlântico e cooperação económica:

i) Projecto APROXIMAÇÃO ENTRE BANCOS REGIONAIS este projecto foi desenvolvido através da cooperação no domínio bancário entre duas instituições financeiras localizadas no Arco Atlântico, o Banco Guipuz-

(1) - As regiões-membro do Arco Atlântico têm mesmo vindo a desenvolver um conjunto de propostas que vão remetendo para as instituições da União no sentido de, em articulação com os projectos já estabelecidos para as redes transeuropeias, sejam também apoiados plano rodoviários / ferroviários para o Arco Atlântico.

coano do País Vasco(E) e o Crédit Industriel de l'Ouest do Pays de la Loire (F) , pretendendo-se a sua extensão a todos os bancos regionais localizados na fachada atlântica ;

i i) Projecto CAF estudo das condições de implementação de um Centro Atlântico de Finanças (CAF) no sentido de criar e desenvolver sinergias entre regiões, *federar* pólos de competências , instituições de ensino superior empresas, instituições financeiras,etc;

i i i) Projecto AAD (Arc Atlantique Développement) um Agrupamento Europeu de Interesse Económico criado em 1991, e que envolve dezoito sociedades financeiras regionais (1) das diferentes regiões (2) localizadas no Arco Atlântico, e cerca de doze mil empresas;

i v) Projecto COOPERAÇÃO CAPITAL DE RISCO ;

v) Projecto de COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS desenvolvido inicialmente pelas Sociedades de Desenvolvimento Regional de Côte d'Amor, Bretanha (F) e Gijon, Astúrias (F), é uma experiência em processo de alargamento a outros parceiros;

v i) Projecto FINARC estudo de exequibilidade de uma Sociedade de Investimento do Arco Atlântico. O núcleo principal de membros é composto por organismos financeiros e instituições regionais do Arco Atlântico;

v i i) Projecto INTER - ARC (Inter-actividade - Arte Investigação - Rede de Comunicação);

(1) - A A.A.D. participa na rede FINATLANTIC (ver neste ponto Rede 19).

(2) - A Sociedade portuguesa NORPEDIP é uma das dezoito sociedades regionais envolvidas na A.A.D.

v i i i) Projecto MARINATLANTIC definição de uma estratégia conjunta para os portos de recreio localizados no Arco Atlântico;

i x) Projecto EUROESTAÇÃO LITORAL ATLÂNTICO rede de cooperação em matéria de turismo (1);

x) Projecto de COOPERAÇÃO ENTRE CÂMARAS DE COMÉRCIO E DE AGRICULTURA do Arco Atlântico;

A cooperação económica entre as diferentes regiões dentro do Arco Atlântico desenvolveu-se especialmente entre as seguintes regiões: Andalucia, Asturias, Galicia, País Vasco, Aquitaine, Basse-Normandie, Bretagne, Pays de la Loire, Poitou-Charentes, Alentejo, Algarve, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Norte, Cornwall, Devon, Dorset, Hampshire, Somerset, Centre, organizada da seguinte forma em termos sectoriais:

i) agricultura (Andalucia, Aquitaine, País Vasco, Bretagne, Poitou-Charentes, Alentejo, Centro, Cornwall, Dorset, Centre);

i i) cooperação no sector agro-alimentar (Andalucia, Asturias, Galicia, Bretagne, Pays de la Loire, Poitou-Charentes, Algarve, Centro, Norte);

i i i) apoio a pequenas e médias empresas (Alentejo, Lisboa e Vale do Tejo, Norte, Dorset);

i v)aquacultura(Andalucia, Galicia, Pays de la Loire, Poitou-Charentes, Centro);

v) biotecnologia (Andalucia, Galicia, País Vasco, Aquitaine, Basse-Normandie, Bretagne, Pays de la Loire, Poitou-Charentes, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Norte, Dorset, Hampshire);

(1) - Um dos objectivos do Arco Atlântico sobre esta matéria é mesmo a elaboração e desenvolvimento de um plano integrado para os espaços urbanos (*as cidades do Arco Atlântico*) espaços rurais e litorais.

- v i) comércio** (Asturias, Bretagne, Centro, Norte) ;
- v i i) industria** (Bretagne, Alentejo, Centro, Norte, Dorset) ;
- v i i i) pesca** (Andalucia, Galicia, Poitou-Charentes, Cornwall) ;
- i x) floresta** (Galicia, Centro) ;
- x) turismo** (Andalucia, Galicia, Pais Vasco, Aquitaine, Basse-Normandie, Bretagne, Pays de la Loire, Poitou-Charentes, Alentejo, Algarve, Centro, Norte, Devon, Dorset, Hampshire, Centre).

C) Desenvolvimento de redes e programas especializados de formação entre regiões Atlânticas:

- i) Projecto ATLANTICA** é um projecto-piloto apoiado pelo programa de iniciativa comunitária de apoio à formação COMETT, a ATLANTICA é , assim , uma rede de Associações Universidades-Empresas, que, desenvolve entre outras actividades , a formação à distância através de meios multimédia;
- i i) Projectos de FORMAÇÃO ACADÉMICA TRANSNACIONAL** envolvendo universidades localizadas em regiões pertencentes ao Arco Atlântico;
- i i i) Projecto TECH' ATLANTIQUE** rede de cooperação científica entre universidades e laboratórios de investigação localizados no Arco Atlântico
(1);

(1) - À semelhança do que acontece em relação aos espaços rurais e urbanos, a cooperação no âmbito do Arco Atlântico propõe o desenvolvimento de estratégias comuns em matéria de ensino e investigação.

D) Cooperação no domínio da exploração dos recursos marítimos e da protecção do meio ambiente:

i) Projecto AGLIA de apoio à conculicultura;

ii) Projecto REDE DE COOPERAÇÃO TRANSREGIONAL SOBRE AQUACULTURA;

iii) Projecto ARCO VERDE rede para troca de informação sobre o meio ambiente dentro do Arco Atlântico (1).

2 - As Redes OUVERTURE e ECOS (European Cities Cooperation Systems) 1991-1994

As redes OUVERTURE e ECOS, são duas redes de cooperação interligadas, na medida em que, inclusivamente, envolvem as mesmas cidades e regiões-membro e têm como objectivo promover a cooperação inter-regional e inter-urbana entre colectividades territoriais regionais ou locais da União Europeia e colectividades territoriais localizados em países não membros da Europa Central e Oriental, e mais recentemente também, em países da bacia do mediterrâneo.

(1) - Relativamente a este objectivo, a rede Arco Atlântico tem também um relacionamento preferencial com a rede COMPOSTELA FORRET (ver neste ponto Rede 14).

Estas duas redes foram desenvolvidas ,inicialmente, em torno das seguintes cidades e regiões: Asturias (E), Piemonte (I), Saarland (D), Strasbourg (F), Strathclyde (UK), **envolvendo actualmente (1) , cerca de setecentas e cinquenta cidades e regiões da União Europeia, de países da Europa Central e de Leste, e da Bacia do Mediterrâneo,** desenvolvendo cerca de duzentos e cinquenta projectos de cooperação(2).

Projectos de cooperação em domínios como, o apoio ao desenvolvimento de pequenas médias empresas, cooperação entre colectividades territoriais, promoção do turismo, formação profissional , desenvolvimento regional, serviços públicos, ambiente, transferência de tecnologia, energia, criação de uma base de dados com informação sobre cada uma das colectividades territoriais envolvidas na rede, de que são exemplo os projectos seguintes:

i) Projecto RICAISP sobre cooperação em matéria de inovação agrícola e desenvolvimento regional envolvendo especialmente as regiões seguintes: Murcia (E), Basilicata (I), Emilia Romana (I) e Jindrichuv Hadrec (Rep. Checa);

i i) Projecto OPÉRATION VILLAGES ROUMAINS sobre cooperação entre as colectividades territoriais romenas e as demais cidades e regiões membro;

i i i) Projecto COOPERAÇÃO ECONOMICA E INDUSTRIAL (3);

(1) - Ver CCE (1994) “ Conference Proceedings ECOS - OUVERTURE “ . Review of East-West Inter-regional Cooperation, nº 1, Bruxelles.

(2) - A Comunidade / União Europeia co-financiou no âmbito ECOS-OUVERTURE no período 1990-1994 projectos de cooperação em cerca de 25 milhões de Ecus.

(3) - Por exemplo sobre industria de cortumes entre Piemonte (I), Thermi (GR) e Tatabanya (Hungria).

- i v) Projecto EXCHANGE OF EXPERIENCE AND COOPERATION ON URBAN ENVIRONMENT** entre as cidades de Rennes (F) , Brno (Rep. Checa), Jena (D) e Poznan (Polónia);
- v) Projecto UTILISATION OF NATURAL GAS IN INDUSTRY** envolvendo as cidades de Leganes (E), Timisoara (Roménia), Argyroupoli (GR), Giannitsa (GR) e Trikala (GR);
- v i) Projecto BALTIC GATEWAYS** cooperação em matéria de apoio à reconversão de infraestruturas , promoção em conjunto de estruturas e agências de apoio ao desenvolvimento económico; cooperação entre administrações públicas locais, planeamento estratégico regional; turismo, cooperação entre portos marítimos , entre as cidades/ regiões: Gdynia (Polónia), Hansestad Rostock (D), Esbjerg (DK), North Tyneside Council (UK), Klaipeda (Lituânia) e a União das Cidades Bálticas;
- v i i) Projecto ENERGIE-CITÉS** envolvendo especialmente as seguintes cidades-membro: Besançon (F) , Bieslo-Biala (Polónia), Piraeos (GR), Skyes (GR), Bistrita (Roménia) , Le Creusot-Montceau-les-Mines (F), Martigny (CH), Sibiu (Roménia); Dijon (F), Rennes (F);
- v i i i) Projecto PARTNER** sobre reconversão de economias regionais, envolvendo as cidades de St. Petersburg (Rússia), Manchester (UK) e Chemnitz (D) ;
- i x) Projecto OMA** cooperação em matéria de administração pública, envolve as cidades / regiões de Tver (Rússia), Besançon (F) e Kaposvar (Hungria);
- x) Projecto MIGRA** sobre integração socio-económica de populações migrantes, envolve as cidades / regiões de Moscow (Rússia) , Macedonia Thrace (GR) e Andaluzia (E);

- x i) Projecto LEGISFOR** sobre administração territorial , envolve as cidades / regiões de Moscow(Rússia),a União das Cidades Russas,Copenhagen(DK) e Mid West (IRL);
- x i i) Projecto NATURE BORDERS** sobre planeamento e desenvolvimento ambiental, entre as cidades / regiões de Vologda (Rússia), Extremadura (E), Alentejo (P), Highlands & Islands (UK);
- x i i i) Projecto DERES** sobre planeamento económico estatégico local e regional , entre Nyzny Novgorod (Rússia) , Essen (D) , Sunderland (UK), Frankfurt (D) e Slubice (Polónia) ;
- x i v) Projecto SUPPORT** sobre políticas urbanas, envolvendo St. Petersburg (Rússia), Rotterdam (NL), Desden (D) e Gdansk (Polónia);
- x v) Projecto CORECT NET** sobre transferência de tecnologia , entre Kaliningrad (Rússia), Ellinikon (GR), Torino (I) e Mariel (Rússia);
- x v i) Projecto COAST** sobre intercâmbio de experiências entre cidades do Mar Báltico e cidades do Mar Negro , envolvendo Odessa (Ucrânia), Lancaster (UK) e as cidades da Rede COAST (ver neste ponto Rede 4);
- x v i i) Projecto EURADA EEN** sobre cooperação económica inter-regional, entre Zaporizhia (Ucrânia), Setúbal (P), Brabant (B), Rzeszpowska (Polónia) e as cidades da Rede EURADA (ver neste ponto Rede 11) ;
- x v i i i) Projecto TROS** sobre formação profissional , em que participam Kaliningrad (Rússia), Ringkjøbing (DK), Ribe (DK), Esbjerg (DK) e Cork (IRL);

- x i x) Projecto CIVIL** sobre formação de eleitos locais , entre Kiev (Rússia), Odense (DK), Schwerin (D);
- x x) Projecto PROVIREN** sobre gestão de recursos hídricos,entre Volgograd (Rússia), Piemonte (I), Halastra, (GR), Tulcea (Roménia);
- x x i) Projecto BLACK SEA / PIRAEUS** sobre desenvolvimento sustentado de regiões costeiras , envolvendo a Ucrânia , Georgia , Languedoc (F) e Ballears (E);
- x x i i) Projecto KALAMARIA / BLACK SEA** sobre transportes e comunicações, entre Nikolayev (Ucrânia), Kalamaria (GR), Alexandroupolis (GR), Ancona (I), Varna (Bulgária), Galtatsi / Jejsk (Polónia);
- x x i i i) Projecto ECO-EAST** sobre desenvolvimento económico, apoio a pequenas e médias empresas e transferência de tecnologia , com Kharkov (Ucrânia), Nürnberg (D) , Glasgow (UK), Cracow (Polónia) , Prague (Rep. Checa) ;
- x x i v) Projecto PAR** sobre administração pública local, envolvendo Oryol (Rússia), Gandia (E), Leenwarden (NL) e Lublin (Polónia); etc.

3 - A Rede EUROCITIES (The European Association of Metropolitan Cities)

1991-1995

A rede de cooperação transnacional inter-urbana EUROCITIES, foi criada com o objectivo de constituir, como que, um forum para *as cidades de segunda ordem* de cada Estado-membro, desenvolvendo uma rede de cooperação inter-urbana em domínios de interesse comum às cidades envolvidas.

Envolvendo as seguintes cidades-membro: Antwerpen (DK), Amsterdam (NL), Athina (GR), Barcelona (E) (cidade líder), Berlin (D), Bonn (D), Birmingham (UK), Bologna (I), Bordeaux (F), Bradford (UK), Bristol (UK), Brno (Rep. Checa) Cardiff (UK), Copenhagen (DK), Den Haag (NL), Dublin (IRL), Edimbourg (UK), Eindhoven (NL), Frankfurt (D), Genève (CH), Gdansk (PL), Glasgow (UK), Helsinki (DK), Kiev (Rússia), Krakov (Rússia), Leipzig (D), Lille (F), Liverpool (UK), Leeds (UK) , Lisboa (P), Lyon (F), Madrid (E), Milano (I), Montpellier (F) , München (D), Nancy (F), Nantes (F), Newcastle (UK), Nice (F), Nottingham (UK), Nürnberg (D), Oslo (Noruega) ,Porto (P), Prague (Rep. Checa), Rotterdam (NL), Sheffield (UK), Stockholm (DK) , Strasbourg (F), Sevilla (E), Torino (I), Valencia (E), Valadolid (E), Venecia (I), Wien (A), Vigo (E).

Tal como as redes anteriores, foi inicialmente concebida com um número inferior de cidades-membro, que posteriormente foi aumentando em torno da prossecução em comum de três projectos tipo interdependentes:

- i) Projecto SIMI-STIIC (Integrated Technology Information System for Citizens)** com o objectivo de criar um sistema audiotex em rede para forne-

cer informação pormenorizada sobre cada uma das cidades da rede , ao serviço das pessoas que a elas se deslocassem ;

i i) Projecto EMCOM (Eurocities Management Consultancy Network) com o objectivo de criar um sistema que articulasse para cada uma das cidades, e entre elas, todo o tipo de serviços públicos que funcionam numa cidade;

i i i) Projecto BEST PRACTICE IN BUSINESS SUPORT promover o intercâmbio de experiências em matéria de promoção económica. A que se juntou o **Projecto IMIS** que consiste, num sistema de informação da rede em audiotex que possibilita a qualquer pessoa, que esteja em qualquer parte do mundo, obter informações sobre todo o tipo de eventos que irão acontecer em qualquer uma das cidades da rede (1).

À medida que as formas de cooperação na rede EUROCITIES foram evoluindo, também o âmbito da cooperação se foi tornando mais abrangente. Actualmente, são também objecto de cooperação aspectos relativo a :

i) Desenvolvimento económico e regeneração urbana;

i i) Sistemas de transporte urbanos;

i i i) Cooperação cultural;

i v) Cooperação em matéria de ambiente e de segurança urbana;

v) Avaliação dos impactos das políticas da Comunidade /União Europeia sobre as cidades;

v i) Cooperação em matéria de política urbana;

v i i) Cooperação tecnológica.

(1) - Em funcionamento experimental desde Junho de 1994.

Consubstanciando-se em mais dois projectos que se juntaram aos anteriores:

i) Projecto TELECITIES NETWORK cooperação sobre telemática aplicada às cidades e às redes de cidades;

i i) Projecto DIECEC sobre educação inter-cultural entre as cidades-membro (1);

4 - A Rede COAST (Coordinated Action for Seaside Towns) 1992-1995

A rede de cooperação inter-cidades costeiras, tem como objectivo estabelecer soluções comuns em matéria de emprego e de ambiente para territórios costeiros, envolvendo, para tal, as seguintes cidades e regiões-membro: Balleares (E) ,Blackpool (UK), Campania (I), Corse (F), Down District (UK) (território líder da Rede), East Sussex (UK), Lancaster (UK), Lontraki (GR), Rugen (D).

(1) - Recentemente foi criado o Projecto EUROCITIES IN SERAJEVO.

A Rede COAST está organizada em sub-redes:

- i) **Sub-rede ENTERPRISE AND VOCATIONAL TRAINING** sobre formação profissional no sector do turismo;
- ii) **Sub-rede DEVELOPING NEW TOURISM MARKETS** definição e concepção de novos *produtos turísticos*;
- iii) **BROADENING THE ECONOMIC BASE** sobre inovação e promoção da diversificação da base económica regional das regiões-membro da rede.

5 - A Rede SCIENTIFIC CENTRES POUR L'AIDE AU DEVELOPPEMENT INDUSTRIEL PAR LA FORMATION 1992-1995

Rede de cooperação em tecnologia informática entre centros de investigação de cinco cidades e regiões do sul da Europa, envolvendo as cidades e regiões-membro seguintes: País Vasco (E), Valencia (E), Midi-Pyrénées (F) (território líder da Rede), Campania (I), Dafni (GR).

6 - A Rede ICN-TT (Information and Communication Network for Inter-Regional Technology Transfer) 1993-1995

A rede ICN-TT foi criada com o objectivo de promover a transferência de informação e tecnologia entre os parceiros da rede, desenvolver a cooperação económica entre empresas localizadas nos territórios-membro , interligar empresas e universidades das diferentes regiões-membro e apoiar as pequenas e médias empresas no sentido de melhor poderem enfrentar a concorrência acrescida, que resulta da progressiva concretização do Mercado Interno da Comunidade / União Europeia, apoiando para tal o desenvolvimento de:

- i)** Processos de cooperação em matéria de transferência de tecnologia que possam vir a favorecer processos de internacionalização para este tipo de empresas;
- i i)** Promover a transferência de tecnologia vertical inter-regional assente em sistemas de informação;
- i i i)** Criação de um sistema de informação e comunicação telemática em rede que possibilite a intercomunicação entre empresas localizadas nas regiões-membro.

Estão envolvidas nesta rede as seguintes regiões-membro: Açores (P), Bretagne (F), Lisboa e Vale do Tejo (P), Niedersachsen (D), Mid-West (UK). A rede desenvolve assim, os seus objectivos a partir de três projectos específicos:

- i) Projecto INFORMAÇÃO PARA AS EMPRESAS;**
- i i) Projecto R&D- DATA;**
- i i i) Projecto OFERTA TECNOLÓGICA.**

7 - A Rede ERNACT (European Regions Network for the Application of Communication Technology) 1991-1995

A criação da rede europeia de cooperação inter-regional sobre tecnologias de comunicação, resultou do reconhecimento, por parte das autoridades locais e regionais europeias, da importância crescente das novas telecomunicações para o desenvolvimento regional, particularmente, no sentido de reduzir os efeitos da perifericidade.

O seu objectivo principal consistiu em aperfeiçoar, através das novas tecnologias de comunicação, o desempenho das funções que são responsabilidades das colectividades territoriais e interligá-las transnacionalmente em rede (1) , tendo para tal criado, entre as cidades e regiões-membro, uma rede inter-regional de comunicações.

A Rede ERNACT envolve as seguintes cidades e regiões-membro: Alborg (DK), Derry City Council (UK), Donegal (IRL) (território líder da Rede), Galway (IRL), Leiedal (B), Zeeland (NL) e está estruturada em oito projectos específicos :

i) Projecto COMMUNICATION PLATAFORMS um sistema inter-regional de comunicações e transferência de informação;

i i) Projecto PUBLIC INFORMATION para fornecimento e disponibilização electrónica sobre cada uma e todas as regiões da rede;

(1) - A rede ERNACT tem simultaneamente uma dimensão de cooperação fronteiriça em relação a Donegal / Derry , e uma dimensão de cooperação inter-regional transnacional em relação às demais regiões-membro.

- i i i) Projecto ECONOMIC LIFE DATABASE** base de dados interligando empresas, câmaras de comércio e agências de desenvolvimento localizadas em regiões-membro;

- i v) Projecto TOURISM** sobre promoção multimédia em rede, de potenciais destinos turísticos das regiões da rede, e sobre sistemas de gestão de tráfego em épocas especiais do ano;

- v) Projecto DISTANCE WORKING PILOT PROJECT** sobre implementação de formas de teletrabalho;

- v i) Projecto NETWORKING STUDY** sobre investigação aplicada ao desenvolvimento futuro de novas formas de comunicação por meios telemáticos em rede;

- v i i) Projecto ENVIRONMENTAL PROTECTION** sobre desenvolvimento em comum de um sistema de informação ambiental;

- v i i i) Projecto SPATIAL PLANNING AND GIS** desenvolvimento de sistemas de informação geográfica aplicados à gestão e administração de colectividades territoriais.

8 - A Rede CAR (Cooperation between Automobile Regions) 1991-1992

A rede europeia de cooperação inter-regional entre regiões com especialização económica na indústria automóvel, foi criada com o objectivo de apoiar as regiões afectadas pelos processos de reestruturação económica deste sector.

Prosseguindo os seus objectivos através da :

- i) Criação em conjunto de programas de reciclagem e de formação profissional para o sector da indústria automóvel;**

- i i) Criação em conjunto de novos mecanismos de transferência de tecnologia para pequenas e médias empresas da rede;**

- i i i) Criação de programas conjuntos de apoio a pequenas e médias empresas;**

- i v) Extensão da rede CAR a outros Estados-membros, no sentido de criar redes nacionais de cooperação.**

Envolveu as seguintes cidades e regiões: Anvers (B), Aveiro (P), Coventry (UK), Guarda (P), Haute-Normandie (F), Piemonte (I), Stuttgart (D), Valladolid (E). Esta rede foi liderada pelo CCRE.

9 - A Rede EUO-ROME (European Urban Observatory - Réseaux des Observatoires Métropolitains en Europe) 1992-1995

A primeira finalidade do Observatório Urbano Europeu (EUO) consistia em desenvolver, um sistema em rede, de informações urbanas entre as cidades envolvidas, de modo a que, de uma forma rápida e cómoda, se pudesse obter uma visão, o mais pormenorizada possível, sobre cada uma das cidades-membro, proporcionando elementos quantitativos e qualitativos sobre cada uma e sobre o conjunto das cidades da rede.

Este sistema deveria ainda, constituir um instrumento de apoio à tomada de decisão, dirigido aos principais intervenientes na concepção e implementação de políticas e estratégias em cada uma das cidades.

Envolvendo as seguintes cidades-membro: Amsterdam (NL), Athina (GR), Barcelona (E) (cidade líder da Rede), Berlin (D), Birmingham (UK), Bruxelles (B), Genova (I), Lille (F), Lisboa (P).

Assim, o funcionamento e as actividades da rede de cooperação EUO-ROME têm como elemento central , o desenvolvimento em rede de uma base de dados pormenorizada com informação quantitativa, qualitativa e gráfica com níveis distintos de detalhe (indicadores comparativos básicos; informações sobre todo o tipo de políticas económicas, social, urbanísticas, de ordenamento,etc e programas de acção que estão a ser em cada momento aplicadas em cada uma das cidades da rede; projecções e cenários de evolução tendencial em termos económicos, demográficos,etc para cada uma delas).

10 - Rede EUROSINET 1992-1994

A rede EUROSINET tem como objectivo incentivar a internacionalização das colectividades territoriais regionais e locais da Comunidade / União Europeia, estimulando o desenvolvimento de formas de cooperação inter-regional e inter-urbana transnacional. Envolvendo as seguintes cidades-membro: Berguedà (E), Béthune (F), Charleroi (B), Cork (IRL) (território líder da Rede), Warrington (UK).

Com este objectivo, desenvolveu a implementação de um programa conjunto de cooperação em rede em três domínios fundamentais:

- i) Turismo (planeamento estratégico no sector do turismo e da promoção turística) ;

- ii) Promoção das economias locais e apoio a pequenas e médias empresas (apoio à cooperação económica entre empresas localizadas nas cidades da rede e cooperação em matéria de mercados públicos) ;

- iii) Planeamento económico e políticas ambientais.

11 - A Rede EURADA (European Association of Development Agencies)

1991-1995

A EURADA é uma rede de cooperação europeia entre Agências de Desenvolvimento localizadas em cidades e ou regiões da União Europeia. Esta rede foi inicialmente constituída por Agências de Desenvolvimento localizadas nas regiões de Aquitaine (F), Brabant (NL), Charleroi (B), Emscher-Lippe (D), Haute-Garonne (F), Haut-Rhin (F), Lancashire (UK), London (UK), Luxembourg (B), Lyon (F), Madrid (E), Navarra (E), Nord-Pas-de-Calais (F), Poitou-Charentes (F), Rhein-Erft (D), Strorstrom (DK), Toscana (I), Vlaams Brabant (B), West Midlands (UK). A Rede é liderada pelo CCRE.

Actualmente envolve cento e vinte Agências de Desenvolvimento localizadas em territórios subnacionais pertencentes a Estados-membros da União (1). Tem como principais domínios de intervenção:

- i)** Promoção e desenvolvimento de projectos conjuntos (definição de estratégias conjuntas de desenvolvimento regional; apoio à internacionalização de empresas;estratégias para a promoção da competitividade das empresas, etc) e intercâmbio de experiências entre as agências-membro;

- i i)** Cooperação com agências de desenvolvimento de países não membros;

- i i i)** Relacionamento com as Instituições da União.

(1) - Na rede EURADA estávam envolvidas em 7.05.95 entre outras, as associações portuguesas seguintes : Associação para o Desenvolvimento Regional do Oeste (ADRO) , Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT), Cooperação e Desenvolvimento Regional (CDR), Globalgarve e Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE).

12 - A Rede PUBLIC TRANSPORT INTERCHANGES 1990-1994

Esta rede de cooperação para o intercâmbio de informação em matéria de coordenação dos sistemas de transportes públicos à escala europeia, envolve as cidades-membro seguintes: Barcelona (E), Cheschire (UK), Freiburg / Breisgau (D) Frankfurt (D), Haarlem (NL), Hamburg (D), Hanover (DK), London (UK), Lyon (F), Marseille (F), Malines (B), Paris (F), Porto (P), Sheffield (UK), Vicennes (F).

13 - A Rede ENVIRONET (Environment-Oriented Cost-Sharing Network Between Cities of the Periphery of the EC) 1992-1994

A criação da ENVIRONET, resultou do reconhecimento das implicações que decorrem da existência de problemas ambientais, em termos de viabilização de qualquer estratégia de desenvolvimento local / regional sobretudo, para as cidades economicamente menos favorecidas.

Esta rede, envolveu as seguintes cidades-membro: Greifswald (D), Horsens (DK) (território líder da Rede), Patras (GR), Suhl (D), Wurzburg (D), e em cada uma delas localiza-se um ENVIROCENTRO que tem como função, desempenhar junto dos cida-

dãos , agentes económicos e sociais, um processo de sensibilização para as questões ambientais, e simultâneamente funcionar como uma embaixada local da rede (ponto de cooperação inter-regional transnacional e de cooperação inter-sectorial local). A rede tem como grandes áreas de cooperação:

- i) Cooperação em matéria de saúde pública;
- ii) Cooperação em matéria de gestão do ambiente e controlo da poluição;
- iii) Cooperação entre administrações públicas locais / regionais.

14 - A Rede COMPOSTELA FOREST 1992-1995

A rede de cooperação inter-regional Floresta de Compostela, foi constituída com o objectivo de promover em rede, as potencialidades florestais da chamada zona florestal de influência de Compostela (orientar o desenvolvimento da floresta, favorecer os contactos entre os silvicultores das regiões da rede, proteger os maciços florestais através de programas de prevenção de incêndios, e desenvolver a cooperação em torno dos problemas florestais da Europa do Sul).

Esta rede foi constituída pela União dos Silvicultores do Sul da Europa (USSE) e pela rede de cooperação inter-regional e inter-urbana SUL EUROPA ATLÂNTICA, rede de

cooperação no âmbito da rede ARCO ATLÂNTICO (ver neste ponto Rede 1) , assim, fazem parte desta rede as seguintes regiões-membro: Aquitaine (F), Asturias (E), Castilla y Leon (E), Centre (F), Centro (P), País Vasco (E), Galicia (E), Navarra (E), Norte (P), Portou-Charentes (F).

As actividades de cooperação desenvolvem-se em torno das seguintes acções fundamentais:

- i) Estabelecer uma rede cooperativa para o sector da Silvicultura ;
- i i) Estimular a cooperação entre associações de silvicultores das regiões da rede;
- i i i) Promover a análise comparativa, económica e jurídica sobre as condições da produção florestal em cada uma das regiões da rede;
- i v) Apoio à protecção das florestas de produção localizadas no território no âmbito da rede SUL EUROPA ATLÂNTICA;
- v) Desenvolvimento da experimentação científica aplicada.

15 - A Rede EURISLES (European Islands of Links and Exchanges) 1992-1994

A rede EURISLES foi criada no âmbito da Comissão das Ilhas, da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa (CRPM) (1) , com o objectivo criar uma Base de Dados em rede, que pudesse fornecer a utilizadores públicos e privados, informações relativas aos problemas específicos e de transporte dos territórios insulares, envolvendo para tal, as seguintes regiões-membro: Açores (P), Canárias (E),Corse (F), Wight (UK), Martinique (F), Réunion (F),Vorio Aigaion(GR). No âmbito desta rede, é ainda particularmente significativo a implementação da sub-rede ISLENET (European Islands Energy & Environment Network) com o objectivo de promover a transferência de informações e a planificação energética (produção e aprovisionamento) para as diferentes ilhas envolvidas.

16 - A Rede EUROGATEWAY - The Way into Europe 1991-1995

A rede EUROGATEWEY consiste numa rede de cooperação entre, apenas, três Agências Regionais de Desenvolvimento,localizadas respectivamente em Glasgow (UK),

(1) - Ver ponto 1.3.6. do Capítulo anterior.

Montpellier (F), Nordrhein-Westfalen (D) com o objectivo de, apoiar o acesso de pequenas e médias empresas a instalarem-se noutros territórios da União no sentido de, poderem vir a beneficiar de novos mercados à escala continental, a partir de três localizações estratégicas.

Cada uma destas agências, desempenha essa função para um determinado território da União, por exemplo, a Glasgow Development Agency concentra como mercados de destino o Reino Unido, Irlanda, Suécia, Noruega, Finlândia; a Agence Foncière du Département de l'Herault (Montpellier) em relação a Portugal e Espanha, sul de França e Itália; e a LEG , o território da Alemanha, Dinamarca, Holanda e norte de França.

Agências que desenvolvem apoio sob as mais diversas perspectivas, desde o suporte financeiro, propriamente dito, ao suporte legal (apoio à adaptação a outros sistemas fiscais e contabilísticos), à formação profissional, ao marketing, apoio logístico, etc.

17 - A Rede HYDRE 1992-1995

A rede HYDRE tem como objectivo desenvolver em rede, um sistema integrado de gestão, aprovisionamento e tratamento de recursos hídricos e de enquadramento ambiental às actividades económicas a promover nos diferentes sectores. Para tal, envolve as regiões-membro seguintes: Andalucia (E), Basilicata (I), Sardegnna (I), Valencia (E), Sicilia (I) (território líder da Rede).

18 - A Rede ROC-NORD 1991-1993

A rede ROC-NORD tem como objectivo, promover a cooperação inter-regional transnacional entre as então duas regiões geograficamente mais isoladas da Comunidade / União Europeia, tendo assim, como regiões-membro: Kriti (GR) e North Jutland (DK).

Estas duas regiões desenvolvem, deste modo,, formas de cooperação entre si, em torno de quatro projectos específicos:

- i) Desenvolvimento de estratégias e produtos turísticos;
- ii) Transferência de tecnologias de pesca;
- iii) Gestão ambiental e planeamento estratégico aplicado a recursos naturais;

19 - A Rede FINATLANTIC 1992-1995

A rede FINATLANTIC sobre cooperação em rede de instituições financeiras, foi criada pela Conferência das Câmaras de Comércio do Atlântico, pertencente à rede ARCO ATLÂNTICO (ver neste ponto Rede 1), com o apoio da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da União Europeia (CRPM). Os parceiros desta rede são institui-

ções financeiras, bancos, sociedades de capital de risco e agências de desenvolvimento regional.

Esta rede dispõe de cinco agências FINATLANTIC localizadas nas seguintes regiões: Aquitaine (F), Bretagne (F), Cork (IRL), Cornwall (UK), Galicia (E), Norte (P) co-financiadas pelas colectividades territoriais regionais e locais onde se localizam (1).

20 - A Rede TOURISM IN THE MEDITERRANEAN 1991-1993

Esta rede de cooperação em matéria de turismo (turismo cultural e turismo rural), na região do Mediterrâneo, desenvolvida no âmbito da CRPM, teve como objectivo, permitir às cidades envolvidas ganhar um melhor e maior controlo sobre o seu próprio modelo de desenvolvimento turístico, bem como, definir em conjunto, estratégias de revalorização destes destinos turísticos face à concorrência no sector, quer de outros destinos da União quer de países não membros. Esta rede reúne em torno da cooperação em matéria de turismo as seguintes cidades-membro: Ajaccio (F), Barcelona (E), Cagliari (I), Faro (P), Genova (I), Languedoc-Roussillon (F), Pireas (GR), Marseille (F), Sicilia (I), Valencia (E);

(1) - O Grupo de Trabalho Galicia-Norte de Portugal formalizou em , 10 de Maio de 1996 em Santiago de Compostela a criação de uma Sociedade de Capital de Risco para apoio às empresas localizadas naquelas duas regiões. Esta Sociedade de Capital de Risco, destina-se prioritariamente ao financiamento de projectos empresariais transfronteiriços . O seu capital é detido em partes iguais pela Norpedip pelo lado português, e pela Sodiga - Sociedad para o Desarrollo Industrial de Galicia,SA, dispondo de um fundo inicial de cerca de dois milhões de contos.

21 - A Rede STRATEGY FOR MEDIUM-SIZED CITIES 1991-1994

A criação da rede Estratégias para Cidades de Média Dimensão teve como objectivo proporcionar a um conjunto de cidades de pequena e média dimensão a possibilidade de definirem em comum, estratégias de desenvolvimento, tendo em conta os próprios impactos espaciais que decorrem do processo de integração europeia, e tendo em vista *aumentar a sua atractividade*.

Esta rede de cooperação inter-urbana transnacional envolve as seguintes cidades: Évora (P) (território líder da Rede), Charleroi (B), Lamia (GR), Ravenna (I), Roskilde (DK), Speyer (D), Tarragona (E), Zwolle (NL) e a Association de Défense de l'Environnement de la Region Est de Thessaloniki - ADERET (GR) e desenvolveu as suas actividades em torno dos seguintes projectos de cooperação, pelos quais se repartiram as diferentes cidades-membro:

- i) Planeamento estratégico para cidades europeias de média dimensão (definição de uma metodologia de planeamento estratégico para cidades médias que possa ter em conta as especificidades próprias de cada uma delas, e que as ajude a melhor se prepararem para enfrentar o processo de integração europeu);

- i i) Partenariado entre autoridades locais e empresas privadas (identificar as possibilidades de cooperação pública / privada em termos de definição e implementação de estratégias e políticas urbanas, tendo em conta as diferenças nacionais existentes, em termos de enquadramento legal e das diferentes tradições em resolver problemas urbanos);

- i i i)** Revalorização estratégica do ambiente urbano construído (sobre qualidade de vida urbana / qualidade do património urbano construído, tendo sido criada uma *antena experimental* ,localizada em Lamia, sobre planeamento urbano e sistemas de informação geográfica aplicada ao planeamento urbano)

- i v)** Tratamento de detritos sólidos inertes;

- v)** O papel das pessoas idosas no desenvolvimento estratégico de cidades médias (avaliação das alterações demográficas e respectivos impactos socio-estruturais locais, intercâmbio de experiências em termos europeus e definição em comum de projectos e modelos aplicados) ;

- v i)** Centro Europeu para o Desenvolvimento de Estratégias Urbanas;

- v i i)** Boletim periódico da rede;

- v i i i)** Conferência de Tarragona - o Futuro das Cidades Médias Europeias e as suas Estratégias (um dos objectivos consiste na promoção, à escala europeia, da *imagem* das cidades-membros da rede).

22 - A Rede DYONISOS 1992 - 1994

A rede DYONISOS foi criada por iniciativa da Conferência Europeia das Regiões Produtoras de Vinho (CERV) sobretudo com o objectivo de apoiar o desenvolvimento económico de regiões cuja especialização económica é a produção vitivinícola , através



da promoção de transferência tecnológica, em relação às regiões economicamente mais desfavorecidas, e do apoio à definição de estratégias promocionais do tipo *marketing territorial* valorizando a sua ruralidade e as oportunidades turísticas que daí decorrem.

Esta rede envolve assim as seguintes regiões-membro: Alentejo (P) (território líder da Rede), Andaluzia (E), Burgundy (F), Cataluña (E), Corse (F), Languedoc-Roussillon(F), Lombardia (I), Norte (P), Poitou-Charentes (F), Sicilia(I);

23 - A Rede SEALINK 1992-1993

A rede SEALINK consistiu numa rede de cooperação entre cidades portuárias, tendo como objectivo desenvolver a cooperação e a coordenação entre portos de mar da União, envolve as seguintes cidades-membro: Lubeck (D), Brindisi (I), Patras (GR), Rostock (D). A cooperação no âmbito desta rede desenrola-se em torno da:

i) Criação de uma base de dados sobre o tráfego marítimo (1) ;

(1) - De recordar que este era também um dos objectivos a prosseguir no âmbito da rede ARCO ATLÂNICO para os portos marítimos da costa atlântica da União.

i i) Desenvolvimento de um sistema de gestão de portos, articulando em termos estratégicos , o desenvolvimento das estruturas portuárias e o desenvolvimento das cidades onde se localizam;

i i i) Protecção ambiental das zonas portuárias.

24 - A Rede MEDIUM-SIZED CITIES COMMISSION 1991-1991

Esta rede de cooperação transnacional inter-urbana foi constituída com o objectivo de desenvolver em rede, a cooperação inter-urbana em matérias como a engenharia urbana e inovação tecnológica aplicada a cidades. Envolveu as seguintes cidades-membro: Agen (F), Aix-en-Provence (F), Anvers (B), Barcelona (E) , Bari (I), Birmingham (UK), Bolonha (I), Cantanhede (P), Chambéry (F), Charleroi (B), Chartres (F), Coimbra (P), Cologne (D), Coventry (UK), Dublin (IRL), Edimbourg (UK), Évora (P), Goyave (F), Kalamaria (GR), Lania (GR), Leiria (P), Lille (F), Lisboa (P), Lubeck (D), Milano (I), Montpellier (F), Nancy (F), Palermo (I), Poitiers (F), Ravena (I), Roskilde (DK), Salamanca (E), Sevilla (E), Sheffield (UK), Speyer (D), Tarragona (E), Thermi (GR), Torino (I), Zwolle (NL).

A cooperação foi desenvolvida sobretudo em torno dos seguintes aspectos:

- i) Desenvolvimentos tecnológicos aplicados a cidades;
- ii) Renovação urbana;
- iii) Reinsersão profissional em zonas urbanas.

25 - A Rede ECOWAT 1992-1994

A rede ECOWAT constitui uma rede de cooperação tendo em vista a protecção dos recursos hídricos, e promover a utilização de energias renováveis. Envolveu as seguintes regiões-membro: Açores (P), Chania (GR) , Garraf (E) , Corse (F) , Verona (I) , Neisse (D) , Tenerife (E), Madeira (P) e a cooperação inter-regional foi desenvolvida em torno de:

- i) Aplicação e desenvolvimento de técnicas e metodologias para optimização de utilização dos recursos hídricos;
- ii) Reutilização de águas utilizadas industrialmente;
- iii) Processos de dessalinização de águas subterrâneas e de superfície.

26 - A Rede ECONOMIC COOPERATION 1992-1994

Esta rede foi criada com o objectivo de estimular a cooperação económica em rede, entre territórios subnacionais da Comunidade Europeia. Envolveu as seguintes regiões-membro: Andalucia (E), Bayern (D), Norte (P), desenvolvendo formas e figuras de cooperação inter-regional transregional em domínio como:

- i) Cooperação económica entre empresas privadas localizadas nas regiões-membro da rede (cooperações de natureza comercial; redes de comercialização;definição de políticas comuns de marketing;exploração comum de uma estrutura logística de distribuição ; desenvolvimento de *joint ventures* no sector industrial ; intercâmbio de fluxos de investimento directo; transferência tecnológica e formação profissional em novas tecnologias);
- i i) Cooperação tecnológica em rede , entre centros de investigação localizados nas regiões-membro da rede(cooperação em programas de R&D;programas de investigação dirigidos ao apoio ao desenvolvimento industrial);
- i i i) Cooperação institucional em rede entre autoridades político-administrativas regionais e locais.

27 - A Rede POLIS 1991- 1994

A rede POLIS teve como objectivo promover a cooperação inter-urbana em novas tecnologias aplicadas a zonas urbanas, sobretudo aquelas que estão, mais directamente, associadas à análise e gestão da mobilidade das populações dentro das zonas urbanas e entre elas, gestão de problemas de tráfego e sistemas de transporte, e desenvolvimento em rede de aplicações telemáticas associadas. Para tal foram desenvolvidos cinco projectos específicos: GAUDI, LLAMD, POLIS 3, SCOPE e CITIES, envolvendo as seguintes cidades-membro: Amsterdam (NL), Athina (GR), Barcelona (E) (território líder da Rede) , Berlin (D), Birmingham (UK), Bologna (I), Bristol (UK), Khöln (D), Cork (IRL), Dublin (IRL), Frankfurt (D), Glasgow (UK), Göteborg (D), Liverpool (UK) Lyon (F), Marseille (F), München (D), Norwich (UK), Paris (F), Pireas (GR), Southampton (UK), Stuttgart (D), Torino (I), Trondheim (NL);

28 - A Rede DEMILITARISED (Decrease in Europe of Military Investment, Logistics and Infrastructures and the Tracing of Alternative Regional Initiatives to Sustain Economic Development) 1992-1995

A rede DEMILITARISED foi constituída com o objectivo de, promover a cooperação inter-regional entre regiões europeias afectadas pelo processo crescente de desmilitarização na Europa, que decorreu das próprias alterações políticas registadas nos países da Europa de Leste, a partir de 1989.

Esta rede de cooperação inter-regional envolveu as seguintes cidades-membro : Alimos (GR), Argypoupolis (GR), Brandenburg (D), Castlereagh (UK), Flensburg (D), Glyfada (GR), Gloucestershire (UK), Hellenikon (GR), Kaiserslautern (D) (território líder da Rede) , Lancashire (UK), Nea Makri (GR), Zaragoza (E), Torrejón de Ardoz (E), Wilhelmshaven (D), Wiltshire (UK), Zaanstad (NL).

A cooperação desenrolou-se nos seguintes domínios:

- i) Cooperação em matéria de desenvolvimento regional e urbano;
- ii) Cooperação económica;
- iii) Protecção ambiental;
- iv) Cooperação em matéria de infraestruturas e equipamentos;
- v) Cooperação social e cultural.

29 - A Rede QUARTIERS EN CRISE 1991-1994

A rede BAIROS EM CRISE teve como objectivo promover a cooperação entre cidades europeias confrontadas com problemas urbanos graves. Envolveu as cidades-mem-

bro seguintes: Athina (GR), Barcelona (E), Belfast (UK), Béziers (F), Bilbao (E), Bremem (D), Bruxelles (B), Charleroi (B), Cork (IRL), Dortmund (D), Dublin (IRL), Eindhoven (NL), Frankfurt / Oder (D), Genk (B), Groningen (NL), Den Haag (NL), Les Mureaux (F), Lisboa (P), Manchester (UK), Rotterdam (NL), Mulhouse (F), Napoli (I), Paisley (UK), Thessaloniki (GR), Torino (I), Vila Nova de Gaia (P).

As actividades de cooperação desenvolveram-se em torno do:

- i) Intercâmbio de informação sobre actuações tendentes a melhorar as condições de vida das populações, mais directamente afectadas por processos de desqualificação e degradação urbana;
- ii) Definição de uma política integrada e comum de intervenção sobre causas, consequências e soluções para situações de declínio urbano;
- iii) Criação de formas e figuras de cooperação em rede para actuação em problemas concretos em cada uma delas.

30 - A Rede EURO CERAM 1992-1994

A rede EURO CERAM foi constituída com o objectivo de promover o intercâmbio de experiências e de tecnologias de ponta, entre regiões cuja especialização económica mais significativa fosse a indústria cerâmica, através da criação de um Banco de Dados técnico sobre a indústria da cerâmica.

Envolveu as seguintes regiões-membro: Centro (P), Comunidad Valenciana (E), Limerick (IRL), Limousin (F), Nord-Pas-de-Calais (F), Wallonie (B) (território líder da Rede).

31 - A Rede REBUILD (Renewable Energies for Buildings in European Cities with Historical Centres) 1992-1994

A rede REBUILD foi criada com o objectivo de promover a cooperação inter-urbana nos seguintes domínios:

- i) Promover a implementação e o desenvolvimento de formas de planeamento energético de longo prazo aplicado a cidades com centros históricos;**

- i i) Utilização de novas tecnologias e soluções energéticas para a reconstrução e requalificação de edifícios localizados em centros históricos.**

Envolvendo as seguintes cidades-membro: Amsterdam (NL), Catania (I), Coimbra (P), Corfou (GR) (território líder da Rede), Duisburg (D), Firenze (I), Jaén (E), Rostock (D), Kerkira (GR).

32 - A Rede UNIVERSITIÉS-REGIONS 1991-1993

A rede UNIVERSIDADES-REGIÕES foi criada com o objectivo de articular em rede, administrações públicas locais e regionais , centros de investigação e universidades à escala da União no sentido de estimular o desenvolvimento de investigação aplicada em questões de economia regional e urbana envolvendo instituições de investigação das regiões-membro seguintes : Aquitaine (F), Basse-Normandie (F), Castilla y León (E), (território líder da Rede) ,Lorraine (F), Midi-Pirénées (F), Piemonte (I);

33- A Rede NTMN (Transport in Mediterranean) 1991-1993

A rede NTMN teve como objectivo desenvolver na região mediterrânica, formas e figuras de cooperação entre portos marítimos na zona do mediterrâneo, à semelhança do que, com o mesmo objectivo foi desenvolvido para outras regiões costeiras da Comunidade / União Europeia, no âmbito das redes ARCO ATLÂNTICO e SEALINK :

- i) Criação de um sistema de informação em rede interligando os oito portos marítimos da zona do mediterrâneo;**

- ii) Assegurar que a localização destes portos marítimos possa constituir um dos factores de desenvolvimento local e regional para as cidades em que se localizam.**

Envolvendo as seguintes cidades-membro: Barcelona (E), Bastia (F), Cagliari (I), Faro (P), Genova (I), Malaga (E), Marseille (F), Pireas (GR);

34 - A Rede CHAMBERS OF COMMERCE AND INDUSTRY 1991-1994

A rede CÂMARAS DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA , como o próprio nome indica, é uma rede de cooperação entre câmaras de comércio e indústria europeias, envolvendo câmaras de comércio e indústria localizadas nas seguintes cidades: Athina (GR), Cagliari (I), Calabria (I), Cork (IRL), Dresden (D), Granada (E), Genova (I), Larissa (GR), Léon (E), Limerick (IRL), Lisboa (P), Nice (F), Pays de la Loire (F), Pescara (I), Pireas (GR), Provence-Alpes (F), Ródos (GR) Valencia (E).

Esta rede de cooperação desenvolveu as suas actividades em torno de três projectos específicos:

- i) Projecto ARIST (Regional Scientific Information Agencies)** criação de uma agência ARIST em cada uma das Câmaras de Comércio envolvidas;
- i i) Projecto TRAINING** sobre formação profissional aplicada;
- i i i) Projecto OBSERVATÓRIO ECONÓMICO** um sistema em rede de informação económica.

35 - A Rede IDEE (Integration Endogenous Development and Employment)
1991-1994

A rede IDEE é uma estrutura de cooperação inter-urbana para o intercâmbio de experiências em matéria de inserção profissional de grupos sociais menos favorecidos, envolvendo as cidades-membro seguintes: Kalamaria (GR), Chambéry (F), Charleroi (B), Dublin (IRL), Edimbourg (UK), Goyave (F), Sicilia (I), Sheffield (UK) interligadas por um sistema de informação em rede.

36 - A Rede ECONOMIC DEVELOPMENT OF LESS-FAVOURED REGIONS
1991-1993

A constituição desta rede de cooperação inter-regional entre regiões economicamente menos desenvolvidas da Europa, teve como objectivo, a definição em comum de estratégias de desenvolvimento que pudessem proporcionar a estas regiões, uma melhor preparação para enfrentar o desenvolvimento do Mercado Interno. Bem como, proporcionar às Agências de Desenvolvimento Regional nelas localizadas, uma maior informação sobre a possibilidade destas regiões virem a beneficiar da experiência de co-

operação em redes de regiões (e de agências de desenvolvimento regional) economicamente mais fortes, nos seguintes domínios :

- i) Criação de empresas;
- i i) Transferência de tecnologia;
- i i i) Formação profissional;
- i v) Desenvolvimento e planeamento económico regional.

Envolvendo as seguintes regiões-membro: Andalucía (E), Aragón (E), Emilia-Romana (I), Galicia (E), Vória Ellada (GR), Região Norte (P), Wales (UK), Puglia (I), Southern Ireland (IRL).

37 - A Rede RESIGMUR (Local and Regional Network of Geographic Information Systems) 1992-1994

A rede RESIGMUR foi criada tendo em vista, promover o desenvolvimento em comum de sistemas de informação geográfica aplicados à administração, planeamento urbanístico e ordenamento do território no sentido de contribuir para melhorar as estruturas de administração regional e local. Envolvendo as seguintes cidades e regiões-membro: Cas-

tilla y León (E), Madrid (E), Collado Villalba (E), Espinho (P), Matosinhos (P), Região Norte (P), Vila Real (P), Zamora (E) (cidade líder da Rede).

**38 - As Redes PACTE - EEP (Action Programme for Local and Regional Authorities - Exchange of Experience Programme)
1990-1995**

O Programa PACTE -EEP destinado ao intercâmbio experiências entre colectividades territoriais regionais e locais permitiu (ver ponto 1 . 3 . 2 do Capítulo anterior), no período 1990-1995 , desenvolver cerca de trezentos e noventa redes / projectos de cooperação, dos quais importa ressaltar alguns exemplos:

- i) Projecto THE CITY AND THE PORT (a cidade e o porto) - Bilbao (E), Hamburg (D), Nantes (F), Lisboa (P), Dublin (IRL) e Piraes (GR);**

- i i) Projecto SME PARTNERSHIP (cooperação entre pequenas e médias empresas) - Wallonie (B), Puglia (I) , Friuli-Venezia-Giulia (I), Pais Vasco (E), Madeira (P), Midi-Pyrénées (F), Norte (P);**

- i i i) Projecto ROBIS (Renovation of Industrial and Business Sites) (renovação industrial) - Frankfurt (D), Athina (GR), Glasgow (UK), Lyon (F), Rotterdam (NL), Leipzig (D);**

- i v) Projecto RESTRUCTURING OF THE TEXTILE SECTOR AND INDUSTRIAL DIVERSIFICATION** (diversificação industrial e reestruturação do sector textil) - Vale do Ave (P), Terrassa (E), Barcelona (E), Lille (F), Mouscron (F);
- v) Projecto PROMOTION AND DEVELOPMENT NETWORK OF REGIONAL AIRPORTS** (rede de aeroportos regionais)- Sligo (IRL), South Glamorgan (UK) , Carlisle (UK), Donegal (IRL), Waterford (IRL), Viseu(P) Esbjerg (DK);
- v i) Projecto SAMUCA (Sustainable Aquaculture in Multi-User Coastal Areas)** (desenvolvimento multi-uso de áreas costeiras)- Dyfed (UK), Chios (GR), Galway (IRL);
- v i i) Projecto MULTICOOP (Development of Business Relationships and Organizational Partnerships)** (cooperação económica entre organizações) - Bretagne (F), Pontevedra (E), Halkidiki (GR), Castilla y Leon (E), South Hams (UK);
- v i i i) Projecto PHOENIX (Local Economic Development Regeneration of Resort Settlements)** (reabilitação económica de zonas de lazer);
- i x) Projecto EURONAUT** (desenvolvimento económico, emprego e apoio a pequenas e médias empresas) - Campania (I), Midi-Pyrénées (F), Piemonte (I), Pais Vasco (E);
- x) Projecto POTENCIAL ECONÓMICO DO TEJO E DO GUADIANA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES DO ALENTEJO E EXTREMADURA** - Extremadura (E), Alentejo (P), Andalucia (E), Zuid Holland (NL);

x i) Projecto MEDICOR (Medieval Cities Involved in the Development of the Regions) (contribuição das cidades históricas para o desenvolvimento regional) - Sarlat (F), Clwyd (UK), Rethymnon (GR);

x i i) Projecto EFEC (European Federation for Exchange and Cultural Cooperation) (cultura e desenvolvimento económico) - Namur (B), Campania (I), Baden Württemberg (D), Ulster (IRL), Corse (F), St Jean d'Angely (F); etc.

1 . 1 . 1 - Principais Conclusões dos Estudo de Casos

Dos Estudo de Casos realizado, podemos então retirar as principais conclusões seguintes:

- 1) as grandes 'cidades mundiais' / 'cidades globais' europeias como Paris e Londres, não foram praticamente envolvidas nestas redes, em virtude da sua própria escala económica , territorial e funcional , só por si , lhes permitir *funcionar* com autonomia no mercado global , pela mesma razão que , unidades territoriais de muito pequena escala ou economicamente pouco significativas não foram contempladas;

- 2) as diferentes redes de cooperação, desenrolam-se em torno dos seguintes temas: i) transferência de tecnologia; ii) transportes; iii) formação profissional ; iv) ambiente ; v) apoio a pequenas e médias empresas ; vi) energia; vii) administração pública; viii) tecnologias de informação; ix) planeamento económico e territorial; x) exclusão social; xi) cooperação económica;

- 3) existe um conjunto de cidades e de regiões que participam simultâneamente em várias redes.

- 4) um dos objectivos principais de cada uma delas, consiste em criar uma rede informacional de suporte à rede institucional;
- 5) o objectivo de cooperação económica está presente em cada uma delas;
- 6) algumas das redes potenciam ou promovem mesmo, uma especialização económica concreta, na medida em que, agrupam territórios com as mesmas características ou as mesmas especializações económicas, centrando os objectivos da cooperação em matérias como o desenvolvimento em conjunto de alguns sectores económicos, e definição em conjunto de estratégias económicas para sectores económicos em que são mais vulneráveis ;
- 7) algumas redes, assentam em critérios de especificidade territorial e ou de contiguidade geográfica , outras , em critérios de especificidade ou especialização económica;
- 8) o número de territórios envolvidos em cada uma das redes varia substancialmente de umas para outras;
- 9) a grande maioria das redes envolvem territórios com níveis de desenvolvimento económico diferenciado , encontrando-se na mesma rede territórios classificados como Objectivo nº1 em termos de elegibilidade para as intervenções dos Fundos Estruturais) e territórios com níveis de desenvolvimento económico muito acima da média da União;

10) a amplitude territorial de cada rede , varia , também , bastante de caso para caso, e nalguns deles, como acontece relativamente ao Arco Atlântico, a área territorial que abarca , possibilita que , outras redes de menor dimensão se desenvolvam no seu interior. Desenvolve-se assim uma multiplicidade de redes dentro de redes, aumentando significativamente a complexidade dos seus efeitos e o próprio território assume características de 'harmónio', e também uma geometria variável do ponto de vista territorial. Este aspecto é, tanto mais, reforçado, pelo facto de algumas redes se destinarem sobretudo a territórios NUT III e outras a territórios NUT II ganhando assim o território novas escalas e diferentes dimensões.

1 . 2 - Os Diferentes Sistemas de Cidades e de Regiões e os Diferentes Territórios

O desenvolvimento deste tipo de estruturas de cooperação de relacionamento exterior, possibilitou a integração nos circuitos internacionais (ou pelo menos um contacto com estes circuitos) a uma multiplicidade de territórios locais / regionais da União Europeia.

Esta experiência, cujo progressivo sucesso tenderá mesmo a determinar o desenvolvimento de formas de relacionamento transnacional, já entre as próprias redes, e fazer com que, assumam elas mesmas um tipo de protagonismo à escala do território da União, o que as pode vir a tornar cada vez mais reivindicativas mesmo relativamente às próprias Instituições da União Europeia.

Nestas redes, mesmo as regiões intermédias , aquelas regiões que em cada rede representam um papel secundário mas que estão representadas, simultâneamente, em redes diferentes, terão, por via destas estruturas transnacionais em que participam , a possibilidade de funcionar como interface relacional entre elas e daí retirar vantagens como:

- i) facilidade de integrar tecnologias de outras regiões ou de empresas de outras regiões;
- i i) desenvolver o papel de interligação de *local networks* envolvendo os diferentes agentes e organizações económicas e institucionais locais;
- i i i) constituírem elementos de ligação entre o nível comunitário, nível internacional, nível transregional e nível local.

A internacionalização e o recurso a relacionamentos de natureza transregional enquanto procura de soluções de maior eficiência económica.

O território europeu, estruturado em redes, assume assim uma morfologia e características neuronais , estamos, portanto, a assistir ao desenvolvimento de verdadeiras nebulosas de redes e de inter-relacionamentos entre elas de tipo neuronal (ver Figura nº 2 no ponto 1. 3. 1. do Capítulo I) em que, por exemplo, algumas redes, estão muito integradas ao nível das competências e dos objectivos, e muito dispersas espacialmente.

A complexidade do sistema União Europeia enquanto processo de ajustamento e interdependência crescente entre as economias dos Estados-membros, a um primeiro nível , e entre as economias de cada os dos territórios infranacionais, a um segundo nível , aumenta, à medida que se vão concretizando, na prática, as possibilidades implícitas nas quatro liberdades de circulação, entre as quais a possibilidade de proliferação deste tipo de relacionamentos transnacionais.

1. 2. 1 - A Economia de Redes ou a Economia em Rede

No fundo, este novo modelo de relacionamento inter-territorial (1) e inter-organizacional no quadro da União Europeia, sugere a ideia de **economia de redes ou a economia em rede**, quanto à própria lógica de funcionamento da economia da União.

Naturalmente, à medida que, a multiplicidade de grupos económicos europeus e as empresas em geral se forem reorganizando numa lógica cada vez mais transnacional, e simultâneamente, por via da multiplicidade de relacionamentos inter-institucionais (2) que, como vimos, se encontram em funcionamento, e se forem desenvolvendo cada vez mais relacionamentos transnacionais de natureza reticular (isto é, em rede), a própria economia europeia irá ganhando, progressivamente, características de economia em rede (constituída que é, ela própria, por uma multiplicidade de economias de rede (3), relacionamentos e efeitos económicos por actuação concertada / preferencial entre diferentes territórios subnacionais e as suas respectivas economias).

Ainda que, sejam quase sempre as empresas os agentes económicos mais dinâmicos, quanto ao desenvolvimento deste tipo de processos, o facto de, por iniciativa da própria União se suscitar, cada vez mais, a participação das estruturas político-administrativas territoriais de cada Estado-membro, num processo que até aqui, era apenas desenvolvido pelas empresas, está como vimos (no caso das diferentes redes de cooperação que foram objecto dos Estudos de caso no ponto anterior), a provocar uma maior associação

(1) - O desenvolvimento deste tipo de relacionamentos inter-territoriais transnacionais naturalmente são institucionalmente garantidos pelo menos num primeiro momento, pelas administrações autárquicas que os representam.

(2) - Por exemplo, no âmbito da rede Arco Atlântico, o Programa PIMA (Programme Intégré des Marchés Atlantiques) desenvolvido por esta rede, tem como objectivo o desenvolvimento de economias de escala, cooperação económica inter-sectorial e cooperação entre empresas.

(3) - Resultados económicos da cooperação em rede, por exemplo, desenvolvimento de sinergias de rede.

entre as empresas e as estruturas político-administrativas, pertencentes ou localizadas em cada território, na definição de estratégias de relacionamento exterior à escala do território da União.

O próprio desenvolvimento das redes informacionais, no âmbito das diferentes redes de cooperação inter-territoriais e inter-organizacionais, que, como vimos, tem constituído um dos seus objectivos prioritários, tende a reforçar este aspecto.

1. 2. 2 - A Evolução dos Sistemas Urbanos, Regionais e Comportamentos Inter-Sistémicos

A internacionalização implica, inevitavelmente, alterações de natureza estrutural nos territórios e nas economias de cada um deles, o facto de as empresas se começarem a distribuir de uma forma diferente no território e a reformularem as suas estratégias espaciais, implica com certeza alterações estruturais nos territórios para onde as empresas se deslocam, ou de onde se retiram.

A internacionalização dos territórios por via do comércio externo, dos investimentos directos estrangeiros, dos movimentos de capitais e destes novos relacionamentos inter-territoriais, reforça os processos de hierarquização e, nalguns casos, de desarticulação em relação aos territórios económicos locais / regionais / nacionais envolventes, ao mesmo tempo que, permite **encontrar novos parceiros económicos**.

Este tipo de acordos, definidos entre cidades e entre regiões distintas e pertencentes a Estados-membros diferentes, representa, ainda, **uma situação nova em termos organizacionais** (funcionamento interactivo, natureza parthenarial, desenvolvimento de uma dada cultura de rede, novas formas de relacionamento entre a produção e os mercados, intensificação temporária / permanente de relacionamentos transnacionais privilegiados, a aceitação por parte dos diferentes territórios e organizações-membro do desenvolvimento em conjunto, em comum de estratégias e de funções) e **exige o desenvolvimento de novos modelos de organização para este relacionamento sistémico**.

Estas formas de associativismo inter-regional e inter-urbano transnacional constituem mesmo, **uma nova dimensão político-administrativa em termos da própria União**

Europeia. A própria definição deste tipo de relacionamentos reticulares é, em si mesmo, a afirmação do princípio da subsidiariedade.

Estes relacionamentos, tendem mesmo, a **reformular a hierarquização territorial** da União, pelo menos, na forma como até aqui era entendida. Por um lado, porque desde logo, ainda que as redes de cooperação sejam por natureza estruturas horizontais de cooperação, como vimos, cada rede tem um território líder reconhecido institucionalmente como tal. Por outro lado, as diferentes perspectivas e objectivos com que cada território-membro participa em cada rede, e as diferenças de desenvolvimento económico entre cada um (a capacidade de internacionalização de cada território está naturalmente dependente em grande medida da respectiva capacidade produtiva), tenderá a **afirmar posições naturais de liderança por parte de alguns deles.**

Outro aspecto importante, é o facto de, algumas destas redes incluírem um conjunto de territórios regionais, por um lado, com níveis de desenvolvimento económico bastante acima da média da União, e por outro , cada um deles possuir uma especialização económica distinta dos demais (pelo menos quanto ao nível de desenvolvimento dessa especialização), o que só por si, transforma estas redes em **territórios completos** do ponto de vista económico (com uma base económica de sustentação diversificada e com muitas especializações económicas de relevância internacional) e que, por isso, se poderão afirmar como **grandes territórios funcionais no quadro da União** e / ou constituírem-se como espaços de reequilíbrio económico territorial.

O relacionamento em rede implicará, sempre, estratégias e procedimentos de inter-articulação e coordenação entre os diferentes territórios-membro.

Ao mesmo tempo que, as Instituições da União e os diferentes Estados-membros estão a pretender alcançar estádios de integração cada vez mais evoluídos, os territórios procuram em adaptação a objectivos de integração cada vez mais complexos a que vão sendo sujeitos, e concretizar eles próprios, formas de integração territorial nalguns casos motivadas, como tradicionalmente, pela procura de economias de escala e de redução de

custos agora a um nível internacional, mas também pela lógica cada vez mais transnacional dos factores de produção (1).

O processo de integração, em si, tende mesmo a fazer crer na perda de importância da nacionalidade da propriedade dos factores de produção. O próprio nível de vida dos cidadãos, parece estar cada vez menos dependente da nacionalidade das empresas, e cada vez mais dependente das empresas que se localizam nos territórios em que estes se encontram (importância em termos de emprego e de rendimento) e do acesso generalizado aos produtos (importância em termos de capacidade de consumo) em todo o território da União.

Em todo o caso, cada vez mais, as cidades e as respectivas regiões de influência, constituem os pontos centrais (2) ou os nós de articulação inter-territorial e inter-sectorial à escala global e, naturalmente, também à escala da União Europeia - as **novas unidades económicas territoriais** - localizadas no território da União e que em virtude do progressivo esbatimento das fronteiras entre Estados membros, se relacionam cada vez mais num **sistema de funcionamento espacial do tipo cidades-estado**, que resulta da progressiva liberalização da circulação dos factores e da progressiva comunitarização das políticas e das competências.

Os territórios dependem assim, cada vez mais, de si próprios e são, cada vez mais, as suas potencialidades económicas que lhes conferem, ou não, capacidade de enfrentar a concorrência e definirem de acordo com os seus interesses, uma multiplicidade de formas selectivas de cooperação e relacionamento preferencial. Em que, seja qual for o tipo de desenvolvimento territorial que caracterize, no futuro, o próprio processo de integração, as cidades tenderão a continuar a ser as principais unidades económicas territoriais.

(1) - Internacionalização de territórios assente na sua base económica e na sua capacidade relacional à escala transnacional.

(2) - Cidades ou territórios-leader e cidades ou territórios-espaços, ver a propósito BONNEVILLE, M. (1994) " Une Revue des Recherches sur les Villes et l'Internationalisation ", in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, nº 2.

1. 2. 3 - Os Sistemas-Grupos e os Sistemas-Territórios

O critério de internacionalização é cada vez mais, o princípio do processo de selecção económica dos territórios , reformulando a sua hierarquização , e excluindo mesmo, desde logo, alguns deles, das principais relações e circuitos económicos da União. Alguns territórios, poderão, mesmo nem sequer sentir significativamente os efeitos da concretização do processo de integração, em virtude, do seu próprio reduzido nível de desenvolvimento económico e sua total ausência de participação nos processos produtivos transnacionais e mesmo intranacionais, produzindo, sobretudo, para mercados locais e abastecendo-se nesses mercados, pouco poderão influenciar no grande mercado e o mesmo pouco os influenciará.

No pólo oposto estão, naturalmente, as grandes cidades, são ainda elas os locais preferenciais simbólicos (1) e estratégicos de investimento, na medida em que, continuam a estar no topo da pirâmide da hierarquização dos territórios e dos circuitos económicos .

No entanto, também por via dos **sistemáticos processos de liberalização, harmonização e normalização** referidos em 1 . 3 . 1 do Capítulo anterior, o território europeu está a ficar, como que, *mais limpo* (COVAS, 1995) na medida em que **os factores se deslocam não só com maior facilidade mas também a maior velocidade, as afinidades entre territórios e entre cidades alteraram-se também.**

Tal acontece, sobretudo em relação às grandes mégapólis europeias que relacionam-se cada vez mais entre si, do que com as cidades dos Estados-membros a que pertencem, assim como , aprofundando os relacionamentos em estruturas , organizações ou institui-

(1) - Ver a propósito SALLEZ, A. (1993) “ Les Villes, lieux de l’Europe “, DATAR, Editions de l’Aube, Paris.

tuições de natureza reticular tenderão a intensificar os relacionamentos entre cidades-membro.

Este relacionamento entre unidades territoriais no mercado aberto (que decorre, por exemplo, dos aspectos decritos no ponto 1 . 3 . 2 do Capítulo anterior), conduz não só a **um acréscimo do grau de interacção entre cidades**, mas também, a **um acréscimo do nível de concorrência entre cidades**.

Tenderá, também, a conduzir, se continuar a ser estimulada e apoiada no modelo que vimos analisando, e pelas razões já apresentadas, a **uma concorrência** não entre cidades, mas, sobretudo, **entre redes especializadas de cidades** ou seja, **entre novos sistemas de cidades que resultam do aprofundamento do relacionamento em rede** (entre redes de cidades industriais, entre redes de cidades tecnológicas, entre redes de cidades históricas, entre redes de cidades turísticas, entre redes de cidades-praças financeiras , etc).

Donde resulta uma progressiva hierarquização em rede de cidades ou territórios, ainda que, com base em critérios de natureza diferente:

- i) critérios de complementaridade** (inter-articulação de especializações);
- i i) critérios de cooperação** entre cidades com características semelhantes (desenvolvimento de sinergias produtivas ou de *marketing territorial* associado ao desenvolvimento em comum de um determinado produto ou *imagem*);
- i i i) critérios de interdependência** (associando cidades com escalas e funções semelhantes no território da União).

Dai poderão resultar redes formais e institucionalizadas ou informais e corporativas de cidades . A um primeiro nível, uma rede de cidades de relevância mundial, cidades tendencialmente *completas e descentralizadas* em termos das funções que desempenham, funcionando como **nós centrais do sistema urbano europeu**.

A um segundo nível, uma rede de cidades capitais nacionais, com funções e equipamentos de primeiro nível em relação aos respectivos sistemas urbanos nacionais, em que o estatuto de capitais nacionais lhes assegura, também, alguma relevância internacional, funcionando como **cidades ou nós de segunda ordem do sistema urbano europeu**.

A um terceiro nível, redes de cidades especializadas, que tanto podem ser metrópoles regionais, capitais nacionais, pequenas e médias cidades, funcionando como **nós de terceira ordem do sistema urbano europeu**. A um quarto nível, redes de metrópoles regionais, **nós de quarta ordem** . As cidades pertencentes às redes de terceira e quarta ordem, tenderão a participar, simultâneamente, em várias redes (como se pode concluir dos Estudos de casos apresentados), e **poderão desempenhar funções de pontos intermédios (1) ou de interligação entre redes diferentes**.

Cada vez menos, os diferentes territórios poderão ser, apenas, apreendidos com base na sua delimitação político-administrativa, mas sobretudo, a partir do seu posicionamento funcional no espaço mais alargado. Devendo ser cada vez mais entendida a sua geografia, analisando as suas relações produtivas ou económicas, em relação a outros territórios, e as respectivas **capacidades espaciais de reacção económica de cada território**.

A própria coerência económica dos territórios subnacionais está, progressivamente, a ser alterada e a assumir uma territorialidade (espacialidade) totalmente distinta, através do desenvolvimento deste tipo de relacionamentos de natureza reticular, e a sua

(1) - Sobre cidades intermédias e sua capacidade de internacionalização ROZENBLAT (1993) distingue ainda: i) cidades intermédias importadoras; ii) cidades intermédias exportadoras ; iii) cidades intermédias import-export.

avaliação deve ser desenvolvida, a partir das **relações efectivas entre cada um dos territórios.**

O facto de, alguns elementos destes ‘nós’ ou pontos (**intermédios e principais**) de **cada uma das redes** , serem já territórios com problemas ambientais, de degradação dos recursos e de desertificação ecológica , esta **integração dos territórios** , poderá também determinar ou facilitar o aparecimento de movimentos erráticos de matérias perigosas e poluentes, podendo mesmo vir a alterar-se a actual posição relativa entre os territórios com ‘melhores’ e ‘piores’ condições ambientais (LACOUR, 1994 ; ZUIDEAU, 1994; MERLIN, 1994), mas tentando sempre assegurar a sobrevivência destes territórios / redes de territórios de ordens superiores .

Por **sistemas-grupos** entendem-se as redes inter-territoriais e, estas redes, reconfiguram pelo seu funcionamento novos territórios e conduzem à **construção de novos territórios estratégicos - os sistemas-territórios.**

Deste modo coloca-se por isso, sobretudo, para os territórios que ainda não têm o processo de internacionalização ‘resolvido’, dificuldades em termos da pilotagem das suas relações económicas neste território vasto da União, recortado por uma multiplicidade de arcos diagonais e pontos comuns. Constitui um problema de pilotagem para cada um dos territórios e agentes económicos, e também de avaliação e previsão dos efeitos futuros desses relacionamentos por parte da União.

Estes relacionamentos potenciam a afirmação de novos blocos territoriais funcionais especializados, novos modelos de desenvolvimento (1), e de novos de espaços de coerência económica ou relacional, estruturados em arcos , diagonais e polígonos (2).

(1) - Ver a propósito BENKO, G. e LIPIETZ, A. (1992) “ Des Réseaux de Districts aux Districts de Réseaux “ in BENKO, G. e LIPIETZ, A (ed) “ Les Regions Qui Gagnent. Districts et Réseaux: Les Nouveaux Paradigmes de la Géographie Économique “ , Economie en Liberté, PUF, Paris.

(2) - Ver por exemplo URDY, L. (1995) “ Regions et Espace de Coherence “ , in *Revue d’Economie Regionale et Urbaine* , nº 5.

A própria nova repartição territorial dos investimentos e dos processos produtivos, tende a gerar ,só por si, relacionamentos preferênciais entre territórios incluídos nas novas trajectórias dos processos de produção e fileiras económicas transnacionais, que poderão forçar o estabelecimento de relacionamentos preferênciais institucionais entre os territórios, onde estão localizados interesses económicos determinados, **articulando redes económicas e redes político-institucionais**, estratégias de integração económica / produtiva e estratégias de integração institucional.

A análise e avaliação do sistema-território é o estudo e o diagnóstico das inter-relações económicas, entre cada um dos espaços que o compõem, tratando-se de apreender os níveis de organização de cada um deles e a respectiva organização territorial.

Os sistemas territoriais, ainda assim, deverão esforçar-se por ser suficientemente abertos, no sentido de serem evitados todos os tipos de esclerose, resultantes de relacionamentos circulares.

1. 2. 4 - A Definição de Unidades Territoriais Viáveis e a Afirmação de Novos Territórios Simbólico-Funcionais

Em todo este enquadramento, cada um dos territórios locais / regionais considerados individualmente, e em cada modelo de relacionamento exterior que desenvolverem, tenderão cada vez mais a assumir uma quadrupla dimensão (1):

- i) uma dimensão real** que consiste nas infra-estruturas, populações, equipamentos, de que dispõem como consequência de decisões político-administrativas e de decisões de localização económicas passadas, é , se quisermos, o que poderemos designar como o território concreto, quantificável;

- i i) uma dimensão simbólica** que resulta de uma imagem dominante que o caracteriza , que o torna ou não atractivo à localização de populações ou de empresas, digamos que, ainda que seja uma dimensão que assenta muitas vezes em apreciações de natureza subjectiva , determina absolutamente a sua sobrevivência económica futura, na medida em que está muito associada às expectativas que os agentes económicos têm em relação a cada um dos territórios;

- i i i) uma dimensão potencial** , muito associada à dimensão simbólica , e consiste nas características do território que, em termos reais ou virtuais , que conduzem os decisores económicos e os decisores económicos a olhá-lo como um conjunto de potencialidades, de oportunidades ou de futuro. Uma dimensão sobretudo associada à gestão das expectativas dos agentes econó-

(1) - Ver THIREAU, V. (1993) “ Vers un Renouveau du Role de l’Espace dans la Dynamique des Territoires “ , in *Revue d’Economie Regionale et Urbaine* , nº 2.

nicos , e que , determina muitas vezes um tipo de investimento económico realizado em função, quase exclusivamente, de oportunidades futuras, associado à própria gestão futura das expectativas dos agentes económicos;

i v) uma dimensão relacional , associada ao tipo de relacionamentos institucionais , inter-organizacionais e informacionais em que cada um dos territórios está envolvido.

Desta forma é a gestão desta dimensão relacional dos territórios, que lhes permite, no curto prazo, revalorizar as suas dimensões simbólica e potencial , e como consequência , no longo prazo requalificar a sua dimensão real.

O funcionamento do mercado encarrega-se de proceder a um processo selectivo dos locais , dos territórios , e à redefinição de unidades territoriais, como resultado de relacionamentos transnacionais reticulares, gerando uma nova definição e concepção de regiões de equilíbrio.

As decisões de localização das empresas estão muito associadas , enquanto critério, à procura de uma **estrutura territorial estável** (pouco volátil), sobretudo num altura em que **os mercados são cada vez menos estáveis** , exigindo, desde logo, uma maior flexibilidade organizacional e relacional às empresas e às instituições que constituem a própria a base económica de sustentação dos territórios em que se estão instaladas. Consequentemente, **a economia de cada território são os agentes económicos que aí se localizam.**

O tipo de infraestruturas locais de primeira geração, tradicionalmente consideradas como fundamentais para o desenvolvimento económico, são facilmente reproduzidas em qualquer território o que faz com que, esse tipo de infraestruturas já não assegurem vantagens comparativas no longo prazo.

A progressiva transnacionalização dos processos produtivos tenderá a acentuar este aspecto, na medida em que, enfatizando e potencializando os relacionamentos transnacionais entre empresas e a alteração da sua própria estrutura de propriedade, em virtude, da livre circulação de capitais, tenderá a fazer com que, sobretudo nos territórios com níveis de desenvolvimento económico mais baixo e portanto com uma menor capacidade relacional, as empresas fujam dos seus próprios territórios de origem.

A estabilidade dos sistemas de produção localizados depende naturalmente de:

- i) tipo de sensibilidade à procura;
- ii) a verificação de rendimentos crescentes resultantes da localização económica nesse território;
- iii) repartição de custos irrecuperáveis entre os diferentes membros do sistema;
- iv) grau de convergência em termos de expectativas entre os diferentes membros do sistema;
- v) e também cada vez mais do tipo de relacionamento que for desenvolvido entre o sector público e o sector privado em cada um desses territórios, inclusivamente, quanto à articulação das estratégias de relacionamento exterior.

Tradições já existentes de relacionamento entre territórios (ver por exemplo o ponto 1. 3. 7. do Capítulo anterior), com base em lógicas de integração em fileiras económicas, tenderão a induzir , elas próprias, futuros relacionamentos inter-institucionais transnacionais.

A procura de relacionamento exterior, é cada vez mais, uma estratégia utilitarista , e é no fundo a procura de condições de viabilidade futura para os territórios. Exactamente por isso, faz todo o sentido aplicar à análise espacial do processo de integração, uma análise dinâmica de natureza sistémica.

A Teoria dos Sistemas constitui, efectivamente, uma grelha de análise muito adaptada à avaliação das relações entre cada um dos territórios na medida em que os considera individualmente como sistemas complexos abertos que se relacionam e se posicionam entre si, com uma multiplicidade de combinações possíveis alternando da autonomia a comportamentos de natureza reticular. A partir destes, resulta uma multiplicidade de sistemas novos , uns e outros , sub-sistemas de sistemas mais amplos , cuja combinação deriva num meta-sistema de ordem superior - o território da União Europeia - numa lógica de 'harmónio' .

Cada um dos territórios (local , regional) é, só por si, um pequeno sistema (1) caracterizado por um conjunto de recursos e factores de produção materiais e imateriais , uma economia com um conjunto de agentes económicos e um conjunto de mercados em interacção entre si , e em interacção com outros pertencentes a outros sistemas locais / regionais e por sua vez , em interacção com sistemas de uma ordem superior (inter-regionais nacionais, nacional (2) , inter-regionais transnacionais) eles próprios em interacção com outros sistemas de ordem igual e com outros de ordem superior (inter-regionais transnacionais de âmbito territorial superior (3)) , funcionando todos, conjuntamente, dentro do mega-sistema (4) - a União Europeia.

(1) - composto por um conjunto de organizações hierárquicas e heterárquicas contribuindo cada uma delas para a complexidade do conjunto.

(2) - os sistemas produtivos nacionais são compostos por um *mosaico* de economias locais e regionais.

(3) - por exemplo o Arco Atlântico.

(4) - *sistema* é por definição um conjunto de elementos em interacção que se mantem num estado de estabilidade dinâmica dentro de limites definidos.

Estes sistemas, cada um deles composto por um conjunto de agentes económicos definindo individualmente um conjunto de estratégias , de tomadas de decisão e de expectativas económicas , integrados num território que do ponto de vista institucional tenta , cada vez mais , definir estratégias para si através dos níveis político-administrativos aí localizados, isto é, estratégias institucionais (incluindo estratégias de relacionamento exterior). Essas estratégias são definidas naturalmente em função da sua base económica de sustentação e / ou da sua especialização económica (cuja ambição por protagonismo foi estimulada por parte da Comunidade / União Europeia ao criar os programas de iniciativa comunitária que tiveram na origem do maior desenvolvimento deste tipo de relacionamentos).

1 . 2 . 5 - Ajustamentos Inter-territoriais, Convergência e Geometria Variável

A própria aplicação ou generalização do princípio de geometria variável ao processo de integração europeia, permitiu que em termos de processo de construção da União Europeia, nem todos os Estados-membros tenham que cumprir ,em simultâneo, cada uma das etapas de integração, o que reforça também por seu turno, esta complexidade do sistema territorial da União. Uma vez que, determina, também, implicações territoriais óbvias em termos do próprio processo de convergência e de ajustamento inter-territorial e inter-sectorial na União.

Esta diferenciação, quanto ao âmbito e ritmo do aprofundamento da integração inscrita no próprio Tratado de Maastricht , determina a não existência em cada estágio de integração de um comprometimento efectivo de cada um dos Estados-membros em relação aos objectivos comuns da própria União (é o caso, por exemplo, do Protocolo relativo à Política Social, que dispensa a Grã-Bretanha e a Irlanda de participarem no disposto na Carta Social; o caso do Protocolo relativo a certas disposições respeitantes à Dinamarca, que lhe autoriza o não cumprimento da terceira fase da União Económica e Monetária; o Protocolo relativo a certas disposições com o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, relativo ao seu não comprometimento em passar à terceira fase da União Económica e Monetária; e a demarcação dos novos Estados-membros, Áustria, Finlândia e Suécia, em relação à Política de Defesa e de Segurança Comum).

Estes factores conduzem a **uma diferenciação territorial pela integração** dos diferentes territórios, na medida em que, alguns deles, se vêem dispensados de algumas exigências de integração directamente associadas a questões de eficiência económica, como é o caso da política social, factor fundamental para a concretização do pilar Coesão Económica e Social. O mesmo é dizer que, com este critério de integração diferenciada, passaram também a existir diferentes graus de exposição aos efeitos de fun-

cionamento do mercado - **a geometria territorial variável da União Europeia**, que se traduz numa geometria variável de sectores e de territórios, sujeitos a este ou aquele modelo de integração.

A própria posição da União é ambígua, quanto aos rearranjos que deverão ser feitos em relação a este aspecto, na medida em, as posições diferem entre Estados-membros. Enquanto o Reino Unido prefere, naturalmente, um modelo de construção Europeia 'à la carte', a Alemanha defende cada vez mais a necessidade de se definir um 'núcleo duro' de Estados-membros que liderariam o processo de integração.

A França, querendo preservar o peso do eixo Paris-Bona, vem optando por uma solução intermédia, propondo como princípio de construção europeia, a substituição do princípio de geometria variável, por outro princípio organizador (distinto do primeiro até em termos de concepção matemática) que assentaria numa sucessão de círculos concêntricos dotados de níveis de coesão distintos e de objectivos diferentes (BALLADUR, 1994) (1):

No relacionamento exterior da União, o princípio de geometria variável está, também, presente na diferente gradação (quanto aos seus efeitos e amplitude) dos acordos exteriores que a União vem assinando com uma multiplicidade de países exteriores, desde os acordos de cooperação técnica e financeira aos acordos de associação.

Por esta via, criam-se, também, diferentes graus de exposição externa em termos sectoriais e, por consequência, em termos territoriais - **a geometria territorial variável externa da União**.

(1) - Os círculos seriam então os seguintes: i) um círculo de direito comum que corresponderia à União Europeia, com o Mercado Comum, as suas políticas comuns e a Política Externa e de Segurança (círculo de direito comum que se estenderia posteriormente ao conjunto de países da Europa, à excepção da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia; ii) depois, os países fora da União e que aguardam a adesão, participariam num círculo mais alargado, ligado à União por acordos de cooperação ou por acordos económicos, comerciais e também por acordos de natureza política e militar; iii) círculos mais restritos, dentro do círculo de direito comum, círculos de cooperação mais aprofundada entre um número limitado de países. A composição destes círculos seria aberta de forma a permitir que todos os países da União pudessem vir progressivamente a integrá-los, à medida das suas possibilidades.

Efectivamente, o conceito de geometria variável tende a generalizar-se na União Europeia enquanto indicador de posição relativa entre os Estados-membros, bem como, está cada vez mais presente dentro das próprias políticas da União. A geometria variável, no caso do objectivo União Económica e Monetária (um dos objectivos mais decisivos em termos da própria construção europeia , e com múltiplas implicações e consequências territoriais) tinha implícito desde o início, como condição de sucesso, a necessidade de conseguir uma dualidade (desenvolvimento em paralelo), uma correspondência entre as políticas de convergência nominal (harmonização dos principais indicadores nacionais de comportamento macroeconómico - taxa de inflação, dívida pública, défice orçamental e taxas de juro) e as políticas de convergência real (o cumprimento do objectivo Coesão Económica e Social, políticas mais associadas a intervenções de natureza estrutural como os níveis de remuneração dos factores ou o reequilíbrio ou aproximação dos níveis de desenvolvimento e oportunidades entre os diferentes territórios subnacionais).

O desenvolvimento de umas e de outras, demonstrou uma diferenciação muito significativa quanto ao ritmo de realização de cada uma das duas componentes (nominal / real) . A primeira, mais próxima e mais dependente da unidade nação e das decisões dos governos nacionais, numa lógica sobretudo nacional / horizontal, quantitativamente bem definidas; a segunda, mais dependente das disponibilidades e intervenções estruturais nacionais e da União, numa lógica mais territorial / sectorial , em que os objectivos de concretização estavam, sobretudo, dependentes dos princípios inscritos no Protocolo relativo à Coesão Económica e Social, anexo ao Tratado da União Europeia.

Enquanto os países economicamente mais fortes da União puderam estabelecer políticas, no sentido de actuar em ambas as frentes (convergência nominal e convergência real), os demais países, tentaram sobretudo cumprir os critérios de Maastricht para poderem acompanhar a terceira fase da União Económica e Monetária, e não se verem, assim, relegados para um segundo grupo, sacrificando às políticas macroeconómicas orçamentais e monetárias, as políticas estruturais e territoriais regionais.

Deste modo assentam-se, mais ainda, os desequilíbrios quanto aos níveis de desenvolvimento inter-territoriais.

A integração dos cinco novos *Länder* alemães, associada à especificação, no período 89-90-91, dos departamentos ultramarinos franceses (apresentados no período 86-87-88 simplesmente sob a designação 'DOM'), em termos das listagens apresentadas, teve como resultado a passagem de um universo de 171 para 179 territórios NUT II (nível administrativo II da Nomenclatura de Unidades Territoriais Estatísticas).

Este facto, provocou só por si, alterações na posição relativa dos territórios (hierarquizados no Quadro nº 4, por ordem crescente em função da respectiva média do produto interno bruto por habitante expressa em percentagem da média da Comunidade / União Europeia, em paridades do poder de compra).

A observação das colunas relativas à "classificação", revela os primeiros impactos espaciais do processo de integração, podendo admitir-se que as alterações verificadas na posição relativa entre territórios, constituem os primeiros efeitos da aplicação das Políticas Comunitárias.

Os períodos a que se reportam os valores apresentados, constituem, em termos da Política Regional da Comunidade Europeia, dois momentos muito significativos. O primeiro, (86-87-88), constitui o período imediatamente anterior à Reforma dos Fundos Estruturais, e anterior, portanto, à primeira estruturação e organização da Política Regional da Comunidade, enquanto conjunto coerente e articulado de intervenções territoriais para todo o território comunitário.

Quanto ao segundo período (89-90-91), reporta-se a um momento em que a grande maioria dos Quadros Comunitários de Apoio para cada um dos espaços regionais (NUT II e NUT III), em função do Objectivo de Política Regional da Comunidade em que se

Quadro nº 4 - A Convergência Inter-territorial da União

Territórios NUT II	PIB per capita PPC		PIB per capita PPC	
	Média (86-87-88)	Classi- ficação	Média (89-90-91)	Classi- ficação
	EUR 12 = 100		EUR 12 = 100	
Thuringen (D)	-	-	30,0	1
Mecklenburg - Vorpommen (D)	-	-	33,0	2
Sachsen (D)	-	-	33,0	3
Sachsen - Anhalt (D)	-	-	35,0	5
Brandenburg (D)	-	-	36,0	7
Voreio Aigaio (GR)	39,9	1	35,2	6
Guadaloupe (F)	41,6 (*)	2	39,0	9
Réunion (F)	41,6 (*)	2	45,0	15
Martinique (F)	41,6 (*)	2	53,0	25
Guyane (F)	41,6 (*)	2	54,0	26
Norte (P)	41,9	3	50,2	22
Ipeiros (GR)	41,9	4	36,2	8
Alentejo (P)	45,9	5	33,9	4
Algarve (P)	46,0	6	47,9	19
Dytiki Makedonia (GR)	46,7	7	50,2	21
Kriti (GR)	48,5	8	45,5	16
Extremadura (E)	49,0	9	49,5	20
Dytiki Ellada (GR)	50,0	10	40,8	11
Centro (P)	50,2	11	39,6	10
Ionia Nisia (GR)	50,2	12	43,7	13
Thessalia (GR)	51,6	13	43,7	14
Kentriki Makedonia (GR)	52,8	14	46,8	17
Ceuta y Mellila (E)	53,2	15	63,6	32
Notio Aigaio (GR)	55,6	16	52,2	23
Anatoliki Makedonia, Thraki (E)	56,1	17	43,3	12
Peloponnisos (GR)	56,4	18	47,3	18
Andalucia (E)	57,5	19	57,8	27
Attiki (GR)	58,5	20	52,3	24
Calabria (I)	58,7	21	57,9	28
Castilla-La Mancha (E)	60,7	22	63,1	31
Galicia (E)	63,7	23	58,3	30
Basilicata (I)	64,0	24	64,5	33
Ireland (IRL)	64,5	25	68,0	36
Murcia (E)	65,9	26	71,3	38
Campania (I)	66,9	27	70,2	37
Stereia Ellada (GR)	67,3	28	58,0	29
Flevoland (NL)	68,1	29	78,1	51
Lisboa e Vale do Tejo (P)	69,7	30	76,6	46
Sicilia (I)	70,0	31	67,5	35
Castilla y Leon (E)	70,9	32	66,7	34
Canarias (E)	72,3	33	74,5	43
Cantabria (E)	72,5	34	74,4	42
Puglia (I)	75,3	35	74,1	40
Sardegna (I)	75,3	36	74,2	41

Fonte: CCE (1991) "As Regiões na Década de 90. Quarto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade", SPOCE, Luxemburgo. CCE (1994) "Competitividade e Coesão : Tendências Verificadas nas Regiões. Quinto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio- Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade", Políticas Regionais da Comunidade Europeia, SPOCE, Luxemburgo.

Quadro nº 4 (cont.) - A Convergência Inter-territorial da União

Territórios NUT II	PIB per capita PPC		PIB per capita PPC		
	Média (86-87-88)	Classi- ficação	Média (89-90-91)	Classi- ficação	
	EUR 12 = 100		EUR 12 = 100		
Comunidad Valenciana	(E)	75,3	37	76,0	45
Corse	(F)	76,8	38	79,8	53
Luneburg	(D)	77,5	39	81,9	57
Hainaut	(B)	77,6	40	77,6	50
Asturias	(E)	78,0	41	71,5	39
Namur	(B)	78,4	42	82,6	58
Molise	(I)	78,9	43	78,8	52
Luxembourg	(B)	80,3	44	84,7	64
Northern Ireland	(UK)	80,6	45	75,1	44
Aragón	(E)	80,7	46	84,8	65
Cataluña	(E)	83,9	47	92,7	91
Friesland	(NL)	84,6	48	83,6	60
Madrid	(E)	84,8	49	94,4	95
Limousin	(F)	85,2	50	86,8	69
Languedoc - Roussillon	(F)	85,7	51	85,1	67
Merseyside	(UK)	86,0	52	76,7	47
South Yorkshire	(UK)	86,1	53	77,5	49
Trier	(D)	86,2	54	86,5	68
Gelderland	(NL)	86,5	55	88,9	74
Cornwall, Devon	(UK)	87,0	56	80,2	54
Cleveland, Durham	(UK)	87,0	57	83,8	61
Basse - Normandie	(F)	87,2	58	95,2	99
Clwyd, Dyfed, Gwynned, Powys	(UK)	87,4	59	81,1	56
Nord - Pas - de - Calais	(F)	87,8	60	89,8	77
Poitou - Charentes	(F)	88,0	61	90,5	82
Auvergne	(F)	88,1	62	91,7	86
Midi - Pyrénées	(F)	88,2	63	95,3	100
Navarra	(E)	88,3	64	95,9	105
Bretagne	(F)	88,8	65	91,4	84
Abruzzi	(I)	89,0	66	90,2	80
Lincolnshire	(UK)	89,0	67	83,1	59
Pais Vasco	(E)	89,0	68	89,1	75
Northumberland, Tyne and Wear	(UK)	89,2	69	80,4	55
Gwent, Mid Glamorgan	(UK)	89,4	70	84,5	62
Salop, Staffordshire	(UK)	89,6	71	84,8	66
Rioja	(E)	90,0	72	84,6	63
Overijssel	(NL)	90,2	73	89,7	76
Gieben	(D)	90,2	74	97,9	110
Weser - Ems	(D)	90,5	75	94,0	93
Oberpfalz	(D)	90,7	76	95,6	103
Niederbayern	(D)	90,9	77	96,5	106
Limburg	(NL)	91,3	78	94,8	96
Hereford, Worcs, Warwick	(UK)	92,0	79	87,5	71
Lorraine	(F)	92,2	80	93,1	92
Munster	(D)	92,6	81	95,4	101
Limburg	(B)	93,1	82	103,3	124

Fonte: CCE (1991) "As Regiões na Década de 90. Quarto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade", SPOCE, Luxemburgo. CCE (1994) "Competitividade e Coesão: Tendências Verificadas nas Regiões. Quinto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade", Políticas Regionais da Comunidade Europeia, SPOCE, Luxemburgo.

Quadro nº 4 (cont.) - A Convergência Inter-territorial da União

Territórios NUT II		PIB per capita PPC		PIB per capita PPC	
		Média (86-87-88)	Classi-	Média (89-90-91)	Classi-
		EUR 12 = 100	ficação	EUR 12 = 100	ficação
Koblenz	(D)	93,8	83	92,4	88
Lancashire	(UK)	94,2	84	91,1	83
Dumfries-Galloway-Strathclyde	(UK)	94,2	85	88,4	72
Pays de la Loire	(F)	94,3	86	97,6	108
Oost - Vlaanderen	(B)	94,4	87	99,7	118
Schleswig - Holstein	(D)	94,5	88	96,9	107
Ost for Storeblt, Ex. Hovedst	(DK)	94,7	89	90,0	78
Unterfranken	(D)	94,7	90	99,6	117
Franche - Comté	(F)	94,9	91	104,2	129
Picardie	(F)	95,3	92	95,2	98
Liège	(B)	95,9	93	95,8	104
Bourgogne	(F)	96,2	94	98,9	113
Derbyshire, Nottinghamshire	(UK)	96,6	95	90,3	81
Essex	(UK)	96,8	96	86,8	70
Noord - Brabant	(NL)	96,9	97	98,6	112
Kent	(UK)	97,1	98	90,2	79
Oberfranken	(D)	97,8	99	103,9	126
Highlands, Islands	(UK)	98,9	100	76,9	48
Umbria	(I)	99,3	101	98,9	114
West - Vlaanderen	(B)	99,3	102	106,3	133
Kassel	(D)	99,4	103	107,4	137
Provence-Alpes-Côte-d'Azur	(F)	99,9	104	101,5	120
Aquitaine	(F)	100,2	105	103,3	125
West Yorkshire	(UK)	100,4	106	92,2	87
Humberside	(UK)	100,5	107	95,4	102
Drenthe	(NL)	100,7	108	88,5	73
Dorset, Somerset	(UK)	100,8	109	92,5	89
Champagne - Ardennes	(F)	101,7	110	110,7	144
Greater Manchester	(UK)	101,7	111	91,7	85
Centre	(F)	101,8	112	103,0	122
Utrecht	(NL)	101,8	113	107,1	136
Bord-Centr-Fife-Lothian-Tay	(UK)	101,9	114	94,3	94
West Midlands (County)	(UK)	102,1	115	95,0	97
North Yorkshire	(UK)	102,3	116	92,6	90
Zeeland	(NL)	103,4	117	108,7	140
Detmold	(D)	103,4	118	106,0	132
Arnsberg	(D)	103,7	119	104,2	128
Vest for Storeblt	(DK)	104,0	120	99,4	116
East Anglia	(UK)	104,2	121	99,8	119
Saarland	(D)	104,6	122	107,6	138
Freiburg	(D)	104,9	123	110,0	143
Marche	(I)	106,1	124	104,7	131
Tubigen	(D)	106,6	125	112,9	150
Surrey, East West Sussex	(UK)	107,0	126	99,4	115
Schwaben	(D)	107,8	127	111,1	147
Hampshire, Isle of Wight	(UK)	109,0	128	97,9	109

Fonte: CCE (1991) "As Regiões na Década de 90. Quarto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade", SPOCE, Luxemburgo. CCE (1994) "Competitividade e Coesão: Tendências Verificadas nas Regiões. Quinto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade", Políticas Regionais da Comunidade Europeia, SPOCE, Luxemburgo.

Quadro nº 4 (cont.) - A Convergência Inter-territorial da União

Territórios NUT II	PIB per capita PPC		PIB per capita PPC	
	Média (86-87-88)	Classi- ficação	Média (89-90-91)	Classi- ficação
	EUR 12 = 100		EUR 12 = 100	
Balleares (E)	109,2	129	98,3	111
Zuid - Holland (NL)	109,3	130	106,3	134
Rhône - Alpes (F)	109,6	131	109,7	142
Braunschweig (D)	109,8	132	112,3	148
Rheinhessen - Pfalz (D)	110,5	133	110,9	146
Leicestershire, Northampton (UK)	110,6	134	104,6	130
Koln (D)	110,7	135	112,8	149
Hannover (D)	110,8	136	116,6	155
Bedford, Hertfordshire (UK)	111,3	137	102,6	121
Brabant (B)	112,0	138	116,6	156
Alsace (F)	112,7	139	113,7	151
Avon, Gloucester, Wiltshire (UK)	113,7	140	106,6	135
Haute - Normandie (F)	115,7	141	108,4	139
Toscana (I)	116,1	142	109,4	141
Friuli - Venezia Giulia (I)	116,1	143	121,6	161
Veneto (I)	116,4	144	116,6	157
Lazio (I)	117,3	145	116,8	158
Trentino - Alto Adige (I)	117,8	146	122,0	162
Cheshire (UK)	118,2	147	104,0	127
Berks, Bucks, Oxfordshire (UK)	118,3	148	110,8	145
Piemonte (I)	119,0	149	119,6	160
Liguria (I)	119,1	150	115,8	153
Noord - Holland (NL)	120,0	151	113,8	152
Karlsruhe (D)	120,1	152	124,2	164
Cumbria (UK)	120,1	153	103,3	123
Dusseldorf (D)	121,5	154	122,8	163
Luxembourg (L)	121,7	155	127,2	168
Mittelfranken (D)	122,3	156	126,7	167
Grampian (UK)	124,5	157	117,3	159
Antwerpen (B)	124,8	158	125,6	165
Berlin (D)	125,1	159	116,3	154
Emilia - Romagna (I)	127,6	160	127,5	170
Hovedstadsregionen (DK)	132,6	161	126,7	166
Valle d' Aosta (I)	133,8	162	129,6	171
Stuttgart (D)	133,8	163	137,6	173
Oberbayern (D)	135,1	164	148,1	174
Lombardia (I)	137,3	165	134,7	172
Bremen (D)	146,8	166	149,7	175
Darmstadt (D)	148,9	167	162,9	177
Greater London (UK)	164,0	168	151,2	176
Île-de-France (F)	165,6	169	166,8	178
Hamburg (D)	182,7	170	194,5	179
Groningen (NL)	183,1	171	127,4	169

Fonte: CCE (1991) "As Regiões na Década de 90. Quarto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade", SPOCE, Luxemburgo. CCE (1994) "Competitividade e Coesão: Tendências Verificadas nas Regiões. Quinto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade", Políticas Regionais da Comunidade Europeia, SPOCE, Luxemburgo.

enquadravam) estavam já aprovados pela Comissão das Comunidades Europeias, e portanto alguns já em execução.

De notar, por isso, que as alterações verificadas na posição relativa entre territórios, acontecem já num período anterior ao próprio início de implementação do Mercado Único, o que, por si só (e aguardando-se os dados estatísticos que o confirmem), reforça a ideia de que à medida que se aprofunda o nível de integração das Políticas da União, aumentam os efeitos territoriais dinâmicos do próprio processo de integração, e a velocidade com que tenderão a registar-se alterações na posição relativa entre territórios e processos do tipo ajustamento estrutural inter-territoriais.

Esta ideia, surge reforçada pelo facto de, mesmo em relação aos territórios nos quais não se registaram alterações na posição relativa, se terem verificado alterações nos valores apresentados para o respectivo PIB *per capita*, o que pode indiciar também efeitos de ajustamento estrutural à escala da União.

Os próprios limites do intervalo, entre o valor mais baixo e mais elevado, apresentados pelos territórios , alargaram no limite inferior e no limite superior, e não exclusivamente pelo facto de territórios com níveis de desenvolvimento mais baixo terem passado a pertencer ao território da União. À excepção dos novos *Länder* alemães, o território pior classificado é o Alentejo, e apresenta valores inferiores aos registados no período 86-87-88.

Nos dois períodos, as maiores alterações de sinal positivo , registaram-se em relação à Cataluña (E) , Madrid (E) , Navarra (E) , Basse-Normandie (F) , Midi-Pyrénées (F) , Franche-Comté (F), Champagne-Ardenne (F) , Limburg (B) , Munster (D) , Gieben (D) , Tubigen (D). De uma forma geral, foram os territórios pertencentes à Alemanha aqueles que mais melhoraram as suas posições relativas.

As maiores alterações de sinal negativo verificaram-se, sobretudo, em relação a Highlands Islands (UK) , que passou da posição 100 para a posição 48. Descidas significativas tam-bém de uma maneira geral para os territórios NUT II pertencentes ao Reino Unido, também para North Ireland (IRL) , e no caso português, particularmente, o caso do Alentejo e do Centro.

O próprio período económico recessivo, que a Europa começou a atravessar a partir de 1993 e que culminou na apresentação por parte da Comissão Europeia em 1994 do chamado “Livro Branco“ do Crescimento, Competitividade e Emprego (num sentido estratégico de dar um novo ânimo e alguma esperança aos agentes económicos em particular, e aos cidadãos da União em geral), parece resultar do processo de ajustamento inter-territorial e inter-sectorial transnacional e respectivas implicações estruturais globais para a União.

As taxas de crescimento económico, que se situavam acima da média comunitária antes da recessão, em muitas das regiões periféricas e menos desenvolvidas da Comunidade / União Europeia, têm desde logo registado um declínio espectacular na maior parte dos casos (CCE, 1994).

Trata-se de uma crise europeia que tem muito de estrutural, nomeadamente relacionada com a capacidades regionais / territoriais de competir no mercado alargado (1).

A criação gradual do Mercado Único, como consequência da progressiva liberalização das relações económicas entre os Estados-membros da União, parece ,portanto, não estar a produzir uma homogeneidade de desenvolvimento económico ao mesmo tempo de se estão a criar “euro-business clusters” (zonas priverligiadas de comércio e de interacção económica). As diferenças económicas entre as grandes cidades europeias, como Paris ou Frankfurt, e o resto dos territórios continuam a crescer ao mesmo tempo que, relativamente a alguns sectores, emergiu uma Europa de cidades e regiões especializa-

(1) - Ver por exemplo *The Economist* (1996) “ Recession, Reflaction or Reform ? “ , January 20th -26th.

das e actuando em redes de cooperação económica que, está produzindo alterações na geografia industrial da União. Estas redes, parecem mesmo constituir a “fonte última” de vantagens competitivas para cada uma das diferentes economias territoriais regionais / locais (1).

(1) - Ver por exemplo *The Economist* (1996) “ Single Market, Single-Minded “ , May 4th -10th.

1. 2. 6 - A Análise Dinâmica dos Sistemas Espaciais , a Importância da Econometria Espacial

No âmbito da econometria espacial (1) já foram naturalmente desenvolvidos uma multiplicidade de estudos e aplicações que introduzem a dimensão espacial na análise económica e / ou que avaliam as implicações de relacionamento económico entre dois pontos (empresas, sectores, mercados, cidades) de um determinado espaço ou território (2).

Os sistemas de cidades e de territórios, são sistemas complexos em permanente evolução e que, portanto, são absolutamente fundamentais de tentar apreender nas suas múltiplas dimensões espaciais e temporais; grande tem sido o esforço, da econometria espacial no sentido de modelizar esta realidade de forma a abarcar nos modelos econométricos o

(1) - Expressão utilizada pela primeira vez por PAELINK, J. e KLASSEN, L. (1979) " Spatial Econometrics " , Saxon House , Farnborough. Ver ainda por exemplo FISCHER, W. (1971) " Econometric Estimation with Spatial Dependence " in *Regional Science and Urban Economics* , nº 1.

(2) - Ver por exemplo mais recentemente:

RAHAM, A.(1996) " When do Cities Specialize in Production " in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 26 , nº 1. MUR, J. (1995) " Perspectives de Croissance pour les Regions de l'Union Européenne. Une Hypothèse de Localisation Sous Déséquilibre " in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* , nº 1. ; OPPHENHEIM, N. (1995) " On the Integrability Problem in Discret Spatial Systems with Site and Network Externalities " in *Regional Science and Urban Economics*, vol. 25 , nº 1.; IOANNIDES, Y. (1994) " Product Differentiation and Economic Growth in a System of Cities " , in *Regional Science and Urban Economics*, vol. 24. ; HESLEY, R. e STRANGE, W. (1994) " City Formation With Commitment " in *Regional Science and Urban Economics*, vol. 24; HESHAM , M. e RAHAM , A. (1994) " Economies of Scope in Intermediate Goods and a System of Cities " in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 24.; BERLIANT, M. e WANG, P. (1993) " Endogenous Formation of a City Without Agglomerative Externalities or Market Imperfections: Marketplaces in a Regional Economy " in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 23 , nº 1 ; RAHAM, A. e FUJITA, H. (1993) " Specialization and Diversification in a System of Cities " in *Journal of Urban Economics* , march , vol. 33 , nº 2; NASS, C. e GARFINKLE, D. (1992) " Localized Autocorrelation Diagnostic Statistics (LADS) for Spatial Models: Conceptualization, Utilization and Computation " in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 22 , nº 3.; ANSELIN, L. e HUDAK, S. (1992) " Spatial Econometric in Practice : A Review of Software Options " in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 22 , nº 3 ; GRIFFITH, D. (1992) " A Spatially Adjusted N-way ANOVA model " , in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 22 , nº 3. ; HOYT, W. (1992) " Market Power of Large Cities and Policy Differences in Metropolitan Areas " in *Regional Science and Urban Economics*, vol. 22, nº 4. ; EATON, B. e LEMCHE, S. (1991) " The Geometry of Supply, Demand, and Competitive Market Structure with Economies of Scope " in *American Economic Review* , vol. 81; MOLLE, W.(1983) " Industrial Location and Regional Development in European Community: The FLEUR Model " , Aldershot, Gower.

mais possível a sua complexidade. A principal dificuldade para a análise econométrica das implicações espaciais do processo de integração (implicações essas que constituem o objecto deste Estudo), resulta do facto de, à excepção de, por exemplo, o Modelo FLEUR -Facteurs de Localisation en Europe (MOLLE, 1983) (progressivamente com um conjunto de adaptações e de novas versões, pretende modelizar para cada um dos territórios, tendo em conta as suas especificidades, os efeitos de aplicação à escala da União de determinado tipo de políticas económicas da União; no fundo pretende servir de instrumento de previsão e de simulação dos efeitos de cada medida de política económica da União em cada domínio ou sector , e saber quais as suas implicações no território x) , a grande maioria de toda a modelização desenvolvida tem-se centrado numa análise inter-territorial 'nacional' , isto é considerando os diferentes territórios em interacção como pertencentes ao mesmo espaço nacional ou regional.

Por outro lado, muito poucos estudos existem que, em termos de análise de tipo econométrico aplicada , considerem os relacionamentos inter-territoriais de tipo reticular e de avaliação das implicações económicas daí decorrentes para cada um dos territórios infranacionais e para o conjunto da economia da União (tal como é o objectivo deste Estudo), pelo que se torna inviável o recurso a qualquer modelização de natureza econométrica para o presente Estudo.

Em todo o caso, o desenvolvimento futuro desse tipo de aplicações, constitui, mesmo, um aspecto fundamental a desenvolver em termos do enriquecimento e aumento da operacionalidade da própria análise do processo de integração , de forma a que estes efeitos espaciais possam ser medidos de forma exaustiva, e possam ser desenvolvidos instrumentos de previsão das suas implicações a diversas escalas territoriais, evidenciando a natureza fractal do processo de integração.

Tal, no sentido de poderem ser consideradas estas dimensões relacionais e desenvolver uma análise de tipo dinâmico que leve em consideração a constante mutabilidade do sistema e a sua crescente complexidade.

Nesta medida, faz, cada vez, mais sentido falar em **tectónica dos territórios** (1) à escala da União Europeia , enquanto processo de análise e interpretação do movimento permanente de adaptação relacional externa dos territórios e das organizações no novo mercado aberto, e da respectiva evolução em termos do seu ciclo de desenvolvimento, efeitos espaciais da concorrência / associação económica, movimentos não necessariamente apreendidos imediatamente, e que exigem uma interpretação e uma avaliação o mais rigorosa possível.

Esta nova realidade, coloca novas dificuldades quanto à própria delimitação territorial ou funcional de cada sistema territorial.

No fundo, o reconhecimento de que as respectivas economias estão, cada vez mais, em permanente processo de adaptação e de ajustamento umas às outras, bem como o reconhecimento de que os próprios recursos humanos de cada território deixaram de constituir um factor fixo (como aliás acontece com os restantes factores de produção), e como consequência, as vantagens comparativas relativas se vão alterando de momento para momento.

Os diferentes modelos econométricos, que vêm sendo desenvolvidos, não incluem estas diferentes dimensões necessárias para a própria análise do processo de integração. No entanto, tem vindo a ser desenvolvido um grande esforço no sentido de introduzir na análise econométrica (e que poderá ser posteriormente desenvolvida e aplicada à realidade europeia), a complexidade que caracteriza a inter-actuação em simultâneo de uma multiplicidade de sistemas locais , regionais , inter-regionais , nacionais , inter-regionais transnacionais , composto cada um deles por uma multiplicidade de agentes económicos (como é o caso do sistema União Europeia).

Estes modelos, poderão futuramente ser aproveitados para o estudo da realidade europeia. O esforço já empreendido no sentido do desenvolvimento da modelização com base em conceitos e instrumentos de análise dinâmica: i) auto-organização; i i) estabili-

dade e instabilidade; i i i) ordem longe do equilíbrio com estruturas dissipativas; i v) complementaridade entre determinismo e aleatoriedade na evolução dos sistemas; v) conjugação de alterações regulares com a possibilidade de ocorrência de bifurcações ou modificações estruturais; v i) formalização a partir de equações diferenciais (a continuidade e a alteração no sistema); v i i) utilização de equações não lineares de forma a ter em conta fenómenos de retroacção (*feedback*) positivos e negativos entre os diferentes elementos do sistema; v i i i) admitir que o sistema organiza-se e funciona longe do equilíbrio (considerando várias trajectórias possíveis em torno do ponto de equilíbrio: espiral, laço, ciclo limite, caos); i x) o reconhecimento da possibilidade de existência de uma multiplicidade de equilíbrios admitindo a possibilidade de ocorrência de fenómenos de bifurcação e de alterações bruscas; x) a utilização da análise dinâmica sistémica de forma ainda a permitir a análise dos relacionamentos entre os elementos do sistema em termos de fluxos e de stocks, permitindo também a integração de elementos quantitativos e qualitativos.

Tal, de forma a permitir antecipar os futuros possíveis do sistema, os parâmetros sensíveis ou instáveis que poderão provocar alterações significativas, e as bifurcações que poderão evoluir para comportamentos e estádios de instabilidade, oscilatórios ou caóticos do sistema. Abordagens como a Teoria dos Sistemas Dinâmicos (2) , da Teoria da Catastrofe (3) , Teoria dos Objectos Fractais (4) e mais recentemente a Teoria do Caos ou da Complexidade (5) têm vindo a ser introduzidas na análise económica en-

(1) - Ver por exemplo SANDERS, L. (1992) "Système de Villes et Sinergétique" , Collection Villes , Anthropos, Economica , Paris.

(2) - Ver por exemplo ZHANG, W. (1990) "Economic Dynamics" , Springer-Verlag , Berlin.

(3) - Ver WILSON, A. (1981) "Catastrophe Theory and Bifurcation" , Croom Helm , London.

(4) - Ver por exemplo FRANKHAUSER, P. (1994) "Fractales, Tissus Urbains et Réseaux de Transport" in *Revue d'Economie Politique* , nº 2/3, mars-juin; BATTY, M. (1991) "Cities as Fractals: Simulating Growth and Form" in CRILLY, A.; EARNSHAW, R. ; JONES, H. (eds) "Fractals and Chaos" , Springer Verlag , Berlin.

(5) - Ver por exemplo ABRAHAM-FROIS, G. e BERREBI, E. (1994) "Introduction à la Dynamique Chaotique" in *Revue d'Economie Politique* , nº 2/3 , mars-juin; E ainda METCALFE, J. (1995) "The Design of Order. Notes for Evolutionary Principles and the Dynamics of Innovation" in *Révue Economique*, vol. 46, nº 6.

quanto esforço analítico de modelizar sistemas espaciais (1), por natureza, sistemas dinâmicos não lineares.

Assim, têm sido desenvolvidas aplicações em várias áreas da Teoria Económica, vindo por exemplo, a ganhar uma expressão particularmente significativa em Economia Regional e Urbana (2)), exactamente , enquanto reconhecimento da complexidade dos sistemas espaciais e da importância da sua análise.

Por esta razão, seria muito interessante a transposição deste tipo de modelos para a análise territorial da União(modelos muitas vezes desenvolvidos tendo como delimitação espacial um determinado território infranacional) , e proceder a um novo tipo de análise que tome em consideração o sistema espacial da União Europeia.

Neste , como em todos os tipos de sistemas, existe uma dupla característica de ordem e desordem e que, no seu caso particular , resulta dos processos adaptativos que decorrem da progressiva integração das múltiplas economias locais e regionais e suas, consequentes, implicações em termos de ajustamento estrutural.

(1) - Ver NIJKAMP, P. e REGGIANI, A. (1995) “ Non-Linear Evolution of Dynamic Spatial Systems . The Relevance of Chaos and Ecologically-Based Models “ in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 25 , nº 2.

(2) - Ver ainda por exemplo:

PUMAIN, D. (1993) “ L'Espace, le Temps et la Materialité des Villes “in LEPETIT, B. e PUMAIN D. (coord. par) “ Temporalités Urbaines “ , Collection Villes, Anthropos, Economica, Paris.

PAELINK, J. (1992) “ De l'Écométrie Spatiale aux Nouvelles Dynamiques Spatialisées “ in DERYCKE , P-H. (1992) (coord. par) “ Espace et Dynamiques Territoriales “ , Association de Science Régionale de Langue Française , Bibliothèque de Science Régionale, Economica, Paris.

1 . 2. 7 - Estados de Equilíbrio do Sistema e Ajustamento Estrutural, o Caos e o Carácter Fractal das Unidades Territoriais

A modelização econométrica associada à Teoria do Caos resulta de uma intencionalidade científica de levar ao limite a análise da complexidade dos sistemas. O caos científico é uma explicação para o fenómeno da existência na natureza e no comportamento humano, de características de ordem e de estabilidade, acompanhadas por desordem e irregularidade. O caos científico, preocupa-se fundamentalmente com as explicações de como, as categorias ou grupos e os seus componentes mudam com o tempo e com os fenómenos de agitação nos sistemas , é o estudo dos *mecanismos de feedback* (STACEY, 1995).

O caos é por definição um estado longe do equilíbrio e em raciocínio, por analogia , a desordem ou a irregularidade seria entendida neste caso , enquanto processo, de ajustamento estrutural e territorial, decorrente das considerações feitas anteriormente, existindo reconhecidamente, uma grande imprevisibilidade quanto às consequências de recomposição territorial e de especialização económica do espaço / território, e do tipo de ocupação funcional futura dos territórios subnacionais (1) da União.

Para o caso da análise do processo de integração, este conceito é, portanto, bastante relevante. Não tanto em si , a noção de caos , mas, sobretudo, a ideia de complexidade que lhe está associada.

A ocorrência de ‘turbulência’ no sistema territorial da União resulta, assim, do facto de, apesar desses novos relacionamentos transnacionais , ou porventura exactamente em

(1) - Ver a propósito HAAG, G. (1992) “ Chaotic Behaviour in Spatial Systems and Forecasting “ in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, nº5; e ainda STACEY, R. (1993) “ Strategy as Order Emerging from Chaos “ , in *International Journal of Strategic Management* , vol. 26 , nº 1.

função deles , cada um dos territórios, individualmente, tende cada vez mais a definir estratégias para o seu posicionamento dentro do sistema , o que acresce ainda, a complexidade comportamental de cada uma desses sub-sistemas (cada uma das redes de cidades e ou de regiões) , e do seu relacionamento com os outros sub-sistemas.

A materialização das actividades económicas no espaço, a paisagem económica, no sentido próprio da expressão, é a primeira forma de regulação.

Os novos relacionamentos institucionais transregionais, para além das novas condições de concorrência no sistema aberto, determinam um novo tipo de turbulências de natureza institucional ou relacional - **das solidariedades e eficiências locais às solidariedades e à procura de eficiências transregionais** e vêm, inclusivamente, criar dificuldades em termos da própria definição de territórios reais , em virtude da progressiva diferenciação entre a geografia político-administrativa de cada território infranacional e a sua geografia económica (integração em fileiras económicas transnacionais, localização dos seus mercados de escoamento, localização dos seus principais consumidores, etc).

Na própria geografia político-administrativa dos diferentes territórios regionais, vão surgindo cada vez mais descontinuidades entre a sua configuração geográfica (enquanto parcela territorial do Estado-membro a que pertence), e a configuração dos relacionamentos transnacionais que, progressivamente, vai tentando desenvolver - **a importância de identificar os itinerários geográficos destes novos fluxos económicos e reformular a cartografia económica dos diferentes territórios.**

As cidades e as regiões , na actual conjuntura de contracção orçamental que caracteriza o processo de integração , podem também vir a encarar este tipo de relacionamentos em rede, como forma de compensar, por via organizacional, as perdas a que vêm sendo sujeitas em virtude da contenção das transferências orçamentais, previstas no Orçamento, de cada um dos Estados-membros a que pertencem , 'preferindo' ou privilegiando, cada vez mais, os relacionamentos transnacionais.

Estes novos relacionamentos implicam desde logo, novas formas de instabilidade numa altura em que os Quadros Comunitários de Apoio continuam a ter uma lógica nacional /local.

Os novos relacionamentos, o mercado aberto e os processos de ajustamento estrutural geraram novas condições de incerteza e novas instabilidades em termos dos modelos tradicionais de desenvolvimento e da especialização económica territorial.

1 . 2 . 8 - A Emergência de Ciclos de Rotação de Desenvolvimento e as Temporalidades Regionais e Urbanas

Uma análise de tipo dinâmico faz , cada vez mais sentido, na medida em que, estes novos relacionamentos introduzem, efectivamente, uma nova temporalidade aos modelos de desenvolvimento económico e mesmo às economias de cada um desses territórios.

As implicações da nova concorrência espacial tenderão, mesmo, a encurtar os ciclos de desenvolvimento de cada um dos territórios ou, pelo menos, a aumentar a velocidade com se desenvolvem, da ascensão ao declíneo.

Ainda que, as alterações das decisões de localização no espaço das organizações, assumam uma lógica sequencial que se desenrola no tempo e que, por isso mesmo, normalmente não se verifiquem situações de ruptura de curto prazo, nos diferentes modelos de desenvolvimento económico da cada um dos territórios , a velocidade com que, se desenvolvem, alterações das condições de acessibilidade e de concorrência nos mercados, pode afectar os modelos territoriais de especialização económica.

A economia regional da grande maioria dos territórios, assenta, sobretudo, na utilização de recursos regionais, pelo que a durabilidade temporal deste modelo de desenvolvimento está, cada vez mais, condicionada.

A hierarquização dos processos tecnológicos e o desenvolvimento da importância dos sistemas informacionais, que cada vez mais estruturam as relações económicas, e cujo desenvolvimento, como vimos , constitui uma das prioridades (de cada uma das redes apresentadas no ponto 1. 1. deste Capítulo), tenderão mesmo a reforçar este aspecto, **sendo imediatamente desqualificados os territórios que não estiverem ‘on line’ (1).**

(1) - Ver por exemplo a propósito ARMSTRONG, A e HAGEL, J. (1996) “ The Real Value of On-Line Communities “ , in Harvard Business Review , may-june.

1.3 - O Território-Rede e o Sistema-Rede , Novos Critérios Metodológicos para o Planeamento Territorial da União Europeia e Proposta de Modelo de Referência para a Avaliação de Impactos e Reorientação das Políticas

O desenvolvimento económico de um qualquer país, é, quase sempre, acompanhado de uma melhoria da sua integração espacial e territorial, e da harmonização das condições económicas e de desenvolvimento, das suas populações e dos seus territórios subnacionais. Por isso, deverá ser esta também a preocupação da União Europeia.

O objectivo Coesão Económica e Social deve, assim, ser encarado como fazendo parte da própria noção de 'União Económica' , e não como um dos requisitos para a alcançar.

Desta forma, o estudo da economia da União deverá ser feito através de uma análise de natureza macroeconómica, que permita avaliar o estado das economias nacionais de cada Estado-membro, e de uma avaliação do tipo comércio internacional que permita avaliar a interdependência económica entre as diferentes economias nacionais. Bem como, pelas razões já apresentadas, através do diagnóstico das diferentes economias regionais da União, do inventário das interdependências económicas entre cada uma delas (uma análise do tipo comércio internacional mas aplicada a cada um dos territórios regionais) e da apreciação da recomposição territorial e dos novos relacionamentos inter-territoriais e inter-organizacionais - **a análise da economia da União a partir das economias regionais e respectivas interdependências.**

Esta análise das diferentes economias regionais e respectivas interdependências, deverá ser desenvolvida , com base em novos critérios, e sempre numa perspectiva , como já foi anteriormente referido, de análise dinâmica que possa melhor abarcar a constante mutabilidade da realidade em estudo.

Tal, tendo a consciência que, a União Europeia, mais do que a Europa das Regiões, se está a transformar, sobretudo, na Europa dos Territórios e, especialmente, na Europa dos Territórios em Rede.

No sentido de melhor se apreender o grau e a escala das diferentes formas de interdependência inter-territoriais que a caracterizam, e no sentido de se assegurar uma maior eficiência e eficácia no tipo de medidas e políticas territoriais a promover por parte da União (tendo em vista alcançar uma maior coesão económica e social para o território), torna-se imprescindível, avaliar para cada uma das redes existentes, e para cada um dos territórios subnacionais que a compõem, entre outros, os seguintes aspectos:

- 1) identificação de cada uma das redes de cooperação inter-territorial transnacional existentes no quadro da União (as redes de cooperação inter-territoriais e inter-empresariais quer de iniciativa da União quer de iniciativa individual dos diferentes territórios e das diferentes empresas envolvidas) - a identificação dos territórios funcionais da União;**
- 2) caracterização do nível de desenvolvimento institucional (nível de integração dos diferentes territórios-membros e das diferentes empresas-membro) de cada rede e do ciclo de desenvolvimento económico de cada um dos seus membros;**
- 3) medição das interacções (fluxos económicos, relacionais, formas de cooperação) entre *internodal e nodal networks* , redes de inter-articulação ou redes intermédias entre outras redes hierárquica, territorial e economicamente mais importantes , e as redes *pivot* (redes mais dinâmicas) e as redes centrais (as *grandes* redes ou redes principais);**

- 4) avaliação e medição das intensidades dos fluxos / cooperações entre os principais pontos (membros) de cada uma das redes - **a análise da dimensão concorrência e da dimensão cooperação no grande mercado da União;**
- 5) medição das intensidades dos fluxos / cooperações entre níveis / pontos intermédios de cada uma das redes - **a análise da dimensão intermediação no grande mercado da União;**
- 6) **avaliação da importância e papel reticular / giratório / de inter-ligação das redes de inter-articulação**, enquanto plataformas institucionais e territoriais de inter-conexão territorial e económica no quadro da União ;
- 7) avaliação da **hierarquização relativa entre as plataformas de inter-articulação;**
- 8) caracterização de cada um dos pontos (territórios-membro) e cada uma das plataformas (de inter-articulação, pivot, centrais dentro), em cada diferentes especialização económica e localização geográfica;
- 9) identificação das **plataformas interiores e das plataformas exteriores** (geográficamente interiores e geográficamente exteriores - desenvolvimento da **intercontinentalidade da União**);
- 10) identificação para cada rede / plataforma dos respectivos níveis de equipamentos e de infraestruturas;
- 11) caracterização e elaboração de uma tipologia de *imagens* territoriais (tipologia de territórios com características comuns e de territórios com estratégias de especialização actuais / futuras comuns);

- 12) **distribuição geográfica das redes** e dos territórios-membros de cada uma delas (inventário e diagnóstico de redes dentro de redes);
- 13) avaliação da **territorialidade das empresas e das organizações**;
- 14) análise da evolução económica dos diferentes territórios (especialização económica , ciclo de desenvolvimento, tipo de recursos e de disponibilidades);
- 15) avaliação das trajectórias espaciais dos territórios - **análise dinâmica dos seus comportamentos relacionais**;
- 16) avaliação do **potencial económico de cada uma das redes**;
- 17) identificação da **geografia dos diferentes fluxos** (estruturados e não estruturados por redes) à escala da União;
- 18) identificação dos principais territórios de origem e de destino desses fluxos;
- 19) hierarquização relativa desses fluxos;
- 20) identificação dos **novos critérios de pilotagem de unidades territoriais** quer individualmente, quer em rede, em termos de definição de estratégias de actuação em rede ou de simples relacionamento exterior;
- 21) avaliação de **índices de preferência de aglomeração territorial e de aglomeração em rede**, por parte dos diferentes territórios regionais / urbanos e por parte das empresas e organizações em geral;
- 22) avaliação da **difusão espacial / territorial dos ciclos de inovação tecnológica e científica** (estruturados e não estruturados por redes);

- 23) avaliação da difusão espacial / territorial dos processos de inovação em termos de modelos relacionais entre territórios e entre organizações, identificação dos ciclos de inovação e suas implicações ,quanto à evolução e comportamentos dos sistemas de cidades e regiões;
- 24) avaliação de cada uma das redes identificáveis quanto ao nível e tipo de sinergias de rede por elas desenvolvidas - **o nível de integração económica de cada relacionamento de natureza reticular;**
- 25) avaliação à escala da União dos diferentes **territórios em declínio** económico sistemático, e dos **territórios em processo de evolução económica positiva;**
- 26) avaliação dos conjuntos / plataformas / **redes** de territórios **em declínio** económico e conjunto / plataformas / **redes** de territórios **em processo de evolução económica positiva;**
- 27) operacionalização da informação acumulada pelas Instituições da União, mais especificamente a Comissão , durante os processos de negociação dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) 1989-1999 e 1994-1999 e subsequentes processos de acompanhamento , quanto às características económicas de cada território subnacional da União e tipo de estratégias económicas e de especialização implícitas em cada Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) e em cada Plano de Reconversão (PR) e respectivos QCA;
- 28) operacionalização da informação disponível a nível dos Estados-membros, territórios subnacionais e das Instituições da União quanto ao estado do ambiente e dos recursos naturais em cada um dos territórios subnacionais da União;

- 29) operacionalização da informação disponível sobre o **estado do ordenamento do território** à escala da União e à escala de cada território nacional e regional;
- 30) operacionalização da informação disponível sobre o **nível de equipamentos e infraestruturas** em cada território subnacional (regional);
- 31) operacionalização da informação disponível sobre o **estado dos diferentes sectores económicos** que compõem a economia da União e do ‘estado’ das economias regionais;
- 32) esforço de **antevisão e antecipação das implicações de cada medida de política económica** da União , sobre cada uma das economias regionais e simulação dos efeitos destas políticas em termos de declíneo ou ascensão de alguns territórios;
- 33) avaliação da delimitação ou âmbito territorial de cada uma das redes de cooperação inter-regionais , inter-urbanas e inter-organizacionais diagnosticáveis à escala da União , identificação dos novos ‘perímetros’ territoriais (na medida em que, cada vez menos o âmbito territorial de cada território coincide com a sua delimitação político-administrativa);
- 34) identificação e caracterização dos modelos de relacionamento por grupos / regiões , assente em articulações do tipo sequências produtivas segmentadas no espaço (fileiras aterritorializadas), ou por aqueles que se constroem ao longo de percursos migratórios , ou estimulam a emergência de novos fluxos migratórios - **a análise das relações entre as estruturas territoriais emergentes e as novas tendências de organização e territorialização dos sistemas produtivos;**

- 35) avaliação da dimensão temporal nas alterações da morfologia e do ciclo de desenvolvimento dos sistemas de rede (redes de cooperação inter-regionais, inter-urbanas e inter-organizacionais diagnosticáveis à escala da União) e das vantagens para os territórios ou organizações que os compõem;
- 36) avaliação e caracterização do grau de abertura de cada um destes sistemas de rede;
- 37) avaliação da amplitude geográfica (continuidade geográfica, maior ou menor número e amplitude geográfica de territórios-membros) de cada rede de cooperação diagnosticável;
- 38) caracterização económica (importância / especialização / diversificação / produtividades / nível de remuneração dos factores de produção, etc) e respectiva capacidade de influência dos mercados, de cada rede de cooperação transnacional ou intranacional diagnosticável;
- 39) avaliação dos efeitos de inter-actuação em rede para cada um dos territórios-membro em termos da evolução das respectivas vantagens comparativas;
- 40) diagnosticar o tipo , as características , a amplitude , o âmbito territorial e a natureza **das redes informacionais** (infraestruturas de suporte de circulação da informação) e respectivas implicações quanto à reformulação das relações económicas inter-territoriais e inter-organizacionais.

Ainda que, sobre alguns destes aspectos, já tenha sido recolhida alguma informação , o seu tratamento continua a ser desenvolvido, sobretudo, numa lógica exclusivamente 'nacional', e no entanto, os mercados e as organizações tendem a agir numa lógica cada vez mais transnacional.

1 . 3 . 1 - Os Novos Territórios Analítico-Simbólicos e o seu Impacto em Termos do Ordenamento Espacial da União

Anteriormente mesmo, ao processo de implementação das quatro liberdades de circulação, existiam já à escala europeia, um conjunto de **territórios** que poderemos designar de **simbólicos-funcionais** (territórios economicamente mais fortes e mais completos, em termos do nível de poder económico que representam, e nível de funções que desempenham), e que se caracterizam por:

- i)** elevada capacidade relacional;

- i i)** elevado grau de autonomia na definição das suas estratégias de planeamento territorial;

- i i i)** dispôr dos mais avançados níveis tecnológicos e de inovação (1) ;

- i v)** acessibilidade comunicacional máxima em relação ao exterior;

- v)** maior capacidade de reconhecimento e previsão de dinâmicas económicas e sectoriais futuras;

- v i)** processo de internacionalização já resolvido.

(1) - Os territórios simbólico-analíticos (REICH, 1993), podem ser desde centros científicos verticais , horizontais, a parques de inovação e parques científicos.

Estes territórios, funcionam como eixos de intermediação estratégica para operações económicas à escala mundial. Os territórios simbólico-funcionais não são facilmente reproduzíveis no espaço, e por isso, no futuro a economia europeia tenderá a continuar a estar, sobretudo, organizada em torno dos trinta territórios europeus economicamente mais fortes.

Inevitavelmente, todo o tipo de estratégias de ordenamento para o território da União terá que ser desenvolvido a partir de, ou em função, destes territórios.

Em termos de inovação é impossível contornar a existência e a importância de um conjunto de teleportos, tecno-parques, parques científicos, bacias de inovação europeias, em torno dos quais e a partir dos mesmos surgem todos os grandes processos de inovação.

No entanto, o desenvolvimento deste tipo de relacionamentos transnacionais, constitui também um factor importante para a reformulação da hierarquização e do poder relativo entre territórios. **A rede é, ela própria, uma imagem e uma perspectiva de poder (1).**

A posição e o papel de cada território na rede, está, sobretudo, dependente da sua dimensão (2) económica, nível de internacionalização, variedade de participação noutras formas de cooperação em rede, capacidade relacional, nível de autonomia para desenvolver actividades de cooperação transnacional.

As redes tenderão, assim mesmo, a funcionar como uma nova forma de regulação das interacções espaciais à escala da União, quanto às decisões de localização, migrações populacionais, transnacionalização dos processos produtivos e dos processos de inovação.

(1) - ver a propósito RAFFESTIN, C. (1981) "Pour une Géographie du Pouvoir", LITEC, Paris.

(2) - PUMAIN, D.; SANDERS, L.; SAINT-JULIEN, T. (1989) "Villes et Auto-Organisation", Economica, Paris.

O futuro, e a importância do ordenamento do território à escala da União está, também, muito dependente do facto de se vir a considerar o Ordenamento como uma matéria pertencente ao conjunto nas questões de soberania a desenvolver pelos Estados-membros ao nível nacional, ou se pelo contrário, esta lógica sobretudo nacional, deverá ser sacrificada, no sentido de se sediar o cumprimento e a definição de políticas de ordenamento para o conjunto do território da União, nas Instituições da União, atribuindo-lhe o estatuto de política comum.

1 . 3 . 2 - O Marketing Territorial e Factores de Diferenciação Espacial os Novos Critérios de Definição de Identidade e Imagem para os Espaços Regionais e Urbanos

O conceito de marketing territorial, significa, naturalmente, um conjunto de acções de comunicação e de esforço dirigido de promoção exterior, por parte dos diferentes territórios locais e regionais, que vem sendo desenvolvido por um grande número de territórios (1). Sobretudo com o objectivo de atrair novas actividades económicas e novas populações, bem como, de as influenciar nas suas decisões de localização (atrair novas localizações bem como manter as empresas e as populações já aí instaladas).

O marketing territorial, para poder ser implementado, exige por parte de cada um dos territórios, um conhecimento cada vez mais profundo dos mercados, das organizações, e dos demais territórios e respectivas economias. Neste sentido, vem assumindo uma intencionalidade cada vez maior, tendo deixado de assentar sobretudo numa postura mais ou menos passiva , esperando atrair as actividades económicas, através de um determinado tipo de oferta de recursos materiais e imateriais.

O seu desenvolvimento ou implementação exige cada vez mais, o recurso a um instrumental variado; assente em estratégias de marketing do tipo das utilizadas para o

(1) - Ver por exemplo:

MUET, F. (1993) “ Le Marketing des Collectivités locales: Synthèse Bibliographi que “ , in *Documentation IRE* , juin. ;

TEXIER, L. (1993) “ Peut-On Parler de Marketing Territorial ? “ in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , nº 1. ;

BAILLY, A. (1993)“ Les Représentations Urbaines: l’Imaginaire au Service du Marketing Urbain” in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , nº 5. ;

CAMAGNI, R. (1993) “ Les Réseaux de Villes: Théorisation et Orientation des Politiques Publiques ” , DATAR , Paris.

grande consumo, estratégias dirigidas sobretudo aos mercados industriais; marketing inter-organizacional baseado na análise das transacções inter-organizacionais e no modelo de actuação e participação em redes , e sobretudo numa grande agressividade, que se traduz nalguns casos, em desenvolver o marketing territorial não só pelo lado da oferta mas também pelo lado da procura.

A própria definição de políticas de oferta, que é um elemento central de reflexão em marketing, ganha ainda uma especificidade e uma dificuldade própria (1) no caso do marketing territorial. Tenta-se cada vez mais, promover os territórios como produtos (promover os territórios como mercadorias) - **os territórios-produtos** - os territórios enquanto conjunto de recursos, potenciais, empresas já instaladas, populações, qualidade de vida e de atmosfera económica e potencialidades dos territórios enquanto factores-produtivos (2), de equipamentos, etc.

A estratégia da comunicação terá, naturalmente, de assentar num mediador fundamental, a **imagem do território**. Imagem que, consiste numa representação qualitativa de cada território, que se constroi não só a partir, de indicadores objectivos, mas também com base em símbolos e associações de símbolos entre o real e o imaginário, desenvolvendo um conjunto de representações (uma das componentes fundamentais do planeamento territorial).

Através do desenvolvimento do marketing territorial (3), as próprias representações ou

(1) - Por exemplo é sempre difícil controlar, a não ser de forma institucional, de forma sistemática construção de uma imagem específica para o território bem como o 'comercializar' de forma integrada e coerente. Por outro lado, a participação em redes constitui ela própria uma outra dimensão de marketing territorial e com certeza com outra escala, no entanto, a própria imagem do território a promover terá naturalmente de ser definida em conjunto pelos diferentes agentes económicos e institucionais locais bem como o tipo de resultados esperados das estratégias desenvolvidas.

(2) - O território enquanto localização e plataforma capaz de atrair e de gerar desenvolvimento económico.

(3) - Ver ainda a propósito PADDISON, R. (1993) " City Marketing, Image, Reconstruction and Urban Regeneration " , in *Urban Studies* , march, 30 (2); e ainda ORANGE, G. (1992) " Les Stratégies Non Búgetaires des Villes " , Thèse I.A.E. , Université de Caen ; e também GUIGOU, J. (1995) " Une Ambition Pour le Territoire " , Editions de l'Aube - DATAR , Paris .

símbolos de cada um dos territórios estão a ser cada vez mais geradas como produtos, os territórios ganham, assim, artificialmente ou não, uma especificidade diferenciadora e uma vocação.

O marketing territorial, resultante de uma estratégia de promoção de um território, não é com certeza neutro e a sua eficiência depende, em primeira instância, do tipo de consistência existente entre a imagem e a própria realidade, mas também do tipo de público a que se destina. O marketing territorial, neste sentido, consiste numa generalização e num aumento do âmbito e abrangência do marketing turístico, já explorado até à exaustão.

Naturalmente, e neste contexto de integração, uma das dimensões que o planeamento estratégico territorial dá cada vez maior importância, são os aspectos associados ao relacionamento externo das unidades territoriais, o que reforça, ainda mais, o quadro relacional de estratégias de natureza não orçamental, e a importância económica do desenvolvimento de estratégias de marketing territorial, por parte dos territórios.

Os territórios, integrados em estruturas institucionais transnacionais de cooperação ganharam *graus de liberdade*, quanto ao tipo de estratégias económicas a definir por cada um e nível de desenvolvimento global a que podem aspirar, em virtude do tipo de estratégias de marketing territorial que podem desenvolver. A implementação de políticas de internacionalização, está mesmo a constituir uma preocupação central em termos das futuras estratégias de desenvolvimento económico para qualquer território.

O objectivo de potenciar o desenvolvimento de *novas imagens* para alguns territórios da União, tem levado a União, a apoiar (no âmbito do artigo 10º do Regulamento FEDER) o desenvolvimento de uma multiplicidade de projectos-piloto (1) de promoção

(1) - Ver por exemplo RECITE (1995) "Urban Pilot Projects. Second Interim Report on the Progress of Urban Pilot Projects Funded by the European Regional Development Fund", RECITE Office.

e desenvolvimento urbano para um conjunto de cidades europeias, em quatro áreas fundamentais:

i) desenvolvimento económico de áreas com problemas sociais (Aalborg, Antwerp, Bilbao, Bremen, Bruxelles, Copenhagen, Dresden, Groningen, Liège, London, Lyon, Marseille, Paisley, Rotterdam);

i i) desenvolvimento económico e preservação ambiental (Athina, Belfast, Gibraltar, Madrid, Neunkirchen, Stoke-on-Trent);

i i i) revitalização de centros históricos (Berlin, Cork, Dublin, Genova, Lisboa, Porto, Thessaloniki);

i v) desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias ao desenvolvimento urbano (Bordeaux, Montpellier, Toulouse, Valladolid, Venecia).

Por outro lado, cada uma das redes analisadas no ponto 1. 1. deste Capítulo, agrupam territórios com afinidades específicas ou semelhanças entre eles, o que só por si, determina a existência de **uma imagem, para cada uma dessas redes**, e o desenvolvimento em rede, por parte de cada uma delas, de estratégias de marketing territorial (estratégias que começam na própria forma como cada uma delas se designa).

Imagem que é, naturalmente, usada para o seu posicionamento relativo, em relação a outros territórios ou redes de territórios, e em termos de desenvolvimento da sua própria atractividade (ver ponto 1. 3. 14 do Capítulo anterior).

Esta imagem funciona até, como instrumento de pertença e de valorização exterior de cada um dos territórios envolvidos.

1 . 3 . 3 - As Implicações Decorrentes de Progressivos Processos de Planeamento Estratégico de Unidades Territoriais

O conceito de planeamento estratégico surgiu, pela primeira vez, na década de sessenta, como designação dos novos métodos então emergentes de planeamento nas empresas, destinados a substituir os métodos tradicionais pouco adaptados a poderem incluir os factores de aceleração da mudança, acréscimo do risco e de incerteza e de abertura dos mercados globais.

O modelo inicial, e talvez o mais conhecido, terá sido o modelo LCAG , desenvolvido pelo Harvard Business School, que defendia o planeamento estratégico como absolutamente necessário para definir o posicionamento estratégico de cada empresa, isto é , o conjunto de escolhas e actividades consideradas como as mais interessantes e vantajosas para cada uma delas (1).

A lógica do planeamento estratégico transpôs-se agora, para os territórios (2) e para as redes de territórios, com novas possibilidades e potencialidades, como consequência, também, das novas redes informacionais, entretanto, criadas entre elas.

(1) - Ver a propósito MINTZBERG, H. (1994) “ The Fall and Rise of Strategic Planning “ in Harvard Business Review , January-February; e também MENARD, C. (1993)“ L’Economie des Organisations “ , La Découverte, Paris.

(2) - De recordar por exemplo o guia metodológico para a elaboração de planos estratégicos para cidades de média dimensão elaborado no âmbito da rede e do programa RECITE (ver ponto 1.3.2. do Capítulo anterior).

Ver ainda a propósito por exemplo C.M.L. (1992) “ Plano Estratégico de Lisboa “ , Câmara Municipal de Lisboa , Direcção de Projecto e Planeamento Estratégico, Lisboa; e ainda G.C. / C.M.E. (1994) “ Uma Estratégia para a Cidade de Évora. Plano Estratégico de Évora “ , Gabinete da Cidade e Câmara Municipal de Évora, Évora.

(3) - Ver a propósito THORNLEY, A. e NEWMAN, P. (1996) “ Replanning European Cities. International Competition, National Systems and Planning Projects “ , Routledge , London ; e ver também BERTUGLIA, C. ; CLARKE, G.; WILSON, A. (1994) “ Modelling the City. Performance , Policy and Planning “ , Routledge , London; e ainda NEVES, A. (1996)“ Planeamento Estratégico e Ciclo de Vida das Grandes Cidades. Os Exemplos de Lisboa e de Barcelona “ , Celta Editora , Oeiras.

Trata-se pois do planeamento estratégico, enquanto modelo iteractivo e recorrente de planeamento, forma de procura de estratégias reversíveis para os territórios e conjuntos de territórios, e de perpetuar ou reinventar a cada momento novas vantagens comparativas / competitivas.

A gestão institucional dos próprios territórios tende, assim, a centrar-se, cada vez mais, num ponto médio entre a realidade, em cada momento, e a conceptualização futura de cada um dos territórios ou rede de territórios. O planeamento estratégico territorial , enquanto modelo de planeamento do tipo *just in time* ,tende, o mais possível, a promover o encontro destas duas realidades.

O planeamento estratégico territorial assenta, sobretudo, em análises prospectivas e de reavaliação constante e interactiva , e na reintegração dos resultados decorrentes da experiência adquirida e da aprendizagem , envolvendo a participação e a colaboração de todos os agentes localizados em cada um dos territórios , e encarado-os como grandes unidades económicas - **as unidades económicas territoriais**.

As redes de cooperação transnacionais constituem (por todas a razões já apresentadas ao longo deste Estudo), um novo quadro privilegiado de planeamento estratégico territorial de múltiplas possibilidades, que decorrem, exactamente, do facto de se poder articular em múltiplas combinações, as diferentes imagens individuais de cada um dos territórios, com a imagem da própria rede.

1 . 3 . 4 - Informação e Hierarquização de Territórios e a Estimação de Territórios Reais. Os SI /TI e a Nova Gestão dos Sistemas Intra e Inter-Urbanos

As diferentes redes inter-territoriais que vêm sendo criadas, esforçaram-se, desde o primeiro momento, por desenvolver, entre elas, a utilização de redes de informação. Este, regista-se como que, pelo reconhecimento de que estas redes, constituem o novo sistema nervoso do funcionamento da economia, e representam, pelas possibilidades que encerram, um potencial único em termos de capacidade de atingir procuras locais, encontrar novos clientes com um custo mínimo, minimizar o próprio risco sempre associado aos processos de produção e de criação de novas empresas , e reduzir os custos de relacionamento no espaço (real) entre agentes económicos.

Actividades como o marketing (por exemplo, representação ‘on-line’ de produtos e catálogos de produtos) , a articulação transterritorial dos processos produtivos, *outsourcing* (contratação externa de serviços), a comercialização (1), o financiamento, informação sobre empresas concorrentes, fornecedores , clientes , pagamentos (‘comércio electrónico’) e transferências financeiras, podem ser cada vez mais desenvolvidos através das redes informacionais.

As redes de informação, possibilitam por isso, o desenvolvimento ou a redefinição, de economias de escala, permitindo, por exemplo, que pequenas e médias empresas possam conseguir custos baixos mesmo em mercados tradicionalmente dominados por grandes

(1) - Actualmente já milhares de empresas assumiram posições ‘on-line’ na World Wide Web no sentido de promoverem produtos e conquistarem clientes.

Outro aspecto também relevante é o facto de a partir de Setembro de 1996, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estar a disponibilizar através da Internet indicadores económicos standardizados de acordo com uma série de critérios definidos pelos peritos do Fundo, sobre a economia real, sector financeiro, finanças públicas, comércio externo, reservas e balança de pagamentos de um conjunto de países que quiserem aderir a esta iniciativa, em que um dos objectivos principais consiste em por esta via melhorar o conhecimento dos investidores sobre uma multiplicidade de economias nacionais estimulando por esta via o desenvolvimento das relações económicas internacionais.

empresas, em virtude do acesso promocional (em simultâneo e a baixo custo), a uma multiplicidade de mercados (que de outra forma lhes seria totalmente impossível atingir). Ainda com a vantagem de , por exemplo, em termos de risco, possibilitar um relacionamento quase imediato, entre a procura e a oferta (a própria oferta pode ser desenvolvida imediatamente em função da procura (1)) uma vez que, uns e outros estão no sistema.

Deste modo, as mesmas tecnologias de informação e de gestão da informação (2) ,que ainda muito recentemente começaram a ser utilizadas e desenvolvidas com verdadeira intencionalidade por parte das empresas (3) , constituem também agora (em virtude das oportunidades que representam), uma intencionalidade e uma estratégia em desenvolvimento por parte dos territórios e das redes de territórios.

A criação ou desenvolvimento de relacionamentos inter-territoriais em rede, associados às novas tecnologias de comunicação e de informação irá determinar a emergência de uma nova e mais subtil geografia económica (4).

As novas tecnologias poderão constituir eficazes factores de integração e, simultaneamente, factores de alteração das solidariedades locais / regionais tradicionais, nacionais, históricas.

(1) - Ver a propósito HAECKEL, S. e NOLAN, R. (1993) “ Managing by Wire “ in *Harvard Business Review* , September-October.

(2) - Ver a propósito ZORRINHO, C. (1991) “ Gestão da Informação “ , Biblioteca de Gestão Moderna, Editorial Presença, Lisboa. E ainda ZORRINHO, C. (1994) “ Gerir a Informação Como e Para Quê? “ , in *Pequena e Média Empresa*, nº 12 , III Série , Janeiro-Março.

(3) - Sobre exemplos de aplicação de gestão de informação em empresas portuguesas ver ZORRINHO, C. (1995) “ Gestão da Informação. Condições para Vencer “ , Col. Mediateca, IAPMEI, Lisboa.

(4) - Com o progressivo desenvolvimento da Internet , surgiu muito recentemente um novo conceito em termos de gestão empresarial , e de gestão de informação em particular, a Intranet, que consiste na utilização interna (intra-empresa) das tecnologias e possibilidades da World Wide Web.

As tecnologias de comunicação têm ainda, um importante papel a desempenhar em relação aos territórios, no que concerne por exemplo, ao desenvolvimento e capacidade potencial de gerar novas atractividades (1). Importa, ter a consciência de que, quem dominar as telecomunicações domina a atractividade, dominando as próprias formas de associação entre cidades e entre territórios, enquanto estruturas ou condição de poder, para gerar atractividades (2).

Estas tecnologias possibilitam ainda, por outro lado, um maior conhecimento dos próprios territórios entre si, o que, desde logo, também acresce por parte de cada um deles, e das redes a que pertencem, a necessidade de sistematicamente reinventar novas estratégias, no sentido de, permanentemente, reactualizarem as suas vantagens comparativas.

Deste modo, os territórios têm vindo a desenvolver em termos internos (no seu próprio território) e termos externo (no seu relacionamento e posicionamento exterior) um esforço de requalificação recorrendo, para tal, cada vez mais a sistemas e tecnologias da informação (3).

(1) - A cidade de Évora por exemplo, desde Setembro de 1995 tem uma 'homepage' na Internet da responsabilidade da Câmara Municipal de Évora, e está a editar um cd-rom interactivo com informação inclusivamente económica sobre a cidade.

(2) - Ver por exemplo:

GRAHAM, S. e MARVIN, S. (1995) "Telecommunications and the City. Electronic Spaces, Urban Places", Routledge, London.

PROUXL. M-U. (1995) "La Maitrise Locale de L'Information Strategique" in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, nº 5;

GUESNIER, B. (1992) "Espace et Information" in DERYCKE, P-H. (ed) "Espace et Dynamiques Territoriales", Economica, Paris.

CASTELLS, M. (1989) "The Informational City: Information Technology, Economic Restructuring and the Urban-Regional Process", Basil Blackwell, Oxford.

(3) - Em termos de tecnologias de informação (TI) aplicadas a cidades existem já à escala europeia e também à escala mundial uma multiplicidade de estudos piloto e experiências já em funcionamento em áreas como: i) TI aplicadas à gestão de sistemas de rede de distribuição de água, esgotos, energia; ii) TI aplicadas a sistemas de tráfego; iii) TI aplicadas à gestão de redes de serviços interactivos de aplicação multisectorial no território em causa; iv) TI aplicadas à gestão de redes de Zonas de Telecomunicações Avançadas (ZTA) ou Téléportos; v) TI aplicadas ao marketing territorial. Ver por exemplo a propósito OCDE (1992) "Villes et Technologies Nouvelles", URBA 2000, OCDE, Paris.

À semelhança das empresas, os territórios ou as administrações dos territórios, vão ter que começar a desenvolver os seus próprios *data warehouses*, sistemas de armazenamento e disponibilização de dados para sistemas de apoio à decisão (1).

Neste sentido, vêm emergindo um conjunto restrito de territórios locais / regionais, um **conjunto de regiões e cidades** (e redes de cidades e redes de regiões) **cognitivas**. Do ponto de vista interno, este facto evidencia-se através da utilização de todo o tipo de tecnologias de informação disponíveis para a gestão de unidades territoriais, e do ponto de vista externo, em termos da capacidade de pilotagem e de reconhecimento e avaliação das dinâmicas económicas e territoriais no território europeu, que a utilização e participação em redes informacionais transnacionais lhes proporcionam.

Os próprios organismos públicos responsáveis pela administração pública dos territórios têm que gerir cada vez maiores fluxos e stocks de informação.

A definição de qualquer estratégia do tipo planeamento estratégico territorial, exige, só por si, desde logo, a necessidade de dominar um conjunto vasto de informação, relativa às estratégias que estão a ser definidas por parte de outros territórios, e sobre mercados de destino e mercados alvo, num esforço de avaliação de mercados reais e de mercados potenciais.

(1) - Inicialmente criados como sistemas de apoio à decisão, estão cada vez a conhecer maiores desenvolvimentos sucessivos, no sentido de os tornar cada vez mais 'produtivos', por exemplo, os *data warehouses* vêm sendo associados aos sistemas de produção e de processamento dos relacionamentos com clientes e fornecedores.

1 . 3 . 5 - As Cidades e as Regiões Cognitivas e a Formação de Territórios Virtuais

O desenvolvimento das redes de informação permite aos territórios, no relacionamento exterior, recorrer à utilização de um princípio de paisagens adaptativas, relacionando o território real , a respectiva economia e o seu potencial económico, com a ideia da sua promoção, enquanto territórios interactivos e virtuais como estratégia de revalorização externa.

Aspectos como a distância física, localização e posição geográfica relativa dos territórios interligados, provocam não só ,uma reconfiguração dos **territórios reais** (cada um dos pontos de cada uma das redes) bem como, possibilitam, o desenvolvimento progressivo de **territórios virtuais** entre eles (territórios que decorrem do funcionamento das redes e dos sistemas de comunicação combinados com as tecnologias avançadas da informação que estruturam as redes).

O desenvolvimento deste tipo de redes vem ,cada vez mais , reforçar a ideia de que as organizações (empresas e instituições) concorrem e relacionam-se em dois mundos , um mundo físico de infraestruturas e gestores, e um mundo virtual assente em informação (“electronic on-line services” como por exemplo “homebanking” (1) , centros comerciais virtuais, etc) e em ‘pilotos de informação’,um mundo a que se acede através dos canais e sistemas de informação.

Os territórios virtuais existem enquanto informação digitalizada que se pode aceder e percorrer, através dos canais e infraestruturas em que circula essa informação, distinguindo-se cada vez mais as noções de *marketspace* (espaço de mercado) e *marketplace* (lugar de mercado) (RAYPORT e SVIOKLA, 1994) crian-

(1) - RAYPORT, J. e SVIOKLA, J. (1995) “ Exploiting the Virtual Chain “in *Harvard Business Review*, November-December.

do-se novas possibilidades para o marketing territorial, de entre estas, particularmente, para as políticas territoriais de imagem.

As organizações e os territórios terão que estar, assim, cada vez mais, atentas quanto à forma de gerarem valor acrescentado e aumentar a sua competitividade, simultaneamente, no ‘mundo real’ e no ‘mundo virtual’, reformulando cada vez mais as suas estratégias em função de um e de outro.

A capacidade de acrescentar valor em redes virtuais resulta da aptidão de cada território ou organização, para proceder à acumulação da informação, sua organização e selecção, e da sua capacidade para a saber distribuir e canalizar de novo para as redes de informação.

As redes de informação possibilitam, inclusivamente, uma nova forma de coordenação ‘on-line’ das actividades económicas e promocionais desenvolvidas no ‘mundo real’, permitindo às diferentes organizações uma maior visibilidade sobre os mercados, sobre as decisões das demais organizações concorrentes no mesmo sector, etc.

Estes ganhos de visibilidade para aqueles territórios ou organizações que melhor souberem explorar e percorrer os territórios virtuais, constituem, mesmo, ganhos em termos de reformulação de vantagens competitivas / comparativas.

As próprias *políticas de imagem* dos territórios assentam, não apenas, numa política de imagem promocional do tipo turística, ou de promoção da base económica de sustentação local / regional, mas, sobretudo, numa política global de imagem promocional do conjunto dos factores materiais e imateriais locais / regionais, criando mesmo alguma artificialidade face às reais potencialidades locais / regionais - no fundo utilizando os princípios mais elementares do próprio marketing.

Este último, aspecto é tanto mais importante na medida em que, quanto mais se desenvolverem e se diversificarem estas redes informacionais e comunicacionais (em virtude das facilidades de acesso que proporcionam em termos virtuais), mais se tenderão a eliminar, um grande número de deslocações reais dos indivíduos entre territórios e através deles, bem como , progressivamente , se tenderá a desenvolver um esforço de inter-articulação **entre o cenário físico e o cenário virtual de cada território** enquanto forma de posicionamento e relacionamento exterior.

O desenvolvimento destes **clusters informacionais** (ZORRINHO, 1995) fará com que as próprias fronteiras passem a assumir uma natureza virtual, pelo que se tenderá a produzir uma passagem das fronteiras político-administrativas, para as fronteiras que resultam do facto de, cada território pertencer, ou não, a cada uma das **diferentes redes de cooperação estruturadas por redes de informação.**

Tal, determina uma nova alteração da geografia sobretudo relacional, como consequência da implementação das redes tecnológicas, em parte também, resultado do carácter multidimensional das próprias redes informacionais que permitem um relacionamento do tipo *por medida*.

Sobre as redes institucionais transnacionais de cooperação inter-territorial , estão assim a ser assentes uma multiplicidade de redes informacionais , **as redes das redes** , que cada vez mais as estruturam.

Um dos aspectos mais decisivos do presente / futuro , consiste por isso, em saber quem está interconectado com quem , que rede está interconectada com qual e assim sucessivamente, estruturando o próprio desenvolvimento dos **clusters relacionais**.

Por outro lado, todas as redes têm as suas regras de acesso, donde resultam, naturalmente, fenómenos de exclusão, neste caso de alguns territórios, nesta nova ordem relacional. Possibilidade de exclusão que é, em si mesmo, uma qualidade virtual, mas que

se materializa na capacidade de cada território ou rede de territórios de poder aceder a um conjunto de decisões e de estratégias.

A pertença ao “inner circle” das especializações económicas e demais actividades de cada rede de cooperação, determina só por si que, à medida que se forem desenvolvendo estas novas formas de interdependência, tenderão a aumentar as dificuldades de entrada de novos membros / fornecedores / clientes.

Contrariamente aos recursos tradicionais, o recurso informação não é quantitativamente escasso, a sua escassez tem uma natureza qualitativa que pode resultar quer da substância da informação, quer da sua capacidade de uso por parte de quem a detém (1) .

As redes de cooperação inter-territoriais inter-ligadas e estruturadas elas próprias por redes de informação passaram a ter capacidade para produzir *novas imagens* reais e virtuais a elas associadas , e mesmo que a rede de cooperação institucional em si, seja pouco criativa ou pouco dinâmica , a rede informacional interna e externa pode funcionar em pleno e representá-la , aumentando a sua dimensão e dinamismo através das potencialidades de revalorização económica que possibilita.

Os territórios virtuais são assim, as representações dos territórios reais ou de redes de territórios reais - **clusters virtuais** - e das diferentes organizações que os compõem, nos sistemas de informação em rede, que , por sua vez , interligam os diferentes territórios reais.

Muitos dos relacionamentos inter-organizacionais transnacionais futuros, relacionam-se com a procura de parceiros económicos para desenvolver acordos de cooperação ou associação , a conquista de novos clientes e simplificação dos mecanismos de desenvolvimento de relacionamentos comerciais e de um conjunto de funções intermédias (encomendas, elaboração de catálogos de produtos, marketing de produto ,

(1) - Ver ZORRINHO, C. (1995) “Desenvolvimento Global: Informação e Sustentação das Estratégias de Desenvolvimento “ , in *Pequena e Média Empresa* , nº 18, III Série , Outubro-Dezembro.

etc , com a vantagem de estas novas tecnologias permitirem visualizar a realidade mesmo antes de estar construída), bem como com a partilha em rede de processos de inovação , serão muito influenciadas por esta densa malha relacional que resulta destes novos relacionamentos 'on line'.

Deste modo, dependendo do grau de desenvolvimento das infraestruturas informacionais , os relacionamentos inter-territoriais e inter-organizacionais tendem a assumir uma dimensão cada vez mais aterritorial, assente numa *economia de écran* (1).

Bem como ainda, o próprio planeamento estratégico, e o marketing territorial associados a formas de inter-articulação inter-territoriais e inter-organizacionais, podem vir a assumir dimensões ainda hoje inimagináveis.

(1) - Ver a propósito DAVIDOW, W. e MALONE, M. (1995) " L'Entreprise à l'Age du Virtuel " , Collection Institut du Management d'EDF et de GDF , Maxima, Paris.

SÍNTESE E CONCLUSÕES

**A Necessidade de Definição de uma Economia Política de Sistemas
Espaciais Localizados para a União Europeia**

A economia da União Europeia está a mudar, estando as economias nacionais e regionais a adaptar-se, e , no entanto, ainda hoje nos é longínquo poder prever os efeitos destas alterações em toda a sua plenitude.

Do ponto de vista estritamente económico, o objectivo da União, não é mais do que, criar um território económico em que os factores circulem livremente e se desloquem, sobretudo, com base em critérios económicos e de localização, à semelhança do que acontecia em qualquer economia nacional.

O objectivo Integração Económica está , assim, a ser concretizado por duas vias. Por um lado, através da implementação das quatro liberdades de circulação e dos processos de normalização técnica e harmonização legislativa que lhes estão associados, e por outro, através da multiplicidade de figuras e programas de promoção e apoio à inter-conexão inter-territorial e inter-organizacional, que a União vem desenvolvendo aos mais diversos níveis e sobre os mais diversos aspectos (programas de cooperação inter-empresas, inter-organizações de uma forma mais geral, cooperação inter-territorial, redes transeuropeias de transporte, programas de promoção da mobilidade de pessoas e programas de incentivo à inter-articulação informacional transterritorial e transnacional).

Os efeitos espaciais / territoriais da integração só agora começam a ser visíveis; o território económico e o território funcional da União estão a alterar a organização económica e espacial dos sectores , bem como, a especialização económica dos diferentes territórios regionais.

O sistema económico da União, está a aumentar substancialmente de complexidade, estruturado por relações económicas transnacionais (relacionamentos de natureza comercial, relações inter e intra-empresariais, relações económicas inter-territoriais) assentes e compostas por redes informacionais, em virtude do reconhecimento, na prática, das vantagens de actuação em rede, enquanto estratégia de reformulação de vantagens comparativas.

A própria integração está a ser concretizada, simultaneamente, a duas dimensões, a dimensão liberdade de circulação de factores e de incentivo ao inter-relacionamento transnacional entre agentes económicos, e a dimensão informacional através do apoio e estímulo que a União vem promovendo em relação ao desenvolvimento das redes informacionais transeuropeias, a chamada sociedade (europeia) da informação.

A velocidade de funcionamento e de concretização destas duas realidades é totalmente distinta, os sistemas e redes de informação não estão sujeitos a critérios de nacionalidade ou de soberania. Os próprios custos de transporte, instalação e funcionamento, normalmente associados aos factores de produção tradicionais, são muito menos significativos em termos dos sistemas de informação , **a federalização informacional da União tende a ocorrer primeiro.**

Em relação às implicações espaciais / territoriais deste processo, a questão fundamental consistirá, cada vez mais, em saber como as diferentes políticas sectoriais e globais da União Europeia, e em particular da Política Regional, vão equacionar todos estes aspectos. Consistirá ainda, em saber quais deles a União vai ter a preocupação de regular, estimular ou evitar, e quais deles vai deixar ao livre funcionamento do mercado; e quais irão ser no futuro, objecto de políticas ou medidas específicas por parte da União.

Seja qual for, a posição específica da União em relação a cada um deles , todos estes aspectos, no seu conjunto, exigem, inevitavelmente, por parte desta, o desenvolvimento de uma **Economia Política dos Espaços Locais e Regionais**, mais que não seja , enquanto instrumento de análise e antecipação das próprias implicações do processo de integração.

A Política Regional da União Europeia tem uma matriz, quase exclusivamente nacional enquanto , que, como já vimos, os territórios infranacionais tentam escapar cada vez mais a este enquadramento, sobretudo nacional.

À excepção das políticas da União Monetária, as demais políticas da União assumem uma lógica, sobretudo, sectorial e, por isso mesmo, mantêm em termos de funcionamento e aplicação, um enquadramento sobretudo nacional. Ao mesmo tempo as economias e os territórios, relacionam-se numa lógica, cada vez mais, transnacional, escapando, inclusivamente, à lógica sobretudo nacional da própria Política Económica da União.

Os territórios face às novas possibilidades de relacionamento exterior, procuram criar **mecanismos de pilotagem para unidades territoriais no mercado aberto da União** . Este novo relacionamento no espaço aberto é cada vez mais, um problema de pilotagem , não só para cada um dos territórios infranacionais pertencentes à União (na busca de um relacionamento e um posicionamento mais favorável no sistema União Europeia), mas é também um problema novo para o governos centrais e para as próprias Instituições da União.

A União Europeia vai mesmo ter que definir qual o modelo com que pretende pilotar os diferentes sistemas espaciais (redes de territórios e de organizações), que estruturam cada vez mais o território e a economia da União. Vai, ainda, ter que reflectir, sobre qual o tipo de influência que pretende ter sobre o seu desenvolvimento e os seus efeitos.

Qualquer decisão por parte da União e dos respectivos Estados-membros, sobre este aspecto, terá também, inevitavelmente que ver, com uma opção por um modelo de política regional, sobretudo, com critérios nacionais, igual ou semelhante ao que tem vindo a ser desenvolvido até aqui , ou se pelo contrário , irá optar por um modo de intervenção mais ‘comunitarizado’ ou ‘comum’, baseado em argumentos do tipo:

i) necessidade de maior integração;

i i) maior eficiência da aplicação das disponibilidades orçamentais;

- iii) a condição de não fazer crescer o Orçamento da União ou pelo menos a parte relativa aos Fundos estruturais;
- iv) possibilidade ‘única’ de alcançar a Coesão Económica e Social;
- v) a forma de evitar um desperdício de recursos financeiros, numa multiplicidade de investimentos nos mesmos sectores, à escala da União, sem um efeito multiplicador visível (argumento com base num raciocínio puro de análise custo-benefício, assente na dificuldade, até aqui, verificada com o actual modelo de financiamento territorial e das economias territoriais de permitir alcançar uma maior harmonização inter-territorial dos níveis de desenvolvimento).

Deste modo, poder-se-á criar um modelo novo que privilegie critérios comuns para a União, faça evoluir a Política Regional a um estatuto de política comum , e proceda à generalização e desenvolvimento das medidas de política territorial hoje em funcionamento, já analisadas, e que previlégiam, sobretudo, um intervenção integrada e global para a União.

Portanto, à semelhança do que já acontece com a própria definição de algumas políticas sectoriais, em processo crescente de comunitarização, também a Política Regional tenderia a evoluir no mesmo sentido.

Do ponto de vista das Instituições da União, existe ainda mais um argumento a que se poderá recorrer, que é o facto de que, uma vez em pleno funcionamento as quatro liberdades de circulação, o desenvolvimento de políticas regionais sobre um determinado território nacional (em virtude deste estar ‘aberto’), a aplicação de qualquer medida de política regional , não garante que os seus efeitos se façam , sentir no território em

que pretendia intervir , podendo inclusivamente vir até a beneficiar outros territórios envolventes (‘ao lado’) não nacionais (1).

As intervenções financeiras da União no conjunto do território , enquadram-se, quase sempre, numa lógica e num entorno geográfico nacional . A questão é saber qual a lógica ou a intencionalidade dominante de intervenção financeira futura, da União, e se irá privilegiar os relacionamentos preferenciais económicos e institucionais externos , na medida em que estes, condicionarão com certeza os próprios resultados de cada uma das políticas económicas seguidas, sejam elas nacionais ou da União.

Por outro lado, o facto das redes inter-territoriais de iniciativa da União terem uma lógica e especialização (económica / territorial / sectorial) torna absolutamente necessário, que os Estados-membros e a União, desenvolvam um esforço de antecipação dos efeitos económicos previsíveis. Nomeadamente, no que diz respeito, à evolução do tipo e modelo de especialização económica territorial futura e à sua importância no reforço da transnacionalização e aterritorialização dos processos produtivos e das fileiras económicas.

Colocam-se, portanto, novas condicionantes de imprevisibilidade e complexidade, quanto às implicações económicas do processo de integração, que resultam, em grande medida, de aspectos como: desadequações do grau de proporcionalidade entre os instrumentos de intervenção económica e financeira por parte da União, e por parte de cada um dos governos nacionais e governos regionais; do modelo de repartição de competências entre os Estados-membros e as Instituições da União actualmente em vigor; e do tipo de objectivos de integração económica , monetária e política que se pretendem alcançar.

Desde logo este aspecto, exige pelo menos do ponto de vista conceptual, **uma reformulação em termos de engenharia institucional, por parte da União Europeia, e um ganho de operacionalidade por parte dos Estados-membros da União, de for-**

(1) - Ver a propósito COVAS, 1996; *op cit*

ma a poder ganhar flexibilidade de actuação, em relação aos diferentes efeitos, global ou localmente mais nefastos, resultantes do funcionamento dos mercados em roda livre.

Este aspecto assume, ainda, um particular significado se recordarmos que a **Política Monetária** vai estanto cada vez mais integrada e a sua gestão é feita, cada vez mais, pelas **Instituições da União, mais especificamente, pelo Instituto Monetário Europeu. A Política Económica**, apesar da progressiva comunitarização das políticas sectoriais, é, ainda, nacional e intergovernamental, donde resultam também algumas ‘zonas cinzentas’.

O próprio funcionamento do mercado aberto, gera uma espécie de Território Abstracto da União que coloca novas dificuldades, perante a relação existente entre as políticas orientadas para o mercado e as políticas orientadas para os territórios.

A partir de 1988, a Comunidade Europeia começou a desenvolver as políticas da integração com um outro tipo de preocupações territoriais:

- i) a necessidade de temperar os objectivos de correcção das disparidades regionais e de ajustamento estrutural;
- i i) o progressivo encorajamento à flexibilização dos territórios (medidas relativas a atmosfera empresarial, condições de oferta, internacionalização e optimização de economias externas por via dos relacionamentos exteriores);
- i i i) os princípios de parceria, concertação, programação, adicionalidade decorrentes da Reforma dos Fundos Estruturais;
- i v) e, o objectivo de territorialização das ajudas comunitárias, concretizado na tipologia de regiões elegíveis para os Fundos Estruturais.

Assim, se a opção for a progressiva integração da Política Regional da União, e se caminhar para o desenvolvimento gradual de um modelo de desenvolvimento económico e territorial, para a União do tipo 'from above', estabelecido de cima (das Instituições da União para o território), e a aplicar no conjuntos dos diferentes territórios , a União terá de ser, cada vez mais, responsável pelo cumprimento de uma verdadeira política territorial redistributiva ; a questão é saber como será capaz de o fazer.

O princípio da subsidiariedade reconhece, ele mesmo, o princípio da organização territorial da economia.

As políticas territoriais tradicionais tendiam a valorizar, sobretudo, determinados aspectos objectivos como, por exemplo, o desenvolvimento de economias externas, ou a integração das várias indústrias locais, no sentido de reduzir custos em termos do comércio intra-regional, gerando vantagens comparativas e criando barreiras defensivas ao comércio inter-regional.

Actualmente, por parte dos agentes económicos, e do próprio funcionamento da economia da União, a perspectiva é, muito mais, de valorização de aspectos subjectivos como sejam, os factores internos às próprias empresas (aspectos tecnológicos, de gestão e inovação), importando ,cada vez mais, considerar factores difusos, recursos imateriais - **o génio dos lugares.**

Deste modo, já não é possível entender os territórios como um stock de recursos genéricos, em função dos quais as actividades económicas decidem as suas políticas de localização; **os territórios constituem cada vez mais infraestruturas em processo constante de construção de recursos (1)** , de requalificação e reinvenção de recursos e competências.

(1) - Ver a propósito VELTZ, P.(1992) " Hiérarchies et Réseaux dans l'Organisation de la Production et du Territoire" in BENKO, G. e LIPIETZ, A. (ed) " Les Régions Qui Gagnent. Districts et Réseaux: Les Nouveaux Paradigmes de la Géographie Economique " , Economie en Liberté , PUF, Paris.

Por isso a análise territorial deverá ser, cada vez mais, utilizada não só para o estudo dos sistemas produtivos , mas também dos sistemas espaciais, o que exige por parte da União um tipo de resposta de natureza e características diferentes.

Este facto verifica-se também, em virtude das alterações verificadas nos territórios locais e regionais quanto a:

- i) temporalidade e duração dos seus ciclos de desenvolvimento e dos seus modelos de especialização;
- ii) alteração da própria concepção e noção de território;
- iii) articulação transnacional dos próprios processos de declínio e de ascensão em termos de desenvolvimento económico etc.

Ainda que, esta proliferação de relacionamentos de cooperação inter-regionais e inter-urbanos de iniciativa da União viesse a ser abandonada, a partir de 1999 ,ou pelo menos, viesse a ser objecto de racionalização das intervenções , existe já um conhecimento relacional adquirido, por parte dos diferentes territórios, que tenderá a continuar o desenvolvimento deste tipo de figuras de cooperação mesmo sem financiamento desta.

De todos os aspectos referidos ao longo deste Estudo, resulta como principal conclusão, a necessidade de desenvolver uma Economia Política de Sistemas Espaciais / Territoriais Localizados, por parte da União Europeia. com base numa análise territorial de natureza dinâmica à sua escala, no sentido de melhor se poder avaliar e antecipar os efeitos de aplicação de cada medida de política económica sectorial / horizontal a definir, suas implicações na performance da economia da União, e efeitos sobre cada um dos territórios regionais que a compõem.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAM, F. (1996) "Regional Adjustment and Wage Flexibility in European Union" in *Regional Science and Urban Economics*, vol. 26, n° 1.
- ABRAHAM-FROIS, G. e BERREBI, E. (1994) "Introduction à la Dynamique Chaotique" in *Revue d'Economie Politique*, n° 2/3, mars-juin;
- ACBRECHTS, L. e MOULAERT, F. (1989) "Regional Policy at the Crossroad. European Perspectives", Jessica Kimplay Publ.
- AGLIETA, M.; BRENDER, A.; COUDERT, V. (1990) "Globalisation Financière : l'Aventure Obligée", Economica, Paris.
- ALBERGARIA, H. e CARRIÈRE, J.P. (1990) "Investissement Etrangers et Dynamique Litoral-Interieur", in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n° 1.
- ALIBONI, (1990) "The Mediterranean Dimension", in WALLACE, W. (ed) "The Dynamics of European Integration", The Royal Institut of International Affairs, London.
- ALPEN ADRIA (1992) "Organizzazione, Cronologia, Principali Iniziative", ALPEN ADRIA, Klagenfurt.
- AMENDOLA, M. e GAFFARD, J. (1988) "La Dynamique Economique de l'Inovation", Economica, Paris.
- AMIN, A. e DIETRICH, M. (eds) (1991) "Towards a New Europe? Structural Changes in the European Economy", European Association for Evolutionary Political Economy, Edward Elger Publishing Limited, Aldershot.
- AMIN, A. e DIETRICH, M. (1991) "Deciphering the Terrain of Change in Europe", in AMIN, A. e DIETRICH, M. (eds).
- AMIN, A. e DIETRICH, M. (1991) "From Hierarchy to 'Hierarchy': the Dynamics of Contemporary Corporate Restructuring in Europe", in AMIN, A. e DIETRICH, M. (eds).
- ANSELIN, L. e REY, S. (1989) "Issues in the Specification of an Integrated Multiregional Model for a System of Small Regions", Comunicação apresentada no 25° Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA), Cambridge.
- ANSELIN, L. e HUDAK, S. (1992) "Spatial Econometric in Praticce : A Review of Software Options" in *Regional Science and Urban Economics*, vol. 22, n° 3.
- ANTONELLI, C. (1986) "Technological Districts and Regional Innovation Capacity", *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n° 5.
- ARCHER, R. e MALABOU, D. (1995) "Epargne Regionale et Flux Nationaux de Capitaux" in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n° 5.
- ARE (1988) "Étude Comparée des Activités des Organizations Interregionales", Assemblée des Régions de l'Europe / CEDRE, Strasbourg.
- ARMSTRONG, A. e HAGEL, J. (1996) "The Real Value of On-Line Communities" in *Harvard Business Review*, may-june.
- ARTHUR, B. (1986) "Industry Location Patterns and the Importance of History", Center of Economic Policy Research, Standford University.
- ASHWORTH, G. (1988) "Marketing the Historic City for Tourism Industry", in GOODALL, B. e ASHWORTH, G. (eds) "Marketing in the Tourism Industry", Croom Helm, Beckenham.
- ASHWORTH, G. e VOOGD, H. (1990), "Selling the City", Belhaven, London.
- ATALIK, G. e CIRACI, H. (1991), "Interregional Migration Pattern as a Product of Regional Differentiation", Comunicação apresentada no 34° Congresso da Regional Science Association (RSA), Lisboa.

- ATKINSON, J. (1989) "Corporate Employment: Policies for the Single European Market", Institut of Manpower Studies Report, University of Sussex, Brighton.
- AYDALOT, P. (1983) "Villes en Crise, Marchés du Travail et Regulations Locales", in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n° 1.
- AYDALOT, P. (1983) "Analyse des Phénomènes Récents de Desurbanisation dans les Pays Occidentaux", Comunicação apresentada no 23º Congresso Europeu da *Regional Science Association (RSA)*, Poitiers.
- AYDALOT, P. (1985) "Economie Regionale et Urbaine", Economica, Paris.
- AYDALOT, P. e CAMAGNI, R. (1986) "Tertiarisation et Developpment des Metropoles un Modèle de Simulation du Developpment Regional", in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n° 2.
- AYDALOT, P. e KEEBLE, D. (1988) "High-Technology Industry and Innovative Environments in Europe: an Overview", in AYDALOT, P. e KEEBLE, D. (eds) "High-Technology Industry and Innovative Environments: the European Experience", London.
- BAILLY, A.; BOULIANNE, L.; MAILLAT, D. (1989) "Activités de Service et Evolution des Systèmes de Production", in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n° 4.
- BAILLY, A.; MAILLAT, D.; REY, M. (1984) "Tertiaire Moteur et Developpment Regionale: le Cas des Petites et Moyennes Villes", in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n° 5.
- BAILLY, A. (1993) "Les Representations Urbaines: L'Imaginaire au Service du Marketing Urbain", in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n° 5.
- BALASSA, B. (1961) "The Theory of Economic Integration", Allen and Unwin, London.
- BALL, C. (1987) "Taking Action About Long-Term Unemployment in Europe: the Experience of Twenty Locally Based Projects", Office des Publications Officielles des Communautés Européennes.
- BAMBERGER, I. et al (1987) "Strategic Orientations of Small and Medium-Sized Enterprises: a Summary of First Descriptive Results", STRATOS, EIAM, Bruxells.
- BARISIK, A.; ERAYDIN, A.; GEDIK, A. (1990) "Turkey" in SERROW, C.; NAM, C. SLY, D.; WELLER, R. (eds) "Handbook of International Migration", Greenwood New York.
- BARRAS, R. (1987) "Technical Change and the Urban Development Cycle", in *Urban Studies*, n° 24.
- BARTOLI, H. (1991) "L'Economie Multidimensionnelle", Economica, Paris.
- BASLE, M. e PELE, F. (1994) "Etude de Cas d'une Évaluation d'une Politique Publique Européenne d'aide au Développement du Tourism Rural", in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n° 4.
- BATEY, P. e MADDEN, M. (1981) "Demographic-Economic Forecasting Within an Activity-Commodity Framework: Some Theoretical Consideration and Empirical Result", in *Environment and Plannig*, A. 13.
- BATTEN, D. e TORNQVIST, G. (1990) "Multilevel Network Barriers: the Metodological Challenge", CERUM, Umea University, Umea.
- BATTEN, D. e JOHANSON, B. (1991) "The Origins of the Network Economy", Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da *Regional Science Association (RSA)*, Lisboa.

- BATTY, M. (1991) " Cities as Fractals : Simulating Growth and Form " in CRILLY, A.; EARNSHAW, R. ; JONES, H.(eds) " Fractals and Chaos " , Springer Verlag , Berlin.
- BAUDIN, P. (1990) " La Méditerranée , Partenaire ou Enjeu ? " , in *Revue du Marché Commun* , n° 335.
- BAYOUMI, T. e EICHENGREEN, B.(1992)"Shocking Aspects of European Monetary Union " , Centre for Economic Policy Research, Discussion Paper n° 643 , London.
- BAYOUMI, T. e EICHENGREEN, B.(1993)"Shocking Aspects of European Monetary Unification " in TORRES, F. e GIAVAZZI, F. (eds) " Adjustment and Growth in the European Monetary Union " , Cambridge University Press, Cambridge.
- BEAUVIALLA-RIPERT, C. e ROUSIER, N. (1991) " Milieux Territoriaux Internationalisant ? " , in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine* , n° 3 / 4.
- BEELEY, B. (1988) " Social Science Approaches to International Migration " , in *Population and Development Review* , vol. 14.
- BEGG, I.(1989) " The Regional Dimension of the 1992 Proposes " , in *Regional Studies* Cambridge, vol. 23 , n° 4.
- BEIJE, P. (1988) " Markets , Hierarchies and Interorganisational Relations " , Erasmus University, Economics Department, Rotterdam.
- BELLET, M. e BOUREILLE, B. (1989) " Haute Technologie, Nouvelles Technologies, Complexification Economique et Regions " , in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n° 5.
- BENEVOLO, L. (1993) " La Città Nella Storia D'Europa " Gius. Laterza & Figli Spa, Roma-Bari.
- BENKO, G. (1990) " La Dynamique Spatiale de l'Economie Contemporaine " , PUF , Paris.
- BENKO, G. e DUNFORD, M. (1992) " Changement Structurel et Organisation Spatiale du Système Productif " , in *Revue d'Économie Regionale et Urbaine* , n° 2.
- BENKO, G. e LIPIETZ, A. (1992) " Les Regions qui Gagnent. Districts et Réseaux: les Nouveaux Paradigmes de la Géographie Economique " , PUF , Paris.
- BENKO, G. e LIPIETZ, A. (1992) " Des Réseaux de Districts aux Districts de Réseaux " in BENKO, G. e LIPIETZ, A (ed)"Les Regions Qui Gagnent. Districts et Réseaux: Les Nouveaux Paradigmes de la Géographie Economique " , Economie en Liberté, PUF, Paris.
- BENVENUTI, S.; CAVALIERI, A.; RAFFAELLI, C. (1992) " An Interregional Impact Analysis of the Completion of the Single European Market: the Case of the Italian Regions " , Comunicação apresentada no *IV Congresso Mundial da Regional Science Association International (RSAI)* , Palma de Mallorca.
- BERLIANT, M. e WANG, P. (1993) " Endogenous Formation of a City Without Agglomerative Externalities or Market Imperfections : Marketplaces in a Regional Economy " in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 23 , n° 1 ;
- BERRY, B. (1976) " Urbanisation et Conterurbanisation " , Sage, London.
- BERTRAND, Y e HAY, F. (1987)" Système Productif Regional et Réseaux de Relation " in FOURCADE, C. (ed) " Industries et Regions " , Economica, Paris.
- BERTUGLIA, C.; LEONARDI, G.; WILSON, A. (eds) (1990) " Urban Dynamiques : Designing an Integrated Model " , Routledge , London.

- BERTUGLIA, C. ; CLARKE, G. ; WILSON, A. (1994) " Modelling the City. Performance , Policy and Planning " , Routledge , London;
- BLANC, F.; CENTI, C.; URDY, L. (1994) " Integration Spatiale et Arc Latin " in *Méditerranée* , vol. 79, n° 1-2.
- BLUM, J. ; CAMERON, R. ; BARNES, T. (1967) " The Emergence of the European World " , Routledge, London.
- BOUDEVILLE, J. (1961) " Les Espaces Economiques " , PUF , Paris.
- BOFINGER, P. (1994) " Is Europe an Optimum Currency Area ? " in STEINHERR , A. (ed) " 30 Years of European Monetary Integration: From the Werner Plan to EMU " , Longman, London.
- BONNET, J. (1995) " Les Dynamiques Régionales et Leurs Facteurs " , in *Revue d'Économie régionale et Urbaine* , n° 1.
- BONNEVILLE, M. (1994) " Une Revue des Recherches sur les Villes et l' Internationalisation " , in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 2.
- BORJA, J. (1990) " Europa: la Hora de las Unidades " , in *Sociedade e Território* , n° 12.
- BOYCE, D. (1988) " Renaissance of Large-Scale Models " , in *Papers of the Regional Science Association* , 65.
- BOYER, R. (1988) " The Search of Labour Market Flexibility " , Claderon Press, Oxford.
- BRADBEER, J. e MOON, G. (1987) " The Defence Town in Crises: The Paradox of the Tourism Strategy " , in BATEMAN, M. e RILEY, R. (eds) " A Geography of Defense " , Croom Helm, Beckenham, London.
- BRESSAND, A. e NICOLAIDIS, K. (1988) " Les Services au Coeur de L' Economie Relationelle " , in *Revue d'Economie Industrielle* , n° 43.
- BRESSAND, A. e NICOLAIDIS, K. (1990) " Regional Integration in a Networked World Economy " , in WALLACE, W. (ed) " The Dynamics of European Integration " The Royal Institute of International Affairs, London.
- BRONZINI, F. e BEDINI, M. (1991) " The Metaphor of Urban Networks as Neutral Networks: Some Models for Territorial Restructuring Management " , Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA), Lisboa.
- BRUINSMA, F. e RIETVELD, P. (1991) " Infraestructure and Metropolitan Development: an European Comparision " , Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA), Lisboa.
- BRUINSMA F. e RIETVELD, P. (1993) " Urban Agglomeration in European Infraestructure Networks " in *Urban Studies* , vol. 30 , n° 6 , June.
- BRUNN, S. e WILLIAMS, J.(eds) (1983) " Cities of the World " , World Bank, New York
- BURTENSHAW, D.; BATEMAN, M.; ASHWORTH, G. (1991) " The European City : Western Perspectives " , Fulton, London.
- BUZELAY, A. (1992) " Regime des Aides d'Etat: Jurisprudence Récente de la Cour de Justice (1989-1992) " , in *Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne* , n° 361 , sept.-octob. .
- CALMETTE, M. e LOUSTALAN, C. (1991) " Methodologie d'Analyse des Concorrence et Complementarités Regionales " , in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 2.
- CALMETTE, M. (1994) " Localisation des Activités et Intégration Européenne " , in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine* , n° 5.

- CAMAGNI, R. e CAPPELLIN, R. (1984) "Changement Structural et Croissance de la Productivité dans les Regions Européennes" in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n° 2.
- CAMAGNI, R. (1985) "Innovation and the Urban Life-Cycle: Production, Location and Income Distribution Aspects" in NIJKAMP, P. (ed) "Technological Change, Employment and Spatial Dynamics", Springer Verlag, Berlin.
- CAMAGNI, R. e GIBELLI, M. (1986) "Urban Planning Strategies in an Era of Desindustrialisation: the Scheme for a Technological Pole in Milan" in *Revue d'Économie Régionale et Urbain*, n° 5.
- CAMAGNI, R. e PIO, S. (1988) "Funzioni Urbani e Gerarchia Metropolitana Europea: la Posizione di Milano nel Sistema dell'Europa Meridionale" in *Progetto Milano la Trasformazione Economica della Città*, F. Angeli, Milano.
- CAMAGNI, R. (1988) "Functional Integration and Locational Shifts in New Technology Industry" in AYDALOT, P. e KEEBLE, D. (eds) "High Technology Industry and Inovative Environments: the European Experience", Routledge, London.
- CAMAGNI, R. (ed) (1989) "Innovation Networks: Spatial Perspectives", Belhaven Press, London.
- CAMAGNI, R. (1989) "Space, Networks and Technical Change: An Evolutionary Approach", Comunicação apresentada no Colóquio Internacional GREMI *Innovative Millieux and Transnational Firm Networks*, Barcelona.
- CAMAGNI, R. (1990) "Cooperation Networks and Networks of Cities: Towards a Taxonomy and a Theory", Rapport pour la DATAR, Paris.
- CAMAGNI, R. (1991) "Innovation Networks", Printer Publisher, London.
- CAMAGNI, R. (1992) "Organisation Économique et Réseaux de Villes" in DERYCKE, P-H. (ed) "Espace et Dynamiques Territoriales", Economica, Paris.
- CAMAGNI, R. (1993) "Les Réseaux de Villes: Théorisation et Orientation des Politiques Publiques", DATAR, Paris.
- CAMAGNI, R. e GIBELLI, M. (1993) "Strategic Planning and Urban Marketing as Instruments of Competition Between Cities", Comunicação apresentada no VIII *Workshop on Urban Strategic Planning of The Joint Programme on Regional Science Studies in Southern Europe*, Évora.
- CANTER, D. (1977) "The Psychology of Place", The Architectural Press Ltd, London.
- CANTER, D.; KRAMPEN, M.; STEA, D. (eds) (1988) "New Directions in Environmental Participation", Avebury, Aldershot.
- CAPELO, C. e WILLIAMS, H. (1990) "Nuove Strategie d'Impresa, Nuovi Sistemi Spaziali e Nuovi Tecnologie dell'Informazione come Strumenti di Riduzione della Incerteza" in *Economia e Politica Industriale*, n° 67.
- CAPELLO, R. (1991) "Towards New Industrial and Spatial Systems: the Role of New Technologies", Comunicação apresentada no 31° Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA), Lisboa.
- CAPPELLIN, R. (1989) "International Linkages among Cities: a Network Approach", Comunicação apresentada no 29° Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA), Cambridge.
- CAPPELLIN, R. (1990) "Networks nelle Città e Networks tra Città", in CURTI, F. e DIAPPI, L "Gerarchie e Reti di Città: Tendenze e Politiche", Angeli, Milano.

- CAPPELLIN, R. e NIJKAMP, P.(1990) “ The Role of Space in Technological Change ” in CAPPELLIN, R. e NIJKAMP, P.(eds)“ The Spatial Context of Technological Development “ , Avebury, Aldershot.
- CAPPELLIN, R.(1990)“The Role of Interegional Cooperation in International Relations: the Case of MITTEL Europe “ , Comunicação apresentada no 30º Congresso Europeu da *Regional Science Association (RSA)*, Istambul.
- CAPPELLIN, R. (1991) “ Theories of Local Endogenous Development and International Cooperation in Tykylainen “ in CAPPELLIN, R.(ed)“ Interregional Cooperation and Development in the European Finge Areas “ , Springer Verlag, Berlin.
- CAPPELLIN, R. (1991) “ Interregional Cooperation and the International Role of Regional Economics:the Case of Alpe Adria “ Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da *Regional Science Association (RSA)* , Lisboa.
- CAPPELLIN, R. (1991) “ The European Internal Market and the Internationalisation of Small and Medium Size Enterprises “ , in BOYCE, D.; NIJKAMP, P.; SHEFER, D. (eds) “ Regional Science Retrospect and Prospect “ , Springer Verlag, Berlin.
- CAPPELLIN, R. (1992) “ Technological Change and Spatial Networks in Economics Lagging Regions“Comunicação apresentada no IV Congresso Mundial da *Regional Science Association International (RSAI)* , Palma de Mallorca.
- CAPPELLIN, R. (1992) “ Patterns and Policies of Regional Economic Development and the Cohesion among the Regions of European Community “ , Finisterra, Lisboa.
- CARRIERE,J-P.e MOREL, B.(1990)“L’Espace Regional Mediterranéen. Developpment Litoral-Developpment Interieur “ in *Revue d’Economie Regionale et Urbaine* ,nº 4 .
- CASTELLS, M. (1989) “ The Informational City : Information Technology, Economic Restructuring and the Urban-Regional Process “ , Blackwell, Oxford.
- CATIN, M.(1993)“ Performances a L’Exportation, Structures de Production et Niveaux de Development des Regions “ in *Revue d’Economie Régionale et Urbaine* , nº4.
- CATTAN, N. (1993) “ La Dynamique des Echanges Aeriens Internationaux entre les Grandes Villes Européennes “ in *Revue d’Economie Régionale et Urbaine*, nº 4.
- CCE (1989) “ La mobilité Géographique et ses Implications Sociales “ , DG V , CCE , Bruxelles.
- CCE (1990) “ L’Europe dans le Mouvement Démographique “ , Cellule de Perspective, Bruxelles.
- CCE (1990) “ Guia para as Iniciativas Comunitárias “ , SPOCE , Luxembourg.
- CCE (1990) “ Demographie Evolution Through Time in European Regions “ , DG XVI, Netherlands Economic Institute, Brussels.
- CCE (1990)“Cooperation between Border Regions for Local and Regional Development ” , The Innovation Development Planning Group.
- CCE (1990) “ The European Highspeed Train Network “ , DG XVII , Brussels.
- CCE (1991) “ As Regiões na Década de 90. Quarto Relatório Periódico relativo à Situação Socioeconómica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade “ , SPOCE, Bruxelas.
- CCE (1991) “Revitalisation of European Cities,International Comparative Perspectives“ DG XII et FAST Monitor , Prospective Dossier nº 4, Bruxelles.
- CCE (1991) “ New Location Factors for Industries and Services “ DG XVI, Netherlands Economic Institute, Brussels.

- CCE (1991) "Urbanisation and the Functions of Cities in the European Community", Centre for Urban Studies, University of Liverpool and FERE Consultants, Paris.
- CCE (1991) "The Socio-Economic Consequences of the Completion of the Internal Market for Regions whose Development is Lagging Behind", GREMI.
- CCE COM(92) 23 final - vol.III, 26.05.92 - "O Estado do Ambiente na Comunidade Europeia".
- CCE (1992) "Europa 2000. Perspectivas para o Desenvolvimento do Território da Comunidade", SPOCE, Luxemburgo.
- CCE (1992) "The Economic and Social Impact of Reductions in Defence Spending and Military Forces of the Regions of the Community" Regional Development Studies, OOPEC, Luxemburgo.
- CCE (1993) "New Location Factors for Mobile Investment in Europe", Regional Development Studies, OOPEC, Luxemburgo.
- CCE (1993) "Trade and Foreign Investment in the Community's Regions: The Impact of Economic Reform in Central and Eastern Europe", Regional Development Studies, OOPEC, Luxemburgo.
- CCE (1993) "Administrative Structures for Environmental Management in the European Community", OOPEC, Luxemburgo.
- CCE (1994) "Financial Engineering Techniques in Regions Covered by Objectives 1, 2 and 5b of the Community Regional Policies", Regional Development Studies, OOPEC, Luxemburgo.
- CCE (1994) "Conference Proceedings ECOS - OUVERTURE", Review of East-West Interregional Cooperation, nº 1, Bruxelles.
- CCE (1994) "Livro Branco do Crescimento, Competitividade, Emprego. Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI", SPOCE, Luxemburgo.
- CCE (1994) "Interregional and Cross-Border Cooperation in Europe: Regional Development Studies. Proceedings of the Conference on Interregional Cooperation-Regions in Partnership, Brussels, 14 and 15 December 1992", OOPEC, Luxemburgo.
- CCE (1994) "Competitividade e Coesão: Tendências Verificadas nas Regiões. Quinto Relatório Periódico Relativo à Situação Socio-Económica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade", Políticas Regionais da Comunidade Europeia, SPOCE, Luxemburgo.
- CCE (1994) "Guia para as Iniciativas Comunitárias 1994-1999", Fundos Estruturais Comunitários, SPOCE, Luxemburgo.
- CCE (1994) "Estudo Prospectivo das Regiões Atlânticas", Regional Development Studies, SPOCE, Luxemburgo.
- CCE (1994) "Trans-European Networks. Interim Report of the Group of Personal Representatives of the Head of State or Government (Christophersen Group", Bull EU, sup. nº2.
- CCE (1994) "Livro Verde sobre uma Abordagem Comum no Domínio das Comunicações Móveis e Pessoais na União Europeia", COM (94) 145 final, 27.04.94.
- CCE (1995) "Development Prospects of the Central Mediterranean Regions (Mezzogiorno-Greece)" European Union, Regional Policy and Cohesion, Regional Development Studies, OOPEC, Luxemburgo.

- CCE (1995) "Évolution Prospective des Régions de la Méditerranée-Ouest", Politiques Régionales de la Communauté Européenne, Études de Développement Régional, OOPEC, Luxemburg.
- CCE (1995) "Guia das Acções Inovadoras do Desenvolvimento Regional.", Política Regional e Coesão, SPOCE, Luxemburg.
- CCE (1995) "PACTE - Cooperation Interregionale. Programme d'Échange d'Experiences", Bureau PACTE - ARE, Strasbourg.
- CCE (1995) "The Prospective Development of the Northern Seaboard", Regional Development Studies, OOPEC, Luxemburg.
- CCE (1995) "Europa 2000+. Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu" Políticas Regionais da Comunidade Europeia, SPOCE, Luxemburg.
- CCRE (1993) "Villes et Regions: Ouverture Sur l'Europe", CCRE, Paris.
- CCRE (1994) "Guide Pour la Réalisation des Plans Stratégiques de Développement des Villes Moyennes", Oficina de Arquitectura e Câmara Municipal de Évora, Lisboa.
- CHALTIEL, F. (1995) "Pour une Clarification du Débat sur l'Europe à Plusieurs Vitesses" in *Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne*, n° 384.
- CECCHINI et al (1988) "The European Challenge 1992. Benefits of the Single Market", Gower-Wildwood House, Aldershot.
- CEDRE (1988) "Étude Comparée des Activités des Organisations Interregionales", Assemblée des Regions de l'Europe (ARE), Centre Européenne du Développement Régional et Urbain (CEDRE), Strasbourg.
- CHAMPION, A. (1990) "Changes in the Spatial Distribution of the European Population", Council of Europe Demographic Conference, University of New Castle.
- CHANDLER, A. (1990) "The Enduring Logic of Industrial Success" in *Harvard Business Review*, march-april.
- CHESHIRE, P.; CARBONARO, G.; HAY, D. (1986) "Problems of Urban Decline and Growth in EEC Countries: on Measuring Degrees of Elephantness" in *Urban Studies* vol. 27.
- CHESNAIS, F. (1988) "Technological Co-operation Agreements between Firms", in *STI Review -OCDE*, december, n° 4.
- CICIOTTI; ALDERMAN; THWAITES (1990) "Technological Change in a Spatial Context", Springer Verlag, Berlin.
- CLOUT, H. (1994) "Europe's Cities in the Late Twentieth Century", Royal Dutch Geographical, Utrecht / Amsterdam.
- CML (1992) "Plano Estratégico de Lisboa", Câmara Municipal de Lisboa, Direcção de Projecto e Planeamento Estratégico, Lisboa;
- COLLETIS, G. e PECQUER, B. (1993) "Intégration des Espaces et Quasi-Intégration des Firmes: vers de Nouvelles Rencontres Productives?", in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n° 3.
- COMMUNAUTÉ DE TRAVAIL DU JURA (1990) "Étude sur l'Armature Urbaine et Economique de l'Espace C.T.J.", CTJ, Genève.
- CONSEIL DE L'EUROPE (1990) "Les Effets de l'achèvement du Marché Intérieur sur l'Autonomie Locale et Régionale", Conférence Permanente des Pouvoirs Locaux et Régionaux de l'Europe, Strasbourg.
- CONTI, S. e SPRIANO, G. (1989) "Strutture Urbane, Innovazioni Tecnologica e Reti Urbane Internazionali", Comunicação apresentada no Seminário Internacional *Effeto Città. Sistemi Urbani ed Innovazioni: prospettive per l'Europa alle soglie degli anni 90*, Torino.

- CORADE, N. (1994) " La Metropolisation ou la Ville Retrouvée " in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* , nº 2.
- CORIAT, B. e PETIT, P.(1991)" Desindustrialization and Tertialization: Towards a New Economic Regime ? " , in AMIN, A. e DIETRICH, M. (eds).
- COSTA, P. e TONICOLO, M. (eds) (1992)" Città Metropolitane e Sviluppo Regionali " Scienze Regionali, Associazione Italiana de Scienze Regionali, Francaangeli, Milano.
- COURLET, C. e PECQUER, B.(1990) " Systémes Locaux d'Entreprises et Externalités: Essay de Typologie " , Comunicação apresentada no Colóquio *Mondialisation de l'Economie et Developpement des Territoires* , Saint-Etienne.
- COVAS, A. (1991)"O Factor Nacional e o Factor Regional na Perspectiva Comunitária" Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) , Lisboa.
- COVAS, A. e NETO, P. (1992) " Post-Maastricht European Union and the New Regional Policy : From Regionalisation to Regionalism ? " , Comunicação apresentada no *IV Congresso Mundial da Regional Science Association International (RSAI)*, Palma de Mallorca.
- COVAS, A. e NETO, P. (1992) " A União Europeia e a Nova Política Regional : da Regionalização ao Regionalismo ? " in *Estudos de Economia* , vol. XII , nº 4 Jul-Set. , Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) , Lisboa.
- COVAS, A. (1995) " Políticas de Inovação e Cultura Administrativa: Velhas e Novas Contradições " , Comunicação apresentada no Encontro GREMI *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional* , Évora.
- COVAS, A. (1996) " A Revisão do Tratado de União Europeia . Contribuições para a Conferência Intergovernamental de 1996 " Celta Editora, Oeiras.
- COVER, T. e THOMAS, J. (1991) " Elements of Information Theory " , John Wiley & Sons , New York.
- CREVOISIER, O. e MAILLAT, D. (1991) " Milieu, Industrial Organisation and Territorial Development " , in CAMAGNI, R. (ed) " Innovation Networks: Spatial Perspectives " , Belhaven Press, London.
- CRIDEL (1991) " Intercommunalité et Developpement " , Centre de Rencontres et d'Innitiatives pour le Developpement (CRIDEL) , Paris.
- CROCKETT, A. (1994) " The Role of Convergence in the Process of EMU " in STEINHERR , A. (ed) " 30 Years of European Monetary Integration : From the Werner Plan to EMU " , Longman, London.
- CUENCA, E. e GARCIA, M. (1992) " L'Internationalisation de l'Economie Andalouse" in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* , nº 4.
- CURTI, F. e DIAPPI, L. (1989) " Gerarchie e Retti di Città: Tendenze e Politiche " , Angeli, Milano.
- CURWEN, P. (1995) " Telecommunications Policy in the European Union: Developing the Information Superhighway " in *Journal of Common Market Studies* , vol. 33 , nº 3.
- DATAR (1989) " Les Villes Européennes " , Maison de la Geographie, Montpellier.
- DATAR (1990) " Une Nouvelle Etape pour l'Aménagement du Territoire " , La Documentation Française , Ministère de l'Aménagement du Territoire et des Reconversions, Paris.
- DAVELAAR, E. e NIJKAMP, P.(1989)" New Technology Systems in Space " , in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* , nº 4.

- DAVIDOW, W. e MALONE, M. (1992) " The Virtual Cooperation : Structuring and Revitalising The Cooperation for the 21st Century " , Harper Collins, New York.
- DAVIDOW, W. e MALONE, M. (1995) " L'Entreprise à l'Age du Virtuel " , Collection Institut du Management d'EDF et de GDF , Maxima, Paris.
- DAVIS, K. (1988) " Social Science Approaches to International Migration " , in *Population and Development Review* , vol. 14.
- DECRESSIN, J. e FATÁS, A. (1995) "Regional Labor Market Dynamics in Europe" in *European Economic Review* , vol. 39, nº 9.
- DE GRAUWE, P. (1992) " The Economics of Monetary Integration " , Oxford University Press, Oxford.
- DEHESA, G. e KRUGMAN, P. (1993) " Monetary Union , Regional Cohesion and Regional Shocks " , in DEHESA et al. (eds) " Monetary Future of Europe " , CEPR.
- DEL RIO, C.; MELLA, J.; CUADRADO, J. (1991) " Business Services as a Regional Policy Instrument: Some Models " , Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA) , Lisboa.
- DELFAUD, P. (1989) " La Perception des Disparités Regionales dans la Communauté Européenne " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , nº 1.
- DELORS, J. (1989) " Regional Implications of Economic and Monetary Union " , Brussels.
- DENDRINOS, D. e MULLALY, H. (1985) " Urban Evolution . Studies in the Mathematical Ecology of Cities " , Oxford University Press, Oxford.
- DERYCKE, P. (1989) " Vieille Scientifique en Economie Urbaine - Evaluation , Prospective " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , nº 1.
- DIAPPI, L. (1993) " Information et Hiérarchie Urbaine " in LEPETIT, B. e PUMAIN, D. (cord) " Temporalités Urbaines " , Collection Villes, Anthropos, Economica, Paris.
- DOMERGUES, P. e GARDIN, N. (eds) (1989) " Les Strategies Internationales des Metropoles Régionales - l'Exemple de Strasbourg " , Syros Alternalités , Paris.
- DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; SOETE, L. (eds) (1988) " Technical Change and Economics Theory " , Frances Printer, London.
- DOSI, G.; PAVITT, K.; SOETE, L. (1990) " The Economics of Technical Change and International Trade " , Harvester Wheatsheaf , London.
- DREWE, P. (1989) " L'Importance du Role de la Telematique dans l'Amenagement Urbain et Regionale " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , nº 3.
- DREWE, P. e ROSEBOOM, H. (1993) " Limites a la Croissance Urbaine en Europe ? " in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* , nº 4.
- DRUCKER, P. (1990) " The Emerging Theoty of Manufacturing " in *Harvard Business Review* , may-june.
- DUFORT, D. (1989) " Les Fonctions de la Recherche Industrielle Cooperative dans la Politique Technologique des Etats d'Europe de l'Ouest " in *Review d'Economie Regionale et Urbaine* , nº 4.
- DUPUY, G. (1991) " L'Urbanisme des Réseaux . Théorie et Méthodes " , Armand Colin, Paris.
- DUPUY, G. e GILLY, J. (1992) " Industrial Dynamics, Territorial Dynamics and Group Strategies " , Comunicação apresentada no IV Congresso Mundial da Regional Science Association International (RSAI) , Palma de Mallorca.



- EATON, B. e LEMCHE, S.(1991)“The Geometry of Supply, Demand, and Competitive Market Structure with Economies of Scope”in *American Economic Review* , vol. 81.
- EFILWC (1993) “ Teletifestyles and the Flexicity . A European Study “ , European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions , Dublin.
- EFILWC (1993) “ Innovations for the Improvement of the Urban Environment. An European Overview ”, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions , Dublin.
- EFILWC (1994)“European Conference on Urban Innovations.Seville,6-8 October1993“, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Dublin.
- ERLANDSSON, U. (1977) “ Contact Potentials in the European System of Cities “ , in FOLMER, H. e OOSTERHAVEN, J. (eds)“ Spatial Inequalities and Regional Development “ , Martinus Nijhoff Publishing, the Hague.
- ERT (1991) “ Missing Networks an European Challenge “ , ERT, Brussels.
- FERRÃO, J. e NICOLAU, I. (1991)“Local and International Integration and the Utilisation of Producer Services by SME’s “ , Comunicação apresentada no *31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA)* , Lisboa.
- FERRÃO, J.(1992)“ Serviços e Inovação.Novos Caminhos para o Desenvolvimento Regional “ , Celta Editores, Oeiras.
- FERRÃO, J. (1995) “ Meios Inovadores em Cidades de Média Dimensão: Uma Utopia Razoável ? O Exemplo de Évora “ , Comunicação apresentada no Encontro *GREMI Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local* , Évora.
- FIELDING, A. (1994) “ Contra-Urbanização : Ameaça ou Benção? “ in PINDER, D. (org) “ Europa Ocidental. Desafios e Mudanças “ , Celta Editora, Oeiras.
- FILIATRE, J. (1993) “ La Planification Stratégique Régionale : Quelques Concepts Méthodologiques “ in *Revue d’Economie Regionale et Urbaine* , nº 1.
- FISCHER, W. (1971) “ Econometric Estimation with Spatial Dependence “ in *Regional Science and Urban Economics* , nº 1.
- FORSSTROM, B. e ESKELINEN, H. (1991) “ Local Resource Mobilization and SME : Internationalisation Strategies in the Context of 1992 “ , Comunicação apresentada no *31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA)* , Lisboa.
- FOYIL, D. et al (1988) “ Europe 1992 : Breaking Down the Barriers Economic and Sector Prospects “ , VBS-Phillips, Drew.
- FRANKHAUSER, P. (1994) “ Fractals , Urban Patterns and Transportation Networks “ in *Revue d’Économie Politique* , nº 2 / 3 , mars-juin.
- FREEMAN, C. ; CLARK, J.; SOETE, J. (1982) “ Unemployment and Technical Innovations “ , Frances Printers, London.
- FREY, W. (1988) “ The Re-Emergence of Core Region Growth: a Return to the Metropoles ? “ in *International Regional Science Review* , nº 11.
- FRIEDMANN, J. e DOUGLASS, M.(1978)“Agropolitan Development:Towards a New Strategy for Regional Planning in Asia “ , in LO, F. e SALIH, K. (eds) “ Growth Pole Strategy and Regional Development Policy “ , Pergamon Press, Oxford.
- FRISCH, G.-J. ; MEYER, C. (1992) “ Le Traité sur l’Espace Economique Européen: Cadre Juridique d’une Europe du Deuxième Cercle “ in *Revue du Marché Commun et de l’Union Européenne* , nº 360.

- FROBEL, F.; HEINRICHS, J.; KREYE, O. (1990) " The New International Division of Labour " , Cambridge University Press , Cambridge.
- FUCHS, V. e PERLMAN, R. (1960) " Recent Trends in Southern Wage Differentials " , in *Review of Economics and Statistics* , n° 42.
- FUSTIER, B. (1995) " Position Économique des Régions Insulaires par Rapport à la Norme Européenne : le Poids de l'Isolement " , in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine* , n° 1.
- GABRIEL, S. ; SHACK-MARQUEZ, J. ; WASCHER, W. (1993) " Does Migration Arbitrage Regional Labor Market Differentials ? " , in *Regional Science and Urban Economics* , Vol. 23 , n° 2.
- GADBIN, D. (1988) " Quelle Politique Regionale pour la Communauté Européenne ? " , in *Review du Marché Commun* , n° 314.
- GAMON, P. ; LIEVRE, P. ; MOREAU, P. (1993) " Dynamiques Inter-Urbaines et Institution Régionale : Question de Réticularité et d' Autonomie " , in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine* , n° 2.
- GAROFOLI, G. e MAGNANI, I. (1986) " Verso una Nuova Centralità delli Aree Urbane nello Sviluppo dell' Occupazione " , Franco Angeli , Milano.
- GASPARIN, A. e GUIDISCINI, P. (1990) " Innovazioni Tecnologica e Nuevo Ordine Urbane " , Franco Angeli, Milano.
- GATEL, J. e PASSARIS, S. (1986) " Le Developpment Local des Territoires, des Hommes , des Inniciatives , le Partenariat " , in *Revue d'Économie Regionale et Urbane* , n° 1.
- GAUDARD, G. e PERRIARD, M. (1990) " La Mesure de l'Evolution de l'Accessibilité Regionale " in *Revue d'Économie Regionale et Urbaine* , n° 3.
- GC/CME (1994) "Uma Estrátégia para a Cidade de Évora.Plano Estratéxico de Évora" , Gabinete da Cidade e Câmara Municipal de Évora, Évora.
- GERKINGS, S. e WEIRICH, W. (1983) " Compensating Differences and Interregional Wages Differentials " in *Review of Economics and Statistics* , n° 65.
- GIAOUTZI, M. e NIJKAMP, P. (1988) " Informatics and Regional Development " , Avebury, Aldershot.
- GIAOUTZI, M. e NIJKAMP, P. (1991) " Business and Missing Networks in European Infrastructure : Inland Waterways and Coastal Transport " , Comunicação apresentada no 31° Congresso Europeu da *Regional Science Association (RSA)*, Lisboa.
- GIBELLI, M. (ed) (1990) " La Localizzazione delle Grandi Funzioni Urbane : una Analise Internazionale Comparata " , CLUP , Milano.
- GILLESPIE, A. e WILLIAMS, H. (1988) " Telecommunications and the Reconstructing of Regional Comparative Advantages " in *Environment and Planing*, n° 1011.
- GILPIN, R. (1987) " The Political Economy of International Relations " , Princeton University Press, Princeton.
- GODDARD, J. e LAWTON, R. (eds) (1989) " The Rise and Fall of Great Cities " , Belhaven Press , London.
- GOTTMANN, J. (1983) " The Coming of the Transnational City " , University of Maryland, Institute of Urban Studies, Maryland.
- GOYBET, C. (1992) " Vers une Citoyenneté Européenne - Aspects Economiques " in *Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne* , n° 362.

- GRAHAM & TROTAM (eds) " Partnership between Small and Large Firms " , ECSC-EEC-EAEC , TII , Bruxelles.
- GRAHAM, S. e MARVIN, S. (1995) " Telecommunications and the City . Electronic Spaces , UrbanPlaces " , Routledge , London.
- GRAHL, J. e TEAGUE, P. (1991) " A New Deal for Europe ? " in AMIN, A. e DIETRICH, M. (eds) " Towards a New Europe ? Structural Changes in the European Economy " , European Association for Evolutionary Political Economy " , Edward Elgar Publishing Limited, Aldershot.
- GREFFE, X. (1990) " Economie du Partenariat " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 5.
- GREMI (1987) " Innovation Policies at the Local Level " , GREMI , Paris.
- GRIFFITH, D. (1992) " A Spatially Adjusted N-way ANOVA model " , in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 22, n° 3. .
- GUESNIER, B. (1992) " Espace et Information " in DERYCKE, P-H. (ed) " Espace et Dynamiques Territoriales " , Economica, Paris.
- GUIGOU, J. (1983) " Cooperation Intercommunale et Developpment par la Base " in PLANQUE, B. (ed) " Le Developpement Décentralisé " , LITEC , Paris.
- GUIGOU, J. (1995) " Une Ambition Pour le Territoire " , Editions de l'Aube - DATAR , Paris .
- HAAG, G. (1992) " Chaotic Behaviour in Spatial Systems and Forecasting " in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n°5.
- HAECKEL, S. e NOLAN, R. (1993) " Managing by Wire " in *Harvard Business Review*, September-October.
- HALL, P. e HAY, D. (1980) " Growth Centres in the European Urban System " , Heinemarm, London.
- HALL, P. (1993) " Forces Shaping Urban Europe " , in *Urban Studies* , vol. 30 , n° 6, June.
- HANNEQUART, A. e HENNE, B. (1992) " Developpement Economique et Structuration de l'Espace " in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n°2.
- HARRISON, B. (1989) " The Big Firms are Coming Out of the Corner " , Carnegie Melton Univerity.
- HATEM, F. (1993) " La crise Urbaine: Quelle Issue? " in *Problèmes Économiques* n°2309.
- HEPWORTH, M. (1989) " The Geography of Information Economy " , Belhaven Press, London.
- HESHAM, M. e RAHAM , A. (1994) " Economies of Scope in Intermediate Goods and a System of Cities " in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 24..
- HESLEY, R. e STRANGE, W. (1994) " City Formation With Commitment " in *Regional Science and Urban Economics*, vol. 24;
- HILHORST, J. (1967) " Regional Development Theory , an Attempt to Synthesis " , Mouton, Paris.
- HINE, R. (1985) " The Political Economy of International Trade " , Harvester, Brighton.
- HINE; R. (1992) " Regionalism and the Integration of the World Economy " in *Journal of Common Market Studies* , vol. XXX , n° 2 , june.
- HINTERHUBER, H. e LEVIN, B. (1994) " Strategic Networks - The Organisation of the Future " in *Long Range Planning* , vol. 27 , n° 3.

- HIRSCHMAN, A. (1958) "The Strategy of Economic Development", Yale University Press, New Haven.
- HORVATH, G. (1991) "European Integration, International Competitiveness and Regional Cooperation", Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA), Lisboa.
- HOYT, W. (1992) "Market Power of Large Cities and Policy Differences in Metropolitan Areas", in *Regional Science and Urban Economics*, vol. 22, nº 4.
- ILLERIS, S. (1989) "Services and Regions in Europe", Gower, Aldershot.
- ILLERIS, S. (1991) "Urban and Regional Development in Western Europe in the 1990's will Everything Happen in the London-Brussels-Frankfurt-Milan 'Banana'?", Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA), Lisboa.
- IOANNIDES, Y. (1994) "Product Differentiation and Economic Growth in a System of Cities", in *Regional Science and Urban Economics*, vol. 24.;
- IRPET (1991) "Le Aree Metropolitane in Europa. Rassegna di Alcune Esperienze", IRPET, Firenze.
- JACOBS, J. (1984) "Cities and the Wealth of Nations", Penguin Books, Middlesex.
- JANSEN, G.; NIJKAMP, P.; RUIJEGROK, C. (eds) (1985) "Transportation and Mobility in an Era of Transition", North Holland, Elsevier Publishers, Amsterdam.
- JOHANSSON, B. (1989) "Economic Development and Networks for Spatial Interaction" CERUM, Umea University, Umea.
- JAQUEMIN, A. e WRIGHT, D. (1993) "Corporate Strategies and European Challenges Post-1992" in *Journal of Common Market Studies*, vol. 31, nº 4.
- JAYET, H. (1993) "Territoires et Concurrence Territoriale", in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, nº 1.
- JOB, L. (1994) "Externalités Agricoles et Demande d'Espaces Récréatifs: Essai d'Évaluation des Espaces Ruraux et Naturels", in *Revue D'Économie Régionale et Urbaine*, nº 4.
- JOSSELIN, C. (1984) "La Planification Descentralisée au Service du Développement Local: l'Expérience du Département des Côtes-du-Nord" in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, nº 3.
- KAMANN, D. (1989) "The Network Economy - Locational Flexibility from an Organisational Perspective", GREMI, Barcelona.
- KATZ, M. e SHAPIRO, C. (1994) "Systems Competition and Networks Effects", in *The Journal of Economic Perspectives*, vol. 8, nº 2.
- KEEBLE, D. e WEAVER, E. (eds) (1986) "New Firms and Regional Development in Europe", Croom Helm, London.
- KEOHANE, R. e HOFFMANN, S. (1990) "Conclusions: Community Politics and Institutional Change", in WALLACE, W. (ed) "The Dynamics of European Integration", The Royal Institute of International Affairs, London.
- KIRAT, T. (1993) "Innovation Technologique et Apprentissage Institutionnel: Institutions et Proximité dans la Dynamique des Systèmes d'Innovation Territorialisés", in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, nº 3.
- KNIGHT, R. (1984) "The Advanced Industrial Metropolis: a New Type of World City" Comunicação apresentada na Conferência *The Future of the Metropolis, The Example of Berlin*, Berlin.

- KRESL, P. (1992) " The Urban Economy and Regional Trade Liberalisation " , Praeger Publishers, New York.
- KRUGMAN, P. (1990) " Rethinking International Trade " , MIT Press, Cambridge.
- KRUGMAN, P. (1992) " Policy Problems of Monetary Unions " in KRUGMAN, P. (ed) "Currencies and Crisis " , MIT Press, Cambridge.
- KUBIN, I. e STEINER, M. (1992) " How Different is the Labor Market Performance of Regions " in *International Regional Science Review* , n° 1.
- KYMPE, T. e BOLWIJN, P. (1988) " Manufacturing : the New Case for Vertical Integration " in *Harvard Business Review* , march-avril.
- LABORDE, P. (1994) " The Spatial Evolution of West European Cities 1950 - 1990 " in BLACKSELL, M. e WILLIAMS, A. (eds) " The European Challenge. Geography and Development in the European Community " , Oxford University Press, New York.
- LACE (1991) " Cooperação Transfronteiriça na Prática-Aspectos Institucionais da Cooperação Transfronteiriça " , Documento de Trabalho da Conferência Internacional *Integração Europeia e Política Regional para as Regiões Fronteiriças*, LACE, Brixen.
- LACHMANN, J. (1989) " Developpment d' une Politique Economique Regionale: l'Exemple de l'Alsace " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 2.
- LACOUR, C. (1986) " L'Astrolabe et la Boussole : les Entreprises, l'Innovation Technologique et le Developpment Regionale " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* n° 5.
- LACOUR, C. (1989) " Analyse Economique et Aménagement du Territoire " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 1.
- LACOUR, C. (1992) " L'Identité de la Science Regionale " , in DERYCKE, P.-H. (ed) " Espace et Dynamiques Territoriales " , Economica , Paris.
- LACOUR, C. (1993) " Internationalisation et Development Regional " in *Revue d' Economie Régionale et Urbaine*, n°4.
- LACOUR, C. (1994) "Intégration-Environnement-Aménagement: Fondements Théoriques" in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine* , n° 4.
- LAJUGIE, J. (1974) " Les Villes Moyennes " , Ed. Cujas, Paris.
- LAJUGIE, J. (1986) " Chomage et Amenagement du Territoire " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 4.
- LAMBOOY, J. (1986) " Information and Internationalization: Dynamics of the Relations Dynamics of the Relations of Small and Medium Size Enterprises in a Network Environment " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 5.
- LASKAR, D. (1993) " Union Monetaire : Différences Structurelles et Asymétrie des Chocs " in *Revue Économique* , n°6 , novembre.
- LAURENT, L. (1989) " Polarisation ou Homogeneité des Circonscriptions Territoriales " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 1.
- LAVIGNE, G. (1987) " Les Ethniques et la Ville " , Le Preambule, Lavel.
- LECOQ, B. (1991) " Organisation Industrielle, Organisation Territoriale : une Approche Intégré Fondée sur le Concept de Réseaux " , in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine* , n° 3 / 4.
- LEO, P.-Y.; MONNOYER-LOWGE, M.; PHILIPPR, J.(1991) " Metropoles Regionales et PME: l'Enjeu International-Reflexions à Partir des Cas de Bordeaux et Marseille " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 1.

- LEONTIDOU, L. (1994) "Mediterranean Cities: Divergent Trends in a United Europe" in BLACKSELL, M. E WILLIAMS, A. (ed) "The European Challenge. Geography and Development in the European Community", Oxford University Press, New York.
- LESOURNE, J. e SONNENSCHNEIN, H. (eds) (1987) "Cities and Facility Location" , Harwood Academic Publishers, London.
- LEVER, W. (1993) "Competition Within The European Urban System" , in *Urban Studies* , vol. 39 , n° 6.
- LIBERATORE, A. (1991) "Problems of Transnational Policy Making : Environmental Policy in the European Community" in *European Journal of Political Research* , vol. 19 , n° 23.
- LIEBOWITZ, S. e MARGOLIS, E. (1994) "Network Externality : An Uncommon Tragedy" , in *The Journal of Economics Perspectives* , vol. 8 , n° 2.
- LIMOZIN, P. (1984) "Ideologies Politiques et Politiques Municipales" in *Revue d'Économie Regionale et Urbaine* , n° 3.
- LNEC , ISCTE (1990) "Colóquio: Viver na Cidade" , Grupo de Ecologia Social-LNEC Centro de Estudos Territoriais-ISCTE , Lisboa.
- LORDON, F. (1994) "Formalising Fluctuations, Structural Change and Crisis" in *Revue d'Économie Politique* , n° 2 / 3 , mars-juin.
- LUCRON, C.-P. (1990) "Vers l'Espace Économique Européenn. L'Europe au Deuxième Cercle" in *Revue du Marché Commun* , n° 339.
- LUDLOW, P. (1994) "Europe and Mediterranean" Brasseys for CEPS, London.
- LUNG, Y. e MAIR, A. (1993) "Innovation Institutionnelle, Apprentissage Organisationnel et Contrainte de Proximités: Les Enseignements de la Géographie du Just-à-Temps" , in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine* , n° 3.
- LYNCH, K. (1981) "The Theory of a Good City Form" , MIT Press, Cambridge.
- MACEDO, J. e BLISS, J. (eds) (1990) "Union with Diversity in the European Economy" , Cambridge University Press, Cambridge.
- MACKAY, R. (1992) "Regional Inequality , Economy Integration and Automatic Stabilisers" Comunicação apresentada no *IV Congresso Mundial da Regional Science Association International (RSAI)* , Palma de Mallorca.
- MAILLAT, D. (1995) "Meios Inovadores e Novas Gerações de Políticas Regionais" , Comunicação apresentada no Encontro GREMI *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local* , Évora.
- MAILLET, P. (1995) "Convergence et Géométrie Variable , l'Organisation du fonctionnement de l'Union Européenne Diversifiée est à Repenser" in *Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne* , n° 386.
- MALECKI, E. (1990) "R & D and Technology Transfer in Economic Development: the Role of Regional Technological Capability" , in CAPPELLIN, R. e NIJKAMP, P. (eds) "The Spatial Context of Technological Development" , Avebury , Aldershot.
- MARKUSEN, A. (1991) "Profit Cycles, Oligopoly and Regional Development" , MIT-Press, Cambridge.
- MARTIN, R. (1992) "International Specialization of Small and Island Countries and Main Trends in the World Economy" , Comunicação apresentada no *IV Congresso Mundial da Regional Science Association International (RSAI)* , Palma de Mallorca.

- MARTINELLI, F. e SCHOENBERGER, E. (1991) " Oligopoly Alive and Well . Notes for a Boarder Discussion on Flexible Specialization " , in BENKO, G. e DUNFORD, M. (eds) " Industrial Change and Regional Development " , Belhaven Press, London.
- MATHIS. P.(1993) " Urban Planning and Transport Networks and Planning " , Comunicação apresentada ao *VIII Workshop on Urban Strategic Planning of the Joint Programme on Regional Science Studies in Southern Europe*, Évora.
- MAY, N. (1993) " L'Aménagement du Territoire et le Système National Urbain: de l'Armature Urbaine aux Réseaux de Villes " in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, nº5.
- MAYERE, A. e VINOT, F. (1991) " Service Firms Network and Characteristics of Clientele " , Comunicação apresentada no *31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA)* , Lisboa.
- MEIJER, M. (1993) " Growth and Decline of European Cities: Changing Positions of Cities in Europe " , in *Urban Studies* , vol. 30 , nº 6, June.
- MENARD, C. (1993) " L'Economie des Organizations " , La Découverte, Paris.
- MENY, Y. e THOENING, J. (1989) " Politiques Publiques " , Presses Universitaires de de France, Thémis Sciences Politiques, Paris.
- METCALFE, J. (1995) The Design of Order. Notes for Evolutionary Principles and the Dynamics of Innovation " in *Révue Economique*, vol. 46, nº 6.
- MIAAL, H. (ed) (1994) "Redefining Europe: New Patterns of Conflict and Cooperation " , Pinter Publishers, London.
- MIFSUD, P. (1991) " Mondialisation de l'Economie et Development des Territoires " , Comunicação apresentada no *V Encontro do Joint Programme on Regional Sciences in Southern Europe*, Poitiers.
- MINTZBERG, H. (1994) " The Fall and Rise of Strategic Planning " in *Harvard Business Review* , January-February.
- MOLLE, W. (1983) " Industrial Location and Regional Development in European Community: The FLEUR Model " , Aldershot, Gower.
- MOLLE, W. e VAN HOLTS, B. (1984) " Services et Regions : une Analyse des Developpement a Long Term des Services dans les Regions de la Communauté Europeéenne " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, nº 5.
- MOLLE, W. e CAPPELLIN, R. (eds) (1988) " Regional Impact of Community Policies in Europe " , Gower-Avebury, Aldershot.
- MOLLE, W. e MOURIK, A. (1988) " International Movements of Labour under Conditions of Economic Integration : the Case of Western Europe " in *Journal of Common Market Studies* , vol. 26, nº 3.
- MOREL, B. (1992) " L'Arc Méditerranéenne: Polarisation ou Developpement Lineaire " , in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, nº 4.
- MOUSSIS, N. (1991) " Une Approche Intégré de l'Integration Europeéenne " , in *Revue du Marché Commun* , nº 348.
- MOUSSIS, N. (1991) " Accès à l'Europe. Manuel de la Construction Europeéenne " , Edit-Eur , Bruxelles.
- MUNDELL, R. (1961) " A Theory of Optimal Currency Areas " in *American Economic Review* , 60 (4) , September.
- MUET, F. (1993) " Le Marketing des Collectivités locales: Synthèse Bibliographique " , in *Documentation IRE* , juin.

- MUR, J. (1995) " Perspectives de Croissance pour les Regions de l'Union Europeenne. Une Hypothèse de Localisation Sous Déséquilibre "in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* , n° 1..
- MURRAY, E. e MAHON, J. (1993)"Strategic Alliances: Gateway to the New Europe?" , in *Long Range Planning* , vol. 26, n° 4.
- MYRDAL, G. (1957) " Economic Theory and Underdeveloped Regions " , Methween , London.
- NASS, C. e GARFINKLE, D.(1992) " Localized Auto-correlation Diagnostic Statistics (LADS) for Spatial Models : Conceptualization , Utilization and Computation" in *Regional Science and Urban Economics* ,vol. 22 , n° 3.;
- NECTAR (1990) " Missing Network in Europe " , ERT Report, Brussels.
- NEGRE, M.(1981)"Modèles Macroeconomiques Interregionaux et 'Seuils de Complexité'" in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* , n° 2.
- NEI (1987)"Plaats en Functie van de Randstad in the Nederlandse Econome" Nederlands Economkisch Instituut, Rotterdam.
- NERFIN, M. (ed) (1977) " Another Development: Approches and Strategies " , Uppsala Dag Hammarskjold Foundation.
- NETO, P. (1990) "Regionalização, Planeamento e Desenvolvimento Regional", Trabalho de Fim de Curso, Universidade de Évora, Évora.
- NETO, P. (1992) " A Dimensão Ambiente do Mercado Único : o Papel das Regiões de Fronteira " , Comunicação apresentada nas *Jornadas Alentejo / Extremadura sobre Cooperação Transfronteiriça* , Universidade de Évora, Évora.
- NETO, P. (1992) " Plano Estratégico da Cidade de Évora - Documento de Trabalho n° 1 Primeiras Aproximações à Estratégia (um Instrumento de Discussão) " , Universidade de Évora, Évora.
- NETO, P.(1993) "As Políticas Comunitárias e a Internacionalização de Cidades e de Regiões no Quadro da Nova Europa " , Provas de Acesso à Categoria de Assistente de Investigação, Universidade de Évora, Évora.
- NETO, P.(1994) "As Políticas Comunitárias e a Internacionalização de Cidades e de Regiões no Quadro da Nova Europa " , Texto de Apoio à Disciplina de Desenvolvimento Regional, Serviço de Reprografia e Publicações da Universidade de Évora, Universidade de Évora, Évora.
- NEVES, A. (1996)" Planeamento Estratégico e Ciclo de Vida das Grandes Cidades. Os Exemplos de Lisboa e de Barcelona " , Celta Editora , Oeiras.
- NIJKAMP, P. (1990) " Dinamiche Metropolitane: la Sopravivenza del pui Adatto " , in GIBELLI, M. (ed) " La Localizzazione delle Grandi Funzioni Urbane: una Analise Internazionale Comparata " , CLUP, Milano.
- NIJKAMP, P. e REGGIANI, A. (1995) " Non-Linear Evolution of Dynamic Spatial Systems . The Relevance of Chaos and Ecologically-Based Models " in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 25 , n° 2.
- NIOSI, J.; BELLON, B.; SAVIOTTI, P.; CROW, M. (1993) " Les Systèmes Nationaux d'Innovation: Unité et Diversité " in *Problèmes Economiques* , n° 2311.
- NORTON, R. (1992) " Agglomeration and Competitiveness: from Marshall to Chimitz " , in *Urban Studies* , vol. 29 , n° 2 , april.

- NOYELLE, T. (1987) "Beyond Industrial Dualism. Market and Job Segmentation in the New Economy", Westview Press, Boulder.
- OCDE (1989) "Information Technology and New Growth Opportunities", OCDE, Paris.
- OHMAE, K. (1989) "Managing in a Borderless World" in *Harvard Business Review*, may-june.
- OPPENHEIM, N. (1995) "On the Integrability Problem in Discrete Spatial Activity Systems with Site and Network Externalities", in *Regional Science and Urban Economics*, vol. 25, n° 1.
- ORANGE, G. (1992) "Les Stratégies Non Budgétaires des Villes", Thèse I.A.E., Université de Caen, Caen.
- PADDISON, R. (1993) "City Marketing, Image, Reconstruction and Urban Regeneration", in *Urban Studies*, march, 30 (2);
- PAELINK, J. e KLASSEN, L. (1979) "Spatial Econometrics", Saxon House, Farnborough.
- PAELINK, J. (1992) "De l'Écométrie Spatiale aux Nouvelles Dynamiques Spatialisées" in DERYCKE, P.-H. (1992) (coord. par) "Espace et Dynamiques Territoriales", Association de Science Régionale de Langue Française, Bibliothèque de Science Régionale, Economica, Paris.
- PAQUETTE, G. (1992) "La Ville Cognitive de l' An 2000 : Chantiers Éducatifs et Culturels" in OCDE "Villes et Technologies Nouvelles", Urba 2000, Paris.
- PARK, R. e BURGUESS, E. (1967) "The City", University of Chicago Press, Chicago.
- PASCALLON, P. (1990) "La Politique Communautaire d'Aménagement du Territoire : du Traité de Rome - l'Acte Unique" in *Revue du Marché Commun*, n° 339.
- PE (1993) "L' Organisation de l' Administration Locale et Regionale dans la Communauté Européenne", Parlement Européenne Direction Général des Études, Luxembourg.
- PEGUIN, D. e RENAR, M. (1986) "Les PME face à l'Exportation : les Différentiations Interregionales" in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n° 5.
- PERLOFF, H.; DUNN, E.; LAMPART, R.; MUTH, R. (1960) "Regions, Resources and Economic Growth", John Hopkins Press, Baltimore.
- PERRAT, J. (1992) "Stratégies Territoriales des Firmes Transnationales et Autonomie du Développement Régionale et Locale" in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n° 5.
- PERRAT, J. (1993) "Innovation, Territoire et Nouvelles Formes de Régulation: de la Proximité à la Externalité", in *Revue d' Économie Régionale et Urbaine*, n° 3.
- PERREUR, J. (1989) "L'Evolution des Représentations de la Distance et l'Aménagement du Territoire" in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n° 1.
- PERRIN, J. (1983) "Economie Spatiale et Méso-Analyse" in PAELINCK, J. e SALLEZ, A. (eds) "Espace et Localisation", Economica, Paris.
- PERRIN, J. (1986) "Technologies Nouvelles et Synergies Locales. Elements de Théorie et d'Analyse" in *Technologies Nouvelles et Développement Regionale*, ASRDLF, Université de Paris I, Paris.
- PERRIN, J. (1990) "Organisation Industrielle: la Composante Territoriale" in *Revue d' Économie Industrielle*, n° 21.

- PERRIN, J. (1991) " Les Politiques Technologiques Regionales " in Rapport pour la DATAR , " Innovation , Dynamique, Locale et Politique Technologique Regionale " , tomo 1.
- PERRIN, J. (1991) " Réseaux d' Innovation - Milieux Innovateurs . Development Territorial " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n° 3/4.
- PERRIN, J. (1995) " Aprendizagem Colectiva, Territórios e Redes. Meios Inovadores: Um Novo Paradigma para o Desenvolvimento de Regiões em Crise " , Comunicação apresentada no Encontro GREMI *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local* , Évora.
- PERROUX, F. (1955) " Note sur la Notion de Pôle de Croissance " , in PERROUX, F. " L'Economie du Xxème Siècle " , PUF , Paris.
- PESCHEL, K. (1990) " Spatial Effects of the Completion of the European Single Market " in *Build Environment* , vol.16 , n° 1.
- PETRELLA, R. (1993) " Vers un 'Tecno-Apartheid' Global " in *Le Monde Diplomatique* " Les Frontières de l'Economie Globale " , Manière de Voir, mai.
- PHILIPPE, J. e MONNOYER, M. (1989) " Gestion de l'Espace et Developpment des Services aux Entrprises " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 4.
- PIATIER, A. (1986) " La Region , Receptrice de Fonctions Nouvelles " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 1.
- PIMPÃO, A. (1991) " A Regional Input-Output Framework for Projects Evaluation " , Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA) , Lisboa.
- PIMPÃO, A. (1992) " Les Relations Économiques Algarve-Andalousie dans l'Avenir du Marché Europeenne " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 4.
- PIORE, M. e SABEL, C. (1984) " The Second Industrial Devide " , Basil Books, London.
- PLANQUE, B. (1983) " Innovation et Developpment Regionale " , Collection Apronfondissement de la Connaissance Economica , Economica , Paris.
- PLANQUE, B. (1990) " Grand Marché Européen et Developpment Regionale. Elements de Problematique " , in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n°1.
- PLANQUE, B. (1991) " Note sur la Notion de Réseaux d'Innovation " in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n° 3/4.
- PROUXL. M-U. (1995) " La Maitrise Locale de L'Information Strategique " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 5 ;
- PONSARD, C. (1955) " Economie et Espace " , Paris.
- PORTER, M. (1995) " The Competitive Advantage of The Inner City " , in *Harvard Business Review* , may-june.
- POWELL, W. (1990) " Neither Market nor Hierarchy : Network Forms of Organisation " in *Research in Organizational Behaviour* , n°12.
- PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGERBERGER, W. (eds) (1990) " Industrial Districts and Interfirms Cooperation in Italie " , International Institut of Labour Studies, Geneva.
- PUJOL, J. (1994) " Penser l'Europe depuis la Catalogne " , Generalitat de Catalunya, Departament de la Presidència , Temes d'Actualitat n° 12 , Catalunya.
- PUMAIN, D.; SANDERS, L.; SAINT-JULIEN, T. (1989) " Villes et Auto-Organisation " Economica, Paris.

- PUMAIN, D. e SANDERS, L. (1992) " La Formalisation du Changement dans Trois Modèles de Dynamique Urbaine: une Étude Comparative " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 5.
- PUMAIN, D. (1993) " L'Espace, le Temps et la Materialité vers Villes " in LEPETIT, B. e PUMAIN, D. (coord. par) " Temporalités Urbaines " , Collection Villes, Anthropos, Economica, Paris.
- QUERMONNE, J-L. (1994) " Le Système Politique de l'Union Européenne " , CLEFS Politique , Montchrestien , Paris.
- QUEVIT, M. (1990) " Innovative Environments and the Local / International Linkages in Enterprise Strategy . A Framework for Analysis " , RIDER, Louvain-la-Neuve.
- RAFFESTIN, C. (1981) " Pour une Géographie du Pouvoir " , LITEC, Paris.
- RAHAM, A. e FUJITA, H. (1993) " Specialization and Diversification in a System of Cities " in *Journal of Urban Economics* , march , vol. 33 , n° 2;
- RAHAM, A. (1996) " When do Cities Specialize in Production " in *Regional Science and Urban Economics* , vol. 26 , n° 1.
- RAYPORT, J. e SVIOKLA, J. (1994) " Managing in the Marketspace " , in *Harvard Business Review* , November-December.
- RAYPORT, J. e SVIOKLA, J. (1995) " Exploiting the Virtual Value Chain " in *Harvard Business Review* , November-December.
- RATTI, R. (1988) " Development Theory , Technological Change and Europe's Frontier Regions " in AYDALOT, P. e KEEBLE, D. " High-Technology Industry and Innovative Environments: the European Experience " , London.
- RATTI, R. (1991) " PME, Synergies Locales et Cycles Spatiaux d'Innovation " , Institut des Sciences Economiques et Sociales , Fribourg.
- RATTI, R. (1991) " Globale e Locale : una Proposta d'Analisi Economico Funzionale - Spaziale " , in GALLA, R. (ed) " Globale / Locale " , ISEDI , Torino.
- RATTI, R. e BAGGI, M. (1991) " Strategies to Overcome Barriers : Theoretical Elements and Empirical Evidence " , Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da *Regional Science Association (RSA)* , Lisboa.
- RECITE (1995) " Urban Pilot Projects. Second Interim Report on the Progress of Urban Pilot Projects Funded by the European Regional Development Fund " , RECITE Office, Bruxelles.
- RECITE (1995) " Interregional Cooperation Projects. Second Interim Report on the Progress of Article 10 Interregional Cooperation Projects Funded by European Regional Development Fund " RECITE Bureau , Brussels.
- REICH, R. (1993) " O Trabalho das Nações " , Quetzal Editores , Lisboa.
- RICHE-MAGNIER, M. e METTHEY, J. (1995) " Société de l'Information: "New Deal" Libéral ou Nouveau Modèle de Société ? " in *Revue du Marché Commun et de l' Union Européenne* , n° 390.
- RIETVELD, P. (1990) " Employment Effects of Changes in Transnational Infrastructures " in *Papers of Regional Science Association* , vol. 66.
- ROBSON, B. (1973) " Urban Growth: an Approach " , Methuen , London.
- ROBSON, P. (1992) " Transnational Corporations and Economic Integration " , Routledge , London.
- RODWIN, L. e SAZANANI, H. (eds) (1991) " Industrial Change and Regional Development in Western Europe " , Heinemann , London.

- ROOS, J. (1994) "European Casebook on Cooperative Strategies", EAP, European Casebook Series on Management, Prentice Hall, New York.
- ROSSI, A. (1984) "Les Services et leur Contribution au Développement Régionale" in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n° 5.
- ROZENBLAT, C. (1993) "L'Internationalisation des Villes Européennes par des Réseaux des Entreprises Multinationales", in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n° 4.
- RULANI, E. (1989) "Economia delle Reti i Linguaggi come Mezi di Produzione" in *Economia Politica Industrial*, n° 64.
- SAKO, M. (1988) "Competitive Cooperation: How Japanese Manage Interfirms Relations" London School of Economics, London.
- SALLEZ, A. (1993) "Les Villes, lieux de l'Europe", DATAR, Editions de l'Aube, Paris.
- SANDERS, L. (1992) "Système de Villes et Sinergétique", Collection Villes, Anthopos, Economica, Paris.
- SANTOS, P. (1993) "The Spatial Implications of Economic and Monetary Union" in CCE "The Economics of Community Public Finance", *European Economic Reports and Studies*, n° 5.
- SAVY, M. (1986) "Les Territoires de l'Innovation, Technopoles et Aménagement: l'Experience Française" in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n° 1.
- SCHOUMAKER, B. e MERENNE (1986) "Un Instrument Privilégié d'Insertion des PME Innovatrices dans leurs Environnement Local et Economique: les Centres d'Entreprises" in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n° 5.
- SEMLINGER, K. (1991) "New Developments in Subcontracting: Mixing Market and Hierarchy" in AMIN, A. e DIETRICH, M. (eds) "Towards a New Europe? Structural Changes in the European Economy", European Association for Evolutionary Political Economy, Edward Elgar Publishing Limited, Aldershot.
- SERIGNAN, M. (1989) "L'Évolution des Relations entre la CEE et les Collectivités Territoriales" in *Problèmes Économiques*, n° 2151.
- SHURMER-SMITH, L. e BURTENSHAW, D (1994) "Degradação e Rejuvenescimento Urbano" in PINDER, D. (org) "Europa Ocidental. Desafios e Mudanças", Celta Lisboa.
- SIRGO, J. e RIVERO, A. (1992) "Desequilibrios Regionales en la Union Europea: Convergencia Macroeconomica vs Cohesion Economica y Sociale - una Perspectiva Española", Comunicação apresentada no IV Congresso Mundial da Regional Science Association International (RSAI), Palma de Mallorca.
- SNEDCOFF, H. (1985) "Cultural Facilities in Multi-use Developments" in *Urban Land*.
- SOCIEDADE e TERRITÓRIO (1991) "Métropoles e Micropoles" in *Sociedade e Território*, n° 3.
- SOLA, N. (1992) "Chronique du Droit de la Concurrence" in *Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne*, n° 362.
- SOLDATOS, P. (1989) "Treize Critères pour une Ville Internationale" in DOMMERGUES, P. e GARDIN, N. (eds) "Les Stratégies Internationales des Métropoles Régionales. L'Exemple de Strasbourg", Syros Alternalités, Paris.
- SOLDATOS, P. (1991) "Les Villes Internationales: Profils et Planification Stratégique" SERDECO, Aix-en-Provence.
- SOUSA, T. (1995) "Uma União à Dimensão do Continente", in VASCONCELOS, A. (coord) "Portugal no Centro da Europa. Propostas para uma Reforma Democrática do Tratado da União Europeia", Quetzal Editores, Lisboa.

- SHURMER-SMITH, L. e BURTENSHAW, D.(1994) “ Degradação e Rejuvenescimento Urbanos “ in PINDER, D. (org) “ Europa Ocidental . Desafios e Mudanças “ , Celta Editora, Oeiras.
- STACEY, R. (1993) “ Strategy as Order Emerging from Chaos “ , in *International Journal of Strategic Management* , vol. 26 , nº 1.
- STACEY, R. (1995) “ A Fronteira do Caos “ , Bertrand Editora, Biblioteca de Economia e Ciências Empresariais, Venda Nova.
- STALVANT, C. (1990) “Nordic Cooperation “, in WALLACE, W.(ed) “ The Dynamics of European Integration “, The Royal Institute of International Affairs, London.
- STEINER, M. (1990) “ How Different Are Regions ? An Evolutionary Approach to Regional Inequality “in PESCHEL, K (ed) “ Infrastructure and Space-Economy “ , Springer Verlag, Berlin.
- STEINER, M. (1990) “ ‘Good ’ and ‘Bad ‘ Regions ? Criteria to Evaluate Regional Performance in Fall of an Enforced Internationaliy of the European Economy “ in *Built Environment* , vol. 16, nº 1.
- STEINER, M.e FRITZ, O.(1991)“Regional Competitiveness and Technological Intensity - Theoretical Considerations and Empirical Facts “ , Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA) , Lisboa.
- STORH, W.(1981)“ Development from Above or Below ?“ in STORH, W. e TAYLOR, F. (eds) , John Wiley and Sons Ltd. , London.
- STORH, W. (ed) (1990) “ Global Challenge and Local Response: Local Initiatives for Economic Regeneration in Contemporary Europe “ , Mansel , London.
- STORPER, M. e SCOTT, A. (1989) “ The Geographical Foundations and Social Regulation of Flexible Production Complexes “ in WOLCH, J. e DEAR. M. (eds) “The Power of Geography: How Territory Shapes Social Life“,Unwan Hyman,Winchester.
- TAYLOR, C. (1995) “ EMU 2000 ? Prospects for European Monetary Union “ ,Chatam House Papers, The Royal Institute of International Affairs, Pinter, London.
- TEECE, D. (1989) “ Competition and Cooperation in Technology Strategy “ , *Economie et Politique Industriale* , nº 64.
- TEXIER, L. (1993) “ Peut-on Parler de Marketing Territorial ? “ in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , nº 1.
- THE ECONOMIST (1996) “ Recession, Reflaction or Reform ? “ , January 20th -26th.
- THE ECONOMIST (1996) “ Single Market, Single-Minded “ , May 4th -10th.
- THE HARRIS , HEALY & BAKER (1992) “ The Top of the European Cities 1992 “ , Center of Research The Harris and Healy & Baker Consultants , London.
- THIREAU, V.(1993) “ Vers un Renouveau du Role de l'Espace dans la Dynamique des Territoires “ , in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , nº 2.
- THORNLEY, A. e NEWMAN, P. (1996) “ Replanning European Cities . International Competition, National Systems and Planning Projects “ , Routledge , London.
- TINBERGER, J.(1954)“Centralisation and Decentralisation in Economic Policy“,NHPC, Amsterdam.
- TORNQVIST, G.(1988)“ System of Cities in Changing Technical Environment “ ,Comunicação apresentada no 28º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA) , Sthokolm.
- TORRES, F. (dir) (1996) “ Monetary Reform in Europe - An Analysis of the Issues and Proposals for the Intergovernmental Conference “ ,Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

- TRACHEN, A. e EL GHAZOUANI, K. (1990) " L'Attrait du Litoral: la Metropolisation de Casablanca " , in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 4.
- TSOUKALIS, L. (1992) " The New European Economy - the Politics and Economics of Integration " , Oxford University Press, New York.
- TURCAN, P. (1983) " Le Concept de Developpment Regionale Integre: Convient -il aux Années Quatr-Vingt ? " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 2.
- UHRICH, R. (1985) " Pour une Nouvelle Politique de Développement Régionale " , Economica, Paris.
- URDY, L. (1995) " Regions et Espace de Coherence " , in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* , n° 5.
- VACCA, S. e ZANFEI, A. (1989) " L'Impresa Globale come Sistema Aperto a Rapporti di Cooperazione " in *Economia Politica e Industriale* , n° 64.
- VAN DER BERG, L.; DREWETT, R. ; ROSSI, N. ; VIJVERBERG, C. (1982) " Urban Europe. A Study of Growth and Decline " , Pergamon, Oxford.
- VAN DER BERG, L. e KLAASSEN, L. (1989) " The Large Eurocities Underway to 1992 " , EURITUR Paper, Erasmus University , Rotterdam.
- VANHOVE, N. e KLAASSEN, L. (1987) " Regional Policy : a European Approach " , Avebury, Aldershot.
- VASCONCELOS, A. (1995) " A Unidade na Diversidade: Propostas para uma Política Externa e de Defesa Europeia " , in VASCONCELOS, A. (coord) " Portugal no Centro da Europa. Propostas para uma Reforma Democrática do Tratado da União Europeia " , Quetzal Editores, Lisboa.
- VELTZ, P. (1992) " Hiérarchies et Réseaux dans l'Organisation de la Production et du Territoire " in BENKO, G. e LIPIETZ, A. (ed) " Les Régions Qui Gagnent. Districts et Réseaux: Les Nouveaux Paradigmes de la Géographie Economique " , Economie en Liberté , PUF, Paris.
- VELTZ, P. (1993) " D'une Géographie des Coûts à une Géographie de l'Organization. Quelques Thèses sur l'Évolution des Rapports Entreprises / Territoires " , in *Révue Economique* , n° 4.
- VICKERMAN, R. (1991) " Corporate Responses to New Infrastructures and the Single Market in Border Regions " , Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA) , Lisboa.
- VICKERMAN, R. (1994) " Transport Infrastructure and Region Building in the European Community " in *Journal of Common Market Studies*, vol. 32, n° 1.
- VINING, D. e KONTULY, T. (1978) " Population Dispersal from Major Metropolitan Regions: an International Comparison " in *International Regional Science Review* , n° 3.
- VON HAGEN, J. e HAMMOND, G. (1995) " Regional Insurance Against Asymmetric Shocks: an Empirical Study for the European Community " , CEPR Discussion Paper n° 1170.
- WACHTER, S. (1985) " L' Amenagement du Territoire et son Institutionnalisation: des Reseaux Centraux et Locaux " in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine* , n° 3.
- WALLACE, W. (1990) " Introduction: The Dynamics of European Integration " , in WALLACE, W. (ed) " The Dynamics of European Integration " , The Royal Institute of International Affairs, London.

- WALSH, V. (1991) "Inter-firm Technological Alliances: a Transient Phenomenon or New Structures in Capitalist Economies ? " in AMIN, A. e DIETRICH, M. (eds) " Towards a New Europe? Structural Changes in the European Economy ", European Association for Evolutionary Political Economy, Edward Elgar Publishing Limited, Aldershot.
- WANG, P. e BERLIANT, M. (1993) " Endogenous Formation of a City Without Agglomeration Externalities or Market Imperfections: Market Places in A Regional Economy " in *Regional Science and Urban Economics*, vol. 23, nº 1.
- WEAVER, C. (1980) " The Limits of Economism : Towards a Political Approach to Regional Development and Planning " , British Science Association, London.
- WHITEHAND, J. (1987) " The Changing Faces of Cities : a Study of Development Cycles and Urban Form " , Oxford University Press, Oxford.
- WIBERG, V. (1991) " Medium-Sized Cities and Renewal Strategies " , Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA), Lisboa.
- WIJKMAN, W. (1990) " Patterns of Production and Trade " , in WALLACE, W. (ed) "The Dynamics of European Integration", The Royal Institute of International Affairs London.
- WILLIAMS, J.; WILLIAMS, K.; HASLAM, C. (1991) " Leap Before you Look: the Implications of EMU for the Future of the EC " in AMIN, A. e DIETRICH, M. (eds) " Towards a New Europe? Structural Changes in the European Economy ", European Association for Evolutionary Political Economy, Edward Elgar Publishing Limited, Aldershot.
- WILLIAMS, P. e SMITH, N. (1986) " From Renaissance to Restructuring: the Dynamics of Contemporary Urban Development " in SMITH, N. e WILLIAMS, P. (eds) " Gentrification in the City " , Unwin Hyman, Boston.
- WILLIAMSON, O. (1985) " The Economic Institutions of Capitalism Firms, Market and Regional Contracting " , Free Press, London.
- WILLINGER, M. e ZUSCOVITCH, E. (1988) " Towards the Economics of Information Intensive Production Systems: the Case of Advanced Materials " in FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERGER, G. ; SOETE, J. (eds) " Technical Change and Economic Theory " , Printer Publisher, London.
- WILSON, A. (1981) " Catastrophe Theory and Bifurcation " , Croom Helm, London.
- WILSON, A. (1989) " The Dynamics of Urban Economics Development : a New Modelling Synthesis " , Comunicação apresentada no 29º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA), Cambridge.
- WILSON, A. (1990) " The Dynamics of Central Place Networks " , in CHATTERSI, M. e KUENNE, R. (eds) " Dynamics and Conflict in Regional Structural Change " , Macmillan, London.
- WILSON, A. e JIN, Y. (1991) " Generation of Integrated Multispatial Input-Output Models of Cities (GIMIMOC) " , Comunicação apresentada no 31º Congresso Europeu da Regional Science Association (RSA), Lisboa.
- YOUNG, M. e SALISH, K. (1988) " Labour Migration in the World System " , in DRAKAKIS, S. (ed) " Urbanisation in the Developing World " , Routledge, London.
- ZHANG, W. (1990) " Economic Dynamics " , Springer-Verlag, Berlin.
- ZHANG, W. (1991) " Synergetics Economies " , Springer Verlag, Berlin.

- ZORRINHO, C. (1991) “ Gestão da Informação “ , Biblioteca de Gestão Moderna, Editorial Presença, Lisboa.
- ZORRINHO, C. (1994) “ Gerir a Informação Como e Para Quê? “ , in *Pequena e Média Empresa*, nº 12 , III Série , Janeiro-Março.
- ZORRINHO, C. (1995) “ Gestão da Informação. Condições para Vencer “ , Col. Mediateca, IAPMEI, Lisboa.
- ZORRINHO, C. (1995) “Desenvolvimento Global: Informação e Sustentação das Estratégias de Desenvolvimento “ in *Pequena e Média Empresa*, nº 18, III Série , Outubro-Dezembro.